

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Antropologia Social e Cultural
Linha de Pesquisa em Comunidade, Rede e Performance



Dissertação de Mestrado

**MULHERES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS DE LUTA E IDENTIDADES
EM CONSTRUÇÃO**

Leandra Ribeiro Fonseca

Pelotas, 2020

Leandra Ribeiro Fonseca

**MULHERES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS DE LUTA E IDENTIDADES
EM CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, sob a orientação da Prof^a Dra. Rosane A. Rubert, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Rosane Aparecida Rubert (PPGANT/UFPEL) (Orientadora)

Prof^a Dra. Cláudia Daiane Garcia Molet (UFPEL)

Prof^a Dra. Georgina Helena Nunes Lima (UFPEL)

Prof^a Dra. Lori Altmann (UFPEL)

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F677m Fonseca, Leandra Ribeiro

Mulheres quilombolas : trajetórias de luta e
identidades em construção / Leandra Ribeiro Fonseca ;
Rosane Aparecida Rubert, orientadora. — Pelotas, 2020.

236 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Mulheres negras rurais. 2. Comunidades
quilombolas. 3. Feminismo negro. 4. Relações de gênero.
5. Protagonismo político. I. Rubert, Rosane Aparecida,
orient. II. Título.

CDD : 305.42

Agradecimentos

Agradeço inicialmente minha avó Elvira Lima Soares, pois através dela que tive toda a inspiração e força para fazer esse trabalho lindo, à cada desânimo e dor, lembrava dela e pensava que não podia fraquejar.

Venho agradecer aos meus pais pelo apoio, e principalmente a minha mãe Vanda Ribeiro Fonseca, foi de onde eu também busquei a coragem para continuar a minha pesquisa, por ser uma mulher lutadora que me incentivou a concretizar os meus sonhos.

Agradeço aos meus irmãos, Eronita Raquel Ribeiro, Carlos Francisco Ribeiro, Alvacir Ribeiro Fonseca, todos foram muito importantes, dando uma palavra amiga, mas quero agradecer principalmente o Eder Ribeiro Fonseca, por ter me acompanhado desde a minha entrada no curso, me dando força, muitas vezes deixando de fazer suas coisas para poder me ajudar, principalmente na saídas de campo.

Agradeço meus sobrinhos Maria Gabriela Ribeiro e José Eduardo Duarte Ribeiro, que me apoiou nos momentos mais difíceis que era lidar com o computador, sempre que precisava, me socorria e me explicava o que eu não sabia fazer, com a maior paciência do mundo.

Quero agradecer minha amiga Nívia Celói Barragan Ferreira, que me acompanha desde a Graduação, foi uma das pessoas com quem mais convivi durante o meu mestrado, agradeço pelo carinho, incentivo e compreensão.

Agradeço a minha orientadora Rosane Aparecida Rubert pelas orientações, pelos momentos de aprendizados e incentivos, por me ajudar no amadurecimento das ideias e por acreditar e defender a pesquisa.

Agradeço aos demais professores do PPGANT que me deram aula, proporcionando aprendizados que foram relevantes na minha compreensão da Antropologia.

Às professoras Lori Altmann e Cláudia Daiane Garcia Molet, pela contribuição que deram no exame de qualificação e por aceitarem, assim como a professora Georgina Helena Lima Nunes, a fazer parte da banca de avaliação da dissertação.

Aos colegas da Universidade, aos integrantes do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e

Indígenas, e aos amigos em geral pelas constantes palavras de apoio e incentivo.

É com enorme prazer que venho agradecer com todo o carinho e amor as companheiras que me acolheram em suas casas e concederam as entrevistas para a pesquisa, sem a sua contribuição eu não teria realizado um trabalho tão lindamente como esse. Juntas trilhamos esse caminho de luta e resistência, esse trabalho não é só meu, mas de todas que caminharam comigo: Carmem Lúcia dos Santos, Vera Lúcia Macedo, Adriana da Silva Ferreira, Lautéria Domingues Severo, Elisângela Lopes Severo, Beatriz Duarte da Rocha, Edna Duarte da Rocha e Maica Soares e minha mãe Vanda Ribeiro Fonseca. Gratidão por acreditaram na pesquisa e colaboraram ativamente para que esse sonho se tornasse realidade.

Finalmente, meus agradecimentos a Dona Beatriz Duarte da Rocha (comunidade quilombola Santa Clara e arredores, de Canguçu) e Dona Santa Rosália Ulguim da Silva (comunidade quilombola Nicanor da Luz, de Piratini) por me benzerem para que esse trabalho desse certo, trazendo para a minha caminhada a proteção e força ancestral e espiritual que sempre estiveram presentes no interior das comunidades quilombolas. Salve à todas as entidades e divindades que nos acompanham!

Resumo

Esse trabalho se apoia em uma pesquisa etnográfica que teve por objetivo recompor a trajetória de mulheres negras rurais quilombolas de diferentes municípios da região sul do Rio Grande do Sul (Pelotas, Canguçu, Piratini e São Lourenço do Sul), assim como compreender o significado do autorreconhecimento como quilombola nas suas construções de gênero, que impactos e alterações isso produz nas formas de se pensar os papéis e protagonismos femininos dentro dessas comunidades, considerando que várias mulheres que colaboraram com a pesquisa são lideranças políticas. À perspectiva etnográfica incorporei a auto-etnografia, por ser integrante de uma comunidade quilombola, trazendo para o trabalho aspectos da minha trajetória e de mulheres do meu grupo familiar. As colaboradoras da pesquisa fazem parte de diferentes gerações, permitindo compreender em que medida percepções e padrões de comportamento se alteraram com o tempo.

Partindo da perspectiva da feminismo negro e da interseccionalidade, abordo a relação das interlocutoras com as formas de sobrevivência, sua inserção nos processos de trabalho rural e não-rural e o enfrentamento de precárias condições de vida. Prossigo abordando como identidades de gênero são construídas no cotidiano desde a infância, por meio de brincadeiras, avançando para a adolescência e juventude, com a iniciação na vida afetiva e os respectivas padrões de moralidade que regravam os comportamentos. Às suas próprias percepções sobre a questão de gênero e o contexto machista em que foram criadas, somam-se as experiências de racismo. Finalizo apontando as formas de enfrentamento às adversidades e construção de espaços de protagonismo, por meio do cultivo e transmissão de saberes relacionados ao cuidado com a saúde e com a continuidade da vida; suas experiências como lideranças comunitárias e políticas e o significado da conquista das possibilidades de educação, destacando-se o acesso à universidade como uma nova alternativa para a concretização de sonhos e de novos projetos de vida. Pretendo que esse trabalho mostre a potência a coragem dessas mulheres, nas suas mais variadas formas de saberes e protagonismos, a importância que assumem na transformação da realidade de suas comunidades e outros espaços sociais.

Palavras-chaves: Mulheres negras rurais. Comunidades quilombolas. Feminismo negro. Relações de gênero. Protagonismo político.

Abstract

This work is based on ethnographic research which was aimed to reconstruct the history of black women in rural areas in the different municipalities of the south region of the Rio Grande do Sul state (Pelotas, Canguçu, Piratini, and São Lourenço do Sul), as well as to understand the meaning of maroon self-recognition in the gender constructions, and the impacts and changes that it produces in the ways of thinking about the feminine roles and protagonism within these communities, considering that a lot of women who have contributed to the research are politic leaders.

Adding to the ethnographic perspective, I incorporated auto-ethnography, because I am a member of a maroon community, bringing to the work aspects of my trajectory and of women from my family group. The collaborators of the research are from different generations, allowing me to understand to what extent perceptions and behavior patterns have changed over time.

Starting from the perspective of black feminist and intersectionality, I address the relationship of the stakeholders with the forms of survival, their insertion in rural and non-rural work processes, and coping with precarious living conditions. I continue to address how gender identities are built in everyday life since childhood, through playing, advancing to adolescence and youth, with the initiation into affective life and the respective moral standards that governed the behaviors. In addition to their own perceptions of the gender issue and the sexist context in which they were raised, there are experiences of racism. I conclude by pointing out the ways of facing adversities and building spaces of protagonism, through the cultivation and transmission of knowledge related to health care and life continuity; their experiences as community, and political leaders and the meaning of conquering the possibilities of education, highlighting the access to the university as a new alternative for the realization of dreams and new life projects. I intent this work to show the power, the courage of these women, in their most varied forms of knowledge and protagonisms, the importance they assume in the transformation of the reality of their communities and other social spaces.

Keywords: Rural black women. Maroon communities. Black feminism. Gender relationships. Political protagonism.

Lista de Figuras

Figura 1 - Vó Elvira, com sua caneca de café, sua gatinha e seu cajado, sentada em seu assento preferido: banco de madeira. Fonte: Acervo familiar.....	13
Figura 2 - Casa de Carmem Lúcia, vista de frente. Fonte: Leandra Ribeiro Fonseca.....	28
Figura 3 - Carmem mostrando sua horta. Fonte: Leandra Ribeiro Fonseca. ...	29
Figura 4 - Dona Maria Conceição, falecida em dezembro de 2019. Foto de Daniele Borges Bezerra, de 2016, para a Mostra Bravas Mulheres. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	34
Figura 5 - Vera Macedo com seu marido. Fonte: repassada por ela por Whats'App.....	38
Figura 6 - Adriana Ferreira. Fonte: repassada por ela por Whats'App.	43
Figura 7 - Foto tirada com Dona Lautéria na despedida da minha estadia em sua casa. Fonte: Eder Ribeiro Fonseca.	50
Figura 8 - Entrada da casa de Dona Beatriz e Edna. Fonte: Leandra Ribeiro Fonseca.....	53
Figura 9 - Eu conversando com Dona Beatriz na lavoura. Foto de Edna Duarte da Rocha, repassada por What'sApp.....	56
Figura 10 - Maica no seu trabalho. Fonte: repassada por ela por Whats'App..	60
Figura 11 - Da esquerda para a direita, minha mãe, Vó Elvira, eu minha irmã Eronita Raquel, por ocasião de um dos aniversários de minha avó. Fonte: Acervo familiar.....	69
Figura 12 - Bem no centro, Dona Zeni, nos extremos, Edna à esquerda e Dona Beatriz à direita, suas duas outras filhas diretamente abraçadas em Dona Zeni. Fonte: Retirada do Facebook de Edna, com autorização dela.....	84
Figura 13 - Reunião da Associação Quilombola Vó Elvira. Dona Elvira encontra-se sentada no meio, ladeada por mim e, do outro lado, pela minha sobrinha Gabriela. Fonte: Revelando os quilombos no Sul (2010, p. 22).	94
Figura 14 - Minha mãe, Vanda Ribeiro Fonseca, no pátio da fábrica de conservas onde trabalhava. Fonte: Acervo familiar.	104
Figura 15 - Grupo de artesãs da comunidade quilombola do Maçambique. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	120
Figura 16 - Bonecas de pano produzidas por Adriana Ferreira. Fonte: Repassada por ela por Whats'App.....	123
Figura 17 - Dona Beatriz no momento em que me benzeu. Foto tirada por Edna sem eu perceber, e repassada depois por Whats'App.....	190

Figura 18 - Carmem e a equipe do Projeto Etnodesenvolvimento recepcionando turmas do Colégio Monteiro Lobato de Porto Alegre no Museu da Baronesa em novembro de 2020. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	196
Figura 19 - Dona Lautéria fazendo pão na pedra e distribuindo para os integrantes da comunidade Rincão do Couro em 2014. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	201
Figura 20 - Eu estudando em minha casa, foto tirada possivelmente pela minha irmã. Fonte: Acervo familiar.....	212
Figura 21 - Foto oficial da minha formatura. Fonte: Acervo familiar.	214
Figura 22 - Vó Elvira no centro e os meus sobrinhos José Eduardo e Maria Gabriela aos lados. Fonte: Acervo familiar.....	216
Figura 23 - Dona Lautéria voltando para sua casa com seu neto Isaque, após uma reunião na Associação Quilombola Rincão do Couro, quando ela o cuidava para Elisângela estudar em Rio Grande. Fonte: Facebook de Elisângela, utilizada com sua autorização.	224
Figura 24 - Foto oficial da formatura de Elisângela, no curso de Psicologia da FURG, que tirou com seu filho Isaque. Fonte: Repassada por ela por Whats'App.	225

Lista de Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

FIES - Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FURG – Universidade Federal de Rio Grande

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RS – Rio Grande do Sul

UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNOPAR - Faculdades Integradas Norte do Paraná

Sumário

Introdução	13
1. Aprendizados de etnografia	25
1.1 <i>Subindo a Serra dos Tapes de Canguçu</i>	25
1.2. <i>Resistência negra na cidade de São Lourenço do Sul</i>	37
1.3 <i>No “caminho pomerano”, a presença negra</i>	42
1.4 <i>Conhecendo o Rincão do Couro, de Piratini</i>	45
1.5 <i>Retornando para Canguçu: o quilombo de Santa Clara e Arredores</i>	51
1.6 <i>Canguçu mais uma vez na rota</i>	59
2. Da Vó Elvira para outros quilombos: outras experiências femininas . 62	
2.1 <i>O quilombo Vó Elvira: trajetórias femininas familiares</i>	63
2.2 <i>O quilombo de Maçambique: Carmem Lúcia dos Santos</i>	69
2.3 <i>O quilombo das Nascentes: Vera Macedo</i>	72
2.4 <i>O quilombo da Coxilha Negra: Adriana da Silva Ferreira</i>	75
2.5 <i>O quilombo Rincão do Couro: Dona Lautéria e sua filha Elisângela</i>	77
2.6 <i>O quilombo de Santa Clara: Dona Beatriz e sua filha Edna</i>	81
2.7 <i>O quilombo Potreiro Grande: Maica Soares</i>	88
2.8 <i>Territórios de pertencimento</i>	91
3. Condições de existência da mulher quilombola	102
3.1 <i>Formas de sobrevivência e papéis femininos</i>	102
3.2 <i>A ressignificação de práticas manuais: o artesanato como projeto emancipador</i>	118
3.3 <i>Experiências de racismo</i>	127
4. Ser mulher quilombola	144
4.1 <i>Construção de gênero dentro das comunidades quilombolas</i>	145
4.1.1 <i>Tempo de brincar</i>	145
4.1.2 <i>Tempo de namoro</i>	153
4.1.3 <i>Sobre afeto e moralidade</i>	164
4.2 <i>As relações entre homens e mulheres no transcorrer do tempo</i>	171
5. Outras perspectivas para a mulher quilombola	176
5.1 <i>Saberes e práticas para a continuidade da vida</i>	177
5.1.1 <i>Os cuidados com a vida que nasce</i>	177
5.1.2 <i>Afastando o mal-estar: benzeduras e remédios caseiros</i>	183
5.2 <i>Experiências como lideranças políticas</i>	192
5.3 <i>A universidade como abertura para outros mundos</i>	210
5.3.1 <i>Do quilombo para a universidade</i>	210

5.3.2 Em busca de novos caminhos: a educação como sonho e realização .	217
Conclusão	231
Bibliografia	235

Introdução

Nasci e cresci no Monte Bonito, localidade rural do município de Pelotas. Lá resido até hoje com meus pais e outros familiares, indo uma vez ou outra para a cidade, quando me envolvo com atividades acadêmicas e sociais. Até 2014, tive o privilégio de conviver com minha avó materna – Elvira Lima Soares – que faleceu naquele ano com 94 anos, idade oficial, pois como ela foi registrada quando já era menina-moça, não tinha certeza de terem dado a idade correta a ela. Em 2010, as famílias negras do 9º Distrito se organizaram em uma Associação Quilombola, que passou a levar o nome da minha avó em homenagem à sua trajetória de vida, vista como exemplo de luta: “Foi formada por causa da minha mãe, porque era velinha e benzia o pessoal tudo, se reunimos e colocamos o nome da comunidade Elvira Lima Soares”, relata Dona Vanda, minha mãe. Sou parte hoje, então, da Comunidade Quilombola Vó Elvira.



Figura 1 - Vó Elvira, com sua caneca de café, sua gatinha e seu cajado, sentada em seu assento preferido: banco de madeira. Fonte: Acervo familiar.

Essa dissertação teve origem nas lembranças do convívio com essa pessoa que, mesmo ausente, ainda sustenta a minha caminhada de luta, a da minha família e da comunidade à qual pertenço. Eu, como neta da Elvira, tenho maior orgulho de falar sobre ela, que foi uma mulher incrível e muito especial, com uma sabedoria imensa, sempre me ensinou muito enquanto estava viva. Quando passei a morar com ela, adolescente, foi uma das melhores coisas que poderia ter acontecido na minha vida. Passei, então, a ajudá-la a superar uma dor imensa que ela estava vivendo por ter perdido um filho. Eu, com meus pais e meus irmãos, assim como alguns tios, morávamos no mesmo pátio dela, eu passei a morar na casa dela e ajudava nos afazeres; nós duas dormíamos juntas, ela me contava muitas histórias que tinha vivido no passado. Muitas vezes, ela acordava de madrugada para me contar histórias. Quando eu fazia o Ensino Médio, à noite, e chegava em casa tarde, sempre se acordava à minha chegada para saber como eu estava. Na verdade, ela quem me cuidava, tinha uma enorme força.

Foi por essa razão que em meu projeto de Mestrado propus abordar como tema de pesquisa a trajetória de mulheres quilombolas de diferentes comunidades do entorno de Pelotas, que exercem alguma liderança em suas comunidades, ou até mesmo fora delas. A organização das comunidades negras para serem reconhecidas como quilombolas, as várias mudanças na legislação e o atual retrocesso na garantia de direitos sempre exigiram muita mobilização, envolvendo a formação de lideranças. Dentre essas lideranças, as mulheres sempre estiveram presentes. Todavia, se as comunidades negras rurais eram invisíveis para as Ciências Sociais antes de se estabelecer a categoria jurídica “remanescentes das comunidades de quilombos”, as mulheres negras quilombolas continuam sendo. São poucos os estudos que existem sobre esse segmento, e os poucos que existem, são principalmente das áreas da Pedagogia, Sociologia e História. Atualmente está em destaque, o tema da “mulher negra”, mas isso ainda atingiu muito pouco a mulher negra rural quilombola.

Adriana Cardoso Sampaio e Ana Cláudia Pacheco, ao escreverem sobre as mulheres da comunidade de Barro Preto (Bahia), destacam essa invisibilidade da mulher quilombola para o meio acadêmico, afirmando que mesmo os estudos sobre quilombos no Brasil não valorizam o seu papel histórico, econômico e

cultural. Isso está em desacordo com a relevância dessas mulheres dentro das comunidades, “[...] na organização comunitária, na sustentação familiar e na transmissão da história e cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas” (2015, p. 55). Santos (2018, p. 41) constata a mesma coisa quando estuda a comunidade de Nova Esperança, também da Bahia: “[...] as histórias de enfrentamentos das mulheres foram silenciadas e ou negadas. [...] quando se trata da representatividade da mulher negra, a maioria delas fica no ostracismo. [...]”. Mariléa de Almeida vai mais longe ao afirmar que o processo de autorreconhecimento como quilombola tornou possível a visibilidade das práticas femininas dessas comunidades, tanto do passado como do presente:

No meu percurso de pesquisa nos quilombos do Rio de Janeiro, tenho encontrado mulheres negras em suas trajetórias de tornarem-se quilombolas têm criado modos singulares de fazer política, mesclando práticas antirracistas e antissexistas a suas ações de luta pela terra. Algumas das narrativas produzidas por elas, a fim de construir uma tradição até então silenciada, têm aproximado suas ações contemporâneas às práticas das mulheres quilombolas do passado, que tiveram suas experiências invisibilizadas pelas narrativas históricas tradicionais. (ALMEIDA, 2016, p. 222)¹.

Trazer pontos de vista de mulheres lideranças quilombolas para dentro da universidade, por meio de uma pesquisa, amplia as formas de acesso aos seus mundos, gerando também reconhecimento a elas. Tentei guiar a minha pesquisa pelas seguintes perguntas: como mulheres negras quilombolas, de diferentes gerações e residentes no meio rural, se construíram como lideranças? Que obstáculos enfrentaram? Como se percebem como mulher, essas percepções mudam de uma geração para a outra? Como foi e é ser mulher negra em um contexto rural? Como produzem suas identidades como negras, rurais e lideranças comunitárias?

Iniciei a minha pesquisa com Carmem Lúcia dos Santos da Comunidade de Maçambique (Canguçu); prossegui o itinerário com Vera Macedo, da Comunidade Quilombo das Nascentes (São Lourenço do Sul); foi em São Lourenço do Sul que encontrei a terceira companheira de luta que aceitou

¹ Karla Dias de Lima também afirma que “As mulheres negras rurais são diretamente influenciadas por este processo, quando, dentro das associações, ajudam na consolidação de um projeto político para a comunidade, resultando por transformar a sua própria identidade” (2015, p. 90).

contribuir com minha pesquisa, Adriana da Silva Ferreira, da Comunidade Coxilha Negra. No meu trajeto etnográfico, prossegui para a Comunidade Rincão do Couro, de Piratini, entrevistando Elisângela Lopes Severo e, depois, sua mãe Lautéria Domingues Severo. Retornei, na sequência, para Canguçu, para entrevistar Beatriz Duarte da Rocha e sua filha Edna, da Comunidade Santa Clara e Arredores. Foi também em Canguçu que entrevistei a última interlocutora da minha pesquisa, Maica Tainara Soares, da Comunidade Potreiro Grande. Foram oito colaboradoras, mas a elas agreguei fragmentos de trajetórias de mulheres da minha família, por meio de memórias minhas e de uma entrevista que realizei com minha mãe. Detalhes desses encontros etnográficos irão ser apresentados no Capítulo 1 dessa dissertação.

O foco da pesquisa foi a trajetória dessas mulheres, não tive a intenção de reconstituir a história de cada comunidade, suas redes de parentesco, seus territórios e modos de vida, pois não caberia numa única dissertação de mestrado. Sendo assim, trago algumas informações sobre isso apenas para contextualizar de que lugares falam essas mulheres, qual é o meio social a partir do qual as suas experiências ganharam significados.

Patrícia Collins (2016) usa o termo *outsider within* para falar da posição de mulheres que são negras e, ao mesmo tempo, acadêmicas, e que pelas suas experiências de vida se sentem estrangeiras nesse ambiente. Collins irá defender que essas mulheres que ocupam um lugar de marginalidade têm muito a contribuir para as Ciências Sociais, pois possuem um ponto de vista único sobre os fatos que irão pesquisar, por estes fazerem parte da sua própria experiência. Falando a partir do feminismo negro, ela defende que a marginalidade pode ser um estímulo para a criatividade, porque “[...] pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas” (2016, p. 101). Essa posição é defendida também por Bell Hooks:

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá ou façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. (HOOKS, 2015, p. 208).

Um dos aspectos relevantes da minha dissertação, é que ela foi produzida sobre mulheres negras quilombolas por uma mulher negra quilombola, o que

pode contribuir para outras formas de produzir conhecimento dentro da Antropologia, em que os integrantes de grupos que foram historicamente marginalizados, sempre foram tomados como objetos de estudo e não como produtores de conhecimento². Coloco isso porque, como diz Collins, é importante “[...] identificar o próprio ponto de vista ao se conduzir uma pesquisa” (COLLINS, 2016, p. 101). Foi por isso que trabalhei com a ideia de autoetnografia como um complemento ao conceito de etnografia. Daniela Versiani (2002) fala que essa alternativa – da autoetnografia – passou a ser apresentada a partir da inserção no meio acadêmico de pessoas vindas de grupos socialmente diferenciados. É uma forma de trazer as suas próprias experiências de vida para a reflexão, na abordagem de assuntos que dizem respeito diretamente ao grupo de que são originários.

Nesse sentido, trouxe para a dissertação um pouco da trajetória de minha família, especialmente as mulheres, não com o objetivo de auto engrandecimento, mas como uma forma de apresentar como uma família negra do meio rural conseguiu sobreviver às dificuldades econômicas, ao preconceito e romper barreiras, de forma que de avós analfabetos, passou-se hoje para alguns netos e netas com diploma universitário. Olhando para trás, na história de vida de familiares que remonta aos meus avós, muita coisa mudou, assim como muita coisa permaneceu.

A minha subjetividade – minha forma de pensar e sentir – foi moldada dentro de uma comunidade quilombola, por meio das experiências, conhecimentos e memórias transmitidas pelos meus antepassados e familiares imediatos. Conhecer essas trajetórias não significa apenas perceber uma história particular, mas também um pouco sobre o que é ser quilombola em sentido amplo, pois essas trajetórias possuem particularidades, mas também muitas semelhanças com outras que foram vivenciadas em diferentes contextos em que estão inseridas outras tantas comunidades quilombolas.

² Considero importante as reflexões da pensadora negra brasileira Sueli Carneiro sobre esse problema da representação e o quanto afeta as mulheres negras. Ao abordar a violência de gênero/raça, ela afirma: “[...] para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, **há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva**, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima” (CARNEIRO, 2003, p. 122; grifos meus).

Um ano após me formar em Pedagogia na UCPEL (2016), abriu o edital para aluno especial no Mestrado em Antropologia da UFPEL (2017), e me inscrevi para a disciplina “Manifestações culturais afro-americanas”. Foi muito gratificante aprofundar os estudos sobre minha própria cultura e as questões étnico-raciais. A partir daí começou uma nova experiência de vida a convite da professora da disciplina e que orienta esta dissertação. Entrei no Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas” que, dentre outras atividades, assessora grupos de mulheres artesãs em três comunidades da região, dentre eles, a de Maçambique. Passei a conhecer, por meio do projeto, comunidades que nunca tinha visitado, a participar de reuniões de estudos e das Feiras de Artesanato Quilombola, assim como em reuniões da Cáritas³ e do Fórum Micro Regional de Economia Solidária para viabilizar espaços de comercialização para os grupos de artesãs quilombolas. Eu mesma comecei um aprendizado como artesã, e minha comunidade também passou a se fazer representar nessas feiras. A cada dia que passa aprendo muito no projeto, é uma grande troca de saberes. Um fator importante da participação nesse projeto, é que foi por meio dele que fui conhecendo algumas das mulheres que participaram da minha pesquisa.

Acredito que com minha dissertação irei contribuir para preencher uma lacuna existente na produção do conhecimento, na área da Antropologia, sobre mulheres quilombolas. Essa lacuna se apresenta em todas as áreas, quando se considera o Rio Grande do Sul. Dos diversos artigos acadêmicos que consegui acessar na rede mundial de computadores, sobre mulheres quilombolas, poucos dizem respeito ao Rio Grande do Sul: três são sobre comunidades da Bahia (SAMPAIO & PACHECO, 2015; LIMA, 2014; SANTOS, 2012); dois são sobre comunidades do Pará (BARGAS & CAL, 2018; BARGAS & CAL, 2017); um sobre comunidades do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2016); um sobre comunidades do Ceará (SANTOS, 2017); um sobre comunidades de Pernambuco (SANTOS, 2012); um sobre comunidades de Santa Catarina (BOTEGA, TRAMONTE, 2015). As áreas do conhecimento das/os autoras/es dos artigos são: educação, desenvolvimento e meio ambiente, história, comunicação social e sociologia. Há uma ausência da antropologia nessas produções. Dentre os trabalhos existentes

³ Organização não-governamental vinculada à Igreja Católica, responsável pela realização de ações e de projetos sociais junto à coletivos vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

sobre o tema no RS, destaco o de Molet (2019) e o de Nunes e Marques (2019) o primeiro da área de História e segundo, da Pedagogia.

Dentre as dissertações consultadas, três são da área de História, duas sobre comunidades da Bahia (SANTOS, 2018; LIMA, 2015) e uma sobre a comunidade Conceição das Crioulas de Pernambuco (SOUZA, 2006). E consultei uma quarta dissertação que é da área de Geografia, sobre comunidades da Paraíba (MONTEIRO, 2013).

Por isso é importante também as políticas de ações afirmativas, especialmente os processos seletivos específicos para ingressos de quilombolas nas universidades públicas, pois é uma forma desses estudantes levarem um pouco da realidade de suas comunidades para dentro desse importante espaço de produção do conhecimento, independente da área em que estejam inseridos.

Esse trabalho se inspira em algumas referências do feminismo negro, como Angela Davis (2016), Suely Carneiro (2003, 2011), Bell Hooks (2015), Patricia Collins (2016; 2019), Carla Akotirene (2019), Avtar Brah (2006) e Kimberlé Crenshaw (2002; 2004). Segundo Collins (2016, p. 101), “O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras”. Em outra obra ela irá caracterizar o feminismo negro como uma “teoria social crítica” que defende a justiça econômica e social: “[...] o conhecimento pelo conhecimento não é suficiente – o pensamento feminista negro deve estar ligado às experiências vividas pelas mulheres negras e ter como objetivo mudar essas experiências para melhor” (2019, p. 77).

Estou ciente que esse trabalho não esgota as discussões do feminismo negro, e dialoguei com autoras que me foram, num primeiro momento, mais fáceis de acessar, o que acabou levando a privilegiar autoras norte-americanas. Contudo, como coloca Akotirene (2019, p. 32), “Antes de serem estadunidenses, as feministas são negras e refletem experiências pós-coloniais nas águas atlânticas como nós, suas irmãs de barco, noutra América”.

Considero importante a preocupação de Angela Davis de se buscar compreender a mulher negra para além das imagens que sobre ela se produziu desde o período da escravidão: ou pela sexualização ou pelos seus dotes maternais (2016, p. 15). Hooks (2015), outra feminista negra, traz alguns pontos para a reflexão sobre a idealização do movimento feminista que surgiu a partir

da organização de mulheres brancas universitárias de classe média e alta, que se apresentam como oprimidas e pretendem que seu discurso represente todas as mulheres, independente de classe social ou pertencimento racial. Hooks argumenta que esse discurso feminista não representa o ponto de vista de mulheres não-brancas e de brancas pobres, que são silenciadas por parte desse feminismo de elite.

No seu texto, Bell Hooks questiona as ideias da feminista Friedan, mulher branca que foi uma das fundadoras do pensamento feminista contemporâneo, e que reivindicava que as mulheres de classes privilegiadas se dedicassem a outras coisas além da casa, do marido e dos filhos, e colocando isso como se fosse uma reivindicação de todas as mulheres. Hooks argumenta que as mulheres negras e brancas pobres nunca tiveram o privilégio de ficar apenas cuidando da casa, marido e filhos, porque sempre tiveram que trabalhar para sustentá-los. Quando Friedan coloca isso como se fosse um problema de todas as mulheres, ela desvia a atenção do que era mais importante para as mulheres negras, que era a relação entre o machismo e o preconceito racial, sofrendo opressões na sociedade que as mulheres de classe média e alta não sofrem. Friedan estava igualando todas as mulheres para os mesmos problemas, sem levar em conta as particularidades de classe e raça⁴. Por isso, Hooks contesta a afirmação de Friedan de que todas as mulheres compartilham da mesma “sina”.

Esse discurso de mulheres brancas feministas dominou o movimento feminista por um período, negando a relação entre machismo e outras formas de dominação e a diversidade de experiências que isso gera. Hooks concorda que o machismo é uma forma de dominação, mas diz que não age da mesma maneira para todas as mulheres. A depender da situação, outras formas de dominação causam mais opressão sobre alguns segmentos de mulheres do que o próprio machismo:

Há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe gera diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham – diferenças essas raramente transcendidas. (HOOKS, 2015, p. 197).

⁴ Hooks (2015, p. 198) coloca: “[...] mulheres brancas de classe média conseguiam fazer de seus interesses o foco principal do movimento feminista e empregar uma retórica do comum, que fazia de sua condição um sinônimo de “opressão”.

Sueli Carneiro, uma das principais pensadoras negras brasileiras, faz afirmações sobre o feminismo que são semelhantes ao que coloca Hooks para o contexto norte-americano:

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Carneiro usa o termo “enegrecendo o feminismo” para indicar o quanto o feminismo branco não consegue “[...] integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais”. Esse feminismo precisa, segundo ela, “enegrecer”, ou seja, levar em consideração a “[...] perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra, e, em geral, pobre [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Para Carneiro, além da igualdade entre os sexos, deve haver uma luta pela igualdade intragênero, ou seja, entre as próprias mulheres, o que significa mexer com outros fatores, como raça e classe.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Ao propor uma pesquisa sobre mulheres negras quilombolas, com origem no meio rural, não tem como fugir do problema de como se articulam as condições de raça, gênero, classe e procedência geográfica, dentre outras. A pesquisadora afro-americana Kimberle Crenshaw propõe o conceito de interseccionalidade para “[...] incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos” (2004, p.8). Ela propõe isso para permitir abordar essas categorias e outras, como classe, de maneira conjunta, principalmente quando lidamos com contextos marcados por discriminações de vários tipos. Segundo ela “[...] A

interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (2004, p.10).

Em outro texto, Crenshaw define:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173) ⁵.

Patrícia Collins chama esse entrecruzamento de “natureza interligada da opressão” (2016, p. 107). Carla Akotirene (2019, p. 27) atenta que mesmo quando a palavra interseccionalidade não estava na moda, ativistas e intelectuais negras já mostravam a importância de levar outros fatores em consideração, além de gênero, nos movimentos de mulheres. Observei a referência a essa perspectiva por parte de algumas pesquisadoras que estudaram a presença feminina nas comunidades quilombolas, como Bargas e Cal (2018); Sampaio e Pacheco (2015); Santos (2018); Almeida (2016); Nunes e Marques (2019).

No Capítulo 1 dessa dissertação relato minhas experiências etnográficas, como foram minhas saídas de campo e o encontro com as colaboradoras da pesquisa. Clifford Geertz (1989) afirma que uma etnografia se constrói por meio de um diálogo, em que procuramos interpretar as interpretações que as próprias pessoas elaboram sobre suas vivências. E a forma como a interpretação do antropólogo é elaborada depende das condições com que o diálogo é estabelecido, pois o conhecimento é sempre uma aproximação da realidade, nunca uma leitura completa. Por isso, detalho como foram os meus encontros

⁵ Brah (2006, p. 351) afirma: “Seria muito útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”. Akotirene também coloca que o termo interseccionalidade “[...] demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.” (2019, p. 59).

com cada uma das colaboradoras e os diferentes graus de intimidade que consegui construir com cada uma delas.

No segundo Capítulo, esmiúço a trajetória de cada uma das interlocutoras, trazendo brevemente um pouco da história familiar e alguns detalhes sobre os locais em que viveram e a diversidade de experiências. Acompanha esse capítulo algumas reflexões sobre o conceito de comunidades quilombolas, assim como alguns dados sobre as comunidades particulares de cada uma das colaboradoras. Procuo fazer assim, como nos demais capítulos que seguirão, um diálogo entre etnografia e autoetnografia.

No Capítulo 3 serão abordadas as condições de vida dessas mulheres, os papéis femininos, a inserção nos espaços de trabalho desde a infância, a forma como organizam suas jornadas de trabalho, dividindo-se entre cuidados com as atividades domésticas e com atividades agrícolas e outras, não agrícolas. A maneira como esses modos de vida as levam a interiorizar uma imagem de mulheres fortes, longe da ideia de fragilidade e dependência que geralmente é associada ao gênero feminino. O capítulo aborda ainda a identificação com as atividades manuais, como isso pode ser uma maneira de auto afirmação de suas capacidades e, atualmente, com a valorização das tradições quilombolas, uma possível fonte de renda. Na continuidade, abordo as formas de racismo no cotidiano, desde a infância, principalmente no âmbito educacional, e o quanto isso impacta nas condições de vida das comunidades negras no transcorrer das gerações.

No quarto Capítulo, o tema é a construção das relações de gênero e os espaços específicos da mulher dentro dessas comunidades, desde a infância, passando pela adolescência e vida adulta, com o foco nos padrões de moralidade, os valores familiares, que serviam tanto para proteger como para controlar. Nesse capítulo, apresento também as mudanças nas formas de viver as relações afetivas no decorrer das gerações, com as colaboradoras indicando o que mudou nas relações entre homens e mulheres.

Finalmente, no Capítulo 5, abordo fatores de empoderamento das mulheres quilombolas, sua forma singular de fazer política. Nesse sentido, primeiro trago alguns dados sobre parto e benzimentos, para indicar como se desenvolvia uma tradição de cuidados com a vida por parte dessas mulheres, e que era também uma fonte de autoridade. Depois desenvolvo outras formas de

exercício do papel de liderança, que passaram a existir em um período mais recente, relacionado ao autorreconhecimento como remanescentes de quilombos. Finalizo o capítulo apresentando a importância e os significados do acesso à educação para as mulheres quilombolas, como outra importante fonte de novos projetos de futuro e de valorização de si e de suas comunidades.

Espero, com essa dissertação, ter conseguido produzir além de conhecimento, esperança de um mundo melhor, ao mostrar a força com que essas mulheres enfrentam os desafios da vida.

1. Aprendizados de etnografia

[...]
 Encontrei minhas origens
 Na cor de minha pele
 Nos lanhos de minha alma
 Em mim
 Em minha gente escura
 Em meus heróis altivos
 Encontrei
 Encontrei-as enfim
 Me encontrei
 (Oliveira Silveira)

Nesse Capítulo, relato minhas experiências etnográficas, como foram minhas saídas de campo e o encontro com as colaboradoras da pesquisa. Clifford Geertz (1989) afirma que uma etnografia se constrói por meio de um diálogo, em que procuramos interpretar as interpretações que as próprias pessoas elaboram sobre suas vivências. E a forma como a interpretação do antropólogo é elaborada depende das condições com que o diálogo é estabelecido, pois o conhecimento é sempre uma aproximação da realidade, nunca uma leitura completa. Por isso que detalho como foram os meus encontros com cada uma das colaboradoras e os diferentes graus de intimidade que consegui construir com cada uma delas.

1.1 Subindo a Serra dos Tapetes de Canguçu

Conheci a comunidade de Maçambique (Canguçu) por meio do Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”, que presta assessoria ao grupo de artesãs, do qual Carmem Lúcia dos Santos é coordenadora. E já tinha participado de várias saídas de campo para essa comunidade quando, no início de 2019, perguntei à Carmem se ela aceitava participar do meu trabalho, dando uma entrevista, falando da sua experiência de vida. Ela prontamente aceitou e ficou feliz em me ajudar, e disse que eu podia ficar em sua casa, foi perfeito para mim, pois ia me permitir participar um pouquinho da sua vida. Então combinei com a Carmem que na próxima visita à comunidade com o projeto, já ia ficar em sua casa, e foi o que eu fiz.

No dia 04 de abril de 2019, foi agendada a próxima visita do Projeto à comunidade. Combinei com minha orientadora para já ficar e fazer minha primeira saída de campo do projeto de mestrado. Para me organizar fui um dia antes para a cidade, na casa de uma amiga, para comprar comida para levar. Neste dia fui dormir na casa da minha orientadora para conversarmos sobre a viagem e ter mais uma orientação, pois já iria ficar na comunidade, depois do dia de trabalho que teríamos juntas com o grupo de artesãs.

No outro dia, como sempre acontece quando vamos para essa comunidade, acordamos bem cedo pois o carro da universidade estava agendado para sair às 07:00h da manhã. Fomos só eu e a professora neste dia. Durante a viagem, paramos num posto de gasolina para tomar um café e comprar algumas coisas para fazer o almoço. Chegamos em Maçambique às 10:00h da manhã. As mulheres que fazem parte do grupo de artesanato já estavam nos aguardando: Carmem e seu neto Rafael, que na época tinha 1 ano e 2 meses, Maria Joana, Maria Jaci, Sandra, Dilma, Maria Conceição, sua filha Adriana e a filha desta, Luana, de 3 anos. O fogão à lenha já estava aceso e a lenha cortadinha para fazermos o almoço.

A Dona Maria Conceição tem duas casas, a casa em que reside e a casa antiga. A casa antiga ela usa para as mulheres fazerem o artesanato e o almoço, e alguns quartos, como depósito para guardar produtos e equipamentos agrícolas. Na cozinha tem um fogão à lenha, mesa, pia e um armário para guardar alimentos e algumas louças. Na peça dos artesanatos tem as máquinas de costura, mesas, um armário de metal, cadeiras e bancos para sentar. Os retalhos ficam em prateleiras feitas de tábua e, às vezes, recebemos visita de um beija-flor, que fez seu ninho rente ao telhado.

Eu fiquei responsável por fazer o almoço e a professora ficou me ajudando na confecção dos artesanatos, dando dicas e conversando sobre os eventos que iríamos participar e onde poderiam ocorrer as Feiras de Artesanato Quilombola. A preparação do almoço inicia no dia anterior. A professora compra os produtos e alguns já prepara na sua casa para no dia seguinte levar pré-cozidos em potes e numa mala térmica. Isso facilita a preparação do almoço na comunidade, liberando o tempo para a interação com as artesãs. Após o almoço também ajudei na organização dos artesanatos.

À tarde organizamos um café e logo após todos tomarem um cafezinho feito na hora, bemquentinho, a professora Rosane foi embora com o motorista, pois tinha começado a chuva e o tempo se armava para uma tempestade, eles tinham medo de atolar o carro na descida da serra.

Como eu ia ficar na casa da Carmem, então, no final da tarde nós começamos a organizar as coisas para ir embora: eu, Carmem, Savane que é filha da Carmem, mãe do Rafael, que foi até o grupo depois de voltar da escola. Estávamos esperando a chuva passar na casa da Dona Maria Conceição, assim como Sandra. Enquanto esperávamos, comemos milho verde cozido, tomamos chimarrão e conversamos um pouco. Comentei que minha avó tinha em torno de cento e poucos anos quando faleceu, porque ela contava que tinha tirado a certidão quando tinha aproximadamente dez anos de idade. Aí Dona Maria disse que ela também tirou a certidão de nascimento mais tarde, só que quando o pai dela foi registrar, não lembrava a data de nascimento, então colocou a data de nascimento da sua irmã mais nova e trocou tudo na hora do registro. Comecei a entender, nesse momento, que as particularidades entre as comunidades sempre acobertavam experiências muito semelhantes.

Quando fomos para a casa da Carmem, tinha ocorrido uma queda de energia elétrica. Ao chegarmos, acendemos as velas, ficamos na cozinha e Carmem acendeu o fogão à lenha, no momento em que a chuva deu uma estiada, nós duas fomos pegar a lenha que estava na rua e colocamos no galpão, para o marido da Savane cortar de motosserra no outro dia.

A casa da Carmem fica em cima de uma serra, dá para enxergar o ônibus de linha passar na estrada geral que fica à uns três quilômetros, por ser um local mais elevado, no fundo da casa dá para ver cerros. Sua casa é de alvenaria e pintada, tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro, todas as peças pequenas, sua sala tem vários equipamentos e materiais de costura. Ao lado da casa, tem também um galpão para guardar equipamentos e produtos agrícolas, um galinheiro e uma horta que ficam perto de casa. Ao redor de seu pátio tem poucas árvores, tem mais campo e vegetações diversas. Embora se avistem várias áreas de mato alguns metros mais distantes, tanto nativos, como plantados (acácia e pinus).



Figura 2 - Casa de Carmem Lúcia, vista de frente. Fonte: Leandra Ribeiro Fonseca.

Carmem comentou que é muito comum faltar energia, basta um pouco de vento ou chover um pouquinho, e as quedas podem durar até três dias. Outro problema que as famílias enfrentam quando chove é o ônibus, pois ele não entra nas estradas de chão que dão acesso à comunidade, transitam só na faixa, que fica longe uns quinze quilômetros, para poder ir até lá tem que pagar alguém que leve de moto ou carro ou ir à pé. Logo em seguida, o marido da Savane chegou do serviço, ele trabalha em um empreendimento próximo, de plantação de oliveiras. Tomou um banho e nos preparou um mate, tomei algumas cuias de chimarrão e fui tomar o meu banho gelado, pois ainda não tinha energia. Em seguida tomamos café, organizamos as coisas e fomos nos deitar, porque no outro dia iríamos nos levantar cedo. Eu dormi numa cama no quarto da Carmem, e o seu neto também sempre dorme com ela.

Quando a Carmem vai deitar, ela pega a Bíblia e lê pra si um versículo, apaga a luz (nesse dia, a vela) e vai dormir. Mas nesse dia, como eu estava lá, conversamos um pouco, comentou que trabalha na casa da Dona Santa às quartas e sábados, uma senhora aposentada que também é da comunidade quilombola. Ela me mostrou no celular o vestido da formatura da Savane, o dela também, e mostrou a saia preta da filha mais velha, Juslaine, que usou para a formatura da Madalisa⁶. Todas essas peças de roupa costuradas por ela.

⁶ Madalisa é sobrinha da Carmem e uma moça da comunidade que fez a sua graduação em direito na FURG, fazendo parte de uma das primeiras turmas de estudantes quilombolas que entraram na universidade por meio de processo seletivo especial.

Carmem comentava, enquanto mostrava as roupas que produziu, que seu sonho é ter um ateliê de costura e poder fazer suas criações de roupas. Neste momento, perguntei para Carmem se eu poderia ir junto no serviço dela no sábado. Ela me disse que sim, mas era uma hora e meia de caminhada, que eu iria cansar. Eu disse que estou acostumada a caminhar.

Então no outro dia, uma sexta-feira, nós levantamos cedo, Savane foi para o colégio e seu marido não foi trabalhar por causa da chuva, então tomamos café pela manhã, enquanto fazíamos os afazeres conversamos e o Rafael ficou na nossa volta brincando e depois ficou um pouco com o pai. A Carmem me contou nesse dia que ela não estava fazendo muito artesanato. porque cuidava do Rafael para Savane ir para o colégio, era mais difícil para fazer com criança perto, mas mesmo quando Savane está em casa, ele não sai de perto da avó, não deixa ela fazer muita coisa, pois é muito apegado à ela. Também relatou que tinha se separado do marido porque ele era muito ciumento. Trabalhou em vários lugares. Hoje em dia Carmem planta numa horta mais pequena amendoim, feijão, batata-doce e verduras, apenas para o consumo da casa. Como pega muita costura por encomenda, já não faz mais plantações grandes de lavoura, pois é só ela para dar conta de tudo. A sua água vem direto da cacimba.



Figura 3 - Carmem mostrando sua horta. Fonte: Leandra Ribeiro Fonseca.

Josué, marido de Savane, planta milho, cria mais galinhas e dois cavalos na área de terra da Carmem. Ela disse que não pega nada do que ele vende, pois ele tem que dar as coisas para Rafael e Savane. Carmem disse que só dá a comida, roupa ele é quem compra com a venda dos produtos da lavoura.

Passei a manhã ajudando Carmem nos afazeres domésticos e conversando o tempo todo, principalmente sobre a situação da sua separação. Na parte da tarde, fui até a casa dos artesanatos pegar as bonecas de fuxicos que tinham sido feitas no dia anterior e que precisava levar para Pelotas para colocar nas feiras de artesanato. Elas tinham ficado lá para secar o acabamento do rosto. Aproveitei para tomar chimarrão com Maria da Conceição antes de voltar para casa de Carmem.

No sábado fui com Carmem para o seu serviço, nós saímos às 6:30h da manhã, pois o serviço é longe, dá uma hora e meia caminhando a pé. Eu acordei 05:50h, Carmem acordou um pouco depois, mudou o Rafael, deu leite e a Savane o levou para o quarto dela. Tomamos um café, e logo em seguida saímos. Pelo caminho nós fomos conversando, a Carmem contou um pouco sobre sua vida, e fui falando da minha também. No meio do caminho, Carmem arrancou vassoura para levar para o serviço, para varrer o pátio da Dona Santa, logo após paramos na casa da Salete, para pegar leite para Rafael e Dona Santa, a senhora onde ela trabalha. Também parou em duas casas, no trajeto, para entregar duas mochilas que havia costurado para trabalhadores que trabalham no empreendimento de madeira da redondeza. Chegamos na casa da Dona Santa 08:15h da manhã, a Sandra, que também faz parte do grupo de artesanato, estava lá, pois ela dorme com Dona Santa. Ainda tinha também um senhor chamado Vitorino, que estava roçando o pátio para ela. Ele trabalhava em Santa Vitória do Palmar, em uma granja. Dona Santa fez um mate, tomamos umas cuias de mate e logo em seguida ela nos chamou para tomar um café. A Carmem foi trabalhar, eu dei uma olhada no pátio e a Sandra nos deu tchau e me convidou para ir outro dia na casa dela.

No serviço, Carmem arruma toda a casa, varre o pátio e também ajuda Dona Santa a dar banho no irmão que é idoso e doente. Ajudei Carmem a pendurar roupas no varal e depois ela foi varrer o pátio, mas o clima estava ruim no dia porque tinha chovido, ela me disse que a Dona Santa tem aquilo de antigamente, de varrer o pátio para os brancos olharem e verem que está limpo.

A Carmem me disse que ela não pensa assim, vare o pátio pra ela, não pros outros.

Fui explorar o pátio, encontrei o senhor Vitorino o roçando, ele perguntou de onde eu era. Após lhe dizer, perguntei de onde ele era, disse que morava ali perto da casa da Dona Santa e que trabalhou 6 meses na granja. Mostrou uma figueira que tem mais de 200 anos, avistei um fruto no chão, perguntei para seu Vitorino qual seria, e ele disse que era araticum. Depois disso, me mostrou outros frutos nativos como guabijú, angá e flor beladona. Pedi uma muda da flor beladona para Dona Santa, disse que eu podia pegar o que eu quisesse de plantas, peguei mais algumas plantinhas para levar pra casa.

Depois disso, fui conversar com Dona Santa, que estava preparando nosso almoço, sobre o tempo que ela mora ali, ela disse que mais de 40 anos, e que já havia morado em vários lugares, que gosta de morar ali, área de herança de seus pais. Ofereci ajuda, disse que não precisava, perguntei se ela tinha alguma horta, disse que sim, mas não planta muita coisa, a maioria ela compra. Depois de conversar um pouco com ela, dei mais uma caminhada no pátio, ela nos chamou para almoçar, a comida estava uma delícia, era feijão mouro, arroz, mandioca frita, linguiça, referi e suco. A Dona Santa tem 84 anos e tem um problema na coluna, anda agachada, mas faz tudo dentro de casa, além de capinar o pátio.

Depois do almoço, Carmem foi arrumar a cozinha, eu ajudei a arredar os bancos para ela passar o pano no chão. Em seguida fui na rua para ajudar Dona Santa que estava comprando comida de um caminhão que percorre a serra de casa em casa vendendo gêneros. Ajudei a carregar pra dentro de casa. Retornei ao caminhão para avisá-la, a pedido de Carmem, que seu cachorro estava com dois buracos e com berne, se ela não tivesse remédio, era pra ela comprar. Ela respondeu que já tinha remédio guardado.

Saímos da casa de Dona Santa as 17:15h, debaixo de uma chuva fraca, Carmem parava em frente de uma casa ou outra para conversas breves e chegamos em casa as 19:50h. Quando chegamos, o Rafael estava dormindo e Savane estava fazendo janta e olhando um filme com Josué, os dois tomando mate. Savane começou a organizar as coisas que a mãe dela tinha ganhado, eu fui para o quarto organizar minhas coisas para tomar banho e Carmem também foi organizar as suas. Depois fui para a cozinha tomar chimarrão e Carmem

arrumou a mesa do café pra nós duas, a Savane e Josué gostam de jantar, nesse meio tempo acordou Rafael e já ficou na volta da avó.

Nós nos organizamos para dormir e Carmem me mostrou fotos pessoais de quando suas filhas eram crianças e adolescentes e do aniversário do primeiro aninho do Rafael, disse que adora tirar fotos e guardar para lembranças, depois Carmem foi fazer Rafael dormir e leu a Bíblia antes de dormir.

Na manhã seguinte, levantamos, tomamos um belo café da manhã, ajudei a Carmem a estender roupas, tirei algumas fotos da sua horta. Ela me disse que já tinha colhido amendoim e agora tinha plantado cebolinha e salsinha, mostrou os milhos que o seu genro plantou para os animais, depois foi para o galinheiro pegar ovos. Perguntei pra ela se tinha visto algum animal diferente na volta da sua casa, pois lá tem tudo que é tipo de vegetação. Ela disse que sim, eles cruzam no campo. pois tem uma floresta na volta da casa, ela já viu tucano, veado, cachorro do mato, raposa e gambá.

Logo em seguida, fui pra casa da Dona Maria Conceição, pois ela me convidou para ir almoçar com ela. Cheguei na casa da tia Mara, como ela é conhecida e sua filha Adriana e sua neta Luana já estavam acordadas. Adriana fez um mate para nós tomarmos e Dona Maria ficou na volta da comida. Começamos a conversar, falei que tinha um avô que morou em Canguçu, ele se chamava Constantino Ribeiro, ela disse que também tinha ascendentes com sobrenome Ribeiro, e que tem na comunidade a Vila dos Ribeiro, perguntou se eu sabia de algum apelido do meu avô, eu disse que não.

Ficamos conversando enquanto ela cozinhava. Dona Maria comentava que era muito difícil morar no interior de Canguçu, pois tudo é muito distante e para comprar as coisas na venda, precisa pagar alguém para se deslocar ou esperar um caminhãozinho que traz gêneros para vender nas casas, mas se chove muito o caminhão não vem e tem que arrumar outro jeito de ir até a venda. O mesmo problema acontece com os ônibus que circulam pela serra, com chuva, só na faixa, como Carmem já havia me dito.

Adriana comenta que no próximo ano Luana vai para o colégio, o local para colocá-la no transporte escolar fica distante da casa e terá que levá-la até lá. Adriana falou que quando estudava, ia para o colégio caminhado a pé, sozinha, mas quando passou estudar de manhã, sua mãe à levava, por achar

perigoso uma mocinha andando sozinha no meio do mato, então todos os dias, às 5:30h da manhã as duas saiam de casa para ir até a escola.

Dona Maria Conceição manifestou seu desejo de ir embora da comunidade, pois os recursos são muito difíceis e tudo é muito longe, pensava em ir pra cidade, mas fica preocupada com Adriana, pois ela é acostumada a trabalhar na lavoura, não sabe se ela vai conseguir um emprego na cidade. E assim foi o meu dia, de conversas e um bom chimarrão. A ideia dessa visita era me aproximar de Dona Maria Conceição, para numa próxima visita à comunidade, entrevistá-la. Na outra saída de campo, porém, Dona Maria estava viajando para o município de São Gabriel, pois uma filha que lá morava tinha falecido de repente. Na visita posterior, Dona Maria estava doente e abatida pela perda da filha, então não falei nada pra ela sobre a entrevista, pois achei que aquele não era o momento adequado. Esta seria a última vez que eu a veria.

Em dezembro de 2019, Dona Maria foi hospitalizada, com câncer e outros problemas de saúde, não resistiu e faleceu ao final desse mês. Foi a perda de uma grande liderança, que estava à frente da Associação Quilombola há vários anos, que sempre recebia com muito afeto quem à procurava. Me lembro que quando ia com o projeto no grupo de artesanato, sempre ia até sua casa pegar as coisas para fazer o almoço ou café, ela sempre organizava pra mim, já estava acostumada comigo, dizia que eu era da família, criamos um vínculo muito bonito. O pouco que convivi com ela, aprendi muito, principalmente a ter força e coragem. Admirava a sua sabedoria imensurável, mesmo com dificuldades para enxergar, fazia lindos balaios de palha de milho e uns belos fuxicos. Ela era uma grande referência na sua comunidade, mesmo com a idade já avançada, participava dos fóruns e reuniões para lutar pelos direitos e políticas públicas para os seus.



Figura 4 - Dona Maria Conceição, falecida em dezembro de 2019. Foto de Daniele Borges Bezerra, de 2016, para a Mostra Bravas Mulheres. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Retornando ao relato da saída de campo, naquele domingo, ao voltar para a casa da Carmem, tinha a visita da sua filha mais velha, Juslaine e seu marido. Havia também um senhor que estava visitando a família. Eu, Carmem e Juslaine ficamos conversando na cozinha, Carmem me mostrou a cuca que ela tinha feito, estava esperando crescer para poder assar. Juslaine me deu as bonequinhas de fuxico que ela fez pra eu levar para as feiras de Pelotas, e mostrou fotos dos artesanatos que faz. Aquele era seu último dia de férias, na segunda já ia recomeçar a trabalhar no seu serviço de agente de saúde.

Logo em seguida chegaram Savane, seu marido Josué e seu filho Rafael, eles retornavam de um bingo, mostraram o que tiraram na pescaria e também no leilão. O senhor que estava de visita tinha ido embora, Juslaine e seu marido também se despediram, não quiseram ficar para jantar porque já era tarde. Carmem aprontou a cuca e Savane terminou a janta. Após algumas cuias de chimarrão fomos nos alimentar com a TV ligada no Domingão do Faustão e Rafael brincando na volta.

A cuca que Carmem fez era de goiabada, comemos com ela relembando que era algo que sua avó sempre fazia, ela disse que não ficou parecida, mas que um dia ela chega lá. Sua avó nunca deu a receita pra ela, pois quando era adolescente não se interessou em aprender, só observava com pouco interesse,

não parava para aprender. Agora que buscava resgatar a receita por conta própria. Estava uma delícia a cuca, dei a ideia pra Carmem fazer para vender, ela gostou e disse que era mais uma alternativa de renda.

A entrevista com Carmem ocorreu no domingo, depois da janta, nós fomos para o seu quarto, pois era mais silencioso. A Carmem deixou o Rafael com Savane e nós fechamos a porta, no desenrolar da entrevista o Rafael começou a chorar, porque ele queria a avó, ele ia na porta e batia. Aí resolvemos abrir a porta e deixar ele entrar, mas ele não parava, por estar com sono, a Carmem dava brinquedo para entreter, ele ficava um pouquinho quieto, mas já começava a chorar, então paramos alguns instantes para Carmem atendê-lo. Foi difícil, pois o Rafael estava chorando e nós estávamos fazendo a gravação, mas deu tudo certo, mesmo o netinho estando na volta, a Carmem estava tranquila na entrevista que durou aproximadamente uma hora.

Então nos organizamos para ir dormir, no outro dia precisava acordar às 05:00h para tomar banho e ir caminhando com a Savane até a parada do ônibus. Então chegou o dia de voltar para minha querência, eu, Savane e Carmem nos acordamos cedo, e o Rafael também, com todo o pique, bem acordado. Depois de Savane e eu tomarmos café, conversei um pouco com Carmem, que me disse para aparecer novamente na casa dela quando quisesse. Eu agradei a hospitalidade, me despedi dela, de Rafael e pegamos a estrada.

A Savane pegou uma lanterna, eu acendi a lanterna do meu celular, por conta da escuridão, então nós duas saímos às 05:30h da manhã. Estava bem friozinho, caindo uma cerração e em alguns trechos a estrada estava embarrada. No meio do caminho a Savane explicou que eu deveria pegar o ônibus da linha Marinheiro quando chegasse na rodoviária. Ao longo do caminho, Savane e eu não conversamos muito, pois as duas estavam a todo tempo fungando o nariz, nossas respirações estavam péssimas e Savane estava com dor de garganta por causa do tempo. Mesmo assim, caminhamos rápido. Chegamos na parada do ônibus às 05:50h, a Savane disse que o ônibus costumava passar 06:10h, ela explicou que o ônibus do colégio poderia passar primeiro que o da linha, mas se isso acontecesse era pra mim pedir para o cobrador mostrar, quando chegasse em Canguçu, qual era o ônibus Marinheiro que iria para Pelotas.

Como o ônibus de linha veio primeiro, Savane pediu para o cobrador me mostrar o ônibus que tinha que pegar em Canguçu para ir até Pelotas, me

despedi da Savane e agradei a ela pelos dias em sua casa. Chegando na rodoviária de Canguçu, consegui alcançar o ônibus que a Savane havia me indicado e peguei o rumo a Pelotas.

A convivência na casa da Carmem foi maravilhosa, fui bem acolhida por todos, contemplada por essa experiência de conviver em sua casa e perceber que moramos distantes uma da outra, mas nós temos algo que nos liga em alguns pontos da nossa trajetória de vida. Foi interessante descobrir a possibilidade de sermos parentes distantes por parte do meu avô materno que viveu naquela região. Isso diz muito sobre as condições de vida do pós-abolição, em que muitas pessoas tiveram que caminhar para longe para poder encontrar alguma forma de sobrevivência. Mas o destino nos surpreende, nos mostrando o que guarda para nós e nada na vida é por acaso, essa pesquisa está me mostrando a importância de reconstruir os vínculos entre essas comunidades, eu não estou fazendo apenas pesquisa, mas também resgatando relações. Voltei da minha primeira experiência de campo com a certeza da importância, para nós mulheres quilombolas termos mais visibilidade, termos a possibilidade de mostrar nossos saberes que foram aprendidos com nossos ancestrais, de reconstruir nossas memórias que foram silenciadas, e eu própria me descobrindo em todos os sentidos da vida.

Como ficaram algumas questões em aberto na primeira entrevista, tentei aproveitar uma vinda de Carmem para Pelotas, em que ela ia participar de uma atividade do projeto de extensão no Museu da Baronesa, no dia 22 de novembro de 2019. Ela iria dar uma palestra para as crianças do Colégio Monteiro Lobato de Porto Alegre, que estavam na cidade fazendo visitas aos prédios históricos relacionados à presença negra na cidade. Eles haviam assistido o documentário “Eu Aprendi Vendo”, produzido pela equipe do projeto, que retrata as experiências e saberes das mulheres do grupo de artesãs da comunidade de Maçambique. A ideia era fazer um debate com alguém da comunidade, por isso Carmem viria até Pelotas. E algumas pessoas da equipe do projeto ficaram responsáveis pela Feira de Artesanato, enquanto Carmem conversava com as crianças, inclusive eu. No dia anterior, combinei com Carmem de nos encontrarmos no Mercado Público pela manhã, para fazer mais uma entrevista, pois o evento no Museu aconteceria no turno da tarde. Chovia muito nesse dia, eu e a Carmem nos sentamos nas cadeiras e fizemos uma breve entrevista, para

preencher as lacunas da pesquisa. À tarde a atividade foi muito gratificante, foi inspirador ver uma mulher negra, simples, da Serra dos Tapes, ensinando sobre a vida para crianças em sua maioria brancas, de situação econômica privilegiada.

1.2. Resistência negra na cidade de São Lourenço do Sul

O nome de Vera Macedo foi sugerido para participar da minha pesquisa pela minha orientadora que já a conhecia, em razão dela ter atuado fortemente na organização das comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul, e por estar organizando, atualmente, seu próprio quilombo.

Conheci Dona Vera, no “IV Seminário das Mulheres do Campo, das Águas e Florestas”, que aconteceu entre os dias 13 e 15 de junho de 2019, no Campus da FURG em São Lourenço do Sul, ocasião em que eu fui convidada para fazer parte de uma Mesa Redonda. Foi passado um documentário, organizado pela Profa. Dra. Graziela Rinaldi da Rosa, em que Vera fez parte, o que já me levou a conhecer um pouco de suas experiências. Na hora do almoço, me aproximei dela e conversei bastante e expliquei sobre a minha pesquisa, como seria feita e que eu gostaria que ela participasse. Ela aceitou e ficou muito feliz, passou seu contato e disse que me aguardava em uma data que ficasse melhor pra mim. Mais ou menos uma semana depois, eu à contatei para marcar o encontro.

Então, no dia 25 de junho de 2019, fui fazer entrevista com ela, sai de minha comunidade às 07:50h, tinha um sol fraquinho, mas estava bem agradável o dia, fui em pé no ônibus até a cidade de Pelotas, cheguei no centro por volta de 09:00h da manhã. Primeiro passei na fruteira para comprar suco, uma bolacha recheada e um pacote de bolacha salgada, para o café de tarde com Dona Vera, logo após me encaminhei até a rodoviária para pegar ônibus para São Lourenço do Sul. Chegando na rodoviária, aguardei até às 10:30h para tomar o ônibus, preocupada com o tempo que estava se armando para chover e eu não havia pego o guarda-chuva. Chegando em São Lourenço do Sul, da rodoviária liguei para meu irmão, para avisar que estava indo para a casa de Dona Vera de taxi, cujo endereço ela havia me passado um dia antes.

A casa de Vera fica perto da praia. Cheguei 12:40h, ela me recebeu no portão, entrei em sua casa, cumprimente seu marido, logo ela disse pra mim

almoçar, depois do almoço fomos para sala, assistir o documentário das comunidades de São Lourenço do Sul, a comunidade Picada fica na localidade de Santa Tereza, Torrão e Monjolo, na localidade de Cantagalo. Dona Vera participou do documentário por meio de uma entrevista. Como ela já realizou trabalhos nessas comunidades, me explicou que cada comunidade tem sua sede para se reunir e fazer seus artesanatos.



Figura 5 - Vera Macedo com seu marido. Fonte: repassada por ela por Whats'App.

Fiquei toda a tarde conversando com Dona Vera, que falou um pouco da sua trajetória familiar, o que não vou trazer aqui, por serem informações que ela repetiu no outro dia na entrevista que fiz com ela. A ideia desse primeiro dia era criar uma familiaridade com ela, para nos conhecermos melhor antes de ir para uma entrevista.

Dona Vera disse que é militante do movimento negro, ela não mora no quilombo, sempre ia em eventos, e palestras relacionados a cultura afro-brasileira, ia também nos colégios falar com as crianças sobre o tema, muitas

vezes os professores não queriam ficar na sala, e ela sempre dizia que os professores tinham que participar, para ver como era trabalhado com os alunos, pois não adiantava nada pessoas do movimento fazerem todo um trabalho, se depois o professor, que não tinha acompanhado, desconstruía o que tinha sido feito.

Comentou sobre as políticas públicas e cotas, que entendia que não era um favor, mas sim uma reparação dos danos causados na época da escravidão, aos nossos antepassados. Eu comentei que eles saíram da escravidão “sem eira e nem beira”, ela me perguntou se eu sabia o que significava, eu disse que era uma pessoa que não tinha bens, então ela disse: vou te explicar. Disse que as casas das pessoas que tinham posses, tinham um telhado duplo: tinha a eira, a beira e tripeira, e a casa das pessoas pobres só tinha tripeira.

Ela comentou que tinha um vídeo, que foi para as escolas, que o título era Vista a Minha Cor, no qual as crianças negras eram ricas e as crianças brancas eram pobres, tudo invertido. Será que a professora estava preparada para explicar as perguntas que iriam surgir dos alunos, me perguntava. Continuamos conversando sobre suas atividades de militância, até ela me convidar para tomar um café, delicioso, tinha um pão feito em casa e mel, bolacha salgada que eu tinha levado. Após o café e com o início da chuva, contatei o meu irmão para ir me buscar de carro.

Enquanto aguardava meu irmão chegar, o diálogo prosseguia. Vera contou que quando teve a enchente em São Lourenço do Sul, estragou a maioria dos livros sobre cultura negra que ela havia comprado nas viagens, mas me mostrou um livro cujo título era “Arte, Adorno, Design e Tecnologia no Tempo da Escravidão”. A obra mostrava utensílios e joias que os negros fabricavam, eram fotos de objetos que estão em exposição em um museu do Rio de Janeiro. O autor tinha apresentado o trabalho em uma universidade e não passou, ingressando na FURG, apresentou o trabalho e foi aprovado, várias pessoas do movimento negro tinham ido na apresentação do trabalho, inclusive Dona Vera.

Já era em torno de umas 18:00h quando meu irmão finalmente encontrou a casa, ele entrou e conversou um pouco e também olhou os livros que Dona Vera estava me mostrando. Eder comentou que também tinha ido na apresentação do trabalho sobre os utensílios e joias. Conversaram também que temos que cuidar, pois tem pessoas que só querem se beneficiar em cima das

comunidades quilombolas, porque antigamente vinham muitas verbas públicas, as pessoas brancas que tem cargos mais elevados sabiam, então faziam um projetinho mais ou menos, e o resto do dinheiro era desviado. E as pessoas das comunidades, a maioria não sabe que o dinheiro que vem é delas, acham que é uma ajuda. Dona Vera voltou a dizer que isso não é uma ajuda, é uma reparação pelo que fizeram com nossos antepassados, pois quando houve a abolição, saíram sem nada de recursos para sobreviver.

O meu irmão comentou que foi convidado a trabalhar num órgão em que as pessoas queriam ter acesso às comunidades, ele foi um dia, mas começou a estranhar que nada era feito. A única coisa que ele percebia é que tiravam fotos quando tinham eventos com as comunidades, ele percebeu que queriam apenas usá-lo para terem acesso às comunidades e não aceitou o emprego, que precisava muito na época.

Meu irmão tinha aula, então nos despedimos de Dona Vera e perguntei em qual horário poderia voltar no dia seguinte, ela preferiu à tarde, pois de manhã tinha compromisso, um atendimento. Pernoitei na casa alugada por meu irmão e outros familiares que estudam no campus da FURG de São Lourenço. Enquanto ia pra casa deles, fiquei pensando no que Dona Vera tinha me falado sobre “atendimento”. Quando cheguei em casa, minha sobrinha comentou: você sabe que Dona Vera joga cartas? Eu disse que não, porque agora que estava conhecendo-a. Perguntei para minha sobrinha como ela sabia e ela disse que viu nos classificados do jornal.

No outro dia, à tarde, o marido da minha sobrinha me levou para a casa da Dona Vera. Quando cheguei na sua casa, ela estava sozinha, seu marido tinha ido no mercado. Nos acomodamos na sala. Expliquei sobre meu projeto de pesquisa e também sobre o projeto de extensão que participo, de assessoria aos grupos de artesãs e realização de feiras. Como Dona Vera também já participou de feira de artesanato, conversamos um pouco sobre o assunto.

Dona Vera comentou o quanto a sociedade difunde que nossa cultura é feia, e como a TV contribui pra isso. Por isso as pessoas negras não se percebem enquanto negras, não se valorizam, acham que sempre o outro é melhor. E que isso já carregamos dos nossos ancestrais, que sempre se sentiram assim, pois as pessoas negras tem angústia, uma solidão imensa

dentro de si. O comportamento de se revoltar facilmente com as coisas, é porque herdamos dos nossos antepassados, que sofreram tanto.

Eu comentei sobre a solidão das mulheres negras, e Dona Vera me disse que conversa, às vezes, com meninas, elas falam que os rapazes negros não gostam de ficar com moças negras, mas sim com moças brancas. E como os homens brancos também preferem mulheres brancas, é bem difícil de ter um namorado, e quando tem, a relação é bem complicada.

Em seguida, ela convidou para tomar um café com pão, doce de abóbora e bolacha salgada. E na hora do café comentou que não faz mais artesanato para vender, pois está difícil a comercialização. Dona Vera ouvia uma batida lá fora e vozes, pensava que estavam chamando-a, aí ela disse que jogava cartas, agenda com as pessoas, mas às vezes as pessoas chegam de repente, e ela joga mesmo assim.

Retornamos pra sala, fui fazer a entrevista com Dona Vera, pois já estava querendo escurecer. Na hora que estava entrevistando, chegou um filho dela que queria falar com ela, aí parei a gravação. Logo ela retornou e quando terminamos já era noite. Dona Vera estava bem tranquila na hora da entrevista, às vezes ela ria do que tinha falado.

Vera me perguntou se alguém iria me buscar, respondi que pegaria o ônibus, só não sabia onde e ela disse que iria junto comigo. Enquanto ela foi colocar um agasalho, fui pra cozinha conversar um pouco com seu marido, que estava tomando café. Dona Vera me acompanhou até a parada de ônibus e me explicou onde eu deveria que descer e convidou para retornar outras vezes em sua casa para conversarmos. Cheguei na casa dos meus familiares já era noite.

Como Dona Vera foi a segunda entrevista, ficaram algumas lacunas nas questões que queria abordar, então fiquei de ir em sua casa para fazer uma segunda entrevista, mas com a Pandemia de Covid 19, não conseguir ir até sua casa, então perguntei a ela se poderia me dar a entrevista pelo WhatsApp, ela aceitou. Fui enviando as perguntas aos poucos por meio de áudio, ela demorou para responder a primeira, o que me deixou preocupada, mas quando retornou, explicou que estava com problemas de saúde em casa, seu marido tinha acabado de fazer uma cirurgia, ficou duas semanas envolvida com cuidados com ele. Então ela disse que era para enviar todas as perguntas de uma vez que responderia, porque em breve iria voltar a se dedicar ao marido, que passaria

por outra cirurgia. Dessa forma, tive a oportunidade de complementar um pouco os dados.

1.3 No “caminho pomerano”, a presença negra

Eu não conhecia Adriana, só ouvia falar o nome dela, quando resolvi fazer o meu trabalho sobre mulheres quilombolas. Meu primeiro contato com ela, foi muito passageiro, no IV Seminário das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e Cidades, que aconteceu em junho de 2019 em São Lourenço do Sul. Junto com Carmem, da comunidade de Maçambique (Canguçu) e Dona Santa, da comunidade Nicanor da Luz (Piratini), participei no dia 12, à tarde, do Painel “Comunidades Quilombolas, territorialidades e autonomia das mulheres”. Depois desse painel, houve o lançamento do documentário “Mulheres Quilombolas- Identidades, Vivências e Memórias”, do qual Adriana participou. Como tanto eu quanto ela estávamos muito envolvidas na programação, apenas fomos apresentadas e peguei o seu contato, mas não conseguimos conversar nesse dia.

Após o evento, entrei em contato com ela e perguntei se aceitaria participar do meu trabalho e me conceder uma entrevista. Ela aceitou o convite. Logo após, nos encontramos novamente em um evento em Rio Grande, em julho do mesmo ano, organizado pela EMATER, sobre artesanato quilombola. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de conversar um pouco mais sobre como ia ser meu trabalho e ela demonstrou muita satisfação pelo convite. Logo depois, naquele mesmo mês, nos encontramos novamente na Feira Internacional de Economia Solidária de Santa Maria (RS), em que eu e ela participamos, mesmo que apoiadas por organizações diferentes. Ela apreciou os artesanatos das comunidades que eu estava representando, trocamos ideias, ela tirou fotos para levar para a sua comunidade. Depois disso, me dediquei para o exame de qualificação do meu projeto de mestrado, e voltei a entrar em contato com ela por WhatsApp em setembro, para marcarmos a entrevista.

Saí dia 18 de setembro para encontrá-la em São Lourenço do Sul, peguei o ônibus das 15:30h e cheguei por volta de 17:00h na rodoviária, fui direto para a casa dos meus parentes, para de lá ir até a Coxilha Negra no dia seguinte, comunidade em que Adriana reside. Peguei o ônibus às 10:00h na rodoviária de

São Loureço do Sul para a comunidade, que é acessada por meio do chamado “caminho pomerano”. Havia combinado com ela no dia anterior sobre o local em que eu poderia desembarcar, pois nunca havia ido para aqueles lugares. Ela disse para eu descer na COOPAR, localidade de Boa Vista, onde estaria me esperando com seu sobrinho Maicon, de carro. Depois de uns 30 minutos de ônibus, eu a encontrei no local com seu sobrinho. Eu tinha pedido para o motorista me avisar, porém ele esqueceu de mim, mas graças a Deus olhei para a janela e reconheci Adriana e o motorista levou um susto quando percebeu que eu iria descer.



Figura 6 - Adriana Ferreira. Fonte: repassada por ela por Whats'App.

Após cumprimentar Adriana e seu sobrinho, entramos no carro e fomos para sua casa, trajeto que demorou em torno de cinco minutos. Conversei um pouco com ela sobre o esquecimento do motorista, ela disse que eu iria parar no final da linha, mas complementou que se não me avistasse, iria me chamar dentro do ônibus. Comentou que já tinha feito compras na venda antes de eu chegar. Logo saímos da faixa e entramos para a comunidade por uma estrada

de chão, e logo chegamos na casa da Adriana. Adriana agradeceu seu sobrinho por ter me buscado, eu também, ele só nos deixou e foi pra sua casa.

A casa em que Adriana reside com o pai tem pomar com árvores frutíferas (bananeiras, bergamoteira, laranjeiras) e jardim. No mesmo pátio, reside sua irmã com uma filha. Além de potreiro, há áreas de plantio para alimentação humana e dos animais. Como fica numa região de serranias, nos fundos da casa da Adriana dá pra ver a cidade de São Lourenço do Sul ao longe.

Na manhã em que cheguei na casa da Adriana, conheci sua irmã. Acompanhei Adriana na preparação do almoço, falando de assuntos gerais. Próximo ao meio dia, seu pai chegou da lavoura e tive a oportunidade de conversar um pouco com ele também. Almoçamos, Adriana, eu, seu pai, sua irmã e Paola, sua sobrinha. O almoço era uma saladinha de batata, arroz, feijão e carne de gado. Na hora que fomos nos servir, Adriana perguntou se eu comia carne, disse que não, ele ficou preocupada comigo e disse que ia fritar um pedaço de galinha. Eu disse que não precisava, que estava ótima a comida, mas não adiantou, ela foi e preparou a galinha pra mim, estava uma delícia a sua comida. Realizei a entrevista com ela depois do almoço, quando todos já haviam se dispersado. Adriana explicou que tinham coisas que não era da sua época, mas que ela ia me ajudar no que ela sabia. Depois da entrevista caminhamos pelas redondezas de seu pátio, ela me mostrou onde se reúnem para as reuniões da Associação Quilombola, que é na casa de seu irmão. Aproveitou para combinar de me levar até a parada do ônibus, o que aconteceu à tardinha depois de Adriana me presentear com um café e bolo que ela mesma fez. Nos despedimos com o convite dela para eu retornar sempre que quisesse ou fosse necessário.

A entrevista com Adriana foi maravilhosa, fui bem recebida pelos seus familiares: a Giane, esposa do irmão de Adriana que se chama Joel, que é o atual presidente da Associação Quilombola. Conheci na ocasião a Geisa, o Jean e o Renan, filhos de Joel. Também a Mariela, esposa de Renan, e Sofia, que é filha do casal. A Adriana mostrou suas flores, que adora, e também gosta muito de chás, que são plantados em um canto de sua casa, os quais gosta de usar no chimarrão. O pouco que pude conhecê-la me identifique com ela, por ser uma mulher batalhadora, guerreira, protetora da família e que luta pelos seus objetivos. Assim como eu, ela busca aprimorar suas habilidades de artesã para

sobreviver, e assim como eu, ela se aventurou a ingressar na universidade com o sonho de um futuro melhor.

Quando Adriana me contou que seu pai era de Canguçu, do Cerro das Velinhas, fiz identificações entre a sua trajetória familiar e a minha, pois meu pai também é de lá. Eu comentei sobre a origem do meu pai para o pai dela e ele ficou muito surpreso, disse que provavelmente pode tê-lo conhecido, mas não tinha muita lembrança, em razão da idade já bem avançada (94 anos). Ele me disse que a vontade dele era visitar sua terra onde nasceu, no 5º Distrito de Canguçu. Quando voltei para casa, perguntei para o meu pai sobre o pai de Adriana, mas ele disse que não lembra muito, em razão do tempo que faz que saiu de lá. De qualquer forma, esse cruzamento de informações indica que eu e Adriana podemos ser parentes distantes, vínculos antigos que foram cortados pela necessidade das famílias negras se deslocarem de um lado para outro depois da abolição, em busca de melhores condições de vida.

1.4 Conhecendo o Rincão do Couro, de Piratini

Passei a considerar Dona Lautéria como uma possível colaboradora da minha pesquisa por sugestão da minha orientadora, que a conheceu por meio do projeto de extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”. A ideia era entrevistar ela e a sua filha Elisângela, que fez parte da segunda turma de estudantes quilombolas a ingressar por meio de processo seletivo especial na FURG. Atualmente ela é formada em psicologia. A ideia de entrevistar as duas tinha por objetivo compreender como as percepções do ser mulher mudam – ou não – de uma geração à outra, dentro de uma mesma família.

Primeiro eu entrevistei Elisângela, e a partir daí, ela gerenciou todo o contato com sua mãe. Consegui o contato de Elisângela com meu irmão, que a conhece por também estudar na FURG e em razão dos dois participarem do movimento quilombola. Por meio do Whats App e depois de várias tentativas marquei com ela para o dia 6 de outubro, no centro de Pelotas, um domingo. Como os horários de ônibus são mais difíceis neste dia da semana, contei com a ajuda do meu irmão Eder, que me levou de carro até a cidade.

Combinei com ela para nos encontrarmos na Doçaria Imperatriz, dentro do Mercado Público, cheguei em torno de onze horas, mas ela não tinha chegado ainda. pois estava fazendo prova de proficiência na UFPEL: Elisângela, após se formar na graduação, ingressou no mestrado em Psicologia na FURG. Fizemos a entrevista ali no Mercado Público, pois estava bem tranquilo pela manhã, por ser domingo, não tinha muito movimento.

Eu não conhecia a Elisângela, então me apresentei e expliquei sobre minha pesquisa. Perguntei se era possível fazer pesquisa com sua mãe também, e se dava para eu ficar na casa da sua mãe, ela disse que ia falar com ela, mas achava que eu podia ir sim, e combinaríamos tudo pelo WhatsApp. Ela prontamente aceitou em fazer a entrevista e adorou poder contribuir, ficou bem à vontade. Depois que terminou a entrevista, à deixamos na Rodoviária de Pelotas, pois pegaria ônibus para Rio Grande onde mora atualmente, pois além de estudar na FURG, seu marido mudou-se para aquela cidade para trabalhar durante os seus estudos.

Quando fui fazer entrevista com Dona Lautéria, o meu irmão Eder me levou de carro até a comunidade, porque eu não sabia ir sozinha e para chegar até a casa dela, de ônibus, teria que descer no trevo de acesso de Piratini e ir a pé até sua residência. Sai da minha comunidade 08:00hs da manhã, cheguei na comunidade Rincão do Couro às 09:20hs. Elisângela desenhou um mapa e fez um áudio nos dando orientações para conseguirmos achar a comunidade.

Quando percorremos a comunidade para encontrar a casa de Dona Lautéria foi bem complicado, porque é um lugar isolado, mal pega o sinal de celular e as casas são distantes uma da outra, tornando difícil pedidos de ajuda. A comunidade fica em uma área de coxilhas, que tem muitas árvores no percurso, não vi animais nos campos e tem também açudes.

Quando chegamos na casa de Dona Lautéria, essa nos recepcionou e convidou para entrar, me apresentei, disse que eu era uma amiga da sua filha, e que queria fazer uma entrevista com ela sobre mulheres quilombolas. Meu irmão em seguida foi embora. Dona Lautéria mostrou o quarto em que ficaria hospedada, para eu poder guardar minhas coisas, e fomos para a cozinha tomar um chimarrão e um cafezinho. Elisângela ligou para saber se eu havia chegado e Dona Lautéria disse que tinha gostado muito de mim, que eu era uma menina muito simples, não era “cheia de coisa”. Depois continuamos a conversar, ela

então me disse que quando sua filha tinha dito que uma moça ia até sua casa para fazer entrevista, ficou um pouco nervosa, porque não sabia como eu era, por sua casa ser simples, e eu era uma pessoa da cidade, tinha outros costumes. Eu então expliquei para ela que estudava na cidade, mas morava na zona rural, que minha casa era um ambiente simples e sem frescura, assim como a dela. Ela também estava preocupada sobre o que ia conversar comigo. Em seguida seu filho Eliseu, que mora com ela, apareceu, pois estava na volta dos animais. Dona Lautéria foi dar comida para as galinhas e patos e o Eliseu, para os porcos, cachorros e gatos.

Quando cheguei na casa da Dona Lautéria, o pouco que ficamos juntas ativou lembranças da minha vida. Olhar no cantinho da sua cozinha e enxergar o fogão à lenha aceso, lembrou-me imediatamente da casa da minha avó e minha também, pois tínhamos fogão à lenha. Ao comer o pão de Dona Lautéria, feito no fogão à lenha e os doces de laranja e ambrosia, lembrei de quando minha avó me ensinou como usar o fogão à lenha para assar o pão e quais cuidados tinha que ter. O fogo sempre tinha que estar aceso para gerar brasa para o forno e para dourar o pão em cima. Então nós buscávamos lenha no mato e depois cortávamos, essa era a rotina todos os dias. Na casa de Dona Lautéria ajudei a carregar lenha que já estava cortada para dentro de casa e catei alguns gravetos secos no seu pátio. Não tem como não reativar a memória do que era feito em família, algumas coisas se perderam, outras não.

A casa da Dona Lautéria tem dois quartos, uma sala, cozinha com fogão a lenha e banheiro. Junto à casa, mas com entrada separada, tem uma dependência que é do seu filho Eliseu. Seu pátio é grande, tem árvores, açude para os animais beberem água, uma pequena horta em que estão plantados chás e verduras. O pátio é fechado com arames, separando-o do seu campo em que ficam os animais. Ela puxa água da cacimba com motor elétrico até sua casa. Quando Dona Lautéria mostrou sua cacimba eu lembrei do poço da minha casa, de onde carregávamos água de balde, atava a corda no balde e jogava para dentro do poço, que era puxado cheio de água, mas com o tempo conseguimos uma roldana, que era mais rápido.

No pátio de Dona Lautéria tem uma outra casa, que era a sua casa antiga e hoje funciona como galpão, onde são guardados produtos da lavoura, como feijão e milho, e as ferramentas.

Eu sai pra rua pra ver os animais e o pátio, a Dona Lautéria ficou fazendo o almoço, em seguida retornei e nós conversamos, ela todo o tempo me dizia que a casa era simples, não era como as casas da cidade. Ela me contou que agora não trabalha mais na lavoura, planta só na sua horta chás e algumas verduras, só o Eliseu planta milho para os animais. Eliseu, que também estava na cozinha, comentou sobre as dificuldades para plantar, pois os javalis invadem e devastam as lavouras. O Eliseu trabalha nas terras da família e não deixa sua mãe sozinha muito tempo, pois ela tem vários problemas de saúde, então ele faz as coisas na lavoura e logo vai ver se ela está bem.

Dona Lautéria fez um arroz com galinha no fogão à lenha, que ficou uma delícia, comi também um doce de laranja e pêsego que ela fez, depois do almoço organizamos a cozinha, Dona Lautéria mostrou sua horta, e me disse os nomes dos chás que ela tem em casa. Ela mostrou um chá que é bom pra próstata; malva-cheirosa, para infecções e outros como o seu pé de louro e sua plantação de salsinha, cebolinha, cenoura. Os canteiros estavam protegidos com sombrite, uma espécie de rede feita com matéria plástica, por causa dos jacus, aves nativas que invadem a horta e estragam as verduras. Depois mostrou a casa da Elisângela, que fica próxima à dela, com um pequeno açude ao lado, onde os patos nadam e os animais tomam água.

Em seguida fomos caminhar pela sua área de terras. Dona Lautéria colheu ovos das galinhas no meio do mato, ela estava procurando outra galinha que estava choca⁷ do outro lado da estrada, à encontramos e deixamos lá. Depois ela começou a procurar o terneiro que havia morrido, eu ajudei a procurar, passei pelo terneiro morto e nem vi. Dona Lautéria me chamou: ‘o terneiro está aqui’, pois os urubus estavam na volta. Dona Lautéria relatou que não conseguiram salvar ele, pois o dia que a vaca deu cria chovia muito, e ela é xucra⁸. E que não conseguiram pegar pois estava só o Eliseu e ela não podia ajudar, então o terneiro não bebeu o primeiro colostro⁹, por isso acabou morrendo, mesmo recebendo leite de mamadeira.

⁷ Galinha choca é quando a ave está na fase de chocar os ovos, o que a deixa bastante irritada e agressiva.

⁸ Xucro é uma palavra usada para caracterizar um animal, geralmente bovino ou cavalari, que ainda não foi domesticado.

⁹ Colostro é o nome que se dá ao primeiro leite que a vaca solta depois de parir, que o bezerrinho deve tomar para se desenvolver.

Pernoitei de sábado para domingo na casa de Dona Lautéria. No domingo, depois do almoço, organizamos a cozinha e Dona Lautéria e seu filho foram deitar um pouco. Graziela, uma amiga da família, chegou no sábado de noite para visitar Dona Lautéria, ela morava perto da sua casa, estava sempre brincando com seus filhos quando eram pequenos e quando adulta, se visitavam. Com o passar do tempo, se mudou com seus pais para a cidade de Pelotas, onde trabalha numa padaria e, sempre que tem folga ou férias, vai visitar Dona Lautéria. A Graziela a considera como uma tia e Dona Lautéria a tem como uma filha. Chegou no sábado cheia de sacolas com comida e sacolas plásticas vazias para deixar para Dona Lautéria guardar as coisas. Pedi para Dona Lautéria se no domingo podia fazer bolachas, pão de milho e um pudim, havia trazido os ingredientes e pedi ajuda para Dona Lautéria para fazer o pão. Então, no domingo a Graziela começou a preparar os quitutes, pediu as formas emprestadas e fez primeiro as bolachas. Na hora de fazer os pães, de milho e de trigo branco, depois que Graziela amassou, Dona Lautéria ajudou, mostrando como se passava a massa na máquina de sovar e depois a enrolar e colocar na forma. Enquanto o pão crescia, Graziela fez o pudim. Depois colocou o pão para assar no fogão à lenha, eu cuidei o pão assando e do fogo para não apagar e também coloquei brasa no forno. Quando as bolachas ficaram prontas, provamos, ficaram uma delícia, e o pudim também. Graziela me deu bolachas e Dona Lautéria pão pra levar pra minha mãe provar.

Eu e Graziela ficamos na cozinha esperando o restante das bolachas, o pão de milho e o pão ficarem prontos, depois deitamos um pouco para também descansar. Foi o que fizemos, eu não dormi, mas fiquei fazendo meu diário de campo. Ao nos levantarmos, Graziela disse que ia pegar chás no mato para levar para sua casa. Quando Dona Lautéria acordou, eu fiz a entrevista com ela na cozinha, com fogão à lenha aceso. Eliseu ficou assistindo um jogo de futebol na TV. A entrevista que eu fiz com Dona Lautéria durou aproximadamente uma hora, no começo ela estava nervosa, mas conforme o tempo foi passando, foi ficando mais tranquila e se soltou, em alguns momentos até riu, de acordo com aquilo que lembrava.

Quando terminei a entrevista, fui procurar a Graziela pelo campo, pois queria colher chás também, mas não a encontrei. Então retornei pra casa e Dona Lautéria nos preparou um café. Em seguida o meu irmão chegou para me

buscar, ele e a namorada entraram na casa da Dona Lautéria para conversar enquanto eu organizava as coisas no carro. E também ficamos esperando a Graziela voltar, pois nós iríamos dar uma carona pra ela até sua casa. Enquanto esperávamos, Dona Lautéria ofereceu um café pra eles, logo em seguida a Graziela chegou, nos despedimos e tiramos uma linda foto. A minha estadia foi muito boa, me senti em casa. Dona Lautéria, ao se despedir, disse que nossas conversas foram muito boas, e que era pra eu voltar sempre que quisesse.



Figura 7 - Foto tirada com Dona Lautéria na despedida da minha estadia em sua casa. Fonte: Eder Ribeiro Fonseca.

A entrevista com Dona Lautéria foi incrível, é uma mulher guerreira, batalhadora, pessoa muito simples, amável e de bom coração. Mesmo com toda a sua idade e com problemas de saúde, é uma liderança ativa na sua comunidade e uma referência para as demais, está sempre na luta por melhorias pelo coletivo, e também perpetua os seus conhecimentos para o grupo. Fazer pesquisa com Dona Lautéria agregou muito no meu trabalho e na minha vida,

pois ativou muitas lembranças da minha memória, da trajetória da minha família. Tanto a forma como lida com sua casa, como muitas coisas que ela relatou, são parecidas com as vivências que tive com minha avó Elvira, só muda o contexto, o lugar e a geração.

1.5 Retornando para Canguçu: o quilombo de Santa Clara e Arredores

Antes de realizar minha pesquisa, eu não conhecia a Dona Beatriz e nem sua filha Edna, passei a saber sobre elas através do projeto de Extensão que participo. Dona Beatriz e sua família possuem um vínculo estreito com a comunidade quilombola Nicanor da Luz, de Piratini, em razão da origem de muitos que lá residem serem de uma região de Piratini que fica próximo à Canguçu, e também por existirem vínculos religiosos entre as duas comunidades quilombolas. Na comunidade Nicanor da Luz o projeto assessora outro grupo de artesãs, e foi pela participação de Dona Beatriz no centro de umbanda que tem lá que minha orientadora a conheceu.

Consegui o contato da Edna com meu irmão Eder, que a conheceu através do movimento quilombola. Mandeí uma mensagem via WhatsApp para ela no dia 24 de outubro de 2019, perguntando se ela e sua mãe aceitavam fazer parte da minha pesquisa. Desde então, passamos a conversar e também a nos conhecer por meio desses diálogos. Quando percebi que já tínhamos uma maior familiaridade, perguntei pra ela se eu podia ficar em sua casa alguns dias para conhecê-las pessoalmente e conversarmos, ela prontamente disse que sim. Então marcamos para dia 4 de dezembro de 2019 a minha visita.

Acessei a comunidade Santa Clara (Canguçu), local em que a família de Dona Beatriz reside, por meio de um ônibus que me levou até aquela cidade. Na rodoviária de Canguçu, tomei outro ônibus que me levaria até a comunidade. Foi uma viagem um pouco tensa, pois tinha medo de não saber o local onde descer. De fato, na descida do ônibus, houve um desencontro entre Edna e eu, que deveria estar me esperando. Eu desci na localidade Remanso, 1º Distrito de Canguçu, perto da escola Barão de Santa Tecla, na divisa com o assentamento Herdeiros da Luta e fiquei esperando Edna na sombra um bom tempo, ela não chegava nunca. Depois de uma longa espera, o ônibus que eu tinha descido retornou para este mesmo local e a Edna estava nele, pois ela pensava que eu

ia descer perto da sua casa e, vendo que eu não tinha descido, foi ao meu encontro. Ela se desculpou, dizendo que não tinha lembrado de me falar para pedir ao motorista para eu descer perto da casa de sua mãe que, por ser benzedeira, todo mundo conhecia onde residia.

Caminhamos uma hora e meia para chegarmos até sua casa, quando conversamos um pouco sobre nós mesmas, foi uma conversar para conhecermos uma à outra e um pouco das nossas trajetórias. Quando chegamos, conheci sua mãe, Beatriz, e seu pai, João. A Dona Beatriz mora com seu marido e sua filha Edna, que é a mais velha. Eliana, a filha do meio, está estudando psicologia na UFPEL, tendo ingressado por meio de processo seletivo específico para quilombolas; Dora, a mais nova, estuda letras na UFPEL, e ingressou por meio de cotas raciais. Elas residem em Pelotas e ocasionalmente retornam para a casa dos pais.

Chegamos por volta de 14:00h e fomos almoçar, pois estavam aguardando a minha chegada. Depois do almoço nós não conseguimos lavar a louça, por eles estarem sem água dentro de casa, em razão de um problema nos canos que bombeiam a água da cacimba. E estavam esperando um amigo para ajudar seu João arrumar.

A comunidade quilombola Santa Clara e Arredores está localizada no 3º Distrito de Canguçu, em direção à divisa com o município de Piratini. O acesso por Canguçu se dá por meio da estrada que inicia no Posto de Combustíveis e Paradoiro Caxias, a primeira entrada à esquerda. Após passar a Escola Barão de Santa Tecla, se tem acesso à casa de Dona Beatriz pelo segundo corredor à direita. A localidade tem bastante árvores e campos, as casas ficam distantes umas das outras. A casa da Dona Beatriz tem um jardim com flores, uma lavoura perto de casa, tem árvores perto da cacimba e não tem açude. A casa é feita de alvenaria, tem três quartos, sala, cozinha e banheiro, foi reformada pela sua filha mais velha, Edna, no período em que trabalhou dando aulas e teve uma fonte permanente de recursos.



Figura 8 - Entrada da casa de Dona Beatriz e Edna. Fonte: Leandra Ribeiro Fonseca.

A Edna me mostrou o seu jardim que fica na frente da sua casa, em que ela e sua mãe plantaram algumas flores e chás, as duas adoram flores. Em seguida fomos tomar mate na sombra, de repente chegou um carro dos amigos da Dona Beatriz, que vieram arrumar os canos da cacimba. Não vou expor seus nomes aqui, porque não pedi licença a eles para incluí-los na pesquisa. Os amigos da Dona Beatriz, um casal e duas crianças (uma menina e um menino), são do Assentamento de Reforma Agrária Herdeiros da Luta. As crianças não eram filhos do casal, apenas aproveitaram para passear, pois seus pais também são do assentamento e conhecidos, portanto, dos amigos de Dona Beatriz.

O homem ficou um pouco conosco tomando mate, e depois foi arrumar os canos, mas sua esposa e as crianças permaneceram conosco. A menina se encantou com a árvore de natal e Edna acendeu as luzinhas para ela olhar, em seguida trouxe uma travessinha de doce de abóbora pra comermos, que sua mãe havia feito, estava uma delícia. A amiga de Dona Beatriz admirava o jardim e disse que também gostava de flores. Dona Beatriz pergunta a ela se tinha muda de arruda, pois precisava para plantar em seu pátio; sua amiga disse que tinha, que ia trazer pra ela plantar. Dona Beatriz nos traz mais uma guloseima: rapadura que ela fez, de leite. Logo depois, sua amiga pediu para se benzer, enquanto seu marido seguia resolvendo o problema dos encanamentos.

Terminado o trabalho na bomba de água, Dona Beatriz preparou as brasas e chamou eles para se benzerem. Ela tem um congá¹⁰ na sua casa, em frente ao qual faz suas benzeduras, só não benzeu o menino, pois ela não sabia se os seus pais acreditam em benzimento, achou por bem respeitar. Logo após o benzimento, as visitas foram embora.

Eu e Edna nos agasalhamos e fomos dar uma volta no pátio, ela me mostrou a horta com algumas verduras, couve, beterraba, e cenoura e alguns chás. Mostrou a lavoura que sua mãe plantou de milho e feijão, sendo que também planta amendoim quando é época, dá em torno de um hectare a área em que ela planta. Depois seguimos nossa caminhada pela estrada e, como os gatinhos não paravam de nos seguir, o pai da Edna pegou eles. Ela me mostrou a cacimba que fica dentro de seu pátio e pegamos algumas lenhas para colocar no fogão. A Edna me contou que ali embaixo das árvores perto da cacimba, eles já tinham feito um churrasco, e que futuramente queria limpar mais essa área para lazer da família e visitantes. Ainda na nossa caminhada, ela disse que quando estava trabalhando conseguiu aumentar e arrumar a casa, consertar as goteiras, colocar tijoleta no piso e pintar.

Retornamos pra casa e tomamos café, e depois fomos fazer, então, a entrevista com Edna, em um dos quartos, para não ter interferência de barulho e nós duas ficamos sozinhas. Ela inicialmente resistiu para dar entrevista, porque toda a atuação para que a comunidade fosse reconhecida como quilombola tinha sido de sua irmã, que agora está em Pelotas estudando. A entrevista foi muito rica, pois a Edna trouxe a vivência dela com seus avós, aprendizados que ela teve com eles, cada um dava o amor de sua forma, fazendo as crianças se sentirem especiais. Eu lembrei de minha avó, do cuidado que ela tinha conosco quando crianças e depois, adultos. Me identifiquei com ela quando ouvi ela falando de seus avós com entusiasmo e brilho no olhar. Edna estava bem tranquila na hora da entrevista, disse que o que não sabia, sua mãe completaria depois com sua própria entrevista.

¹⁰ Forma como se designa, na umbanda, o altar onde ficam expostas as imagens dos santos e entidades, junto com adereços e outros itens de uso ritual, como suportes de velas, vasos para flores, etc. Eles podem estar localizados no próprio centro de umbanda ou, em tamanhos menores, nas residências dos umbandistas, caracterizando, nesse caso, um congá particular.

A entrevista com a Edna foi bem longa, durou 1h.29 min:58 segs. Já era de noite quando fomos jantar. Depois da janta, Edna me mostrou seu quarto e seus livros, os quais ela ganhou ou comprou. Procurou os álbuns de fotos para me mostrar, seu pai foi dormir cedo, sua mãe ficou organizando algumas coisas na cozinha. No álbum tinham fotos dos avós, das irmãs quando eram pequenas, dos quinze anos e da formatura de Edna, dos pais e de seus tios e primos. Depois das fotos, fomos olhar concursos públicos na internet, tanto eu como Edna conversávamos preocupadas sobre emprego. Depois nos organizamos para dormir, eu fiquei acomodada no quarto das suas irmãs.

Na casa de Dona Beatriz se tem o costume de levantar cedo, acender o fogão a lenha e botar água aquecer para o café e para o chimarrão. Eu acordei, me organizei e Dona Beatriz já estava acordada com seu fogão à lenha aceso e o café já estava exposto na mesa. O seu marido estava na sala e Edna estava dormindo. Eu fui tomar café com bolachas de milho e biscoitos que Beatriz faz. A Beatriz foi tratar os animais, dar comida para os porcos para não fugirem do cercado, eles têm galinhas, patos, cachorros e gatos.

Ela contou que quando morava com o pai do seu marido, foi uma fase difícil, em razão de desentendimentos com familiares. Ela perguntou se nós plantávamos, eu disse que só o meu irmão estava plantando para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos¹¹), que é um projeto com outras comunidades. E há pouco tempo meu pai plantava milho, feijão, batata-doce, mandioca, amendoim e verduras, mas agora não planta mais, pois já está com idade avançada e decidiu que é hora de descansar. Em seguida Edna acordou, ela não quis chegar perto achando que eu estava fazendo entrevista, mas eu estava só conversado.

Assim que Edna chegou, sua mãe me pediu licença, pois ia capinar na lavoura o milho e o feijão. Perguntei se ela queria ajuda, ela disse que não precisava, mas fui junto na lavoura, enquanto ela capinava, conversamos. Ela falou que costuma passar a capinadeira, que é emprestada do vizinho, mas como ele não estava, resolveu adiantar o serviço, até porque a EMATER ia visitá-los para olhar a lavoura.

¹¹ Programa em que o poder público municipal, por meio de verbas federais, adquire alimentos da agricultura familiar para repassar para seus equipamentos sociais e escolas.



Figura 9 - Eu conversando com Dona Beatriz na lavoura. Foto de Edna Duarte da Rocha, repassada por What'sApp.

A Edna tirou foto minha e Dona Beatriz na lavoura, ela estava na janela nos olhando, depois me convidou para ir até sua vizinha tomar mate, fica bem pertinho da sua casa. Sua vizinha já é uma senhora de idade, e estava acompanhada de duas crianças, uma menina e um menino, que são seus netos, um encanto de crianças, demoraram um pouco para chegar perto, mas depois estavam lá, mostrando brinquedos e andando de motoca. O menino tem dois anos, a menina quatro e já vai para a escolinha. Enquanto a amiga de Edna preparava sua comida, Edna nos fez um mate. Ela conversou um pouco sobre assuntos particulares, nos convidou para almoçar, mas Edna falou que nós íamos almoçar em casa.

Em seguida nos despedimos, saímos para rua para dar tchau as crianças que estavam brincando com a motoca e indo em direção ao galpão, nós chamamos, eles vieram correndo, quando estávamos indo até o portão, Dona Beatriz gritou para Edna pegar alguns limões. Edna foi pedir para sua vizinha e as crianças começaram a colher flores, a menina me deu uma florzinha, eu dei um grande abraço e um beijo, depois o menino me deu uma flor também, retribui com um beijo e um grande abraço também. Deram flores pra Edna, não paravam de nos dar flor, queriam ir junto com a gente, então a Edna disse para levar flores

para a avozinha deles, foram correndo levar e nos escapamos pra casa. É muito perigoso pra eles ficarem sozinhos na rua, tem açudes e estradas perto.

A Edna foi fazer o almoço, sua mãe tinha botado o peixe para descongelar, ela continuava a capinar, e eu fiquei com Edna na cozinha. Nós conversamos sobre fazer concursos públicos e sempre continuar os estudos e tomamos umas cuias de mate. Eu e Edna, por termos idades e trajetórias parecidas, estamos enfrentando a mesma situação de preocupação com o ingresso no mercado de trabalho.

Em seguida sua mãe entrou dentro de casa, o almoço estava quase pronto e seu pai entrava e saía de dentro de casa, ia na rua roçar e voltava, e depois resolveu tomar mate na rua na sombra. Dona Beatriz, quando chegou da lavoura, começou a participar da conversa, disse que ganha algumas coisas das pessoas por gratidão, por ela benzer, então o peixe que comeríamos no almoço foi ganho, e o óleo de azeite também. Edna me disse que a maioria dos móveis que tinham dentro de casa foram ganhos, ela contou que foi ela que fez as capas dos sofás e capas para as almofadas. Sentamos para almoçar, a comida estava uma delícia, era arroz, feijão, peixe e limonada. Depois do almoço, ajudei a organizar a cozinha.

Dona Beatriz estava preocupada com as vacas que o vizinho coloca no seu pátio, pois não sabia se tinha água onde elas estavam, porque ao andarem pelo terreno, elas fecham os buracos que Dona Beatriz abre para ter sempre água para os animais. Então ela falou para seu marido, ele foi lá ver e reabrir uns buracos. Mas Beatriz resolveu ir também abrir mais buracos, fui junto com ela, e Edna ficou em casa fazendo suas coisas no quarto.

Enquanto fiquei na volta de Dona Beatriz, seu marido foi para o campo do seu vizinho para roçar o mato que eles ganharam para cortar e fazer lenha. Depois de abrir os buracos, Dona Beatriz quis me mostrar até onde vai o pátio, então fomos para o sentido da lavoura e depois fomos ao encontro de seu marido, pois ela queria ver qual era o mato que precisava cortar.

Após retornarmos pra casa, chegaram pessoas para se benzer, eu os cumprimentei, sai pra rua e fiquei conversando com seu João, que fez várias perguntas sobre minha família e relatou sobre os lugares que conhecia em Pelotas. Ao retornar pra dentro de casa, Dona Beatriz estava preparando as brasas para benzer a visita, eu aproveitei então para ir para o quarto para fazer

meu diário de campo, e Edna me mandou uma mensagem pelo celular que quando eles fossem embora, nós iríamos tomar café. Quando eles foram embora, Dona Beatriz me benzeu com brasas e disse para rezar todo o dia a oração de São Jorge, depois fomos tomar café, pois já era bem tarde.

A Edna estava corrigindo o trabalho da sua irmã, que cursa Letras, dando algumas dicas. Dona Beatriz, eu e seu João olhamos TV. Em seguida pedi para Dona Beatriz para nós fazermos a entrevista. Edna sugeriu que fossemos para o quarto para não ter interferência de barulhos. Dona Beatriz demonstrou uma grande tranquilidade durante toda a entrevista. E depois fomos todos jantar, comi um doce de abóbora depois da janta, Dona Beatriz e seu marido foram dormir. Eu e Edna organizamos as coisas da cozinha e também fomos nos deitar, pois no outro dia eu iria embora e precisava levantar cedo.

No dia 6, pela manhã, retornei para Pelotas e Dona Beatriz pegou junto comigo o ônibus, pois ela tinha coisas a resolver em Canguçu. Então fomos no ônibus que passava às 07:00h da manhã, chegamos às 08:20h na rodoviária, o ônibus para Pelotas sairia 08:30h. Eu e Dona Beatriz sentamos do lado uma da outra e durante a viagem, e ela falou que era pra eu voltar em sua casa mais vezes, e convidei ela para ir na minha casa também. Ela disse para mim ficar cuidando pela janela para gravar o percurso que o ônibus faz, pois queria mostrar onde meu irmão precisava entrar para ir até sua casa de carro, caso algum dia eu quisesse retornar até lá com ele. Quando o cobrador foi cobrar a passagem, eu disse para Dona Beatriz que iria pagar para mim e pra ela, mas ela não deixou, disse que ela tinha que pagar a minha, pois era costume fazer isso toda vez que alguém a visitasse pela primeira vez e eu não podia recusar, então aceitei. Quando chegamos na entrada da faixa, avisei, ela disse que meu irmão tinha que entrar na estrada de chão passando o Posto Cachoeirense, então falei que tinha compreendido como chegar em sua casa. Quando chegamos em Canguçu, fui direto comprar minha passagem, Dona Beatriz disse que era uma pena que não deu para nós darmos uma voltinha em Canguçu, pois queria mostrar o local em que Maica trabalhava, e de longe mostrou onde faz a sua feira. Eu disse que outra hora, com calma, ia visita-la na feira e nos despedimos.

1.6 Canguçu mais uma vez na rota

Eu não conhecia a Maica Tainara Soares Ferreira, só ouvia falar o nome dela, foi minha orientadora quem sugeriu, por ser uma liderança ativa em sua comunidade e pelo trabalho que desempenha na Prefeitura de Canguçu, em um cargo que ocupa como representante das comunidades quilombolas daquele município. Então consegui o contato dela com meu irmão, que a conhece através do movimento quilombola. Mande uma mensagem por WhatsApp para ela perguntando se aceitava participar da minha pesquisa sobre as mulheres quilombolas, concedendo uma entrevista, ela aceitou e ficou feliz em poder contribuir. Tive um contato passageiro com ela no dia 26 de abril de 2019, no Auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pelotas, durante o 2º Encontro Regional de Comunidades Quilombolas, mas como nós duas estávamos envolvidas com a programação, não conseguimos conversar muito, foi só a oportunidade de nos conhecermos pessoalmente.

Mas não foi tão fácil fazer a entrevista com ela, desde setembro eu estava tentando marcar um dia, pois ela tem muitos compromissos e o trabalho dela exige bastante. Quando fiz uma saída de campo para Maçambique, com o projeto de extensão, Maica chegou com a EMATER para entregar sementes para as famílias quilombolas. Ela não me reconheceu na hora, porque eu estava com cabelo preso, mas depois que se deu conta da minha presença, disse estar com vergonha por não ter conseguido fazer a entrevista. Combinamos que continuaríamos tentando achar uma data em comum. Um dos empecilhos foi justamente o mês da consciência negra, por Maica participar de uma série de atividades tanto dentro, como fora de Canguçu.

Consegui marcar com ela para o dia 16 de janeiro de 2020, foi uma benção, pois eu já estava pensando em desistir, por não querer atrapalhar a sua agenda. Maica mora em Pelotas, mas como passa o dia em Canguçu em razão do seu trabalho, achou melhor marcar a entrevista lá. Sai da minha comunidade um dia antes para poder realizar a entrevista, pois o horário do meu ônibus não alcançava o ônibus das sete horas para Canguçu. Dormi na noite anterior na casa de uma amiga que mora em Pelotas, e na sexta-feira, fui para a rodoviária às 00:06h da manhã para pegar o ônibus às 00:07h. Depois que embarquei no ônibus e sentei, Maica também subiu, mas sentamos em poltronas diferentes.

Quando chegamos em Canguçu, fui junto com a Maica até seu serviço, em um prédio da Prefeitura que fica perto da rodoviária, sentei na sala dela para esperar, ela explicou ia pedir para o Secretário permissão para sair algumas horas para fazer entrevista comigo. Maica trabalha na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Coordenadoria de Ações para Etnias, Juventude, Mulher e Melhor Idade. Ela não encontrou o Secretário, então ela avisou para a sua colega de serviço que ia sair um pouco, ia só até a praça dar uma entrevista. Nós pensamos em fazer numa quadra de basquete, mas desistimos, pois, ficava muito perto da faixa e ali ia ter o Bazar Solidário, que faz doação de roupa para as pessoas carentes, então fomos em direção à Praça Central. A praça estava praticamente vazia, então conseguimos fazer tranquilas uma entrevista a que durou quase uma hora.



Figura 10 - Maica no seu trabalho. Fonte: repassada por ela por Whats'App.

Depois da entrevista, voltei para a sala de trabalho da Maica, tinham pessoas esperando por ela para serem atendidas. Ela foi atender para saber o que desejavam, então, dava as explicações sobre o que eles queriam saber, auxiliando da melhor forma possível e encaminhando os pedidos. Quando ela terminava de atender, dava para conversar um pouco, mas toda hora chegava

alguém pedindo auxílio. Ela ia explicando a dinâmica de seu trabalho, disse que trabalha todo o tempo com as comunidades, muitas vezes sábado e domingo tem procura das pessoas ligando. E que trabalha com questões relacionadas aos direitos quilombolas, com políticas públicas, auxiliando as comunidades nas mais variadas questões. Ao se aproximar o horário do ônibus para Pelotas, que partia de Canguçu às 11:30h, nos despedimos e fui para rodoviária.

Relatadas, pelo menos de forma geral, as condições em que ocorreram as entrevistas, passo então a expor um pouco mais sobre os aprendizados que essas experiências etnográficas me proporcionaram.

2. Da Vó Elvira para outros quilombos: outras experiências femininas

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.

A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela.
 (Conceição Evaristo)

Neste capítulo, apresentarei a trajetória pessoal das minhas interlocutoras, a partir dos diários de campo e entrevistas realizadas. Exponho um pouco quem são essas mulheres a partir do que elas falam sobre si mesmas, dada a “[...] importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras [...]” (COLLINS, 2016, p. 102), para que se possa desfazer os estereótipos que recaem sobre esse grupo social e que servem como forma de desumanização e controle.

Quando define o pensamento feminista negro, Collins (2016, p. 102) afirma que “Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras”. Nesse sentido, trazer um pouco da trajetória das interlocutoras, mulheres negras rurais quilombolas, é valorizar outras experiência e olhares dentro do próprio universo de mulheres negras:

[...] as narrativas dos feminismos negros urbanos, por mais transgressores que sejam no enfrentamento ao racismo, sexismo e machismo e academicamente ou relativamente aceitos, não abarcam (e nem pretendem) a quantidade de experiências femininas e negras presentes na sociedade brasileira e no mundo. (NUNES, MARQUES, 2019, p. 571).

O que nós vamos ver abaixo são mulheres que tem uma trajetória de muito trabalho e exigência, mas como coloca Ângela Davis, pode ser que uma

vida de trabalho pesado e muitos esforços tenha provocado nessas mulheres a “[...] consciência de seu enorme poder – sua capacidade de produzir e criar.”, ou seja, “[...] a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo.” (DAVIS, 2016, p. 24).

2.1 O quilombo Vó Elvira: trajetórias femininas familiares

Filha de Inácia Silveira e Paulo Soares Silveira, Vó Elvira nasceu no Arroio do Padre, em 06 de agosto 1920, data que consta nos seus registros, mas circulou por aquela região, incluindo o Cerrito Alegre, onde atualmente há outra comunidade negra reivindicando o reconhecimento como quilombola. Trabalhou em fazendas até a idade adulta, era analfabeta, mas tinha uma experiência de vida incrível, o que a tornava uma pessoa com muitos conhecimentos e muito influente junto ao seu grupo de parentesco.

Minha avó me contava que quando era criança vivia em casas alheias, trabalhando em regime de semiescravidão, dormindo em cama de pau, em lugares inapropriados, comia no corredor da casa, sendo frequentes os castigos físicos. Ela passou a trabalhar desde muito cedo para ajudar na criação dos irmãos, e retornava para a casa dos pais nos finais de semana, geralmente uma vez por mês.

Vó Elvira casou-se aos 16 anos com Constantino Ribeiro, meu avô, que adoeceu enquanto estava com ela trabalhando no mato, cortando lenha, quando teve um derrame repentino que o deixou parcialmente paralítico, vindo a falecer um tempo depois. A avó falava que o vô era de Canguçu, do 3º Distrito, viveu a infância nesse local, migrou para outros locais para procurar serviço, e que foi através desses deslocamentos que ele conheceu a minha avó.

Vó Elvira saiu do Arroio do Padre há aproximadamente 80 anos, porque a situação era muito difícil, trabalhava e plantava de graça na fazenda em que residia, pois não tinham nem terreno próprio para construir uma casa. Então migrou com o marido e três filhos, de carroça, para morar no Monte Bonito, município de Pelotas, no qual residimos até hoje. Como haviam terrenos devolutos neste local, várias famílias negras que não tinham terras chegaram e se apossaram, originando a comunidade quilombola que hoje leva o nome da minha avó.

Ao chegar com a família, fizeram uma casa de barro, não tinha água, luz e nem fogão a lenha, mas tinha a família reunida e uma força enorme para batalhar e ter uma vida digna que todo o ser humano merece.

No Monte Bonito, minha avó e meu avô criaram a família trabalhando em fábricas de conservas de frutas e em lavouras dos colonos, chegando a residir na propriedade de um e outro em alguns períodos, trabalhando em regime de parceria e dando a metade do que colhiam para o proprietário das terras, segundo o que relatou a minha mãe. Foi no Monte Bonito que veio a ter depois mais duas filhas, dentre elas, minha mãe, Dona Vanda: “Nasci perto do mato, não tinha vizinho, não tinha nada, morava com os meus pais. Eu era pequena, meus pais plantavam, daquilo ali que nós vivia, do patrão”.

Chegou a residir um tempo com a família na cidade de Pelotas, buscando outras alternativas de emprego, mas retornou para o Monte Bonito onde se fixou até o final da sua vida. A vida no Monte Bonito, segundo relatos da minha mãe, Dona Vanda, sempre foi marcada por necessidades.

Vanda - Era lá na Gama¹², era assim, era de barro e de torrão era a minha casa. Quando nós passamos a morar no Monte Bonito, era de barro, fechada com capim, com vassoura, assim, com barro, depois metia barro. E lá na Gama não, toda de torrão, cortava assim o capim em quadradinho, como tijolo, fazia as paredes. E aqui não, no Monte Bonito era com barro, enchia ela toda de árvore e depois metia barro, alisava, assim, ficava parede. (VANDA, 2020).

A lenha era carregada do mato, precisava passar dentro de sangas, era bem distante. Para lavar a roupa se levava dentro de um saco de estopa até a sanga ou arroio, depois trazia tudo molhado para estender no varal, e para beber água tinha que ir até a cacimba buscar com o balde, também distante da casa.

Minha mãe, hoje com 72 anos, é a única filha viva, dos cinco filhos que Vó Elvira criou, sendo que quatro eram seus filhos legítimos e outro, apenas do meu avô, mas como ela criou, considerava seu também. Minha tia mais velha, Geci, era filha legítima apenas de minha avó, que quando se casou com Vô Constantino, já vinha de outro relacionamento. Adolfo, Geci, Mário e Jurema faleceram quando Vó Elvira ainda estava viva.

¹² Gama é uma das localidades do distrito do Monte Bonito, onde minha mãe morou com seus pais durante um tempo em que plantavam nas terras de colonos descendentes de alemães.

Minha mãe trabalhou na lavoura desde criança. Na fase adolescente, minha mãe passou a trabalhar nas fábricas de conservas de frutas e em casas de família como doméstica: “Com quatorze anos, sem carteira, ninguém tinha carteira, só alguns que tinham”, afirma ela. Depois dessa experiência, passou a trabalhar na cidade de Pelotas como doméstica, em restaurantes e em um hotel como arrumadeira, período em que se separou do primeiro companheiro. Minha mãe não era casada formalmente, ficou seis anos nesse primeiro relacionamento e se separou, em razão do seu companheiro ser muito violento com ela e com os filhos. Quando ele estava muito agressivo, ela saía de casa e ia para a casa de minha avó Elvira, mas ficava pouco tempo, pois ali não tinha comida, então voltava novamente pra sua casa na cidade, pois as crianças eram pequenas e precisavam alimentar-se. Quando tentava sair de casa definitivamente com as crianças, ele não satisfeito procurava o local em que ela trabalhava, e ia no serviço para ameaçar ela de morte se não voltasse pra casa, ela acabava voltando com medo que fizesse alguma coisa. Com a separação, os dois filhos desse primeiro casamento – Eronita Raquel, que tinha 8 anos e Carlos Francisco, que tinha 10 anos – passaram a residir com minha avó no Monte Bonito, “[...] para mim trabalhar no hotel, ai toda semana eu ia [para o Monte Bonito], levava comida”¹³. Foi na cidade que ela conheceu seu segundo marido, meu pai, João Francisco de Matos Fonseca, com quem se casou e teve três filhos: Alvacir, Eder e eu.

Meu pai nasceu no 5º Distrito de Canguçu, em uma comunidade negra que também é reconhecida atualmente como quilombola, o Cerro das Velhas. Filho de João Paulo da Fonseca e Onorina Constância de Matos, morou com seus pais neste local até a fase adulta. Trabalhava nas lavouras plantando, colhendo e também fazendo alambrado em fazendas da região. Não estudou, para poder ajudar seus pais a criar a família, pois eram um total de onze irmãos. Com o tempo, saiu de Canguçu, pois as coisas estavam bem difíceis, pegou carona num caminhãozinho, junto com várias pessoas, e foi para São Lourenço do Sul, onde ficou trabalhando um ano em uma fazenda. Com o tempo foi para Pelotas trabalhar em granjas de arroz, atividade que fez também no Uruguai e Argentina durante onze anos, nos períodos de safra. Nessas idas e vindas que

¹³ Entrevista que gravei com minha mãe no dia 02 de junho de 2019.

ele conheceu minha mãe em Pelotas, residiram um tempo juntos na cidade, mudando-se para o Monte Bonito após o casamento, no terreno em que minha avó já tinha se apossado. Mas continuou trabalhando temporariamente no Uruguai, mesmo depois que eu e meus irmãos nascemos.

Vanda - Lá morei dois anos, depois perdi meu pai, aqui fora, no Monte Bonito. Aí eu queria levar minha mãe pra lá [na cidade], porque ela ficou sozinha, não quis ir, aí eu vim morar com ela no Monte Bonito. Ela não quis morar comigo na cidade, ela não tinha com quem ficar, os outros irmãos eram tudo casados, ela não quis vim pra cá, aí eu fui morar com ela, não sai mais daqui. Faz mais de quarenta anos que eu moro aqui no Monte Bonito, não sai mais daqui. Meu pai faleceu, meus irmãos, tudo nesse lugar, dois faleceram aqui, moravam no mesmo pátio, e os outros morreram fora daqui, ficou só eu. (VANDA, 2020).

Depois de um período nessa situação, ele conseguiu um emprego de caseiro em uma fazenda no Monte Bonito, na qual cuidava também dos animais. Toda a família se mudou para este local, lá residimos por 2 anos. Quando eu era criança, morei nessa fazenda, com minha família, foi ali que aprendi a gostar de animais, adorava andar à cavalo, tocar o gado, cuidar das ovelhas, das vacas e porcos, pescar, andar de bicicleta e colher frutos no pomar. Mas só que nada era nosso. Ainda era criança quando voltamos a residir no terreno da minha avó.

Depois do meu pai ser dispensado desse trabalho, a família toda voltou a morar no mesmo terreno de Vó Elvira, local em que residimos até hoje. Fizemos uma casa de madeira às pressas para nos mudarmos para este local, não tinha luz e nem água. Meu pai conseguiu um emprego em outra fazenda no Monte Bonito, cuidando dos animais e tirando leite das vacas, também arrumava os arames, mas desta vez, permaneceu residindo no pátio de Vó Elvira.

Todos os filhos dos meus pais, com exceção de minha irmã que reside na cidade de Pelotas, tem residência fixa no Monte Bonito, no mesmo terreno que recebemos de herança de minha avó. Carlos Francisco trabalhou em lavouras e na produção de carvão, e atualmente mantém um pequeno comércio; chegou a concluir o ensino fundamental. Alvacir passou a infância e juventude entre trabalhos nas lavouras, serviços domésticos e como funcionário da Prefeitura, na limpeza de estradas; depois de passar em um concurso público para bombeiro, foi residir na cidade de Montenegro, o que lhe possibilitou se formar em Educação Física. Mesmo trabalhando em outra cidade, Alvacir sempre teve residência fixa no Monte Bonito, pois seu sonho, depois de ter saído para

trabalhar, era retornar ao local. Durante oito meses trabalhou em Taquari, mas nos finais de semana, vinha conviver com a família. Desde o início de 2020 ele conseguiu ser transferido para Rio Grande, passando mais tempo conosco. Eder, outro irmão, também trabalhou em serviços domésticos e lavouras no meio rural, assim como na produção de lenha. Chegou a trabalhar em fábricas de beneficiamento de produtos agropecuários, como conservas de frutas e arroz, empresas de agrotóxicos, viveiro de mudas de hortaliças e citros, Embrapa Clima Temperado e também como vigilante. Conseguiu fazer o curso de Técnico em Agropecuária no Instituto Federal de Educação – Campus Visconde da Graça (CAVG), na cidade de Pelotas. Atualmente é estudante do curso de Agroecologia na Universidade Federal de Rio Grande – Campus de São Lourenço do Sul, onde ingressou em processo seletivo específico para quilombolas. Eder é atualmente presidente da Associação Quilombola Vó Elvira.

Finalmente, minha irmã Eronita Raquel Ribeiro estudou até a segunda série, parou de estudar para poder trabalhar como diarista para ajudar com as despesas da casa, ia junto com minha mãe para as lavouras arrancar batata-doce, feijão, abóbora, etc. Depois de um tempo, passou a trabalhar nas fábricas de conserva descaroçando pêssego, jornada de trabalho que era bem puxada, ficando horas em pé. Saía de casa de madrugada e chegava à noite. Ainda na colônia chegou a ser babá, ofício que exerceu também na cidade de Pelotas. Na cidade trabalhou ainda como empregada doméstica, chegando a dormir no serviço durante um tempo. Atualmente é casada e é artesã, trabalhando em casa e expondo seus produtos nas Feiras de Artesanato Quilombola. Teve três filhos e tem um netinho.

Reuni brevemente a família nessa narrativa, incluindo os homens, porque este era um valor muito importante para minha avó. Um dos maiores prazeres da minha avó era ver toda a família unida, de todas as gerações, especialmente nas datas festivas, como Natal e Ano Novo. Adorava tomar chimarrão e colher chás para colocar no mate, fazer canjica no pilão, fazia doce de abóbora, goiaba, bolo de milho e feijoada. Minha avó era muito vaidosa, adorava usar vestidos coloridos e avental para tapar as roupas e não sujar, quando estivesse lidando com os afazeres da casa, usava lenço no cabelo e perfumes. Sempre lembrava das datas de aniversário e dava um presentinho para cada membro da família, adorava ir na “venda” fazer o rancho, quando ela ia sempre conversava com um

e com outro na estrada. Com o tempo, passou a não conseguir ir mais na “venda”, pois a velhice estava bem avançada e tinha passado por um enfarte, o que a deixou com sequelas físicas. Adorava animais, sempre teve cachorro, gato e galinha, gostava muito de comer laranja e bergamota no sol no inverno. Sempre quando nós chegávamos na casa dela, tinha café pronto e pão, o fogão à lenha estava sempre aceso e ela nos chamava para ficar na beira, tirava brasa e colocava numa lata no chão para nos aquecer.

Eu adorava a casa da minha avó, pois o fogão à lenha ficava o dia inteiro aceso, principalmente no inverno, para aquecer a casa. Sempre quando íamos sair pra rua, a vó dizia para ficarmos longe do fogo por algum tempinho até o corpo ficar mais fresco, porque se nós tivéssemos contato imediato com o frio, podíamos ter um pasmo (ficar torto). Ela adorava tomar mate na beira do fogão à lenha, e a sua comida estava sempre bem quentinha. Eu adorava tomar café com minha avó na beira do fogão e comer seu pão e batata que ela assava em cima da chapa. Mas não era só eu, meus irmãos e sobrinhos também iam beliscar alguma coisa na sua casa. Na minha casa também tinha fogão a lenha, eu adorava quando a mãe fazia bolinho de chuva e milho cozido. Essa era um pouco nossa rotina de antigamente, algumas coisas mudaram, atualmente nós não temos mais fogão à lenha e animais, só gato, cachorro e algumas galinhas.

Sempre a amarei incondicionalmente, nunca esquecerei os momentos especiais que nós duas vivemos juntas, era uma enorme cumplicidade. Amava muito e amo até hoje, mesmo ela não estando mais viva, porque as lembranças boas ficaram na memória e no coração pra sempre. Quando ela ficou muito doente, o meu mundo desabou. Mesmo assim, ela sempre se mantinha forte e cada dia eu aprendia mais com ela, sempre ensinou muito a todos. Era uma mulher que sempre cuidou da família com muito amor e carinho, tinha um coração grandioso, cuidou dos netos, bisnetos e tataranetos e com toda a humildade, ainda ajudava a comunidade.



Figura 11 - Da esquerda para a direita, minha mãe, Vó Elvira, eu minha irmã Eronita Raquel, por ocasião de um dos aniversários de minha avó. Fonte: Acervo familiar.

A minha avó morreu de velhice, em 2014. Eu estava dormindo e meu pai e minha mãe já estavam acordados, quando minha mãe me chamou, disse que a avó já estava partindo. Eu levantei e fui no quarto ver ela e toquei em seu coração, estava batendo lentamente, ele estava parando, então a beijei e disse para ela ir com Deus. Ela ficava num quarto perto do meu, pois a partir de um tempo, à levamos para morar em nossa casa, por já usar fraldas e sonda. Naquela noite minha mãe dormiu com ela, pois durante à noite tínhamos que ficar a maioria do tempo acordadas, porque precisávamos cuidar dela em todos os sentidos, nos revezávamos. Ela foi enterrada no cemitério da comunidade.

2.2 O quilombo de Maçambique: Carmem Lúcia dos Santos

Carmem Lúcia dos Santos tem 44 anos, nasceu na própria comunidade de Maçambique: “nasci aqui, me criei aqui, estou aqui até agora, sempre na região”, declarou ela em uma das entrevistas que me concedeu. Os avós maternos eram de Encruzilhada do Sul e se chamavam Maria Fermina e Florentino do Santos; e sua mãe se chamava Eleci dos Santos. Já os avós paternos eram da própria comunidade de Maçambique, Dorvalina Ribeiro e Nicolau Duarte da Rosa, e seu pai que se chamava Onir. A mãe de Carmem foi

residir no Maçambique, quando se casou com seu pai. Carmem não chegou a conhecer os avós maternos, apenas os paternos.

Além de Carmem, Eleci e Onir tiveram mais três filhas: Jussara, Lurdes Helena e Maria Helena, duas delas também residem na comunidade, outra reside em Pelotas. O pai de Carmem faleceu muito jovem em um acidente de trabalho, quando ela, que é a mais nova das quatro filhas, ainda era bebê. Foi cuidada pela irmã mais velha e pela avó paterna para sua mãe poder trabalhar e sustentar as filhas:

Leandra - Como foi para tua mãe criar os filhos sozinha?

Carmem – Ah, não foi fácil, trabalhando de peão na lavoura, respigando arroz nas granjas, plantava um pouquinho de cada coisa nas hortas, não foi muito fácil não, trabalhava de tudo um pouco, fazia um pouquinho de cada coisa, costurava pra fora, socava canjica pra fora, fazia de tudo.

Leandra - Trabalhava de doméstica?

Carmem - De doméstica naquela época aqui perto não tinha, muito era mais serviço grosseiro mesmo, mais lavava roupa pra fora.

Leandra - Tu era bebezinho quando tua mãe foi trabalhar?

Carmem - Ah era, tinha cinco meses, ela já começou.

Leandra – Quem ficava com vocês?

Carmem - Minha irmã mais velha, ela tirou no mínimo quatro anos trabalhando no sol a sol direto, não recebia nem pensão, ela foi receber uma pensão de meio salário dali à quatro anos que era viúva. (CARMEM, 2019).

Carmem cresceu em uma pequena área de terras que eram de seus bisavós, e que está no nome da família até hoje, mas foi aumentada com o tempo com a compra de outras pequenas áreas. As condições de moradia, assim como o restante da comunidade quilombola, sempre foram precárias:

Carmem - Minha infância foi numa única casa, me criei só com a mãe numa tapera velha que tava ruim, com ajuda dos vizinhos conseguiu construir outra casinha de barro, barreada de pau a pique, barreadinha de capim, depois daquela casinha ali, já sai dali para a casa minha mesmo, fui ter minha casa. (CARMEM, 2019).

Mesmo com muitas dificuldades, Carmem traz também lembranças boas da infância, pois como haviam muitos vizinhos e se visitavam bastante, tinha muita brincadeira entre as crianças. Quando cresceu, ela e as irmãs acompanhavam a sua mãe nas empreitadas de serviços, quando trabalho e brincadeiras se misturavam, porque brincar era aprender a trabalhar:

Leandra – Assim, tua infância como foi?

Carmem - Mais brincava que trabalhava, brincava, estudava, às vezes ia até a lavoura com a mãe, mas estava lá mais era mais pra brincar. Na infância não trabalhei, às vezes ajudava ela por esporte a montar um monte de milho, nós quebrava por balaio, às vezes ajudava a arrancar pés de couve, feijão, quando ela estava arrancando, que ela empreitava as lavouras para pegar e arrancar um saco, meio saco de feijão, ai a gente ajudava só na brincadeira. (CARMEM, 2019).

Carmem retrata a mãe como uma pessoa de forte personalidade, que não pedia ajuda, aceitava se oferecessem voluntariamente. Dela teria herdado a característica de fazer de tudo pelos filhos:

Carmem - Com a minha mãe sim, não era de desistir dos sonhos dela, eu tenho essa parte, se eu ver que vou conseguir vou até o fim, e de lutar para dar o melhor para os filhos, o que eu puder fazer por elas eu faço. A mãe fazia, a mãe deixou de viver para nos criar, para dar o melhor. (CARMEM, 2019).

Carmem se casou muito jovem com um primo de segundo grau, permanecendo com a residência dentro da área do grupo de parentesco, embora com o tempo tenham comprado uma pequena área de terras que se somou àquela que o marido tinha herdado.

Carmem atualmente é separada e tem duas filhas. Uma delas, Juslaine, casou-se com um rapaz da comunidade e reside na casa do marido. Outra, ainda bem jovem e que se chama Savane, engravidou com 15 anos e seu companheiro foi morar junto com ela na casa de Carmem. Carmem reside atualmente, com a filha mais nova, seu genro e um netinho que tinha aproximadamente um ano e meio quando foi realizada a entrevista. Assim como Carmem foi cuidada por uma das avós, quando era criança, para a mãe poder trabalhar, ela hoje é quem assume esse papel de avó, responsável pelo neto. Já aconteceu, inclusive, dela ter que trazer Rafael em feiras de artesanato em Pelotas:

Carmem - O Rafael eu cuido toda a semana, às vezes, tem dias que eu levo ele para o trabalho, tem dias que eu deixo com o pai, quando não tá trabalhando, ou com a mãe, quando não está estudando. E quando ela está no colégio, tenho que levar, quando o pai não está trabalhando fica com ele, mas a maior parte do tempo, eu que cuido ele. (CARMEM, 2019).

A separação de Carmem foi litigiosa, tendo sofrido violência física do ex-marido, mesmo mais de um ano após a separação. Ela precisou recorrer ao juiz local, que determinou como medida protetiva que ele ficasse no mínimo 200

metros distante dela. O fato de ter se envolvido com a diretoria da Associação Quilombola foi um dos motivos da separação, pois o ex-marido era muito ciumento e não aceitava vê-la se deslocando para outras cidades para participar de reuniões ou cursos de formação: “Quando entrei na diretoria a reação dele foi bem ruim, ainda ele disse, se fosse entrar na diretoria não iria dar certo, então, bom, a gente se separa”.

Carmem já participou de uma diretoria da Associação Quilombola, atualmente coordena o grupo das artesãs da sua comunidade. No final de 2019, com o falecimento de sua tia e madrastra do ex-marido, Dona Maria Conceição, voltou a assumir a presidência da Associação Quilombola. O envolvimento com o artesanato, aproveitando cursos de formação proporcionados por várias organizações, somado às aprendizagens que recebeu da mãe e da avó paterna, lhe permite sobreviver como costureira, atualmente. Embora faça também outros trabalhos, como faxina e cuidado de idosos e doentes.

2.3 O quilombo das Nascentes: Vera Macedo

Vera Macedo reside na zona urbana de São Lourenço do Sul. Casada, milita no movimento negro local, especialmente na Pastoral Afro-Brasileira, vinculada à Igreja Católica. Desde o início dos anos 2000, ela atua na organização das comunidades quilombolas do município, e nos últimos 2 anos, tem se empenhado em articular a sua própria comunidade – Quilombo das Nascentes -, situado na localidade do Boqueirão, que fica no caminho de acesso às outras comunidades quilombolas de onde seus ascendentes teriam vindo: Monjolo, Vila Torrão e Picada.

Vera Lúcia Macedo, mais conhecida como Vera Macedo, tem 72 anos e nasceu em São Lourenço do Sul, mas no meio rural. Filha de Sidinei de Souza e Eva Maria Medronha, seus avós maternos eram Maria Lina e Manuel Medronho e seus avós paternos eram José Clemente de Oliveira e Paulina de Oliveira. Sua avó, Maria Lina, lhe repassou memórias de uma fuga de 13 escravos que se “aquilombaram” no que hoje vem a ser a localidade de Cantagalo, 7º Distrito de São Lourenço do Sul, quase na divisa com o município de Canguçu. Esse aquilombamento é que teria dado origem à três comunidades quilombolas localizadas naquele distrito: Monjolo, Vila Torrão e Picada.

Era justamente na Picada que sua família materna residia antigamente, até sua mãe casar e ir morar na cidade:

Vera - Os meus pais se conheceram no Boqueirão, mas a minha mãe, ela é do Quilombo da Picada, lá em Santa Teresa, que fica quase divisa com Canguçu. E o meu pai era de Potreiros, próximo da BR, que não fica muito longe, e se conheceram no Boqueirão, aí não viviam no mesmo distrito. Como eles se casaram? Bem! Eles se conheceram, assim, a mãe já era mocinha, era mais velha do que ele, se conheceram ali no Boqueirão. Aí casaram... eu não sei te dizer assim, como eles se casaram, mas casaram com vestidinho de noiva, tudo lá, bonitinho e tal. Aí quantos anos eles tinham? O meu pai tinha 22 e ela 28, e morava no meio rural na época. (VERA, 2019).

Sua avó por parte de pai morreu muito jovem, com 50 e poucos anos, seus avós por parte de mãe foram morar junto com seus pais em São Lourenço do Sul, ocasião em que o avô paterno, que estava muito velho, foi também morar junto. Passaram todos a morar juntos na cidade, “inclusive todo conhecimento das questões dos quilombos, tive a partir da minha avó por parte de mãe”, a Maria Lina. O que indica que essa relação dentro dos quilombos é muito forte, em que o conhecimento é passado de geração a geração pelos mais velhos para ir se perpetuando, parar não ser esquecido.

Leandra - Chegou a conviver com os avós, que lembrança tem deles?
 Vera - Eu convivi com a avó por parte da mãe, com Maria Lina, com o avô Manuel, só que o avô Maneco, a gente conviveu muito pouco tempo, eu tinha seis anos quando ele faleceu, foi uma convivência muito pouca, mas eu lembro bem dele, era uma pessoa bem amorosa, avô amoroso. A avó Maria Lina, nem se fala, nos ajudou a nos criarmos, ensinou muita coisa, nos ensinou tanto as coisas da lavoura... Ela nos penteava, a gente adorava quando a avó penteava. Eles faziam tapete né, esses tapete de tirinha, de tirinha hoje, a avó fazia tapete e nos ensinou, isso, ajudou as nos ensinar a costurar. Meus pais eram alfaiates, a gente tudo aprendemos a costurar a mão, na mão, na máquina. (VERA, 2019).

Vera Macedo se identifica muito com sua avó Maria Lina, justamente por essa característica de gostar de passar adiante conhecimentos sobre o passado. Descreve a avó como uma mulher que adorava conversar e trocar saberes com outras pessoas, além de fazer toda lida da lavoura.

Leandra - Achas que tem alguma característica com tua avó?
 Vera - Se eu tenho.
 Leandra - É.
 Vera - Conversadeira.

Leandra - Conversava muito?

Vera - Falava bastante, falava, porque gostava, que nem eu. Adoro receber visita, adoro falar bastante, ajudar se é possível, que a gente possa tá contribuindo com saberes, que a gente não sabe tudo, mas um pouco que eu sei, no caso, eu gosto de compartilhar. (VERA, 2019).

Além de Vera, Sidinei e Eva Maria tiveram mais quatros filhos, mas dois morreram, então ficaram três filhas mulheres. As outras irmãs vivem também na cidade: Vera Maria de Barros e Maria Helena de Souza, a mais velha. O pai de Vera faleceu de infarto quando tinha 54 anos, e sua mãe, com 73 anos, por complicações de diabetes.

As dificuldades se sobressaíram no dia a dia, quando residiam no meio rural, em razão de não se ter acesso a serviços básicos e o trabalho ser extremamente puxado e sem valorização alguma. O que, provavelmente, motivou a migração para a cidade.

Leandra - Como foi para tua mãe criar os filhos, e as dificuldades?

Vera - Com muita dificuldade, naquele tempo era muito difícil, até porque o trabalho, por exemplo, meu pai vendia o trabalho dele, era muito explorado, não era valorizado o trabalho, inclusive, negro, pior ainda. Aí pai e mãe, porque lá era assim, tinha casa separada, ela plantava na lavoura dela, na parte do meu pai tinha um lado que eles plantavam, dois lados da terra, alguma coisa, mas a maioria era da lavoura da avó que cultivava. Então, a gente vivia ali do cultivo, a vida foi difícil no sentido, por exemplo, água era de cacimba, não tinha essa modernidade que tem hoje, luz era de lampião, água de cacimba, fogão à lenha, a gente foi conhecer fogão a gás já tinha 18 anos. (VERA, 2019).

O precário acesso à terra, por parte dos ascendentes de Vera, levou então à uma migração de todo o grupo de parentesco para a cidade, mas antes circularam por várias propriedades na condição de agregados:

Vera – Acesso à terra, negro não tinha acesso à terra, era muito difícil, no caso, eles acessar um pedaço de terra aqui na cidade, porque eles viveram no quilombo. Então tinha terra lá, quando eles vieram parar aqui tem uma longa história, até chegar aqui eles moram de agregados. E aí depois, o padre na época, isso setenta anos atrás, o padre na época que arrumou com os donos de terras que tinham aqui de São Lourenço um pedaço de terra, meia quadra onde viviam, e sobreviviam na meia quadra, que inclusive tinha um banhado no fundo, que eu sempre digo que eu nasci no banhado. (VERA, 2019)

O terreno e a casa onde seus pais e avós foram residir ficava em uma região periférica da cidade, na época, em que não haviam muitos moradores, o

que permitia continuarem plantando pequenas roças e criar animais. Vera residiu ali até os 16 anos, quando a família mudou de casa, e aos 20 anos, casou-se e foi residir com o marido. O relacionamento da Vera foi tranquilo, namorou aproximadamente três anos e noivou, casou e teve dois filhos, Danilo e Felipe, ficou casada 23 anos, separando-se em 2000: “Ai depois, não deu certo mais, ou já estava no destino pra terminar com 23 anos de casado, terminou”. Após esse relacionamento, dona Vera veio a conhecer seu segundo marido:

Vera - O meu segundo casamento, eu conheci o meu companheiro agora, conheci em um baile, no Baile da Terceira Idade que tinha no ginásio esportivo aqui, foi um baile que eu conheci ele. Mas eu quando guria, mais nova, casada já, eu levava um pessoal que vinha de Rio Grande todos os anos para jogar carta numa senhora, e aí eu coloquei, ela disse para mim que eu ia conhecer uma outra pessoa, ia ser um baile. Eu ainda briguei com ela, disse: que capaz! Se nem vou a baile, como é que eu vou conhecer em baile? E depois entre 15 a 20 anos, mais ou menos, eu conheci ele. Como é nome dele? Pedro Deoclestes Prestes, ele tem um filho que mora em Porto Alegre, Fábio o nome dele, é casado e tem um filho já com 18 anos, rapazinho já, que ele é nosso neto. Estamos há 20 anos juntos, dia 20 de junho fez 20 anos. (VERA, 2019).

Dona Vera é cartomante, sendo esta outra forma de renda dela. Chegou a ingressar no curso de Graduação em Educação no Campo, no campus da FURG de São Lourenço do Sul, mas trancou a matrícula em 2019, por não estar se sentindo bem. E pretende retornar no próximo ano.

2.4 O quilombo da Coxilha Negra: Adriana da Silva Ferreira

Adriana tinha 42 anos quando a entrevistei. Adriana é filha de Ilson Mendes Ferreira, que tem 94 anos e ainda vive, e Alvarina da Silva Ferreira, que faleceu como 74 anos com problemas cardíacos. Seu avô paterno chamava-se Aparício Mendes e a avó, Dalmira Mendes. Sua avó materna se chamava Florentina e o avô, Miguel. Os ascendentes paternos e maternos de Adriana vieram do quilombo Cerro das Velhas, que se localiza no 5º Distrito de Canguçu. Segundo o que o seu pai lhe conta, ele cresceu dentro de uma fazenda, em que passou a trabalhar desde criança.

Em Canguçu, os pais de Adriana não tinham terras, viviam nas terras de patrões e seu pai transitava pela cidade de Pelotas em busca de trabalhos temporários. Quando seus pais foram trabalhar nas imediações de onde residem

hoje, em São Lourenço do Sul, um dos patrões vendeu um hectare de terra pra eles morarem: “faziam roça pra comer para próprio consumo e na lavoura dos outros”. Foi então que a família se fixou naquele local. Com o tempo, seus pais e irmãos, através do trabalho no fumo, conseguiram ir comprando outros pedaços de terra. A família detém atualmente 18 hectares. A partir das compras da terra começaram a fazer sua própria plantação, sem precisar trabalhar como “sócios” em terras de terceiros ou trabalhar como peões.

Os pais da Adriana tiveram sete filhos, quatro homens e três mulheres. Apenas uma de suas irmãs reside em Viamão, os demais, moram na comunidade, sendo que duas de suas cunhadas trabalham na cidade de São Lourenço durante a semana e retornam aos finais de semana pra casa. Dos seus sobrinhos, alguns residem na comunidade, outros na cidade de São Lourenço e outros ainda, em outras cidades.

Adriana já trabalhou na cidade, mas a sua principal experiência é mesmo na lavoura: “Eu trabalhei sempre, minha vida toda, foi no fumo, capinar milho, feijão, esses trabalhos da roça aqui de fora”. Fez o Segundo Grau, hoje Ensino Médio, na cidade de São Lourenço, o que exigiu que ficasse alguns períodos fora de casa, mas nunca conseguiu se afastar do trabalho na lavoura. Mesmo com todo o trabalho na lavoura, afirma que tinha um grupo de amigas com quem saia para se divertir pelas redondezas desde a adolescência: “A gente jogava vôlei aí, jogo de futebol, festa de comunidade, nos bailes, boates, bailes nas cidades”. Adriana é uma mulher solteira: “Eu ficava, nunca trouxe ninguém em casa, eu namorava nos bailes, não tive ninguém pra dizer: vai lá em casa para conhecer”.

Adriana fala sobre sua mãe com um brilho no olhar e com todo o carinho do mundo, por ter sido uma mulher batalhadora e incrível, amorosa, amiga e protetora. Adriana afirma que herdou essas qualidades de sua mãe.

Adriana - Assim, minha mãe, todo mundo dizia que era uma pessoa muito amigável, gostava de ver todo mundo próximo, amiga de todo mundo, não era de tá, como na vizinhança, um briga com esse... Minha mãe nunca foi de briga, sempre foi muito pacífica, eu acredito nisso também.

2.5 O quilombo Rincão do Couro: Dona Lautéria e sua filha Elisângela

Dona Lautéria Domingues Severo, mais conhecida como Dona Telinha, tinha 75 anos quando à entrevistei e é viúva. Quando à visitei, tinha acabado de fazer cirurgia de catarata e também da vesícula, tem labirintite e é surda de um ouvido, ou seja, enfrenta vários problemas de saúde. Dona Lautéria é uma senhora já de cabelos brancos, baixinha e cheinha de corpo, e tem um olhar expressivo.

Sua mãe, Josefa Gomes Fagundes, tinha 47 anos quando faleceu de infarto, e seu pai, Marciano Bitencourt Domingues, tinha 78 anos quando morreu por problemas cardíacos, além de sofrer de bronquite. Seus avós paternos eram Abel Domingues e Lautéria Domingues, tendo ela herdado o nome desta avó. Sua avó materna chamava-se Campolina da Silva Gomes e o avô, Dionísio Morais Gomes: “O meu pai era descendência portuguesa e os meus avós também, o avô paterno era descendência portuguesa e a minha mãe era daqui do 5° de Piratini”. Seus avós maternos moravam no 5° Distrito e se mudaram para o que era município de Pedro Osório, passando a antiga ponte do Império, local que hoje pertence ao município de Cerrito. Dona Lautéria teve 5 filhos, tem neto e bisneto, ela contou que morava antes em Canguçu, no 4° distrito, depois de dois anos de casada, veio morar no 5° distrito de Piratini, local em que reside até hoje.

Dona Lautéria não conheceu seus avós paternos e nem o avô materno, só sua avó Campolina: “Era uma mulata clara, sarará, olhos verdes, o meu irmão mais moço é muito parecido com ela, eu já era grandinha quando ela faleceu, onze à doze anos, por aí”.

Ao falar das formas de sobrevivência, tanto dos avós como dos pais, mesmo que Lautéria esteja falando de um período que tenha se dado depois da abolição, ela fala da escravidão para caracterizar a forma como viviam. Seus avós moravam em um rancho no fundo de uma fazenda, e tudo o que plantavam era dividido com o patrão:

Lautéria - Ah! Naquela época era muito difícil, plantando, trabalhando, como é que eu vou te dizer? De parceria, naquele tempo era o trabalho escravo né. Trabalhava, trabalhava pros patrões pra comer, às vezes em troca de comida, ou às vezes, comprava na venda, daquilo que colhia entregava lá na venda [pra pagar a conta]. É, era meio difícil.

Leandra – Mas chegavam a plantar alguma coisa?

Lautéria – Plantavam, mas naquela época se plantava pouco. Mas era uma época, naquela época tudo se produzia, era plantado, assim, de enxada, cavavam à enxada pra plantar. Aí depois apareceu o tal do arado pula, pula, eu não cheguei a conhecer. Na minha época, quando eu era grande, aí tinha o arado dois ó, aí meu pai trabalhava com o arado dois ó. Ele era marceneiro, trabalhava, assim, fazia coisas de madeira, tábua, o que vendia muito, também carneava naquela época, vendia carne, naquela época era liberado. (LAUTÉRIA, 2019).

Dona Lautéria, assim como seus irmãos, nasceram e se criaram no 4º Distrito de Canguçu. Seus pais tiveram sete filhos. Na medida em que iam crescendo, seus irmãos foram se espalhando para as cidades das redondezas, especialmente Rio Grande e Pelotas. Ela tinha 11 anos quando seu pai faleceu, então, junto com o irmão mais velho, assumiu a lavoura para ajudar a mãe a criar os irmãos. Aos 13 anos foi residir na casa de um dos filhos do patrão, em Pedro Osório, para cuidar da filha deste, pois era afilhada do casal. O serviço era realizado sem salário, apenas em troca de comida e da roupa, e nele ficou alguns meses. Trabalhava durante a semana e nos finais de semana, retornava para a casa da sua família.

Dona Lautéria, além de ter cinco filhos legítimos, tinha também os seus filhos de criação, ou seja, crianças que por alguma razão precisaram residir com ela e a quem ajudou a cuidar e criar:

Lautéria - Sobrinhos do meu marido, quase todos passaram pela nossa criação pra botar no colégio, não lembro nome dele. O Vitorino, o Daniel, a Jaqueline e a Ana Paula, o João Carlos, não são todos filhos da mesma mãe, das irmãs dele. O Cristiano, a filha da Ana Paula, esse Marcos que esteve aqui ontem também ajudei a criar. Pera aí, acho que tem mais a outra da Faxina, Paula Severo, deixa eu ver se tem mais, eu acho que são esse aí, esse nove, são tudo sobrinhos.

Leandra - Tudo que a senhora criou.

Lautéria - Eu ajudava a criar, as mães não dominavam, mandavam pra cá, lá a gente tinha que registrar eles, não registrar no nosso nome, a certidão deles lá. Aí botava no colégio, eles aprendiam a ler e tudo, quando estavam grandinhos eles iam passear, não voltava mais. (LAUTÉRIA, 2019).

Dona Lautéria foi residir no Rincão do Couro, de onde provinham seus avós maternos, com seu marido e sua filha mais velha, quando esta tinha 2 anos. As dificuldades de criar os filhos eram muitas, pois a terra própria era limitada e trabalhava-se muito de parceria: “É, com muito sacrifício, trabalhando na lavoura

né, com muito sacrifício, no tempo da pobreza, não foi fácil”. Hoje dona Lautéria tem um total de doze hectares de terras, e um hectare de terra é da Elisângela.

O marido da Dona Lautéria, Argel Porto Severo, faleceu em 2012 quando tinha 72 anos, vítima de câncer. Elisângela relata que seus avós paternos eram Olavo Severo e Marina Porto Severo, sendo que os maternos já foram expostos no relato de Dona Lautéria.

Elisângela - Minha descendência paterna, meu avô com traços africanos bem forte, já minha avó tem uma miscigenação paterna indígena, já minha mãe por parte de pai descendência portuguesa. A gente tem por relato, pelas histórias contadas, é filha de escravizador, porque tem uma família branca que mora na região que os antepassados tem um grau de parentesco, então bem provável que a minha bisavó teve filhos com escravizador. (ELISÂNGELA, 2019).

Quando entrevistei Elisângela Lopes Severo, ela tinha 35 anos. Casada com Alexandre há 13 anos, tem um filho com 6 anos, que se chama Isaque, sendo que poderia ter dois, pois revela que perdeu um filho de aborto espontâneo na primeira gravidez.

A Elisângela complementa a fala de sua mãe, dona Lautéria, sobre as dificuldades de sobreviver, pois isso fez parte da sua geração também, da sua infância. O acesso à terra era muito difícil, sobrevivendo como arrendatários, que a cada ano, praticamente, tinham que ir atrás de novas terras para o plantio, pois depois que “limpavam” um campo sujo para plantio em um ano, no outro o proprietário pegava aquela terra já preparada para plantar para si:

Elisângela - Sempre foi, por muito tempo dependendo dos outros, morando em casa e terras dos outros, trabalhando praticamente para os outros por migalhas. Não muito diferentes para os meus pais, fez parte da minha infância, então a gente veio conseguir nosso pedacinho de terra, nosso território, tinha talvez uns dois anos de idade por aí, foi se ter um pedacinho que podemos dizer que era nosso, até então morando com os outros. (ELISÂNGELA. 2019).

A Elisângela relata que seus pais tiveram cinco filhos, mas hoje restam três. Um de seus irmãos mudou-se para Rio Grande há mais de 20 anos, em busca de trabalho. Outro irmão, solteiro, reside com sua mãe no quilombo, como já foi relatado anteriormente. Outra irmã mais velha morreu há 10 anos de câncer no pulmão e fígado. Como Dona Lautéria já relatou, além dos seus próprios filhos, que seus pais cuidavam de sobrinhos que estavam em situação de

desamparo, sempre com muito sacrifício. Elisângela tem muito respeito pela história da sua mãe, que se casou cedo e teve que aprender a lidar com a maternidade da forma como podia:

Elisângela - Cinco nascidos vivos, mas os que se criaram são quatro, sendo meus irmãos dois gêmeos. Então, entendo que naquela extrema pobreza... É, gêmeos, ele contam... Foi um período bem difícil, mas receberam bastante ajuda, não tinham quase nada. Minha mãe ficou grávida e foi descobrir quando já estava quase nascendo, eram gêmeos, então foi um apuro né, para conseguir as coisas e conseguir alimentar, criar quatro, mas graças à Deus criou. (ELISÂNGELA, 2019).

Elisângela nasceu em Pedro Osorio, mas viveu a vida inteira em Piratini, hoje não reside muito na comunidade, pois foi atrás de seu sonho de estudar, buscar novos horizontes e ter uma vida digna: “Sai da comunidade no ano de 2014 para cursar Psicologia na FURG, moro em Rio Grande atualmente”. Na infância seus pais viveram um período no mesmo terreno dos avós paternos, depois mudaram a residência para o terreno de um vizinho, em um “ranchinho de torrão”. Quando tinha 10 anos e seus avós foram morar na cidade, seus pais e a família retornaram para a área de terras de seus avós, construindo uma casa de tábuas e depois, de alvenaria. Elisângela descreve a sua avó paterna como uma mulher de personalidade forte e de difícil convivência, ao contrário do avô, que era muito afetuoso, mas como seu pai foi criado por uma tia, Alaíde Severo, é a ela que tem como referência de avó, porque “me deu carinho, o colo de avó”.

Elisângela cresceu trabalhando em lavouras, junto com sua família. Todavia, assim como outras mulheres que foram entrevistadas, na medida em que foi crescendo, passou a trabalhar em empregos diversos, para auxiliar no sustento da família:

Elisângela - Até a adolescência fui agricultura, direto, ajudando no plantio. Aí depois sim, eu sai, aí o meu primeiro emprego, foi por temporada, numa firma que tinha na região, então sai pra colher pêssego, eram temporário. Acabava, eu voltava pra casa, seguia a rotina normal na agricultura. Depois lá por meus vinte e um consegui um emprego na cidade, era numa fábrica de bombachas, trabalhei por um ano e meio até. Saí quando eu casei, aí sim, comecei a trabalhar em fazendas, pra fora aqui. No município do Capão do Leão, trabalhei como cozinheira, acho que uns dois anos aproximadamente. Serviços gerais dentro de estâncias. (ELISÂNGELA, 2019).

No trabalho nas estâncias, Elisângela e o marido passaram por situações que ela caracteriza como escravização, em razão do não respeito à jornada de trabalho e do direito de usufruir de feriados: “só, talvez mudou só a forma de escravizar, é porque tu tá ali recebendo um salário”. Esse tipo de situação, somado ao adoecimento e necessidade de cuidados com seu pai, levou Elisângela e o marido a pedirem demissão, o que não foi aceito de forma tranquila pela sua patroa, que os mandou embora “com uma mão na frente, outra atrás”. Foi quando eles retornaram à comunidade e ela foi residir na área da sua mãe, onde tem uma casa sua até hoje.

Elisângela tem em sua mãe a grande referência de mulher para sua vida, por considerá-la uma pessoa “de garra, de lutar”, à tem como seu “porto seguro”. No período em que ficou na comunidade e que antecedeu a sua entrada na FURG, Elisângela foi presidente da Associação Quilombola, e após fazer um curso de Alfabetização de Adultos em Porto Alegre, pela Fundação Banco do Brasil, foi alfabetizadora em sua comunidade.

2.6 O quilombo de Santa Clara: Dona Beatriz e sua filha Edna

Dona Beatriz Duarte da Rocha, quando à entrevistei, tinha 55 anos. É mãe de Edna Duarte da Rocha, Eliane Duarte da Rocha e Doralice Duarte da Rocha. A Beatriz nasceu em Posto Branco, 1º Distrito de Canguçu, a terra em que morava não era dos seus pais nem de seus avós, moravam em terras de terceiros e plantavam em regime de terça, em que a terça parte da produção é dada para os proprietários. Seus pais e a família se mudaram para a localidade do Arvorito, quando ela tinha apenas um ano de idade. Agora Beatriz mora no Alto Alegre, 3º Distrito de Canguçu, onde está localizada a Comunidade de Remanescentes de Quilombos Santa Clara e Arredores.

Sua mãe, Ana Julia Coutinho, faleceu com 69 anos de problemas cardíacos, teve uma isquemia e tinha pressão alta. Seu pai, Ulisses Duarte, tinha 60 anos quando morreu com problemas nos pulmões. Dona Beatriz relata que seu pai, que forcejou muito trabalhando durante a vida, havia encaminhado os papéis para aposentadoria quando faleceu, mas “ele sempre dizia em vida que ele não queria aposentadoria” e de fato morreu antes de usufruí-la. Diz Dona Beatriz que Deus tinha ouvido seus pedidos. Os avós maternos de Dona Beatriz

eram Maria Delócia Coutinho e João Ferreira. Seus avós paternos, Maria Francisca Duarte e Cassiano Duarte.

Sobre seus avós, Dona Beatriz relata experiências que são semelhantes aos de minha avó Elvira: perambulando pelas casas de quem tinha posses e, mesmo depois da abolição, não tendo direito a se autodeterminar:

Leandra - De onde eram seus pais e avós?

Beatriz - Minha avó era da Florida, pelo lado do meu pai. Minha avó pouco criou os filhos, naquele tempo vivia sempre trabalhando nas fazendas, então ela não tinha tempo, nem tinha o direito. Naquele tempo tiravam os filhos, alimentava os filhos dos brancos, onde ela residia. Mas meu pai foi criado por um senhor de Canguçu, que era Seu João, e também ele ajudou a construir Canguçu, carregava água da Cacimba do Ouro da praça né, para abastecer as casas. E depois foi mudando, ficou com mais idade, foi mudando. Naquele tempo não se governava, quem ficava era obrigado à ir, quisesse ou não quisesse, conhecesse ou não conhecesse aquela família, tinha que ir. Depois, foi onde ele conheceu minha mãe, aí se cassaram, aí seguiram trabalhando nas fazendas, era o que faziam. (BEATRIZ, 2019).

As formas de sobrevivência dos avós e pais de Dona Beatriz é marcada pela falta de condições, acompanhando os demais relatos que já foram trazidos aqui pelas outras interlocutoras. Pequenas lavouras, plantadas em terras alheias, junto com o trabalho nas propriedades das redondezas em que residiam, era a forma que tinham para continuar a vida familiar:

Beatriz- Olha, eles plantavam, assim, em casa, onde tinha alguns pedacinhos de terras, onde viviam, na volta da casa. E os homens sempre trabalhavam na volta da casa, nas fazendas, que eram obrigado a trabalhar, como se diz, trabalhavam de dia pra comer de noite, né. E se mantinham, criavam cabrito pra ter o leite, plantavam batata, feijão, o milho, o arroz, abóbora, tudo isso. E quando o senhorzinho chamava e carneavam, era o que davam, pra pagar o serviços, eram os miúdos, faziam charque pra fazer com batata. Então sempre tinha o que eles próprios conseguiam. (BEATRIZ, 2019).

O que era plantado, tinha que ser dividido com os proprietários, pois os avós e pais não tinham terra própria. Uma de suas avós tinha uma área de terras, mas foi expropriada dela, em troca do consumo que faziam nas “vendas”:

Beatriz – Não, o meu pai nunca conseguiu terra, e nem minha mãe. Minha avó tinha, mas depois os colonos tomaram conta. Até era na serra essa terra que ela tinha, depois não teve mais direito, foram tirando, era preciso pra ir até a venda, iam vendendo de pedacinhos a pedacinhos, vinham medir e os grandes foram tirando tudo, ela ficou sem nada era bem assim que viviam. (BEATRIZ, 2019).

Seus pais tiveram quatro filhos, três consanguíneos e um que foi formalmente adotado, mas além destes, ajudaram a criar muitas crianças, pois como sua mãe era benzedeira e fazia remédios, as mães levavam as crianças doentes e deixavam aos cuidados de Ana Julia, ou por falta de condições, ou por negligência. Sem contar que, segundo Beatriz, vários de seus primos “se criaram lá em casa também”. A sua mãe cuidava deles como se fossem seus filhos e as crianças se apegavam muito a ela. Seu irmão, Joaquim, mora em Moro Redondo e planta produtos orgânicos que vende em várias feiras e espaços de economia solidária na cidade de Pelotas e região. João Ulisses Coutinho Duarte atualmente não está trabalhando, porque está cuidando da sua esposa no hospital em Pelotas, que está com câncer. Seu irmão adotivo, Jorge Adriano Moura Barcelos, trabalha de peão nas fazendas em Santa Vitória, mas já trabalhou em Piratini, Canguçu e Capão do Leão, sempre como empregado rural.

Dona Beatriz conviveu pouco com a sua avó paterna, pois ela vivia nas fazendas trabalhando e só foi residir com seus pais quando foi abandonada pelos patrões, já estava muito doente e quase não mais falava. Mas se identifica bastante com sua mãe e sua avó materna, de quem teria herdado muito das habilidades que mantém até hoje. Fala, então, das características que herdou da avó materna:

Beatriz – Acho, assim, de luta, de batalha, porque minha avó era de luta, me ensinou a fazer muita coisa, assim, até de comida, me ensinou o que ela fazia. Me ensinou que a gente nunca devia de ficar triste e aborrecida, quando alguma coisa aborrecia, a gente rezava orava pra Deus, foi ela que me ensinou a rezar o terço, né eu rezo hoje graças a Deus. E de construir muitas coisas em casa, o desempenho, até de ganho, de plantação, de cobertas¹⁴, de sobreviver. (BEATRIZ, 2019).

De seu pai, teria herdado o dom do acolhimento, pois mesmo com sacrifício para sobreviver, sempre que chegava alguém em sua casa, conhecido ou não, “sempre tinham um pão de cada dia para repartir”. Outra pessoa que toma como referência é sua tia paterna Zeni Duarte, que atualmente mora no Cancelão e tem mais de 80 anos, e que também é umbandista, faz parte da

¹⁴ Dona Beatriz faz referência aqui aos cobertores de lã de ovelha que sua avó fabricava artesanalmente e vendia, gerando renda para a família.

comunidade quilombola Nicanor da Luz. Dona Beatriz fala que sua tia ensina a ter força e a viver.



Figura 12 - Bem no centro, Dona Zeni, nos extremos, Edna à esquerda e Dona Beatriz à direita, suas duas outras filhas diretamente abraçadas em Dona Zeni. Fonte: Retirada do Facebook de Edna, com autorização dela.

Dona Beatriz dedica até hoje boa parte do seu tempo para rezar terços sob encomenda, atender pessoas para cura e aconselhamento por meio de benzimentos e cultuar as entidades da umbanda, por meio de cultos domésticos. Participa ainda do Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida do Cancelão, município de Piratini, pois muitas pessoas que migraram para lá são pessoas conhecidas, que moravam no interior de Piratini, mas próximo de Canguçu.

Beatriz - Sim, sempre todos os dias não me deito sem ir no meu santuário rezar por todos, não só por mim, não só pelas minhas filhas, por todo Brasil, que tenha força... Pra Deus, pra São Jorge e todos os orixás, pras Nossas Senhoras, como sempre, eu uso meu rosário e peço sempre, rezo pra aquelas irmãs que partiram cuidar do nosso Brasil e dos nossos, não deixar que mal nenhum chegue até eles.

Leandra - Então a senhora é benzedeira?

Beatriz - Sim, sou benzedeira, então minha casa todo dia está chegando gente para benzer crianças simpatia graças a Deus com fé a pessoa tendo fé tudo dá certo. (BEATRIZ, 2019).

O marido de Dona Beatriz, João Antônio Lima da Rocha, tem problemas crônicos de saúde, por isso, atualmente ela trabalha apenas junto à ele, na

agricultura, para não deixa-lo sozinho, saindo apenas para fazer feira ou para seus compromissos religiosos e de representação da comunidade quilombola. Em suas terras eles plantam, “milho, feijão, batata, de tudo um pouco, verduras... Aí aquilo que sobra e que dá, faço a feirinha ainda, pra complementar em casa”. Essa feira é realizada na cidade de Canguçu, direcionada aos produtores das comunidades quilombolas, na qual Dona Beatriz vende também bolachas, pão e rapadura.

Quando fiz a entrevista com Edna, ela tinha 28 anos. Nasceu no Alvorito, 3º distrito de Canguçu, faz dez anos que vive na Comunidade Santa Clara e Arredores. Os avós paternos de Edna, que não foram explanados acima, eram Hércio e Enilda. Edna conta com um pouco mais de detalhes sobre os seus ascendentes por parte de pai e mãe:

Edna – Então eram dessa localidade que eu te falei no 3º Distrito [Arvorito], não é muito longe daqui, dá uns quinze quilômetros ou vinte quilômetros daqui. Na verdade, minha avó materna era do interior de Canguçu, de outra localidade, a mãe vai explicar melhor, lugar do Pantanoso, Posto Branco, da região. Então meu avô e minha avó se casaram quando minha mãe tinha um ano de idade, eles vieram trabalhar nessa localidade do Arvorito, trabalharam quarenta anos pra um dos fazendeiro dessa região. No caso, meu avô faleceu e a minha avó ainda ficou, meu avô faleceu tinha 58 anos, ai minha avó ficou até 68 anos morando nessa localidade. Assim, e trabalhava, meu avô, tanto na lida campeira como na plantação, minha avó plantava muitas coisas, ela sempre relatou... A mãe vai trazer isso de novo, sempre relatou que aprendeu plantar por conta de estar morando naquela localidade ali, por necessidade também. E os meus avós por parte de pai, Enilda da Rocha, ela era do interior de Piratini e o meu avô já era do Arvorito, casaram e passaram a morar... Mas moraram em vários lugares, trabalharam em fazendas também, por último eles estavam, mas já são falecidos, moravam ali no Arvorito, uma terra que era de herança do meu bisavô fazendeiro, teve uma relação com a mãe do meu avô, com uma mulher negra que trabalhava por ali, era uma relação não reconhecida. (EDNA, 2019).

O depoimento acima de Edna sintetiza várias coisas que já estão sendo ou serão bastante abordados nesta dissertação: os constantes deslocamentos das famílias negras após a abolição para poderem sobreviver, as dificuldades de acesso à terra, as relações não reconhecidas entre homens brancos e mulheres negras. Segundo Edna, o seu avô paterno tinha recebido uma pequena área de terras como herança, mas o meio-irmão dele, que era filho legítimo do fazendeiro que tinha relações não reconhecidas com sua avó, não queria entregá-las, e ele precisou entrar na justiça para conseguir a sua parte na herança.

Foi nessa terra herdada do avô que Dona Beatriz e seu marido João Antônio se estabeleceram inicialmente e formaram a sua família:

Edna – [...] aí depois meus pais trabalhavam nessa terra do meu avô, plantavam milho, feijão e se vendia um pouco disso, assim como o tampão de leite, o fumo. Aí depois, por último meus pais trabalhavam ali plantando morango, duas lavouras de morango, entregavam pra Minuano se eu não me engano, mas vou verificar, que era uma empresa de conserva dali de Moro Redondo. A gente plantou por cinco a seis anos, depois, num determinado momento, essa empresa atestou falência, inclusive a gente nem recebeu as últimas entregas. (EDNA, 2019).

Edna lembra muito das avós, era mais apegada à avó materna, mas cada uma deixou marcas muitos especiais na sua infância. Da avó materna, lembra das histórias sobre os muitos lugares que ela conheceu antes de retornar para o interior, casar e formar família. Quando fala da trajetória da avó materna, nos dá uma outra imagem de mulher negra no meio rural: mulheres que, mesmo em uma condição de subordinação, como empregadas domésticas, circulavam por vários lugares e adquiriam vários conhecimentos por conta disso. Ana Júlia, sua avó materna, foi morar em Pelotas aos 13 anos para trabalhar como doméstica em casas de famílias ricas, o que lhe permitiu conhecer não só a cidade, mas também Porto Alegre. Retornou para o interior de Canguçu aos 21 anos para se casar, e posteriormente, contar para as netas as suas vivências:

Edna: Eu tenho lembranças muito positivas, porque a avó contava todo esse processo dela de trabalho, e dos locais que ela conheceu, a partir desse trabalho doméstico que ela executou. Por exemplo, conheceu Porto Alegre, de entrar num avião, só entrar, porque, na época, tinha alguma coisa que não saberei te dizer, alguma coisa, assim, tu ia e tu podia entrar dentro de avião, por exemplo. São coisas que fazem parte da minha memória, que ela falou, pra além da amorosidade que ela tinha [...]. (EDNA, 2019).

Conforme vimos acima, Dona Beatriz e seu marido residiram boa parte de suas vidas na mesma área que Hércio, avô paterno de Edna, herdara na condição de filho ilegítimo de um fazendeiro branco. Por isso Edna cresceu no mesmo pátio dos avós paternos, marcando de sua avó paterna, o zelo com a casa, sempre limpa, organizada e repleta de flores:

Edna - [...] Tem uma coisa que eu acho muito bonita, que eu acho que está presente em mim, é o cuidado que ela tinha com as flores. Então,

ela tinha uma área na casa que ela morava, assim, tinha uma mesa, deveria ter um metro e meio de comprimento, a mesa era lotada de flores. Aí na frente dessa mesa tinha um banco, desses bancos compridos de madeira, também lotado de flores, fora as flores que ela tinha na rua. Ela tinha um zelo grande por aquilo, quando saía uma vez na vida visitar familiares que moravam na cidade, era aquela coisa pra gente cuidar as plantas, aguar. Ela falava com as flores, isso era muito bonito, assim. Eu acho que ela tinha um amor muito grande pelas minhas irmãs, apesar de ser uma forma diferente de relação, porque minha avó materna, quando eu ia pra casa dela, eu sempre sentava do lado dela, desde pequena. Mas minha avó paterna me deixou muito essa coisa, cuidado com as flores, cuidado com a natureza, de ter um cuidado com as coisas da gente, bem de cuidar, de guardar, de zelar pelas coisas da gente. Pra além das comidas, as duas faziam comidas maravilhosas. A minha avó paterna fazia um angu maravilhoso, uma carne de panela, assim, uma massa, que é uma memória que tem afeto, que a gente lembra daquele gostinho, sabe, de comida. Minha avó por parte de mãe também fazia comidas muito gostosas e as duas faziam uma coisa muito bacana, da questão da alimentação, pra nós que era bonequinhos de massa de pão, isso era muito legal. (EDNA, 2019).

O avô materno de Edna faleceu quando ela tinha dois anos de idade, então, com ele não houve convivência. Já o avô paterno teve uma presença muito afetiva na vida dela e das irmãs, tinha apelido de Moleque, porque adorava inventar brincadeiras para as netas e crianças que visitassem a casa:

Edna - [...] Ele largava qualquer coisa que tinha pra fazer para atender a gente e pra atender as crianças que chegavam. Então, ele fazia balanço pra nós, apelidava os montinhos de comida de cerros disso, daquilo, que são os cerros de Canguçu. Ele fazia diversas brincadeiras, organizava corda pra gente pular, organizava o cavalo pra gente andar, enfim qualquer brincadeira que tu pode imaginar. Era uma pessoa muito afetuosa, a gente ia pra nossa avó materna, que era bem longe, ele ia à pé, quando a gente voltava, o vô estava na porteira nos esperando, que tinha morrido de saudades, ele era uma figura muito graciosa e divertida [...]. (EDNA, 2019).

Seus avós paternos gostavam muito de dançar, e no final da tarde, sempre ligavam o rádio no mesmo programa gauchesco e dançavam com as netas:

Edna - Eles dançavam e a gente dançava com eles, enfim, era muito divertido esse momento de tarde, de dançar com eles, enfim, a lembrança bonita, assim, todo dia de tarde, de sentar debaixo do cinamomos, na casa do meu avô e ficar conversado sobre várias coisas. Então eles nos davam muita atenção mesmo, eu acho que a gente se sentia as crianças mais felizes do mundo, tínhamos muito ciúmes dos nossos avôs, eu, minhas irmãs, tanto dos nossos avós paternos quanto dos nossos avós maternos, por eles serem pessoas expansivas e abertas e bastantes queridas, por outras crianças e pessoas, então a gente tinha bastante ciúmes. (EDNA, 2019).

Além dos trabalhos na própria área de terras, que era pequena, Dona Beatriz e Seu João trabalhavam para fora pela vizinhança, ela como faxineira, ele como cuidador de animais, até que ele teve problemas de saúde e se aposentou por invalidez. Edna e as irmãs, já grandes, passaram a acompanhar a mãe nos trabalhos em empresas agropecuárias de fruticultura.

Atualmente Edna está desempregada, por isso está na casa dos pais, auxiliando a sua mãe nas atividades agrícolas e de organização comunitária.

Edna indica várias referências de mulheres, dentro de sua família, que toma como espelho de como enfrentar a vida: suas duas avós, sua mãe e Dona Zeni, que também foi citada por Dona Beatriz, e que é tia-avó desta:

Edna: [...] uma outra mulher que me encoraja muito que é a Dindinha, que é a tia Zena que mora hoje na Comunidade Quilombola Nicanor da Luz, lá do Cancelão. Ela e minha mãe criaram meus tios e seus filhos e nos criou. Então ela é dinda de mim e das duas irmãs, as três afilhadas dela. Tem mais de oitenta anos, é uma referência pra mim, pela coragem, por tudo que ela já passou na vida e todos os trabalhos que ela passou, e a forma que ela tem pra enfrentar, mesmo, esses desafios, como ela sempre enfrentou na vida, assim [...] Ela é fundamental pra mim, para as minhas irmãs, pra minha mãe, pra minha avó e para várias outras mulheres que fazem parte da comunidade dela, então ela é uma das principais referências. (EDNA, 2019).

O respeito que demonstra pela trajetória de sua mãe, igualmente indica todo um grupo de parentesco em que as mulheres assumem um papel muito ativo, e transmitem isso no interior do grupo, de uma geração para outra:

[...] Eu acho que a mãe é uma pessoa muito corajosa, tá o tempo todo nos mostrando isso, a capacidade de recomeçar, de se reinventar dentro das possibilidades que tem, e de agarrar as possibilidades que tem. A outra questão que tem, é de ser humanitária, eu acho que é uma lição fundamental, de tentar auxiliar os outros, ajudar as pessoas, assim, de uma forma positiva, é de ouvir as pessoas e de tentar auxiliar as pessoas, assim, no que for possível, no que é possível fazer. Eu acho que isso está presente em mim, essas duas coisas, da coragem e da humanidade mesmo.

2.7 O quilombo Potreiro Grande: Maica Soares

Quando entrevistei Maica, ela tinha 35 anos. Nasceu na Comunidade Quilombola Potreiro Grande, localizada no 2º Distrito de Canguçu, local em que

seus familiares residem até hoje. Filha de Arnaldo Soares e Ivani Prestes Soares, seu pai era de Piratini, foi criado por uma família alemã, e sua mãe era da localidade de Solidez, do 1º Distrito de Canguçu, onde há a comunidade quilombola Manoel do Rego. Após casar-se em 2013 com Wagner Ferreira, Maica foi residir com seu marido na cidade de Pelotas, mas “eu estou quase sempre na comunidade”, e permanece contribuindo para manter a organização política da Associação Quilombola. Maica não tem filhos. Se desloca todos os dias para Canguçu a trabalho.

Maica afirma que nunca teve convivência com avós/ôs, tanto paternos como maternos, pois faleceram antes do seu nascimento. Manteve, durante a sua vida, mais contatos com a rede de parentesco da mãe, por fazerem parte da comunidade Manoel do Rego, que fica no caminho de acesso ao Potreiro Grande. Por isso, conhece mais detalhadamente da trajetória de vida da mãe:

Maica - Foi muito difícil, minha mãe sempre conta que ela ficou, por exemplo, os pais dela faleceram e ela ficou com os irmãos. Ela é a mais velha dos irmãos, e ela ficou com os irmãos todos pra ela criar, assim, tomar conta. Então, minha tia mais nova, que é irmã dela, ficou bebezinho, era bebê quando minha avó faleceu. Então minha mãe praticamente é mãe dela, ficou com toda essa tarefa de criar eles, enfim, até porque é mais velha. Então foi muito difícil, porque além de cuidar deles, tinha que trabalhar para dar o sustento. (MAICA, 2020).

O que sabe dos avós é que eles trabalhavam na agricultura, assim como seus pais, plantando milho, batata e hortaliças, e as condições de acesso à terra sempre foram difíceis. Ainda hoje, na propriedade da sua família, o trabalho é manual e com tração animal, não tem maquinários ou tecnologia avançada.

Maica - As condições de trabalho ainda são, por parte da minha família, precárias. O meu pai, até os dias de hoje, é com arado, de boi e arado. E hoje é difícil, a maioria das pessoas é de trator. Sempre foi um trabalho braçal e manual, plantio de máquina, por exemplo, máquinas manuais, ele ainda não tem trator, essas máquinas com tecnologia mais avançada, então todo o trabalho é feito manualmente e braçal. (MAICA, 2020).

Arnaldo, pai de Maica, ia de bicicleta de Piratini até Canguçu para ver sua mãe, quando se namoravam, o que para ela significa que “era amor mesmo”. O casal teve seis filhos, quatro homens e duas mulheres: Odinael, Jardel, Andersom, Leonardo, Carla Jeane e Maica, que é a caçula. Seus irmãos também

residem todos no Porteiro Grande, próximos à residência dos pais, atualmente são casados e trabalham na agricultura. O mais novo dos irmãos é o único que permanece residindo na casa dos pais. Maica e os irmãos cresceram no mesmo local, mas as casas foram se alterando com o tempo. Uma das lembranças marcantes dos tempos passados é do quanto a casa era pequena, mas sempre acolhedora:

Maica - [...] às vezes a gente até ri, porque era uma casa tão pequena, que as pessoas que chegavam de visita, sempre gostavam de ficar lá no pai. E a gente dava um jeitinho, daqui, dali, e todo mundo... E hoje a gente para pra pensar: como a gente conseguia viver ali, naquele lugar, aquele espaço tão pequeno? (MAICA, 2020).

Inicialmente, Maica saiu do Porteiro Grande e foi morar na cidade de Canguçu para poder trabalhar e estudar. Desde 2013 Maica mudou sua vida de agricultora para a função de mediadora no acesso a políticas públicas para as 16 comunidades quilombolas de seu município. Nesse ano ela passou a ocupar um cargo na Prefeitura, que foi criado graças à articulação das comunidades quilombolas do município em um fórum, que negociaram esse espaço junto ao poder público local. Conta muito para isso o fato de Canguçu ser o município que tem o maior número de comunidades quilombolas no RS.

Maica - Hoje eu trabalho na Secretaria Social de Direitos Humanos, ocupando aí, desde 2013, uma vaga indicada pelas comunidades quilombolas, pra fazer todo esse trabalho de acesso às políticas públicas, todo o trabalho referente à comunidade negra, resgate da cultura, referente à comunidade negra, se envolvendo com vários outros setores, por exemplo, passa por ali, pelo meu setor do departamento que eu ocupo hoje. (MAICA, 2020).

Maica passou a ocupar esse cargo após participar de programas de políticas públicas para comunidades quilombolas por meio de outras instâncias:

Maica - Eu logo que comecei a trabalhar, trabalhei como agente quilombola, foi um trabalho de Etnodesenvolvimento, foi uma bolsa concedida pela Universidade do Rio de Janeiro. Eu trabalhei no período de dois anos, fazia um trabalho de cadastramento das comunidades, de levar alguma demanda para o governo do Estado e Federal, enfim. E depois ingressei na Câmara de Vereadores como estagiária, de assessora de vereador. Mas tudo numa proposta feita pelo movimento, uma indicação, surgiu a vaga pro movimento, que me indicou pra essa vaga na Câmara de Vereadores. Através dali, foram conhecendo meu trabalho e foram gostando e tal. Surgiu uma oportunidade, à cada eleição do município, temos uma negociação com os candidatos a

prefeito de manter o espaço do departamento, no caso, quilombola. (MAICA, 2020).

Assim como Elisângela e Edna, Maica toma sua mãe como um modelo de superação, tendo-a como referência por toda a sua luta pela sobrevivência dos seus tios, quando eram crianças, e de união no interior da família atual:

Maica - A minha mãe mesmo, por toda essa luta dela, que é um exemplo de luta e resistência. Porque se acontece com outra pessoa, ainda mais nos dias de hoje, talvez teria desistido, não dado conta do recado. E graças à Deus, hoje nós temos uma família muito unida, tanto a minha família, por exemplo dos irmãos e pais, como a família dos parentes, no caso. E graças à Deus, a gente tem uma convivência muito boa, harmoniosa, em família, que hoje em dia é muito difícil. Então, graças à Deus, a gente conserva isso, que a gente consiga conservar pra sempre. Eu acho, assim, o que é demais sagrado, que nós temos, é a família. (MAICA, 2020).

2.8 Territórios de pertencimento

As comunidades negras, localizadas especialmente no meio rural, passaram a ser identificadas como “quilombolas” a partir da Constituição Federal de 1988. Historicamente os quilombos surgiram como uma das maiores forças de resistência do povo negro contra o escravismo, na época colonial e imperial. Africanos e descendentes se reuniam em refúgios para defender o direito de terem a liberdade sobre suas vidas, fazerem suas plantações para sua sobrevivência, construir suas moradias e cultuar suas próprias tradições. Mas isso não quer dizer que viviam isolados. A partir destes refúgios, estabeleciam relações com setores diversos da sociedade envolvente, realizando trocas econômicas e alianças políticas estratégicas. Na região de Pelotas, ficou famoso o quilombo do Manoel Padeiro, que fazia uso justamente da Serra dos Tapes para se esconder com seu grupo, ajudava outros escravizados a fugirem das fazendas e charqueadas e levava para os locais de refúgio. Moreira et. al. (2013) afirmam que o grupo de Manuel Padeiro, que atuou na década de 1830, era itinerante, ocupando vários locais dessas serras para plantios e moradia temporária. Essa mobilidade toda desse grupo quilombola só era possível, pois existiam relações com outros(as) escravizados(as) que permaneciam nas senzalas e repassavam informações, assim como com comerciantes,

chacareiros e outros sujeitos livres, brancos e não-brancos. Aquilombar-se sempre significou estabelecer redes de relações que iam além do refúgio.

Desde a abolição, ocorrida em 1888, os negros sofreram com a expulsão das terras em que moravam e plantavam, sendo também ignorados pelo poder público como cidadãos. É em razão destes conflitos que surgiu a categoria jurídica remanescentes das comunidades de quilombos, como uma forma de organização, luta e resistência para garantir a proteção das suas terras, desde então começou a se fazer discussões sobre o significado dessa categoria. Segundo Ilka Boaventura Leite: “O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente a apenas um passado a ser lembrado” (LEITE, 2000, p. 335). Segundo os estudos de Marques e Gomes (2013), a categoria remanescente de quilombos, na contemporaneidade, designa grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais e políticas. E participam da vida pública como sujeitos de direitos que buscam ser reconhecidos.

A partir de discussões da Antropologia sobre grupos étnicos, a categoria “remanescentes das comunidades de quilombos” passou a contemplar coletivos negros que foram formados a partir de diferentes processos de territorialização, e não apenas aqueles formados por meio de fuga e refúgio (O'DYWER, 2005). Muitas áreas quilombolas tem origem em (ex)escravizados que receberam suas terras por meio de testamentos, em outras situações, as terras foram compradas por negros livres. A antropóloga Rosane Aparecida Rubert, ao se debruçar sobre a constituição das comunidades quilombolas no RS, afirma:

Os territórios dos remanescentes das comunidades de quilombos do RS foram constituídos a partir de processos contraditórios, que abarcam, concomitantemente, a operacionalização de mecanismos de segregação racial e estratégias de resistência ao preconceito e ao aprisionamento da força e tempo de trabalho após a abolição. A gênese desses territórios aponta para um complexo conjunto de estratégias de territorialização: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo(a) senhor(a)/estancieiro(a); compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens, especialmente gado; simples apossamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções. Tais estratégias de territorialização não são mutuamente excludentes e ocorreram sob a égide de intrincadas relações entre dependência e antagonismo por

parte das famílias negras para com os setores com os quais interagem e ainda interagem. (RUBERT, 2008, p. 168-169).

O Artigo 68 dos ADCT da Constituição não tem aplicação automática. Foram necessárias várias outras legislações para regulamentar esse artigo, e essas portarias e Instruções Normativas variam de acordo com a linha de cada governo. Alfredo Wagner de Almeida (2016) chama a atenção de que quando os direitos quilombolas foram instituídos, havia um contexto favorável à proteção de direitos coletivos e do meio ambiente. Mas, atualmente, esses direitos vêm sendo contestados e violados em nome de projetos de desenvolvimento que não são de interesse dessas comunidades. É importante colocar também que a luta quilombola atualmente não se restringe a titulação do território. Como apontam Bargas e Cal (2018):

[...] Na atualidade, para além do direito ao território, os quilombolas mantêm a luta pela efetivação da Lei 10.639/2003, sobre o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira nas escolas de ensino básico, da plena consecução ao ensino superior por meio de reserva de vagas e de processos seletivos diferenciados e, ainda, a luta contra o racismo, seja ele institucional ou nas relações cotidianas. [...] (BARGAS, CAL, 2018, p. 483).

A comunidade quilombola Vó Elvira está localizada no 9º distrito de Pelotas (RS), localidade de Monte Bonito, nas proximidades do colégio João da Silva Silveira, tendo-se como referência a ponte seca onde passava o trem antigamente. Este é o local em que está situado um dos núcleos de moradores. Outro núcleo fica situado na localidade chamada Pilão. Os membros da comunidade encontram-se dispersos, então, por uma vasta área geográfica, residindo em vários núcleos de moradores.

A comunidade Vó Elvira faz parte de um conjunto de 4 comunidades quilombolas existentes na zona rural de Pelotas. Há também a comunidade do Algodão, localizada no 4º distrito, na colônia São Francisco. Por último, temos a comunidade Alto do Caixão, que está localizada no 7º distrito. Mais recentemente a comunidade Cerrito Alegre também passou a se auto-identificar.

A Associação Quilombola da comunidade Vó Elvira atualmente comporta aproximadamente 30 famílias, que foram se agregando aos poucos. A comunidade recebeu a Certidão de Autoidentificação da Fundação Cultural Palmares em 5 de outubro de 2009, em cerimônia organizada pelo Centro de

Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) no Hotel Tourist Executive, na cidade Pelotas (RS), junto com várias outras comunidades da Metade Sul do RS. Segundo uma das lideranças da comunidade – Antonio Leonel Rodrigues Soares –, para fazer parte da Associação “tem que ter uma descendência”, além disso, “...tem que morar na comunidade, senão a comunidade quilombola é lugar de resistência, se a pessoa tá resistindo naquele lugar aquelas pessoas tem que ser beneficiadas. E aquele que não está na comunidade, não tem por que ter o direito”¹⁵.



Figura 13 - Reunião da Associação Quilombola Vó Elvira. Dona Elvira encontra-se sentada no meio, ladeada por mim e, do outro lado, pela minha sobrinha Gabriela. Fonte: Revelando os quilombos no Sul (2010, p. 22).

Esse reconhecimento como quilombola foi fundamental para as famílias negras acessarem políticas públicas, como esclarece o atual presidente da Associação Quilombola, Eder Ribeiro Fonseca:

...nosso foco é sempre tentar buscar políticas públicas para a comunidade, a saúde e educação e alguns cursos que tiver, traz para a comunidade. Mas o nosso intuito aqui é trabalhar com a educação, tivemos também um programa legal que foi Minha Casa, Minha Vida, que as comunidades acessaram. Aqui na nossa comunidade foram dez casas, esse é o nosso foco, trazer políticas públicas para nossos quilombolas¹⁶.

As famílias que fazem parte da comunidade sobrevivem do cultivo da terra, mas possuem poucas áreas agriculturáveis. Então, trabalham também

¹⁵ Essa entrevista foi realizada em 2017, para a realização de um texto sobre a comunidade que foi apresentado em um evento acadêmico.

¹⁶ Entrevista realizada em 2017, com a mesma finalidade da realizada com Antonio Leonel.

como safristas, empregadas domésticas. Por isso, outro foco das políticas públicas que se tenta acessar é a geração de renda. Houve um projeto da EMATER que adquiriu máquinas de costura e forneceu cursos para usá-las. Com os programas de ingresso diferenciado em universidades federais da região, vários integrantes da comunidade ingressaram no ensino superior nos seguintes cursos: educação física, pedagogia, direito, administração, agroecologia e gestão ambiental.

Vários grupos de parentesco formam a comunidade, destacando-se os sobrenomes: Silva, Soares, Freitas, Silveira, Ribeiro e Fonseca. A comunidade recebe o nome de Vó Elvira, pois esta era a senhora mais velha que havia na comunidade quando ocorreu o processo de autorreconhecimento, sendo que esta denominação foi feita também em reconhecimento à sua trajetória de luta e resistência.

A comunidade de Maçambique fica há aproximadamente 120 km de Pelotas e as famílias quilombolas residem em uma área que nas últimas duas décadas foi coberta por grandes plantações de pinus, eucalipto e acácia. Algumas famílias plantam feijão, batata-doce, mandioca, amendoim e milho para comercializar e também para sua própria sobrevivência. Algumas famílias se dedicam à criação de animais (geralmente suínos e aves) para consumo próprio de carne e leite, mas isso depende do tamanho da área de terras em que cada uma reside.

A comunidade quilombola de Maçambique fica no 3º Distrito de Canguçu, próximo ao município de Encruzilhada do Sul, em um local de serranias historicamente chamada de Serra dos Tapes¹⁷, está próxima do Vale do rio Camaquã, também.

Segundo Carmem, o nome da comunidade de Maçambique vem de um escravizado que estava fugindo e estava sendo perseguido. Para não pegarem ele, se enforcou e pediu para seus companheiros o enterrarem, e o local onde foi sepultado passou a ser chamado de Cemitério do Maçambique, que é onde até hoje são sepultadas as pessoas falecidas da comunidade: “[...] ai sepultaram ele e botaram aquela pedra por cima, nem estava bem morto, botaram aquela

¹⁷ Serra dos Tapes é uma região montanhosa que abrange parte dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, por ser um lugar de difícil acesso, os escravizados fugiam para esses locais, formando quilombos, como foi o caso do quilombo do Manuel Padeiro.

pedra em cima, ai ficou. Quando foram procurar lá, resgatar os quilombolas, começaram com a história por ali, dos escravos”.

O resgate dessa história, que Carmem fala, foi quando a comunidade passou a se organizar para o autorreconhecimento como quilombola. As famílias negras começaram a se reunir para discutir a auto identificação como quilombola em 2004. Depois de vários projetos e políticas, formalizaram a Associação Quilombola do Maçambique em 2007, e receberam a Certidão de Autoidentificação da Fundação Cultural Palmares em 2009. As famílias quilombolas residem em diversos núcleos de moradia, alguns são distantes uns dos outros. Poucas famílias possuem alguns hectares de terra, historicamente sobreviverem no local desbravando a mata e plantando feijão no regime de arrendamento, que eles chamam de “sócio”. Pela situação fundiária precária, em 2011 foi iniciado um Relatório Técnico para identificação do território, o qual já foi concluído e está no INCRA aguardando encaminhamentos. A Associação Quilombola do Maçambique agrega aproximadamente 75 famílias.

O quilombo das Nascentes é um projeto de agregação de famílias negras na localidade do Boqueirão, em um terreno que pertence a um dos integrantes do grupo e que ainda não recebeu a certidão da Fundação Cultural Palmares.

Vera - A comunidade lá das Nascentes é o seguinte, ela... A gente fez, na verdade era um projeto que a gente estava fazendo para o espaço ali ser um espaço de visitação, que teria que fazer parte da rota de turismo rural. E ali a gente, então, fez um projeto. E aí a gente já fez com a FURG, né? Fizeram parceria ali com a Pastoral Afro da Igreja Católica. A Emater também nos deu o apoio e a gente, no fim, acabou, assim, acabou a gente não conseguindo levar adiante por falta de verba. E aí então a gente não conseguiu tocar para frente, mas foi feito, por exemplo assim ó, o Professor Marlon que é antropólogo, nós achamos uma Cacimba que foi feito ainda na época dos negros. A cacimba, ele disse que tem mais de 100 anos, ele achou um lugar ali, também na frente do terreno esse, das terras que contém os mocambos, que eram as casas dos negros e isso ele achou por ali, também. E aí falando com o historiador, porque ali no Boqueirão começou então, o município começou por ali. (VERA, 2019).

O espaço onde estão tentando construir essa sede pertence ao cunhado do atual marido de Vera, que tem suas raízes no Boqueirão. Segundo ela, o projeto é agregar as diversas famílias negras que tem nas redondezas:

As famílias que tem ali agora são já de idade, assim, são aposentados, têm poucos jovens por ali que estudam, os que tem a idade de

estudarem, e mais é gente de mais idade que tem ali e alguns que não tem filhos, então não são famílias grandes ali. E eles sobrevivem como sobreviviam os aposentados, trabalhavam, prestavam serviços fora, e alguns tinham algumas hortinhas ali. Aí o local escolhido da sede foi lá, que na verdade, não seria “sede”, porque como eu te falei, ali onde a gente estava era um empreendimento particular, numa terra que depois a gente foi ver e que era Quilombo, que na verdade nem sabia, então era o empreendimento particular. (VERA, 2019).

A comunidade Coxilha Negra está localizada no 6º Distrito de São Lourenço do Sul. Essa comunidade quilombola é composta por 35 famílias que não residem todas juntas, algumas sim, outras ficam distantes da sede da Associação Quilombola. O acesso se dá por meio de uma rodovia que corta a localidade do Boqueirão em direção à localidade do Cantagalo, onde se localizam outras comunidades quilombolas: Vila Torrão e Monjolo. A comunidade Coxilha Negra fica mais ou menos no meio desse caminho. Segundo Adriana, quando aquela rodovia foi construída, destruiu uma vertente subterrânea que abastecia de água a casa de seus pais. Além disso, avançou até 20 metros nas terras da família, em uma distância de 60 metros. A partir daí, passaram a depender de vizinhos para terem acesso à água, atualmente, esse acesso se faz por meio de outra propriedade de seu irmão, por meio de canos, em uma distância de 1.200 metros.

As residências das famílias negras formam vizinhança com famílias pomeranas e estão dispersas em uma ampla região. Tem famílias que residem aproximadamente 10km longe da sede da Associação.

Adriana – Aqui, nossa comunidade é composta por mais ou menos por trinta e cinco famílias, foi em 2010 que foi feita a certificação, e hoje tem os mais velhos, assim, que são poucos. Agora já é nova geração que tem na comunidade, mais ou menos uns quarenta e quarenta e cinco anos esses mais novos que tem na associação, e daí tem os filhos deles, tem alguns filhos deles agora que estudam, a maioria está na Universidade em São Lourenço fazendo Educação no Campo. Aqui na comunidade são onze, quando a gente contou, fazendo o curso. A comunidade recebeu vinte e duas casas pelo projeto de habitação, tem luz, não tem água mas tem luz, junto com o Projeto Luz Para Todos, são algumas coisas que tem. (ADRIANA, 2019)

Adriana afirma que o acesso à muitos serviços e políticas nos últimos anos só foi possível em razão da criação da Associação Quilombola. Isso nos lembra a colocação de Nunes e Marques (2019, p. 572) de que “[...] A luta pelo território implica na necessidade de reivindicar todas as outras condições de vida, de

dignidade, tais como trabalho, mobilidade, saúde, educação e lazer e, acima de tudo, falar de e por si próprios/as.”

Na comunidade Rincão do Couro, as casas quilombolas são espalhadas por diversas estradas de chão, algumas ficam na beira da rodovia, algumas casas de alvenaria foram feitas através de um programa especial de moradia quilombola, então tem o mesmo formato.

Segundo o que Elisângela me contou em sua entrevista, “a comunidade teve as primeiras reuniões em 2009, momento em que foi aberto o processo pela Fundação Palmares, em 2010 foi declarada como Comunidade Quilombola Rincão do Couro”. A Associação Quilombola do Rincão do Couro tem aproximadamente 35 famílias, que sobrevivem de serviços permanentes ou temporários em empreendimentos das redondezas, além do plantio e criação de pequenos rebanhos para subsistência. Segundo o que me contou também Dona Lautéria em sua entrevista:

Lautéria - Porque aqui era Rincão do Couro, que até nas propriedades, os papéis das terras já tem o nome Rincão do Couro, porque era um lugar, assim, como vou te dizer, se matava muito animal, morria animal. Aí fizeram uma casa bem no alto, fizeram uma casa de couro, era coberta com couro, os lados e as paredes, também eram de couro, então era Rincão do Couro por isso. (LAUTÉRIA, 2019).

Esse trabalho em couro, que resultou no nome da comunidade, traz algumas memórias soltas sobre a presença do negro na campanha e nas lidas campeiras, como expressa Dona Lautéria:

Lautéria - Os campos eram tudo num só, e o que dividia, assim, pra separar, por exemplo, era com pau, o serviço escravo, os valetão ou cerca de pedra, para atacar os animais. Era tudo num só, era assim para proprietário, tinha fazendeiro, mas ai tinha como é que diziam, os posteiros que eles botavam, que eram os empregados, serviço escravo pra cuidar o gado do senhor. Então essa pessoas, pra ganhar um troquinho à mais, trabalhavam com essas coisas, com corda, faziam laço, sovéu, conjunto que era de unir os bois, regeira, isso aí, por isso ficou denominado Rincão do Couro. (LAUTÉRIA, 2019).

A comunidade Rincão do Couro já acessou várias políticas públicas, desde recursos para construção de casas, até equipamentos domésticos e de lavoura, além de recursos para a construção da sede:

Lautéria - Sim, essas casinhas, da Minha Casa Minha Vida, aqui tem entorno de dez ou mais que tem, aqui nessa região no Rincão do Couro e agora parou. Mas andou vindo cesta básica, também para os quilombolas daqui, e a sede foi fundada tudo com recurso que veio, não sei te dizer de qual lugar veio tijolos, material, tudo foi dado. (LAUTÉRIA, 2019).

Quando houve o processo de autorreconhecimento, a comunidade Santa Clara levou esse nome em razão de uma tradição de fé que existe dentro da família de Dona Beatriz:

Beatriz – Santa Clara, muita fé que eu tenho nessa santa né. E não só eu, vários negros, minha avó, minha mãe tinham muita fé nessa santa, porque quando se tinha muita dificuldade, quando não chovia muito, a gente pedia pra Santa Clara pra nos ajudar nas dificuldades. Santa Clara sempre clareia os nossos caminhos, nossos espaços, assim, quando a gente tem dificuldades. (BEATRIZ, 2019).

Segundo relatos da dona Beatriz, fazia aproximadamente cinco anos que estavam na caminhada para conseguir a Certidão de Autoidentificação da comunidade como quilombolas, o que foi conquistado em maio de 2019. Edna, sua filha, faz uma síntese bem interessante da formação da sua comunidade quilombola, apontando que é uma comunidade negra pequena, mas com uma diversidade interna muito grande. Interessante que as famílias que se articularam na Associação Quilombola já têm, segundo ela, uma longa história em comum:

Edna - Essa comunidade tem uma peculiaridade que é muito interessante, que ela é bastante diversa, então nós temos pessoas que são evangélicas, pessoas que são católicas e também pessoas que são de terreira. Então ela tem uma diversidade grande, assim, com essas dozes famílias. Então tem jovens que já estão na universidade, a partir desses processos seletivos específicos, então tem jovens, pessoas mais velhas. Eu acho interessante que ela consiga integrar de uma forma bem positiva essas diferenças, principalmente religiosas, que a gente sabe que é complicada e que na nossa sociedade, as pessoas, por exemplo, que são umbandistas convivam de uma forma tranquila com alguém que é evangélico. Então isso é muito positivo da comunidade, pra além de histórias que se entrelaçam, desde os locais que essas famílias frequentavam alguns anos atrás em espaços recreativos, ir a jogos, festas, festa comunitárias. A própria relação, a questão do terreiro que era da minha avó, que era Ana Julia, e algumas dessas famílias. Inclusive, há muito anos atrás, de quarenta anos atrás ou talvez mais, frequentaram em algum momento e também relações de parentesco entre algumas famílias. Então tem essa ligação e também a questão do trabalho, porque tem muitas famílias que fizeram determinadas trabalhos que são comuns há muito tempo atrás, coisas que existem nessa região que é a questão do próprio trabalho nas

granjas, trabalho na colheita do pêssego e também na colheita de fumo. E também, alguns homens, para empresas de reflorestamento, essas relações na verdade já estava amaradas, de certa forma. (EDNA, 2019).

A Associação Quilombola é composta por 13 famílias. Uma das principais motivações para buscarem esse reconhecimento é a preservação de todo um saber de ancestralidade, representado na casa de benzedura que tem Dona Beatriz, que herdou seus dons de cura de sua mãe, que tinha terreira de umbanda no local. Então, desde muito tempo as pessoas chegam em sua casa para se benzer, rezar, e a articulação como quilombola tem por objetivo, segundo Dona Beatriz, “seguir em frente as lutas de resistência”.

A Associação Quilombola do Potreiro Grande começou a se organizar em meados de 2003, logo após dar-se início à organização das comunidades quilombolas de Canguçu, com a comunidade Manoel do Rego tomando a frente. Segundo Maica, neste período “as pessoas começaram a se assumir mais como negros”, e a elaboração de políticas públicas direcionadas para essas comunidades foi um incentivo à organização:

Maica - Minha comunidade lá e composta por vinte e quatro famílias, tem pessoas jovens, crianças e adultos. A gente tá sempre na luta para as questões, pra aceso às políticas públicas, o regate da cultura, e a gente se organiza, faz reunião de dois em dois meses, quando, sempre que é necessário, se faz uma extraordinária. (MAICA, 2020).

As comunidades quilombolas situadas naquela região de Canguçu convivem há mais de um século com comunidades de pomeranos, assim como na Coxilha Negra, de São Lourenço do Sul. Essa influência é tão forte que acabaram, inclusive, assumindo a religião luterana:

Maica - Eu participo, fui criada e minha família hoje é da Igreja Luterana, porque era o que estava ali estabelecido na época. E os pais não estiveram outras opções, como a gente vê hoje, enfim, até sua questão das raízes, então era o que a sociedade estava impondo. Então eu frequentei muito tempo, meus pais até hoje frequentam na Luterana, da Igreja Luterana do Brasil. (MAICA, 2020).

As comunidades a que pertencem as mulheres entrevistadas fazem parte de fóruns municipais que abrangem outras comunidades, além de fóruns regionais e estaduais, como é o caso da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul. Formadas em um período de

fortalecimento das políticas de reconhecimento, tem se constituído em um importante espaço de conquistas de melhorias nas condições de vida, além de articulação de protagonismos políticos.

3. Condições de existência da mulher quilombola

As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. (DAVIS, 2016, p. 232).

Nesse capítulo, abordo as condições de vida dessas mulheres, os papéis femininos, a inserção nos espaços de trabalho desde a infância, a forma como organizam suas jornadas de trabalho, dividindo-se entre cuidado com as atividades domésticas e com atividades agrícolas e outras, não agrícolas. A maneira como esses modos de vida as leva a interiorizar uma imagem de mulheres fortes, longe da ideia de fragilidade e dependência que geralmente é associada ao gênero feminino. O capítulo aborda ainda a identificação com as atividades manuais, como isso pode ser uma maneira de auto afirmação de suas capacidades e, atualmente, com a valorização das tradições quilombolas, uma possível fonte de renda. Na continuidade, abordo as formas de racismo no cotidiano, desde a infância, principalmente no âmbito educacional, e o quanto isso impacta nas condições de vida das comunidades negras no transcorrer das gerações.

3.1 Formas de sobrevivência e papéis femininos

Falando do contexto norte-americano, Angela Davis aponta que desde a infância, as meninas negras trabalhavam na lavoura tanto quanto os meninos, o que levava os senhores a considerarem as mulheres negras “desprovidas de gênero”. Embora ela esteja falando do tempo da escravidão em outro país, tem colocações que se aproximam até hoje da situação das mulheres negras também do Brasil:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa de que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. (DAVIS, 2016, p. 17).

No Brasil, o término da escravidão não necessariamente alterou a situação socioeconômica das famílias negras que vivem no meio rural. Segundo

José Carlos dos Anjos (2003, p. 203) há uma “[...] correlação entre os designados como pobres rurais pelas estatísticas e a situação socioeconômica nas comunidades rurais negras que estão sendo alvos de políticas de combate à pobreza. [...]”. Uma pergunta que talvez seja importante é de que forma isso afeta as mulheres dessas comunidades. Para esse autor, essa situação de pobreza das comunidades quilombolas está relacionada com a perda e fragmentação de seus territórios, fazendo com que os homens tenham que trabalhar em postos de trabalho nos empreendimentos agropecuários das redondezas. Quando fez sua etnografia na comunidade São Miguel dos Pretos, do município de Restinga Seca (RS), ele concluiu que...

[...] o trabalho nas lavouras não garante a reprodução da força de trabalho empregada nela. É na verdade o trabalho feminino e infantil nas pequenas hortas locais que garante essa reprodução. As grandes lavouras são nesse sentido parasitárias da produção doméstica. (ANJOS, 2003, p. 207).

Sueli Carneiro (2011, p. 127-130) usa o termo “matriarcado da miséria” para falar das consequências do racismo e sexismo sobre as mulheres brasileiras, e “[...] que se manifesta em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima [...]”. Mariléa de Almeida (2016, p. 225) também aponta que “[...] a exclusão social tem sido a forma predominante de governar os territórios e os corpos das pessoas que vivem nas comunidades quilombolas, impondo-lhes condições desumanas [...]”¹⁸.

Trabalhar na lavoura e cuidar os filhos ao mesmo tempo, foi sempre a rotina da minha avó Elvira. Segundo o que relata a minha mãe:

Vanda - Levava junto para a lavoura, pequeninhos [os filhos], botava numa caixinha no chão, numa sombrinha, para capinar e plantar. Levava junto para a lavoura, bem novinhos, para poder ajudar o marido. (VANDA, 2020).

¹⁸ Mariléa de Almeida (2016, p. 225) traz alguns dados importantes para termos uma ideia da realidade nacional: “[...] Das 80 mil famílias quilombolas do Cadastro Único, sistema que serve de banco de dados para programas sociais, o documento indicou que 74,7% viviam em estado de extrema pobreza. O relatório também apontou que os quilombolas têm menos acesso a serviços básicos como saneamento e energia elétrica, quando comparados ao restante da população. Entre os quilombolas, 48,7% deles vivem em casas com piso de terra batida, 55,21% não têm água encanada, 33,06% não têm banheiro e 15,07% deles possuem esgoto a céu aberto. Há, ainda, um alto índice de analfabetos: 24,81% deles não sabem ler; em 2013, a taxa de analfabetismo dentro das comunidades quilombolas era três vezes mais alta que a média nacional, já que a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) indicava 9,1% para o país.”

Leandra - Em casa como ela fazia?

Vanda - Chegava em casa, tinha que fazer uma comidinha com o que tinha, dava e parava um pouco e ia de novo pra lavoura, de novo. (VANDA, 2020).

Aos seis anos de idade, minha mãe já trabalhava na lavoura com minha avó, arrancando batata-doce, cultivando feijão, milho, morango etc., parou de estudar na segunda série para poder trabalhar fora e ajudar na renda familiar. Durante muitos anos minha mãe trabalhou também em fábricas de conserva. De uma certa forma, a minha mãe repetiu a trajetória da minha avó: “trabalhadeira, força, sempre tive força para ir em frente, de não cair, ir em frente. Deixava as crianças em casa, o grande cuidando os pequenos, eu ia trabalhar o dia inteiro, sempre tive uma força igual à minha mãe, muita força para trabalhar”, relata ela. Em razão das dificuldades de sobrevivência, minha mãe teve muito pouco tempo para brincadeiras quando era criança:

Vanda - Brincava, mas brincava pouco, mais era trabalhando, ajudando na lavoura, colhendo morango, plantando, carregando na ladeira enorme. E minha mãe [Vó Elvira] teve muito mal carregando caixa de morango, e parou no hospital de tanto trabalhar carregando peso. (VANDA, 2020).



Figura 14 - Minha mãe, Vanda Ribeiro Fonseca, no pátio da fábrica de conservas onde trabalhava. Fonte: Acervo familiar.

Às vezes, eu ia à lavoura junto com minha mãe e meus irmãos para trabalhar, mas não podia ir muito à lavoura, pois tinha que fazer as coisas em casa. Na adolescência, assumi também os cuidados com meu sobrinho, que era

bebê, para minha irmã trabalhar. Aproximadamente aos dezoito anos, ao final do ano segui os passos de minha mãe e trabalhava na fábrica de conservas descaroçando pêssego e também carregando e amontoando caixas. Quando comecei o curso do Magistério, primeiro comecei a fazer faxina na colônia, depois consegui um emprego de babá na cidade, cuidava uma menina depois da aula. Com o tempo, arrumei um emprego numa escolinha. Por isso, comecei a ficar na cidade durante a semana e no final de semana retornava para a comunidade.

Fui chamada para trabalhar na Escolinha Só Toquinhos, no Bairro Simões Lopes, em 2012, pela manhã tinha a função de abrir a escola e atender as crianças quando chegassem, e à tarde ia para a sala de aula para desenvolver atividades com elas. Quando entrei na Universidade, fiquei um período trabalhando o dia inteiro e à noite ia para aula, em uma jornada que era muito desgastante.

Desde os meus avós até bem pouco tempo, com mudanças muito recentes, a trajetória dos membros da minha família foi marcada pelo trabalho manual, geralmente sem a formalização do vínculo empregatício. Outra coisa que se repete é a necessidade de constantes deslocamentos para poder sobreviver, seja dentro do próprio meio rural, seja do meio rural para a cidade. Deixar de estudar para poder se manter e manter a família por meio do trabalho também é um outro aspecto que se repete no transcorrer das gerações, embora isso tenha mudado recentemente com as políticas de ações afirmativas. Tem algo muito importante que também permanece no tempo, desde minha avó e meu avô, quando se mudaram do Arroio do Padre para buscar um lugar para se fixar com um pouco mais de segurança: manter a unidade familiar e usar como base para isso a pequena área de terras que foi herdada de nossa avó Elvira. É isso que nos torna quilombolas.

Essa história de trabalho se repete na trajetória das outras mulheres que colaboraram com a minha pesquisa.

A comunidade de Maçambique sempre foi agrícola, e, segundo Carmem, plantavam e plantam principalmente milho, feijão, bata-doce, amendoim. Os produtos eram para o consumo doméstico, mas vendia-se o que sobrava para as “vendas”, mas os produtos eram poucos valorizados, pois os comerciantes exploravam os agricultores:

Carmem - Na época não ganhava muito bem, era sempre meio explorado, não tinha como ganhar muito, quando tinha bastante não valia e o que valia era pouco que tinha.

Leandra - Eles vinham buscar os produtos, ou vocês tinham que levar?
Carmem – Ah, eles buscavam, não tinha caminhão, eles ou arrumavam caminhão dos outros e levavam, às vezes quando era pequena quantidade ai eles levavam pra venda para vender, para trocar por mercadoria para pagar a conta, já tinham tirado [produtos] ano inteiro, ai levavam para pagar a conta, de carreta, para os vendeiros. (CARMEM, 2019).

O que se colhia em uma safra já estava comprometido com dívidas, o que quer dizer que não havia lucro e nem como fazer investimentos na própria agricultura. Como era uma forma de plantio que requeria muita mão-de-obra, isso sobrecarregava as mulheres, que tinham dupla jornada: no trabalho da lavoura, nas lidas da casa e nos cuidados dos filhos, pois neste segundo tipo de atividade, os homens não se envolviam. Carmem relata que seu ex-marido “o máximo que ele fazia era cuidar as panelas no fogão pra não queimar”.

Leandra - Ai no casamento como era a relação entre homem e mulher assim, nos afazeres?

Carmem - Sempre dividia as tarefas da lavoura, ai eu chegava em casa, dava um jeito de cortar lenha, às vezes, prendia o terneiro, porque tinha filho pequeno, era isso, ai lavava, ai o resto era tudo comigo, a lida da casa, carregar lenha pra dentro, lavar roupa, tudo essas coisas era comigo. E ele, na lavoura, sempre ajudei do início ao fim, quando tinha quebra de milho, arrancava feijão, a gente ia, tinha capina de enxada, a gente ia, estava sempre junto.

Leandra - Tu fazia mais coisas do que ele, no caso?

Carmem – Sim, eu chegava em casa não parava, fazia pão, lavava roupa, fazendo comida, cuidando filho, levando filho na estrada para o colégio, tudo isso ai, ele ficava tomando o chimarrão dele, eu estava correndo. (CARMEM, 2019).

A experiência relatada por Carmem é muito parecida com a relatada pela minha mãe:

Vanda - Ah não, homem não fazia quase nada dentro de casa, só a mulher. Só na rua, dentro de casa não fazia nada, agora os homens fazem, antes os homens não faziam, era só para as mulheres, trabalhavam na lavoura e em casa e o homem não, só ia tratar os bichos, porco, galinha, mas fazer as coisas dentro de casa não.

Leandra - Trabalhava na lavoura?

Vanda - Dentro de casa também, comida, lavar roupa, tudo, tinha que parar e ir de novo.

Leandra - Cuidar os filhos...

Vanda - Os filhos e tudo, o homem não fazia nada, nem os filhos cuidava. (VANDA, 2020).

Essa questão da sobrecarga de trabalho para as mulheres também foi percebida por Bargas e Cal (2018, p. 498) na sua pesquisa sobre as lideranças quilombolas femininas do Pará, embora as suas entrevistadas não tenham problematizado isso. As autoras chamam a atenção que a atuação política, ao se somar a isso, “[...] pode levar a jornadas extenuantes e causar prejuízos físicos e sociais.”

Olhando para as realidades nas comunidades, de forma geral, essa atuação não está desvinculada das atividades convencionais das mulheres em suas comunidades. Sobre isso, uma pequena parcela de lideranças mulheres saíram de suas comunidades para atuar em coordenações ou associações políticas em outras cidades. Porém, em geral, elas continuam a exercer o cuidado e a criação dos filhos, serem responsáveis pela educação nas comunidades, além de fazerem a manutenção de roçados, realizarem a pesca e o extrativismo, ou mesmo estão vinculadas a grupos culturais ou religiosos. (BARGAS, CAL, 2018, p. 501).

Além da sobrecarga da dupla jornada de trabalho, viver no meio rural e ser negra significa ser alguém que é vista apenas como disponível para o trabalho manual em razão da sua condição racial:

Leandra - Como avalia de ser mulher na zona rural?

Vanda - Ah, não tinha muito valor, não davam bola para os negros, muito pouco, era bom dia e boa tarde, nem conversa davam muito.

Leandra - A mulher negra, a senhora como avalia no meio rural?

Vanda - Não tinha muito valor, só tinha valor para limpar a casa dos brancos, aí chamavam, para limpar, isso aí a gente era boa, os negros, as negras, cuidar os filhos deles. (VANDA, 2020).

Essa visão de mundo ainda é muito forte na colônia. Em diversas vezes em que eu ia pegar ônibus para ir a universidade, durante meu mestrado, se tivesse algum(a) conhecido(a) na parada, era comum me perguntarem onde eu fazia limpeza, se eu estava trabalhando de faxineira na cidade.

A realização de trabalhos manuais, que requerem muito esforço físico e maltratam o corpo, abala a autoestima da mulher negra agricultora. São vários preconceitos que acabam se juntando: por ser mulher, por ser negra e por ser agricultora pobre sem acesso a formas de cuidados e embelezamento, com pouco tempo disponível para isso e distante de serviços deste ramo.

Carmem - Ainda tem muito machismo, de achar que é tarefa de mulher e para mulher, mas só que não é! A tarefa da mulher é para ela quando tá parada em casa, quando os dois estão trabalhando na mesma área, a tarefa tem que ser dividida.

Leandra - Como é ser mulher no meio rural assim no meio da zona rural?

Carmem – Olha, é muito discriminado, porque a negra, dizem: **já vem a negra do interior ou as negras encardidas**, bem raro não ser assim as palavras. Porque a pessoa tá sempre na lavoura, a mão, unha não bem controlada, o pé que tá meio judiado da lavoura, tinha esses preconceitos. (CARMEM, 2019).

Com a separação de Carmem do seu marido, as terras do casal foram divididas e atualmente ela planta apenas para o consumo da casa e dos animais domésticos. Por isso, se dedica mais ao amendoim, batata-doce e produtos da horta. Seu genro é quem tem se dedicado ao plantio de suas terras com plantas de ciclo longo, como feijão e milho, que além do consumo doméstico, proporciona excedentes para a venda.

Vera Macedo também teve sua infância e juventude marcadas pelo envolvimento com a agricultura. Após migrarem para a cidade de São Lourenço, seus pais se tornaram alfaiates, mas seus avós continuaram a trabalhar na agricultura, mesmo na cidade, na condição de peões ou meeiros de grandes proprietários das redondezas. Como no local em que viviam na época era periferia, haviam terrenos em que faziam plantações para o autoconsumo. Foi por esta convivência com os avós que Vera e suas irmãs tiveram contato com a agricultura, repetindo-se, em comparação com a realidade de Carmem, a falta de acesso à terra por parte da população negra:

Leandra - Como teus avós e pais faziam para sobreviver?

Vera - A princípio no caso, quando eu nasci, vamos botar, eles viveram da agricultura a vida toda, viveram de trabalhar para terceiros, fazer serviços pra fazendas, na época, no campo dos outros, roça nova, essas coisas de lavoura, de roça e já na cidade. Quando eu nasci meu pai era alfaiate e minha mãe ajudava meu pai nessa função, e minha avó continuou na agricultura e meu avô, nessa parte da agricultura, ficou mais com minha avó por parte da minha mãe, e a gente se criou na agricultura na parte da avó. (VERA, 2019).

No mundo rural a mulher ocupa vários papéis dentro do seu contexto familiar, em que ela se sobressai e desempenha trabalhos pesados, resistindo aos preconceitos que são incutidos de que a mulher não pode fazer determinadas tarefas por ser frágil. Então, é um contexto em que há uma outra

construção do gênero feminino, uma outra definição do que é coisa de homem e o que é coisa de mulher, sendo que pode ainda ter diferenças entre mulher negra e mulheres não negras.

Vera: [...] Muitas meninas, por serem só mulheres na família, executavam serviços de homem, pois elas mesmas se consideravam como meninos, por fazerem serviços brutais.

Leandra - Apenas brincava ou trabalhava também?

Vera – Não, trabalhava desde criança, era pequena. Eu lembro, assim, a avó ia na lavoura, eu andava muito atrás da avó, porque eu era o guri de fazer o serviço, então desde pequenininha eu já tinha esse perfil, vamos dizer. Então desde pequenininha, ia pra lavoura com a avó, já ajudava a colocar batatinha e sementinha na cova que ela cavava, eu ia atrás, já fui me criando ali, junto com essas atividades. E os pais eram alfaiates, a gente aprendeu a costurar com os pais, mais era na lavoura com a avó. (VERA, 2019).

Na parte de comercialização dos produtos, Vera relata muito a troca do que era produzido na lavoura, em terra dos outros e nos espaços domésticos de plantio e criação, com produtos que eram beneficiados e vendidos no comércio. O plantio e criação eram para a sobrevivência, não se tirava nenhum lucro.

Leandra - Como era comercialização dos produtos?

Vera – Na verdade era mais troca de produtos, meu pai vendia o trabalho dele, porque ele era alfaiate, então ele vendia o trabalho dele. Minha avó era da parte da agricultura, mais era troca, trocava o produtos, eles extraíam na horta, na plantação então, eles trocavam por exemplo, assim, a gente vivia o tempo todo da horta, da lavoura. Ai, o que eles faziam? Eles trocavam o que tinha na lavoura, eles trocavam por açúcar e o que não produzia, arroz, que a gente não produzia e farinha de trigo e o café, não produzia. E o resto a gente tinha na horta, pão era batata doce, mandioca, aipim né, que a gente vivia daquilo ali. O porco, criavam muito galinha, o cabrito, a gente se criou tomando leite de cabrito vivia mais com bichos em casa.

Leandra- Era mais para sobrevivência mesmo?

Vera - Mais era para sobrevivência não era coisa para comercialização vivam mais da troca. [...] (VERA, 2019).

Trabalhar nas próprias terras, inicialmente escassas, e ter que trabalhar em terras dos outros para garantir a sobrevivência era a realidade também na família de Adriana. Na sua comunidade havia uma tradição no plantio do fumo, mas isso não era suficiente para a sobrevivência da família, por isso seu pai trabalhava em vários tipos de serviços pelas redondezas:

Adriana - A mãe sempre dizia, os pais dos meus pais moravam em casa de torrão feito de barro, eles eram fumeiros, depois que eu fui entender que fumeiro plantavam fumo, nos chamavam de fumeiro, eles

plantavam fumo. E o pai trabalhava nas granjas, era isso que ele fala, trabalhava nas granjas, de alambrado, de peão, de meeiro, para fazer uma roçada nova, plantar feijão, essas coisas, tosava ovelhas, ia pras granjas fazer tosa de ovelhas, essas coisas. (ADRIANA, 2019).

A mãe de Adriana cuidava da “lida da casa” e ficava cuidando da família enquanto o pai estava ausente, mas mesmo assim, ela “trabalhava lavando roupa pra fora, trabalhava de doméstica, de diarista, não era doméstica, em uma casa, só uma vez por semana”. Então, aqui mais uma vez se observa a responsabilização bem maior da mulher dentro do grupo familiar: cuidar da família, dos afazeres domésticos que sempre são maiores no meio rural, e ao mesmo tempo, lutar pela sua sobrevivência, junto com o marido.

Na família da Adriana, os pais e avós criaram seus filhos com muito sacrifício, trabalhando de sol a sol em vários lugares para poder sobreviver. Adriana e seus irmãos passaram por situações de fome, lembra ela.

Leandra - Quais condições teus pais e avós criaram os filhos sozinhos?
 Adriana - Era trabalhando na lavoura, cortando soja, de alambrado, era por safra. Tinham safras bravas né, quando não tinha serviço, a gente até fome passou, a gente passa, quando não tem serviço, não tinha salário. Quando tinha, comia de manhã, não comia à tarde. Alguma hora não tinha comida, quando não tinha serviço, ai quando tinha, não se passava por isso. (ADRIANA, 2019).

Adriana relatou que na sua infância brincou muito, acompanhava seus pais até a lavoura, mas não tinha obrigação de trabalhar, ajudava, mas era com atividades leves, como se fosse uma brincadeira. Mas que ao mesmo tempo, brincando, ela e os irmãos aprendiam as atividades necessárias para produzir alimentos:

Leandra - Apenas brincava ou trabalhava?
 Adriana - Eu sempre pude brincar, brinquei bastante, fui uma criança muito feliz, trabalhei, graças a deus trabalhei depois.
 Leandra - Na idade adulta?
 Adriana - Não, a gente ia pra lavoura junto com os pais, mas não era aquela obrigação: ‘vai trabalhar, vai lá’. E ajudava, vai brincando, mas vais trabalhando. Já fiz, desde os dez anos que eu ia tirar fumo pra fora, assim.
 Leandra - Ajudando...
 Adriana - Assim, eles plantavam fumo, tinha que tirar as carreiras pra fora, a gente ia lá e ajudava eles, mas tinha hora de brincar. (ADRIANA, 2019).

Essas experiências em que brincadeiras não estavam separadas do trabalho lembra o que Nunes e Marques (2019, p. 568) falam sobre a existência, no interior dessas comunidades, de “[...] uma educação inerente aos quilombos, de natureza não formal, deve ser fortalecida por uma educação escolar quilombola que viabilize a construção de redes de aprendizagens que valorize a diversidade presente no seu interior.”

Adriana relata que em casa, “a gente tinha nossas tarefas”, porém também podiam brincar após fazê-las. Todavia, quando ficou adolescente, a jornada de trabalho ficou mais intensa, com o trabalho na lavoura somando os trabalhos na cidade, assim como fazem algumas mulheres da sua comunidade até hoje:

Leandra - Trabalhou em outro serviços ou sempre foi no fumo?

Adriana - Eu sempre fui no fumo, mas fui três meses para Sapiroanga, daí fui pra cuidar minha sobrinha, mas aí morri de saudades de casa, voltei pra casa, daí foi quando voltei de lá, fui trabalhar no fumo, ai fui fazer o segundo grau em São Lourenço do Sul, mas continuei trabalhando no fumo. E depois, quando estava em São Lourenço e pra não ir e voltar, arrumei uma casa [pra residir enquanto estudava], mas também não aguentei de saudades de estar em casa, ai voltei pra casa, não fiquei de doméstica, ai toda minha vida foi no fumo. (ADRIANA, 2019).

A família da Adriana, com a compra da sua própria terra, passou a plantar seus próprios produtos e vender o excedente para o comércio. O principal produto que plantavam para a venda continuou sendo o fumo, o que permitia manter a família, mas na medida em que seus irmãos foram se casando e formando suas próprias famílias, deixou-se esse plantio de lado, porque exige muita mão-de-obra. Segundo ela, a terra própria significou autonomia, ou seja, não trabalhar mais para os outros:

Adriana - Dava para sobreviver e não precisar trabalhar para terceiros, trabalhava pra gente ter lucro, não ter pra comprar trator, que nem os outros, que já tinham trator, que nascem e já tem trator na família. Nós temos que comprar desde o cavalo e fora o arado, então não tinha... (ADRIANA, 2019).

As mesmas dificuldades relacionadas ao precário acesso à terra e dependência dos donos das “vendas” são relatadas por Dona Lautéria, conforme visto no capítulo anterior, em que se expôs as condições em que viviam seus ascendentes:

Lautéria – Não, era tudo, assim, até o que eles colhiam não tinha... Como eu estou dizendo, entregavam lá nas vendas, faziam assim: trabalhavam um ano todo, aí comprava aquele ano todo lá na venda, quando colhiam, mal dava pra pagar as contas. (LAUTÉRIA, 2019).

Após o casamento, Dona Lautéria assumiu sua profissão de agricultora, trabalhando lado à lado com o marido no plantio para consumo da família e para a comercialização, período em que ela relata que as condições de trabalho na agricultura eram mais favoráveis que as de seus pais e avós, embora ainda fosse plantio em regime de parceria, ou seja, em terras de outros:

Lautéria - Aí sim, tinha meio de transporte, aí já estava mais mudado as condições, então já a gente vendia muito trigo, feijão, milho. E aí era assim, a gente tinha um arroio que no inverno enchia, aí a gente não tinha ponte, mesmo que se tivesse cheio, a gente não tinha condições, se tivesse bastante água, de passar um caminhão para buscar o cereal. Então era conduzido de carreta de boi até o outro lado do arroio, aí o caminhão encostava ali e levava pra venda. (LAUTÉRIA, 2019).

Elisângela complementa as lembranças da mãe, colocando que com o tempo os avós conseguiram comprar uma pequena área de terras, na qual plantavam alguns produtos. Contudo, o espaço era muito pequeno. Como a família arrendava a terra para plantar e tinha que dar a porcentagem para o proprietário, pouco sobrava para a comercialização, pois tinha-se ainda que reservar parte da produção para o sustento da família e dos animais.

Elisângela - Era muito pouco de plantação, praticamente nada, era tudo mesmo pra casa, vendia muito pouco, era para manter durante o ano até a próxima safra. E serviço, quando conseguia, meu pai mesmo, saía na época de safra de arroz, ou para plantar arroz, muito arroz ele cortou de foice na época, que não se tinha maquinário, empreitavam, para trazer algum dinheiro pra casa, para o sustento da família. (ELISÂNGELA, 2019).

Dona Lautéria, quando questionada sobre o machismo, relaciona com a falta de liberdade para a mulher, que ao contrário do homem, tinha que restringir seu espaço de convivência à casa e à lavoura: “Assim, o homem, o marido era sempre o mandão, que a mulher não tinha muita liberdade, era o mandão, [a mulher] tinha que estar em casa, ali cuidando dos filhos, fazendo a lida de casa e na lavoura, era assim”.

Mas em relação às tarefas domésticas em si, Dona Lautéria apresenta um cenário em que os homens dividiam mais as tarefas domésticas junto com as mulheres:

Lautéria - Era assim, por exemplo, era jornada de trabalhar na lavoura até meio dia, até o meio não, era até umas onze horas. Nós não tinha nem relógio, nós se baseava mais ou menos as horas pela sombra, quando estávamos quase pisando na cabeça da sombra da gente, aí mais ou menos era uma onze e meia, tinha um tantinho pra pisar, aí a gente soltava o serviço longe, vinha pra casa, fazia a comida da gente, o almoço né, aí almoçava, isso ai na minha época, que eu me criei. Aí depois que eu comecei a ganhar os filhos, a filha mais velha, até que eu ganhei, aí não ia muito na lavoura com criança.

Leandra - O trabalho era dividido, assim as tarefas com seu marido?

Lautéria - Nós trabalhava junto.

Leandra - Então não tinha essa dele: ah, fiz minha parte trabalhei na lavoura agora não vou fazer o serviço de casa...

Lautéria - Não, isso aí não, nós pegávamos juntos, sempre. E a gente trabalhava muito, assim, também a gente plantava muito. Naquele tempo os vizinhos se ajudavam, trocavam serviço, e se nós tivesse uma capina de feijão, aí ia dois, três nos ajudar. Quando o vizinho tinha lá também, aí nós ia lá ajudar também, nós se dividia. (LAUTÉRIA, 2019).

Elisângela carrega as lembranças dessa vivência do trabalho na lavoura junto com sua mãe, Lautéria, e seu pai. Na interação com eles por meio de brincadeiras, segundo ela, aprendia-se as lidas da roça:

Elisângela - As duas coisas, bom até se cinco e seis anos, mais brincava, até acompanhava eles, mas era, assim, porque não tinha com quem ficar. Ficava numa sombra, ali, brincando, enquanto eles cumpriam a jornada deles de serviço. Isso ali, a partir de uns seis anos, já comecei a desenvolver as primeiras atividades da agricultura, como mudar a linha para auxiliar na plantação... Ai depois, conforme foi passando, fui me envolvendo mais nas atividades de plantar, capinar, essas coisas, até a adolescência, até meus vinte, por aí, comecei a sair para trabalhar pra fora. (ELISÂNGELA, 2019).

Talvez tenha sido a rede de ajuda entre os vizinhos, descrita por Dona Lautéria, que tenha permitido a ela e seu marido sustentar a família, pois Elisângela relata que viveram situações de muita necessidade, em que os recursos da casa chegavam no limite, principalmente quando tinham que enfrentar as situações de doença, que eram frequentes:

Elisângela - Foi com bastante dificuldade, no caso dos meus pais, minha mãe bastante doente, chegou época, que meu pai vendeu tudo que tinha, a única junta de bois que tinha pra trabalhar e tirar o leite,

precisou vender tudo, buscar recurso pra ela. Foi bem complicado, assim, bem difícil, mas nunca deixou passar fome, isso era uma coisa que as pessoas diziam, com todo sacrifício e pobreza, podia ter uma coisa, se não tinha farinha, tinha batata, sempre tinha alguma coisa para comer. (ELISÂNGELA, 2019).

Como já foi visto, a vida de Elisângela, assim como a de Adriana, foi cheia de vais-e-vens, na sua juventude, entre cidade e meio rural. Após o seu casamento, Elisângela viu ela e o marido passando pelas mesmas dificuldades de fragilidade dos seus pais, indo trabalhar em estâncias, e teve várias experiências do que ela chama hoje de assédio moral.

Elisângela - Depois por um tempo trabalhei com cozinheira, onde eu cozinhava pra os outros empregados dentro de uma estância, era bem puxado também, bem escravizado, pode-se dizer, o processo. E também foi onde eu comecei a refletir, a governanta chegou, trabalhava em outro setor, que era na mansão delas, ela olhou pra mim, e perguntou quantos anos eu tinha. 'Vinte e poucos...' 'Teu lugar não é de estar com essa barriga na beira desse fogão, é dentro de uma sala de aula'. Então essas coisas te levam a refletir né, processo bem complicado. Aí, trabalhei depois já assumindo outra função, uma espécie de quase governanta dentro de outra fazenda. Mas era totalmente escravizada, porque às vezes, eu tinha meu horário de almoço, aí eu ia almoçava, ia descansar e a patroa chegava gritando, lá tinha eu que atender, não importasse se era hora de descanso ou não. Eu lembro, ficou algo muito marcado, teve um Natal que a gente não pode sair pra fora, eu tive que comer trabalhando, com o prato na mão. Aí eu disse: 'eu não quero isso pro meu filho'. Na época eu não tinha filhos. (ELISÂNGELA, 2019).

A dependência com as “vendas” marca também a trajetória familiar de Dona Beatriz, sendo que no seu depoimento, chama a atenção a importância que ela dá para o mato como uma fonte de alimentação, e a própria espiritualidade como uma estratégia de sobrevivência:

Beatriz – Naquele tempo alguma coisinha sobrava, até vendiam na venda, para poder trazer um quilo de feijão, trazer um quilo de açúcar né, porque feijão às vezes tinha, outras vezes não tinha, dava muita seca ou dava muita enchente, não conseguia colher. Mas conseguia, assim a ir se mantendo com muita coisa que adquiriam no mato, tinham, naquele tempo dava fruta no mato, nos campos, sempre dava um jeito de sobreviver. E com a reza, rezavam muito pra se sustentar, como se diz. Então a reza, até hoje, eu carrego isso comigo, como eu benzo, graças à Deus, dá recompensa de força, de resistência e até de conhecimento pra outras pessoas. (BEATRIZ, 2019).

Dona Beatriz relata que aprendeu desde criança a ter seus compromissos com as atividades da casa, mas havia o horário de brincar também. Assim como

as outras interlocutoras, acompanhava os pais na lavoura, porém não em serviços forçados, aprendia as lidas da roça brincando e quando se cansavam, ela e os irmãos iam pra sombra descansar. O mesmo se dava com o serviço doméstico:

Beatriz - A gente ajudava a mãe a ciscar, varria a casa, tudo isso tinha, e a gente fazia. E carregava água, tinha, que eu me lembro, uns baldezinhos bem pequeninhos, ou senão, a mãe fazia aqueles baldes de porongos, pra nós ajudar, a água era longe pra carregar pra casa, a gente... Ela fazia aqueles baldezinhos pra gente de porongo, pra não ser pesado pra gente. (BEATRIZ, 2019).

Além de ter crescido trabalhando na lavoura, Dona Beatriz desde cedo trabalhou também como diarista (“de peão”), faxineira, doméstica, cozinheira, babá, “era um complemento em casa, pra ajudar, saia até pra cidade, depois fui ficando com mais idade, assim, saia pra cidade, na safra da fábrica¹⁹, chamavam pessoas, assim, aí a gente ia, era só aqueles trinta dias e voltava em casa”.

Como foi visto no segundo capítulo, Edna e suas irmãs, quando o pai adoeceu, auxiliaram a mãe nos trabalhos na lavoura e também em empresas agropecuárias do ramo da fruticultura.

Edna - [...] Uns sete anos atrás, ou por volta de dez anos atrás, nossa, doze anos atrás, a gente passou a trabalhar, eu, a mãe e minhas irmãs, no pomar aqui perto de casa, na Santa Clara, pra poder complementar a renda. A gente trabalhava das sete da manhã até a sete ou oito horas da noite, no sistema de diária ou por caixa [de fruta colhida], sem nem uma assistência, nem um direito garantido, carteira de trabalho. (EDNA. 2019).

Até a adolescência, ela afirma que “mais brincava que trabalhava”, pois sua mãe sempre “deixava bem explícito isso, assim: ‘não, tu tem que estudar’. Sempre valorizou e incentivou muito isso: ‘tu só vai aprender a fazer isso quando tu saber ler e estudar’”. O que dona Beatriz fazia, segundo Edna, era condicionar o aprendizado de atividades manuais, como tricô e crochê, que a filha tanto queria, ao bom desempenho escolar. Por isso, ela só foi aprender a fazer tricô e cozinhar aos 14 anos, quando ficou de caseira na casa dos avós em uma situação em que foram tratar da saúde na cidade: “a mãe sempre disse: é importante aprender a ler e a escrever, estudar, tirar boas notas”. Depois de

¹⁹ Dona Beatriz refere-se à um período em que vinha trabalhar no Frigorífico Extremo Sul em Pelotas, em períodos em que requeriam mão-de-obra temporária.

adolescente sim, assumiu junto com a mãe as atividades para o sustento da família:

Edna: [...] Eu ajudei muito a mãe, quando ela fazia esses acolchoados, era com lã de ovelha né, então eu desfiava a lã pra mãe fazer o acolchoado. Porque aí a mãe lavava, esse processo tinha que desfiar pra ela pra depois acolchoar, ajudava muito nessas coisas. E depois, também, quando a gente, principalmente com a função de lavoura, você sabe como é isso, então a gente sabe, em alguns momentos de quebrar milho, colher feijão. E depois na função do morango, aí eu trabalhei direto, assim, com isso, todas. Tinha dois ou três dia que tinha que colher, para fazer a entrega, e um determinado momento a gente vendia as mudas também, pra lojas de agropecuária, até, de Canguçu. Aí a gente tinha que organizar tudo, eu era bem responsável de contar, não muito, mas eram cem mudas cada maloqueira de morango. Eu fazia todo esse processo de organizar, de fazer a contagem, sempre gostava de fazer da melhor forma possível, pra mãe, assim. E depois, na colheita do pêssego, aí eu já tinha quinze anos, que a gente colhia pêssego, assim, por diária, trabalho, assim, de peão. (EDNA. 2019).

Como já foi exposto no segundo capítulo, e não diferente das demais mulheres entrevistadas, na família de Maica havia uma situação de produção que combinava acesso precário à terra e dependência das “vendas”. Como sua família já residia em um local de melhor acesso, era comum os comerciantes irem de caminhão buscar a parte da safra que era direcionada para a comercialização, mas quando havia pouco para vender, seu pai mesmo que levava até a “venda” de carroça. Assim como na família da Adriana, ela viu a situação familiar melhorar um pouco após a aquisição de uma área de terras por parte do pai e seus irmãos:

Maica - A questão, para comercializar, eles plantavam um pouco pra sobrevivência e o que sobrava acabavam vendendo, mas sempre com muita dificuldade, tudo sempre foi muito difícil. E também a questão do acesso à terra, ele hoje conseguiu comprar pelo Banco da Terra um pedacinho à mais de terra. Há tempos mais atrás era difícil, a gente não tinha terra, aí ele plantava de terça, pegava propriedade de outra pessoa e acabava plantando para se manter, muitas vezes não acabava sobrando nada, só mesmo o sustento. (MAICA, 2020).

Em razão dessa situação precária de sobrevivência, na família de Maica mesmo as meninas começaram bem cedo no trabalho da lavoura, mas mantendo um sentido de aprendizado, junto com os pais:

Maica - Eu brincava e trabalhava, comecei já trabalhar desde o sete anos, eu já fazia, capinava, fazia a pontinha das carreiras do feijão. Então comecei bem cedo, mas tive uma infância bem tranquila, a gente

brincava muito naquela época, de casinha de boneca, jogava bola... Então a gente fazia de tudo um pouco, com sete anos a gente já começava, até os meus pais diziam: 'não, deixa, não trabalha'. Aquilo ali, pra mim, era um mérito, eu não conseguia capinar uma carreira toda, mas ficava na ponta, capinado feijão, fazendo as pontinha [das carreiras] do feijão. (MAICA, 2020).

Maica aponta para uma questão que está presente em todas as demais, mesmo que de maneira indireta, que havia sido levantada de forma mais direta por Carmem: a dupla jornada de trabalho da mulher, que no meio rural, é muito mais exaustiva, pois trata-se de trabalho braçal na lavoura, e as atividades domésticas compreendem também cuidar do pátio e pequenos animais, não apenas da casa:

Leandra - Como avalia a condições de ser mulher negra do meio rural?
Maica - Olha, é questão de muita luta mesmo, eu acho que as mulheres, elas, assim, por mais que tenham aquele compromisso com a lida da casa, por exemplo, elas vão pra lavoura, elas tem que fazer a ponta, tem que ajudar o homem na organização, até mesmo na questão do plantio. Então é muito sacrifício mesmo, e resistência, ela continua ali persistindo e resistindo, para garantir o sustento da família. (MAICA, 2020).

Souza (2006, p. 46-47), na pesquisa que fez na comunidade Conceição das Crioulas, constatou o predomínio das mulheres nas atividades domésticas, porém com os homens assumindo esse domínio sempre que necessário, assim como as mulheres assumiam a frente de atividades produtivas e políticas. Como coloca Karoline dos Santos Monteiro, “os diferentes papéis culturais atribuídos ao gênero determinam a desigual divisão do trabalho entre homens e mulheres quilombolas” (2013, p. 18). Monteiro chama a atenção de que as comunidades quilombolas, mesmo sendo etnicamente diferenciadas, contêm alguns elementos da cultura camponesa, em que o trabalho agrícola das mulheres, mesmo quando exige força física, é sempre visto como ajuda, não como trabalho em si, por isso menos valorizado, e por isso os homens se colocam na posição de mando (p. 105). Essas desigualdades se acentuam, pois as atividades domésticas também não são consideradas trabalho (p. 108). Todavia ela observa que a divisão sexual do trabalho, nas comunidades que pesquisou, não é tão rígida como indica a bibliografia para o restante do campesinato, justamente pela precariedade do acesso à terra nas comunidades negras, que

às vezes obriga mulheres a assumirem as lavouras enquanto os homens trabalham fora podendo ocorrer também o inverso.

3.2 A resignificação de práticas manuais: o artesanato como projeto emancipador

Angela Davis (2016) e Bell Hooks (2015) apontam que o feminismo branco norte-americano, que serve de inspiração para feministas de outros países, se formou tendo como uma das suas principais reivindicações libertar as mulheres das atividades domésticas, vistas como sinônimo de opressão. Contudo, Davis coloca também que a desvalorização dos serviços domésticos é fruto do sistema capitalista industrial, porque o trabalho doméstico não produz mercadorias, além de ser exercido por mulheres, o que não significa que não seja importante na manutenção da força de trabalho dos trabalhadores homens. Todavia, as mulheres negras, segundo Davis e Hooks, dificilmente ficaram restritas ao espaço doméstico²⁰, pois sempre se envolveram em atividades externas para manter a família, o que quer dizer que para elas, as atividades domésticas podem ter significados diferentes que para as mulheres brancas.

Como estamos tratando de mulheres negras rurais, que não tem a mesma relação com o capitalismo que as mulheres urbanas, o trabalho doméstico pode ter outros tantos significados. Para agricultoras negras e pobres, que passavam ou ainda passam o dia na lavoura junto com seus companheiros, o momento de fazer comida para os filhos, costurar ou consertar uma roupa significa uma sobrecarga de trabalho, mas pode significar também o único momento do dia em que conseguem demonstrar afeto por eles. Pode significar também, mesmo que exaustas, um momento raro de satisfação por terem conseguido alcançar aos filhos algo que é fundamental para sua sobrevivência. Atividades domésticas, para essas mulheres pode representar afeto, acolhimento e continuidade da vida. Não é à toa que com o reconhecimento como quilombolas, essas mulheres transformam essas atividades domésticas – cozinhar, costurar... – em fontes de renda e autoafirmação, agregando outros valores a essas atividades. Ou como

²⁰ Angela Davis coloca: “[...] ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas na vida doméstica. [...]” (2016, p.233).

uma forma de acolhimento, nas reuniões das Associações, quando fazem e oferecem alimentos aos presentes.

Cledineia Carvalho Santos afirma que “[...] ressaltar o papel das mulheres no seu dia-a-dia é otimizar vozes historicamente atuantes, embora sucumbidas pelas referências masculinas.” (2018, p. 95). Em algumas etnografias, como de Sampaio e Pacheco (2015, p. 64-65), resalta a importância, para as mulheres quilombolas, das práticas manuais como uma forma não só de sobrevivência, mas também de construção de destaque e autovalorização dentro do coletivo.

A ressignificação das atividades artesanais femininas, a articulação de saberes antigos com formações atuais e o uso dessas práticas para fortalecer a solidariedade entre as mulheres parece ser um processo que envolve as comunidades de norte a sul do país. É o que indica a pesquisa de Souza (2006) em Conceição das Crioulas, Monteiro (2013) para as comunidades quilombolas que pesquisou na Paraíba e Lima (2015) para a comunidade do Tucum na Chapada Diamantina. O que muda é o tipo de artesanato fabricado, de acordo com as tradições de cada lugar, destacando no nordeste o artesanato em barro e cerâmica, que não é encontrado no RS.

Carmem tem uma forte atuação, atualmente, junto ao grupo de artesãs, dominando várias habilidades: “Aí, artesanato faço roupa, faço crochê, de tricô faço balaio de palha, vários tipos de artesanato. A minha habilidade maior é a costura, que eu tenho costurado”. Carmem organiza a produção do grupo, assim como o controle da participação nos dias de trabalho. A parte financeira também é da sua responsabilidade, controlando as vendas, dividindo e distribuindo os ganhos entre as demais artesãs. O fato de ser a mais habilitada na costura, também leva-a a assumir a responsabilidade pelo acabamento dos produtos.



Figura 15 - Grupo de artesãs da comunidade quilombola do Maçambique. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

O grupo de artesãs se originou do incentivo de algumas organizações, quando houve o processo de autorreconhecimento como quilombola. Houve cursos de formação e elaboração de projetos para compra de máquinas e outros equipamentos para trabalho coletivo. Esses cursos de formação agregaram novas habilidades aos saberes antigos:

Leandra - Quem te ensinou a costurar, Carmem?

Carmem: Costurar foi a mãe, desde pequena ia costurar muito pra fora à mão, ai ela costurava, eu fazia roupa na mão, se vestia, fazia bolsa, calça, saia qualquer coisa, tudo o que é tipo de roupa. Na máquina, as primeiras aulas que eu tive na máquina antiga, de pé, foi aquelas de pé, foi a Olga que me ensinou. Ai depois, quando foi nas máquinas à luz, industrial, foi onde venderam as máquinas do seu Rogério, ai ele veio duas vezes dar aula nas máquinas da luz. Ai aprendi, eu fui umas que pegou mais rápido, por isso eu fiquei mais aperfeiçoada das outras, talvez não se esforçaram igual a eu, sempre fui daquele sistema de insistir.

Chegava dormir pensando como se enfiava aquelas máquinas, eu guardei na minha mente, ficava analisando, ficava pensando, não me desligava totalmente daquilo ali. Quando eu não aprendia, eu era persistente de enfiar, tinha umas que saiam dali não pensavam, quando chegavam ali, não sabiam nada, até hoje, e assim poucas fazem overloque. (CARMEN, 2019).

Dona Vera, quando fui entrevista-la, não estava fazendo artesanatos, mas já o fez bastante e exibiu em vários eventos quilombolas que participou no estado e no país, indicando que essa é uma forma de autoafirmação dessas mulheres:

Vera - Minhas habilidades manuais, ultimamente não tenho feito muitas coisas, mas por exemplo, assim, desde criança eu costuro. Meu vestido da primeira comunhão fui eu quem fiz, meu vestido azul, eu costuro, faço bordado, faço crochê, sei fazer essas coisas. Não tenho feito. Sei fazer essas coisas, costurar à mão artesanato variado, assim, a gente sabe fazer. (VERA, 2019).

Adriana passou pelo mesmo processo de aprendizagem de atividades manuais no meio familiar, sendo a sua mãe sua mestre e fonte de inspiração para tal aprendizagem desde cedo. Essa aprendizagem por meio da observação e imitação da mãe foi aperfeiçoada depois, com o envolvimento com organizações que trabalhavam o processo de auto identificação quilombola nas comunidades negras:

Adriana - Eu faço artesanato, eu aprendi com minha mãe que gostava muito de costurar, ajudava por necessidade, pra manter, fazer acolchoados, eu sentada observava.

Leandra - Então tua mãe nem precisou te ensinar?

Adriana - Eu fui aprendendo. Eu acredito que ela tenha me ensinado, mostrado também, eu acredito que foi ela que me ensinou a costurar, mas não na máquina, a gente não tinha, depois que fomos adquirir.

Leandra - Fazer bonecas...

Adriana - As bonecas comecei a fazer depois de grande já.

Leandra - Mas você fazia algum artesanato quando era menor ou adolescente?

Adriana - Eu sempre gostei de aprender, nem tudo que eu aprendia eu ia pra frente, tinha muita curiosidade, eu aprendi fazer tricô, coisa de pintura, comecei no CAPA a me inserir nesses cursos da Prefeitura, que vinham e traziam, eu estava indo, no meio, sempre estava enfiada no meio. (ADRIANA, 2019).

Adriana tem um amor grandioso por fazer artesanatos, principalmente bonecas negras, sempre se emociona quando as meninas pegam as bonecas que faz para brincar, isso é para ela muito gratificante, ver o brilho no olhar das crianças, de poderem enxergarem que existem bonecas negras. Esse despertar para a representatividade de uma boneca para as meninas negras ela começou a ter no curso de Educação no Campo, sendo em torno disso que desenvolveu seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Adriana- Bom eu sempre digo, descobri fazendo as bonecas negras, fazendo as bonecas negras, eu vi que pra mim é um sonho, eu me sinto realizada, me sinto feliz fazendo as bonecas. Quando eu vejo as crianças negras recebendo aquelas bonecas ou pegando, o sorriso por elas não ter... Não é tão fácil chegar num lugar, vai ter alguém com as bonecas negras e alguém que tem sensibilidade de dar uma boneca negra. De primeiro a gente via crianças negras com bonequinhas brancas, quando tu vê as crianças negras, eu fico muito feliz, me emociono mesmo, de ver, pra mim, as bonecas. E vendo as mulheres aqui da comunidade fazendo as bonecas negras, aqui, também é muito gratificante. (ADRIANA, 2019).

Por ocasião do TCC, Adriana, junto com uma equipe da FURG, desenvolveu um projeto nas comunidades quilombolas de São Lourenço, de oficina de confecção de bonecas negras, como uma forma de gerar renda, mas também de afirmação da identidade negra e reconstituição de saberes:

Adriana - A gente teve aqui o projeto, ai a gente se organizou pra participar desse projeto, ai são oito que fazem parte do projeto que teve aqui. A gente participou do projeto, elas participaram do projeto, eu mostrei pra elas como se fazia primeiro as bonecas, depois fez oficinas e através daquelas oficinas, eram feitas rodas de conversas. Hoje em dia elas fazem encomendas, não é uma coisa que sai toda hora, mas às vezes, tem meses que elas vendem uma e duas, mas são coisas, assim, que elas sabem que se um dia precisar fazer elas vão saber fazer. (ADRIANA, 2019).

Como Adriana já está inserida em uma rede de eventos e fóruns vinculados à questão quilombola e comunidades tradicionais, quando os frequenta leva não apenas a sua produção, mas também das outras mulheres da Associação Quilombola da sua comunidade:

Adriana - Eu vendo e também faço por encomenda, ou quando participo de algum evento, eu levo minhas bonecas e as bonecas do grupo da associação, das mulheres que fazem as bonecas. E quando elas vão e eu tenho alguma boneca pronta, elas também levam, a gente se ajuda. (ADRIANA, 2019).

Ela também traz a importância da criança negra ganhar uma boneca negra e ver sua identidade representada:

Adriana - E quando uma criança recebe uma boneca, assim, que ela ganha uma boneca de uma outra pessoa negra, a gente vê o quanto ela fica feliz, ela se reconhece, se vê na boneca, está se enxergando uma criança negra com boneca negra ela está tendo uma identidade de brincar ali. (ADRIANA, 2019).



Figura 16 - Bonecas de pano produzidas por Adriana Ferreira. Fonte: Repassada por ela por Whats'App.

Dona Lautéria, na sua condição de agricultora, também aprendeu várias habilidades manuais dentro do seu círculo familiar, especialmente com tias: “Eu até faço um crochê, tricô, não muitos pontos. Eu não sei não, mas acho que é fácil”. Faz também tapetes de retalhos. Além disso, era do seu cotidiano fazer determinados utensílios com fibras vegetais, os quais ela inclusive já chegou a expor como “artesanato quilombola” em alguns encontros:

Lautéria - Ah! Eu até, fazia antes chapeuzinho de palha, fazia cestinho de palha de milho, até andei levando nos encontro que a gente foi em Canguçu no encontro quilombola andei vendendo uns, depois não tinha saída fazia de jornal também cestinha de jornal. (LAUTÉRIA, 2019).

Dona Lautéria relatou que fez alguns cursos dentro da comunidade, ganhou algumas experiências e até certificados, só lamenta que essas formações não tenham tido continuidade, porque a associação, atualmente, estava um pouco desmobilizada e com falta de verbas.

Lautéria - Sim, nossa comunidade já esteve bem, em condições, mas agora está um pouco falida, porque trocou de presidente, foi extraviado a certidão e mais uns outros papeis. Aí ficou enredado, parou de pagar aquele CNPJ parece que é, aí ficou bem enredado a coisa. Agora que a gente está mais o menos organizando, então ela não tem, como vou te dizer? Não apareceu renda dela, a gente não tem como fazer nada agora. Agora que tá vindo, chegou um trator pra comunidade, um recurso, mas ainda não está em nossas mãos, não ficou aqui, está em Piratini. (LAUTÉRIA, 2019).

Dentre os cursos que mais gostou de fazer, após o autorreconhecimento da comunidade como quilombola, ela destaca o de “Boas Práticas em Alimentação”, que foi levado para a comunidade por meio do projeto de extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”. O sonho de Lautéria é criar um grupo de mulheres para produzir doces, mas para isso era preciso ter terminado a construção da sede, de acordo com as exigências da vigilância sanitária. O acabamento interno de algumas peças ainda está para ser feito.

Elisângela seguiu os passos da mãe no que se refere à disposição para aprender coisas novas. Relata que antes de ter a Associação Quilombola, os pequenos agricultores negros participavam da associação geral do distrito, o que proporcionava a realização de cursos diversos promovidos pela EMATER: manejo da terra, fabricação de doces e salgados, produção de queijos, pintura em tecidos, etc. Todavia, embora afirme gostar de artesanato, “nunca pratiquei, se eu tivesse me dedicado, é uma coisa, que eu gosto, mas nunca parei pra fazer uma habilidade, assim, nunca trabalhei com isso”. Talvez o seu vai-e-vem de um emprego a outro e o seu foco mais nos estudos explique isso.

Dona Beatriz relata uma série de habilidades que aprendeu tanto com suas ascendentes, como trabalhando pra fora, nos vários serviços que se envolveu para sobreviver.

Beatriz - Faço biscoito hoje pra vender, rapadurinha de amendoim, faço doces. Habilidades de antigamente que eu tinha e fazia pra vender era acolchoado de lã de ovelha, as pessoas me davam as lãs, eu lavava e vendia pra comprar comida pras gurias, pra criar elas, e trabalhava em casa de família fazendo limpeza, fazendo faxina, de tudo um pouco, onde tinha serviço e me chamavam na lavoura eu ia.

Leandra - Essas coisas a senhora aprendeu a fazer com quem?

Beatriz - O acolchoado, com a avó Maria Delocia, ela fazia, costurava, ela bordava tudo à mão. Ah, muita coisa ela me ensinou, estava ali aprendendo com ela, fazia colchas de retalhos muito bem, fuxico, essas coisas.

Leandra - A aprendeu com ela?

Beatriz - A prendi com ela.

Leandra - E a comida, com quem aprendeu?

Beatriz - A comida meu pai me ensinou a fazer, como ele foi criado com essas famílias brancas, então essa mãe de criação dele ensinou ele fazer de tudo, fazia pão e comida. De tudo ele aprendeu, minha mãe vivia muito doente, ele me ensinou a fazer comida e pão. (BEATRIZ, 2019).

Parte dessas habilidades são ressignificadas hoje por Dona Beatriz, pois algumas coisas ela faz para vender em feiras próprias das comunidades quilombolas, uma forma de sobrevivência que ela transformou em uma forma de afirmação da identidade. Outra coisa muito importante, é o fato de ela valorizar esse legado familiar não a impedir de valorizar também os conhecimentos que adquire hoje por meio da assistência técnica rural, pois aprimora o que já sabia e incorpora técnicas novas:

Beatriz - Na EMATER a gente está sempre participando, teve curso de crochê, de tricô, bolachinha, tudo a gente teve. Há tempos atrás, a gente teve habilidades de como cultivar a horta, aprendeu muita coisa, outras coisas já sabia. (BEATRIZ, 2019).

Edna, filha de Beatriz, afirma que práticas manuais faziam parte do repertório de habilidades das mulheres da família. Refere que sua avó paterna costurava e remendava roupas e a materna, também fazia tricô. Na sua fala, anteriormente apresentada, Edna já havia explicado que aprendeu fazer artesanato tarde, pois para sua mãe o que importava eram os estudos. A relação que tem hoje com essas práticas é fruto de uma mistura entre a tradição familiar e o aprendizado técnico, por meio de cursos:

Edna - Aos quatorze anos fiz um curso, que já tinha falado anteriormente, que foi ofertado pela Prefeitura de Canguçu na associação comunitária da localidade que eu morava, na associação rural. Foi um curso grátis para aprendermos a fazer crochê e tricô, ali eu aprendi a prática teórica de tricô e crochê, que eu faço até hoje. Inclusive roupas pra mim, pra pessoas que eu gosto, faço trabalhos de crochê, assim, decorativo. Eu acho que tive influência, sim, da minha mãe, principalmente, fazia tricô, já vivia reformando roupas pra nós, montando e desmontando coisas pra nós. E o próprio trabalho dela, assim, com confecção de acolchoado, isso me influenciou muito. Inclusive eu gosto bastante de costurar, infelizmente não tenho máquina para costurar, eu gosto muito desse trabalho, assim, de tricô, de bordar, sei mais o menos. Não sei muito bem, mas eu gosto mais de fazer dessas coisas, tem a ver com isso, assim, com as tias também, que gostavam e sabem fazer fuxico. (EDNA, 2019).

No depoimento de Maica, fica bem explícito que ela faz uma síntese entre o que aprendeu como tradição familiar e a resignificação que faz disso no presente, pois ao interagir no Movimento Quilombola e Negro, aprendeu a olhar de maneira diferente ao que era feito em casa, identificando comidas que eram do cotidiano como próprias da cultura afro, além de agregar novos saberes.

Maica – Olha, o que eu sei mais é costurar, fazer costura. Não, assim, profissional. O básico, isso aprendi com a minha mãe, por exemplo, se tiver que colocar um botão, tapete de tecido, isso tudo minha mãe fazia. [Tapete] de plástico, de saquinho, isso eu já aprendi. E a questão das bonequinhas, que são feitas de pano, alguma coisa eu faço, eu aprendi com minha mãe. E essas questões de casa, alguns pratos típicos da nossa cultura, a canjiquinha, o quibebe, isso tudo, assim, eu sei fazer, no caso. E outros pratos que a gente faz, que são originário da cultura, o próprio mocotó, que é muito forte no meio rural, na comunidade, principalmente na época do inverno. E há pouco tempo, depois que eu entrei no movimento quilombola que eu fui descobrir que o mocotó é originário da cultura afro. Porque no meu tempo de escola, eu não aprendi nada, a não ser a história da escravidão, era só isso aí. O quanto o negro foi importante em todo esse período de construção, de contribuição riquíssima para o Brasil, para o mundo enfim, isso não foi passado na escola, só a questão da escravidão. (MAICA, 2020).

Os relatos das colaboradoras sobre atividades manuais vão ao encontro do que Nunes e Marques (2019, p. 578) afirmam sobre os espaços não formais de educação no interior das comunidades quilombolas, em que aprende-se, por meio da convivência, a transformação de matérias primas em produtos úteis ou para fins estéticos. Nos últimos anos, essas práticas se apresentam também como alternativas de renda. De todo modo, elas são também uma maneira de expressarem sua criatividade, sua capacidade de aprender e de articular redes

de relações para se inserirem na sociedade como um todo, conquistando reconhecimento.

3.3 Experiências de racismo

Segundo Crenshaw (2002, p. 173), mulheres e homens são afetados de formas diferentes pela discriminação racial, pois mulheres, pela sua condição, podem sofrer discriminações e violências que os homens não sofrem. Por isso a necessidade de incluir a questão racial nas análises de gênero.

Talvez por participar do Movimento Negro e já ter feito muitas leituras e cursos de formação, Vera tem uma visão do racismo como algo que se perde no tempo. No diário de campo do dia 25 de junho, registrei a seguinte passagem de uma conversa informal que tive com Vera, após almoçar em sua casa, quando contou histórias e algumas passagens da sua trajetória de vida:

Falou sobre sua avó Maria Lina que morreu com 104 anos, viveu nesses quilombos de São Lourenço, era itinerante, não tinha um lugar fixo, foi uma grande mulher, com coragem resistiu a grandes mazelas impostas depois da abolição. Sua avó contava que as meninas mais bonitas iam para a casa grande trabalhar, mas já era tudo de caso pensado, eram para serem abusadas e judiadas pelo seus patrões, pelos seus filhos, elas eram consideradas pior que um animal, era só para servir eles sexualmente e seus pais sabiam que isso ia acontecer com suas filhas, mas não podiam fazer nada.

Sempre ouvia histórias que sua avó contava, me relatou a história de uma mulher, que quando era criança foi levada para uma fazenda para morar lá, quando se tornou adolescente o padrão abusou da menina, conforme seu filho cresceu, abusou dela, que era também judiada pela sua patroa, que sabia que ela ficava com seu marido e seu filho. Acabou ficando grávida do padrão.

A barriga não aparecia muito, e seu filho levava a moça de carroça para outra fazenda, onde moravam os primos para abusarem da moça, era no Boqueirão. Quando sua barriga apareceu, foi expulsa da fazenda, não sabia o que fazer, não conhecia nada nem ninguém, o único lugar que conhecia era o Boqueirão, então foi pra lá que ela foi caminhando. Quando chegou lá se escondeu na cocheira dos animais.

Um homem negro, que trabalhava em uma fazenda próxima viu ela escondida, e passou a levar comida, eles ficaram juntos. Ela teve a criança do padrão, teve outros filhos com este homem, mas tinha uma dor imensa dentro de si, de tanto sofrimento com o tempo acabou se matando. (VERA, 2019).

Vera termina a narrativa dizendo que conhece os descendentes desta mulher e o local em que moram, assim como onde aconteceu o episódio, mas preferiu não identificar. Segundo Angela Davis desde a escravidão o estupro é

usado como uma forma de dominação e repressão por parte dos homens brancos sobre os corpos das mulheres negras. Nesse sentido, juntamente por serem mulheres haviam violência que apenas elas sofriam:

[...] A postura dos senhores em relação as escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explora-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p.19)²¹.

Apoiada por essas reflexões de Angela Davis, a historiadora Claudia Daiane Molet, ao escrever sobre mulheres escravizadas do litoral do RS, afirma:

No caso do Brasil, o sistema escravista existiu até praticamente o fim do século XIX, e aquelas mulheres escravizadas, libertas, pardas e pretas sofreram ainda maior preconceito. O silêncio para elas foi maior. Entretanto, esse silêncio na história das mulheres foi estabelecido pelos homens ou por membros da elite, e entre estes, possivelmente, as mulheres brancas. (MOLET, 2019, p. 2-3).

Dona Lautéria também relata situações de abuso sexual de mulheres negras por parte de homens brancos, isso dentro da sua própria rede de parentesco, gerando a figura do “filho de criação”, que às vezes era filho consanguíneo não reconhecido, mas que constituía, em alguns casos, doação de terra para famílias negras. Esse teria sido o caso do seu avô materno: “Acho eu que ele ganhou, porque ele não tinha condições de comprar, assim, com a migalha que ele ganhava”:

Lautéria - Terra própria não, aqui os avós maternos depois que... Eu não era nem nascida, um deles morava aqui de parceria... Vou te contar tipo uma história. Aí era assim: naquela época, era época dos escravos, e aí as negras né, às vezes engravidavam dos patrão, aí para não aparecer, aí registravam como filho de criação davam assinatura. Foi o que aconteceu com o meu avô, ele era filho do avô de um vizinho que é proprietário aqui do lado, registraram ele como filho de criação. Aí eles moravam aqui nessa terra, que é vizinho aqui, aí eu não sei se deram um dinheirinho, não sei como é que foi que compraram uma propriedadezinha lá no Rincão da Pitangueira, onde pertence pro Cerrito hoje. (LAUTÉRIA, 2019).

²¹ Assim como o sistema escravista negava às mulheres negras serem tratadas no mesmo padrão das brancas, aos homens negros era negado o exercício da supremacia masculina que era exigido dos homens brancos para serem considerados homens: “[...] os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava.” (DAVIS, 2016, p.20).

Quando eu morava com minha avó, ela sempre me contava histórias, várias delas relacionadas as dificuldades das relações entre brancos e negros. Falava que os brancos não chegavam perto dos negros, porque não gostavam, pelo simples fato de ser negro, e que eles tinham que basicamente ter obediência e respeitar o patrão. Dizia ainda que os brancos não gostavam que os negros fossem para a escola aprender, tinham que ficar trabalhando nas fazendas. E quando iam para a escola, as crianças negras sempre ficavam longe dos colegas brancos, não conseguiam ouvir as explicações e as professoras nem se importavam com os alunos negros.

Muitas memórias de arbitrariedades contra as pessoas negras, na escravidão e depois da abolição, eram relatadas pela minha avó. Em uma entrevista que ela concedeu a um estudante do curso de História da UFPEL²², ela relatou o seguinte em relação à morte de um de seus irmãos por parte da polícia:

Vó Elvira : ... tinham chegado lá em casa, minha mãe fazia bolo de pedra, ela estava assando um bolo cadinho, apareceram a polícia, eles não prendiam, então eles matavam aquelas pessoas que faziam danos, eles matavam, não prendiam. Ela estava chorando, disse assim: 'levem ele, mas não matam perto de mim, matem bem longe de mim, no meio do mato'. Levaram ele e a coitadinha ficou chorando, e nós éramos pequenos e disparamos e ganhamos embaixo da cama, se escondemos. Ai eles disseram: 'não, com vocês pequenos, não, só ele'. Vieram buscar, polícia. [...] Ai levaram ele, saíram com ele atado com a corda no pescoço e levaram a mão para trás, e uma corda no pescoço para ele não se escapar, levaram ele para não matar [perto da mãe].

Vó Elvira relatou, nessa mesma entrevista, que no seu tempo os bailes eram feitos em salões armados no meio do mato, e havia a separação entre festa de brancos e festa de negros. Escola, no seu tempo, existia "Só para os alemão e brancos, pra negro não. Por isso os velhos antigos não sabiam nada, não sabem quase ler, nem nada, não ensinavam junto, não botavam junto para explicar". Minha mãe relata que na escola era o único lugar em que convivia com crianças brancas, "assim, em casa não, branco não procurava negro, só no colégio e na hora do recreio".

²² Entrevista concedida a Roger Bartel, com a minha presença, em 2012.

Segundo minha mãe, na escola “por parte dos professores não tinha preconceito”, já entre os colegas, “tinha, mas não dava muito bola, não eram muito”. Todavia, várias experiências de racismo marcaram nossa trajetória familiar. Quando eu era criança e ia para escola, tinha uma amiga que eu gostava muito, mas sua mãe de jeito nenhum deixava ela brincar comigo pelo simples fato de eu ser negra e pobre, e pedia para sua filha dizer que não podia brincar comigo, porque sua mãe não deixava.

Quando um dos meus irmãos namorou uma moça branca, a mãe dela reagiu com ódio, infernizou tanta a vida da menina e do meu irmão, por ela não aceitar que ela estivesse namorando um rapaz negro. Eles terminaram o namoro. Passou um tempo e o meu irmão conseguiu passar num concurso público. Um tempo depois a mãe dela dizia que fazia gosto que o meu irmão ficasse com a filha dela, só porque meu irmão estava concursado.

Quando eu fiz o Ensino Fundamental, tinha uma colega que andava, às vezes, no meu grupo, pois eu sempre chamava ela para ficar junto conosco porque ela se isolava, estava sempre sozinha e nem todo mundo conseguia interagir com ela. Tinha um menino negro que estava namorando uma menina branca. Essa minha colega disse para mim que ela não tinha preconceito, mas que não namoraria um negro, que não combinava com ela, mas achava bonito as outras pessoas namorarem, porém ela voltou a me dizer que branco deveria ficar com branco e negro com negro. Eu disse a ela: você é totalmente preconceituosa, e que pra mim não tinha diferença alguma a cor das pessoas, se elas se amam e se respeitam de verdade, por que não podem ficar juntas? Eu disse: por que você anda comigo, se eu sou negra? Ela falou: porque nós somos amigas e diferentes. Eu respondi: não é diferente, a cor não muda as pessoas, por que você anda comigo, então? Ela ficou sem assunto no momento, e depois respondeu: eu acho bonito as outras pessoas ficarem juntas. Eu mudei de assunto, mas a nossa relação nunca mais ficou a mesma, pois a conversa ficou na minha cabeça. Não interagia muito com ela, mas às vezes ela vinha ficar no meu grupo, pois estava sempre sozinha. Eu ficava com pena dela, não gostava de ver as pessoas excluídas, eu sabia que ela tinha algo estranho e eu tinha que ajudá-la de alguma forma, pois ela tinha autoestima muito baixa, no meu grupo ela interagia e fazia as coisas normalmente.

De certa forma também era inculcido uma exclusão por parte das professoras. Eu tinha, por exemplo, uma professora na quarta série que fazia tranças no cabelo das meninas brancas, em meu cabelo e das outras meninas negras ela nunca fazia. Ela dizia que o meu cabelo era curto demais e não dava para fazer as tranças embutidas que ela fazia nas outras. Ela nunca se preocupou em procurar um jeito de fazer algo no meu cabelo também.

Na localidade onde está situada a comunidade quilombola Vó Elvira, as pessoas convivem de maneira “amigável”, mas o preconceito está arraigado e é muito forte. Neste local, as pessoas conversam, andam juntas, mas para eles as pessoas negras tem que estar sempre inferiorizadas e não aceitam vê-las se encaminhando na vida e tendo empoderamento.

Na etnografia que realizou na comunidade quilombola Arnesto Penna Carneiro, de Santa Maria (RS), Rubert et. al. observaram que o espaço escolar é onde mais se fez sentir os efeitos de inferiorização da condição negra, de acordo com os relatos de seus interlocutores de várias gerações. As constantes práticas de discriminação tinham por objetivo “ensinar” as pessoas negras que “O lugar que cabia ao “preto” era o dos serviços braçais não especializados, o qual se aprendia fora dos bancos escolares. [...]” (2011, p. 200). Isso por conta dos relatos de brigas em razão dos insultos raciais recebidos dentro da escola serem seguidos por outros em que se afirmava que, logo depois, os interlocutores abandonavam a escola para aprender a trabalhar em propriedades de colonos, geralmente em troca apenas de roupa e comida. Nunes e Marques também encontraram esse tipo de situação nas comunidades que pesquisaram, nas quais as pessoas “[...] dolorosamente são ensinadas desde os processos iniciais de escolarização”, tornando-se “[...] estágios de supressão da autoestima, de sobrevivência a tudo o que a miserabilidade acarreta, de uma vida ceifada de direitos [...]” (2019, p. 582). Segundo o que coloca Carneiro (2011, p. 74-77), essa vivência do racismo desde a primeira infância dentro da escola está presente no contexto urbano, gerando estigma para uns e privilégios para outros.

Para as colaboradoras da minha pesquisa, as experiências de racismo são remetidas à infância e seguem para as outras etapas da vida. Esse racismo na infância era vivido principalmente na escola, quando passavam a participar

da educação formal. Era o principal momento de se dar conta da divisão entre brancos e negros.

Carmem - Não na minha época já não separavam, era todo mundo na mesma sala, a gente sofria preconceito.

Leandra -Tinha tratamento diferente por parte do professor?

Carmem – Não, a minha professora que eu estudei no segundo ano não, mas do primeiro ano sim. Não, no primeiro ano era muito preconceito, tinham poucos alunos negros, ai tinha preconceito sim, mas não lá no Santo Antônio, não era muito aluno, a maioria era negro, branco era bem poucos, ai não tinha preconceito. A primeira escola, minha irmã, a mãe foi chamada porque tinha brigado com uma guria que é branca, ai a mãe tirou de lá porque não ia dar certo, os brancos abusavam e a negra tinha que apanhar e ficar quieta.

Leandra - Havia parte de racismo entre os colegas?

Carmem – Havia, ah, chamavam de negro sujo, ai cabelo duro, ai isso era muito.

Leandra - E a o professora fazia alguma interferência?

Carmem - A professora não fazia nada, fazia que não via, ela não educava os alunos sobre o racismo na época, não tinha, era todo mundo assim, conforme os pais educavam em casa eles agiam no colégio. (CARMEM, 2019).

Era uma situação em que não se tinha a quem recorrer, até porque, as famílias negras precisavam das famílias brancas para ter terra para trabalhar e serviços como peões, para poder sobreviver. Por mais que houvesse uma ou outra situação de confronto, tudo acabava em silêncio: “A gente contava pra mãe, mas naquela época não podia se fazer nada, aí a gente revidava, se xingavam e ficava por isso mesmo, a mãe nunca gostou de violência, então tirava da cabeça da gente, pra deixar assim”, afirma Carmem.

O racismo no espaço escolar é mencionado também por Vera Macedo, que afirma que havia tratamento diferenciado para alunos negros e brancos, mas como seu pai era alfaiate e conhecido das professoras, situações de conflitos eram contornados em razão dessa relação pessoal. Todavia, o racismo era praticado também pelas próprias crianças, possivelmente a partir do que aprendiam em casa, gerando um contexto de segregação:

Leandra -Tinha prática de racismo, então, com os colegas?

Vera – Tinha, com certeza, o racismo contra os colegas negros, já tinha, não se dava por conta daquilo, porque as gurias se botavam, as brancas, juntas num canto num bolinho, não deixavam as negras brincar junto ou entrar no meio da conversa. Bem que tinha bastante negro naquele tempo, ai se juntavam as negras também, ficavam um bolinho de cada lado. (VERA, 2019).

Adriana não relata práticas de diferenciação por parte dos professores e colegas, o que ela atribui ao fato de terem poucos alunos negros, a maioria eram crianças brancas:

Leandra - Chegou a ter colegas brancos na escola? Havia algum tratamento diferenciado com crianças negras por parte do professor?

Adriana - Que eu lembre não, sempre tive sorte, sempre tive colegas brancos, foi até sexta série quando eu entrei na escola do Polo, daí era, ao longo dos anos, era só eu de negra lá, mais um, ai não tinha mais.

Leandra -Tinha preconceito por parte do professor ou dos alunos e colegas?

Adriana - É que não tinham muitos alunos negros na minha turma, era só eu de preta dentro da sala de aula, eu ou mais uma às vezes, mas era só eu.

Leandra - E tratamento do professo, era diferente?

Adriana - Não, eu nunca vi nada, assim. (ADRIANA, 2019).

Dona Lautéria, quando fala do espaço escolar, exprime muito da forma como o racismo se apresenta no contexto brasileiro: à princípio havia uma integração, uma convivência pacífica, mas bastava qualquer desentendimento para se deixar explícito que os lugares ocupados por brancos e negros não deveriam ser os mesmos, os últimos ocupando um lugar subalterno, o que buscava-se incutir por meio de xingamentos em relação à aparência, relacionando a cor da pele com sujeira e depreciando o cabelo:

Leandra - Tinha colegas brancos?

Lautéria -Tinha

Leandra - Havia algum tratamento diferenciado por parte do professor ou dos colegas?

Lautéria - Não, nessa época já estava um pouco mudado. E aquela coisa, o racismo existia sempre, sempre tinha um pra chamar de negro fedorento, negra suja, cabelo pichain, sempre tinha essas coisas né.

Leandra - E o professor era como?

Lautéria - Era branco.

Leandra - Como ele era com os alunos negros, tratava bem?

Lautéria - Ele tratava bem os alunos negros, até meu marido trabalhava com ele, tratava bem, não diferenciava assim.

Leandra - Então havia a parte de racismo entre os colegas?

Lautéria - Sim

Leandra - Então não ajuntava muito com as crianças negras, os colegas brancos?

Lautéria - Até juntavam, brincavam junto, mas quando se desentendiam, já vinham os palavrões, já vinha o racismo. (LAUTÉRIA, 2019).

Elisângela afirma que na sua infância, como famílias negras e brancas faziam vizinhança, no cotidiano crianças brincavam juntas, independente da sua

cor. Contudo, relata um episódio que lhe marcou, em uma festa de casamento, quando foi preterida como companheira de brincadeiras por ser negra:

Elisângela - Aí, já é uma pergunta mais ampla na comunidade. Bom, no meu tempo eu lembro, assim, tenho bem marcado numa festa que eu estava, que era no casamento da minha madrinha, que eram pessoas brancas, que tinha bastante crianças brancas. Eu queria brincar, uma das crianças disse que não brincava com crianças negras, algo que me marcou. Mas na escola não tinha essa distinção, eu não sentia isso na escola. (ELISÂNGELA, 2019).

A experiência de racismo de Elisângela significava uma repetição do que era normal no tempo da sua mãe. Dona Lautéria afirma que brincadeiras entre crianças brancas e negras não eram bem aceitas pelos adultos brancos. E quando acontecia, fazia-se uso de termos para estabelecer uma diferença hierarquizada entre uns e outros, buscando-se dizer que cada um tinha que ficar no “seu lugar”:

Leandra - Crianças negras e brancas brincavam juntas?
Lautéria – Não, naquela época não, como eu tinha dito antes, talvez você esqueceu, o que minha patroa dizia: que filha de branco era menina, e de negro era rapariga.
Leandra - Credo! mas eu lembro quando a senhora falou.
Lautéria - Tinha essa diferença, ela não gostava. A mulher pedia pra minha mãe me levar pra brincar, pra cuidar a gurria, a filha dela. Aí era quando a gente brincava, mas a velha [avó da amiga branca] não gostava, que a gurria era branca, eu era gurria negra. Aí quando ela [mãe da amiga] chamava: “gurias, vem tomar café”. Ela [avó] dizia: “gurias não, e gurria é a tua filha, da Zefa é rapariga”. (LAUTÉRIA, 2019).

Nos primeiros anos escolares, Elisângela disse que as crianças na sala de aula sentava todas juntas, não tinha separação entre crianças brancas e negras e a professora sempre as tratou sem diferenciação.

Sobre a presença do racismo no espaço escolar, Dona Beatriz traz a forte influência que a religião da sua família tinha, no sentido de impor respeito, pois todo mundo procurava a sua mãe para se curar, fosse negro ou branco, mostrando para as pessoas a necessidade de respeito ao próximo. A religião era um elo que pelo menos amenizava as situações de racismo:

Leandra – As crianças brancas brincavam com crianças negras na escola?
Beatriz – Olha, na época até que brincavam, naquela época era muito rígido, a professora era, na época, muito assim, de passar o direito na

escola. Tudo era irmão naquela época, tudo rezava na escola porque minha mãe tinha terreira, ali frequentava a maioria das pessoas e todo mundo sabia o amor pelo preto. Então a gente rezava, entra na escola, tinha que rezar o Pai Nosso e Ave Maria e hora que terminava a escola, a gente tinha que rezar pra sair bem acompanhado até em casa com Deus, hoje não tem mais isso, ninguém mais reza, então está tudo mais difícil a fé. (BEATRIZ, 2019).

Mas no âmbito doméstico, Dona Beatriz relata que era difícil crianças negras e brancas brincarem juntas, as brincadeiras conjuntas se davam mais entre os parentes. Entretanto, havia uma exceção para os filhos de uma família alemã que se dava bem com a sua:

Beatriz - Eram os parentes mesmo, da nossa etnia mesmo, mas se chegava alguém... Até tinha um casal de alemão que se criaram junto da gente, todo o dia brincavam junto, esses são presentes, até hoje nunca esqueceram daquele ritmo de amor entre nós, assim, um amor de família, minha mãe ajudou a criar no causo.

Leandra – Então tua mãe ajudou a criar eles, no caso?

Beatriz – Ajudou, mas tinham mãe e pai, mas todo dia estavam lá e que tomavam café, almoçavam, às vezes até jantavam e até dormiam lá em casa. A casa da minha mãe era pequeninha mas acolhia todo mundo. (BEATRIZ, 2019).

Dona Beatriz relata que “eu e meu irmão, no causo, eram os únicos mais pretinho que tinham dentro da sala de aula na época”. Ela percebe que houve um distanciamento entre as pessoas com o afrouxamento dos vínculos religiosos, mas na sua casa de benzedura, procura continuar com os ensinamentos que os pais faziam de respeito ao diferente:

Beatriz – Isso ensinava a não ter preconceito, tudo eram irmãos, era uma irmandade quando a gente se criou. Ai depois a gente viu falar em diferença, coisa assim, mas aqueles que cultivavam, a maioria que estavam na escola, tudo cultivavam a religião da mãe, tudo era... Tinha muita gente, era muito bom naquela época, dificuldade a gente vê hoje, depois que terminou as religiões. Assim, e o centro lá, faleceu meu pai e depois minha mãe, então tudo foi se distanciando, foi mudando foi ficando diferente. Já hoje, como eu tenho a casa de benzedura, vem aqui, já estão aprendendo também como lidar com a diferença e amar mais as pessoas. (BEATRIZ, 2019).

Edna, justamente, sentiu na pele essas diferenças de que sua mãe fala, no espaço escolar, narrando um fato que lhe marcou de forma muito negativa quando estava ainda na primeira série:

Edna - [...] Desde a primeira série, alguns incômodos com minha primeira professora, de conservadora. Tem um episódio que me marcou muito, assim, que foi na primeira série, que foi em 1999, há vinte anos atrás. Quando nós estávamos fazendo máscara para o coelhinho da páscoa, aquelas atividades que fazemos na primeira série, e aí essa máscara tinha um elástico atrás, e por algum motivo a professora não conseguiu colocar, porque eu estava de trança única. Aí ela falou na frente dos colegas: 'aí, não estou conseguindo, por causa desse cocô'. Então aquilo foi muito agressivo pra mim, teve alguns episódios, pra mim, do ensino fundamental, que não foram muito positivos [...]. (EDNA, 2019).

A visão que dona Beatriz traz, de que a grande frequência, por parte de pessoas brancas, ao centro de umbanda, diluía preconceitos, não é totalmente a mesma da sua filha. Segundo Edna, sua família usava muito a visão de mundo da umbanda e do benzimento para ensinar as pessoas a ter respeito ao próximo, mas não necessariamente isso fazia efeito no cotidiano da escola:

Edna - [...] Mas na escola, teve alguns episódios complicados, assim, muita solidão, um estranhamento. Uma menina negra, pobre, todo mundo sabia. Além de tudo, dessa família pobre, uma parte dessa família era considerada com a religião de matriz afro, na Umbanda. Apesar de muitos daqueles que praticavam violência, que eu digo, violência racista, que eu digo, que estes estudantes reproduzissem, até mesmo os professores, apesar de até eles frequentarem algum momento essas casas na religião da minha avó, de benzer as benzedura, ter utilizado esses saberes, esses trabalhos, eles faziam esse tipo de coisa, de comentário. A professora chegou a ser benzida. (EDNA, 2019).

Sentir-se um corpo estranho no espaço escolar talvez não fosse uma experiência apenas de Edna, pois relata que os poucos estudantes negros com quem conviveu eram sempre apontados como maus estudantes. Isso causava desconforto a ela, inclusive, em relação a esses colegas, porque buscava sempre ser uma aluna exemplar. Sua avaliação era que esse próprio desentendimento dela com seus colegas negros também é produto do sistema, que atua para dividir a comunidade negra e não criar uma solidariedade de grupo:

Edna – Nesse episódio que eu falei, da primeira série, foi bastante evidente. E depois no ensino fundamental, eram pouquíssimos alunos negros, até onde eu lembro. E alguns desse alunos negros estavam numa condição de repetência por serem os bagunceiros na escola, apontados como bagunceiros na escola. Então, eu acho, por mais que eu não tenha visto uma situação explícita desses professores pra esses alunos de racismo, eu acho que o fato desses alunos serem apontados como mais bagunceiros, os que não aprendiam, que

repetiam, isso tem a ver com racismo sim. Que faz parte desse universo também docente, eu acho que alguns momentos eu fui vista como alguém que se situava, assim, por ser uma aluna negra que gostava de ficar na biblioteca, gostava de ler também, inclusive com estranhamento por esses colegas, assim, negros, que eram apontados dessa forma. Eu acho que eles também não gostavam muito dessa minha forma de me colocar, assim, dentro da escola ou a forma como era vista. Não sei, eu sentia isto de alguns colegas, até das chacotas que eles faziam, eu acho que eles faziam comigo, alguns desses, eu acho que tinha que ver com isso de me ver nessa situação de ser uma boa aluna. Não sei, era alguma coisa mal resolvida, o próprio racismo fazia isso, que está dentro da sociedade, fez com que eles pensassem dessa forma sobre mim. (EDNA, 2019).

Apesar do “estranhamento” em relação à escola, relatado anteriormente por Edna, segundo ela haviam ocasiões de brincadeiras com crianças brancas tanto na sua casa como na escola, até porque, neste último espaço não havia muita opção, pois, a maioria dos estudantes eram brancos.

Edna - E tinha poucas pessoas que iam lá em casa, sempre quando ia alguém, sempre acabava brincando, inclusive quando eram crianças brancas. E na escola também, tinham poucos estudantes negros na escola, poucos alunos negros. Na primeira série eu era a única criança negra, era uma turma pequena, escola multi-seriada na época. A gente acabava brincado também com essas crianças brancas, e também por conta da terreira da avó, crianças acabavam brincando com a gente. (EDNA, 2019).

No caso de Maica, as brincadeiras realizadas no âmbito doméstico envolviam apenas crianças negras, primos ou vizinhos. Afirma que passou a brincar com crianças brancas quando começou a ir para a escola.

Maica - Sim, crianças negras brincavam juntas, porque como a gente era dali, da comunidade, a gente brincava, mais com as pessoas que estavam perto. Então era mais... Nossos primos ficavam num lugar mais isolado. À não ser depois, na escola, era tudo junto, com crianças brancas e negras. Na comunidade era mais, era só entre nós, estava mais próximo, no caso, com as crianças negras. (MAICA, 2020).

Quando Maica estudava, era a única criança negra da sua turma, então não se dava conta que o racismo está nas pequenas atitudes. Passou a perceber mais forte essas questões depois de se envolver com as causas quilombolas e ingressar no mercado de trabalho na cidade, pois em Canguçu, por ser um município com uma forte presença de imigrantes descendentes de pomeranos, essa separação era colocada de diversas maneiras.

Maica - Sim, vou falar um pouco do tempo do meu ensino, é um tempo que eu lembro mais. Eu era praticamente a única negra na sala de aula, meus outros colegas eram tudo branco. Mas graças à Deus, no meu tempo eu não sentia uma discriminação, preconceito, naquele tempo de escola. Talvez... Eu era uma pessoa muito inteligente, naquela época, quando tinha prova de dupla, uma coisa assim, então eu não sentia ou talvez não percebia. Às vezes, a gente não se dá de conta, é que o racismo está nas pequenas atitudes, ele não é o racismo escancarado. Existe muito hoje no local de trabalho, a gente percebe, eu passo muito por isso, olhar a atitude das pessoas, é uma coisa muito forte, principalmente aqui, no nosso município. Canguçu, até pouco tempo, tu não via, por exemplo, no comércio, nas lojas, pessoas negras, trabalhando. Hoje a gente vê, um pouco mais ciente, queriam que falasse em alemão, que é o pomerano, então já o negro sendo excluído. A gente vê muito ainda. E as festas, de primeiro, no jogo de futebol, sendo negros eles já largavam piadinha: 'vai dar temporal, né!' Todas essas questões, assim, nos leva a perceber que é discriminação, não fica longe disso. (MAICA, 2020).

Essa segregação racial se repetia nas festas e bailes, em que não era possível ter uma interação entre brancos e negros:

Vera - Não dançava negro e branco juntos. Depois, aí eu já era moça, começaram negros e brancos a dançar juntos. Negros não entravam nos clubes dos brancos, e quando os negros começaram a entrar, tinha que passar direto no salão e ir direto para a copa tomar cerveja, pra deixar o dinheiro só, mas não podia dançar. (VERA, 2019).

Esta separação entre brancos e negros nos espaços de diversão também é relatada por Dona Lautéria, que ao ser questionada responde: “Não, sem esperança! O baile de negro, se o branco quisesse era da porta da janela, e o baile de branco também, se o negro quisesse dar uma espiadinha, era pela porta ou pela janela, não era junto não”. Elisângela, sua filha, não pegou esse tempo de segregação dos espaços, mas a experiência permaneceu gravada na memória coletiva:

Elisângela - Já na minha época, não tinha tanto diferenciação, eu te disse, mas se for falar da época dos meus pais, que eu lembro de relatos que eles traziam, principalmente das festas e dos bailes, tinha os bailes dos negros e bailes dos brancos. Tanto que na minha comunidade, uns anos atrás, tinha um salão de baile que era só de pretos.

Leandra - Você chegou a ir nesse salão?

Elisângela – Não, porque eu não era nascida, já não existia mais, se perdeu, sabe? Foi acabando com o tempo, claro, depois meio se diversificou, chegou um tempo que aí deixou de ter. (ELISÂNGELA, 2019).

Esse tipo de segregação era também situação comum na comunidade em que Dona Beatriz cresceu:

Beatriz - O que era [baile] de negro era só de negro, não podia ficar, assim, olhando do lado de fora, assim. Como eles não aceitavam os negros, lá antigamente não aceitavam os negros nos bailes deles, os negros também não aceitavam os brancos não. (BEATRIZ, 2019).

Minha mãe, quando era jovem, junto com uma tia e primas, iam em lugares no Cerrito Alegre e no Arroio do Padre em que “dançava mais era negro, branco não tinha junto, era negro”. Era uma distância muito grande para encontrar pessoas que se enxergavam como iguais: “[...] íamos tudo na carroça, dormia, levava coberta, comida, passava o dia inteiro viajando para chegar lá, na carreta com boi, custava chegar, nós levava tudo, uns dormiam, outros se acordavam até chegar lá”. Justamente por ser difícil chegar ao local de diversão, que, segundo minha mãe, se tentava aproveitar o máximo:

Vanda – Festa, era muito baile, começava sábado e ai até domingo, às vezes ia para domingo à noite, uns dançavam e outros dormiam. E músico, era de casa, então uns dançavam e outros dormiam, e outros se acordavam e seguiam o baile, sempre sábado e domingo dançando, sempre começava o baile as cinco horas.

Leandra - Onde eram as festas?

Vanda - Às vezes era no Cerrito Alegre, no Arroio do Padre, nós ia de carreta, de carroça e boi. Passava o dia inteiro viajando pra ir no baile no Cerrito Alegre, lá a gente ficava sábado dia inteiro, a noite inteira, domingo dia inteiro e segunda feira nós ia embora. Tinha um músico em casa que tocava, que sabia tocar gaita, então passava o dia inteiro dançando, eu era pequena. (VANDA. 2020).

Nessas reuniões periódicas das famílias negras, segundo minha mãe, havia muita comilança, “faziam pão em casa, broa no forno na rua, fazia cada broa grande no forno de tijolo, pro baile, assavam leitão”. Nesses bailes, a separação racial era rigidamente seguida: “Um dia entrou um que nem era branco, era um mulato claro, minha prima estava dançando com ele, o meu tio foi e puxou ele dos braços dela e tirou: ‘não vai dançar com minha filha, é branco’. Puxou ela dos braços dele”.

Assim como na família de Dona Lautéria e Elisângela, no meio familiar de Dona Beatriz e Edna as memórias de segregação em espaços de lazer foram marcantes a ponto de serem transmitidas de geração em geração. A partir

dessas histórias, Edna avalia que houve muitos avanços, mas mesmo assim, há resistência em aceitar o avanço das pessoas negras em certos espaços sociais:

Edna - [...] Por exemplo, nessa localidade aqui pertinho, tem um CTG, Paulo de Freitas, que no período dos meus avós e até mesmo dos meus pais, na juventude, os negros não podiam entrar, nessas festas que tinha ali. Nos clubes das cidades, clubes brancos... Até porque tinham bailes onde as pessoas negras frequentavam, clube, aqui na cidade de Canguçu, o América, pelo que a gente sabe dessa história oral, dita que ali que era o espaço que os negros frequentavam, porque os oficiais, clubes de gente rica da cidade, os negros não podiam entrar. Nos clubes, na verdade, as pessoas negras não podiam entrar, então era muito limitado. Então, hoje mudou bastante, hoje a gente pode entrar nos espaços, o que acontece é que em muitos, às vezes, a gente não é bem tratado. E falando a questão aqui de Canguçu, da cidade, que tem muito forte a presença da imigração alemã e isso é muito valorizado aqui, a gente vê que alguns espaços, não somente de festa, mas às vezes lojas, comércio, tem certo olhares... Ainda somos vistos de uma forma estranhada por essa população, ainda tem uma dificuldade de aceitar determinado acesso que a gente tem. Mesmo na universidade, há uma dificuldade de aceitar isso, dos nossos avanços, nossas conquistas que a gente faz, que a gente obtém, por exemplo, graduação, uma pós-graduação, tudo isso nesses locais é mal visto. (EDNA, 2019).

Maica também faz referência aos clubes sociais em que negros não podiam entrar. Na ausência de um espaço que acolhia as pessoas negras para diversão, era comum acontecerem bailes organizados por algumas famílias negras, em suas próprias residências. Os pais de Maica organizavam bailes em sua casa, como um contraponto aos salões em que apenas brancos entravam:

Maica – Olha, contra isso, eu lembro que meu pai fazia, na época... À pouco tempo existia em Canguçu, existia um salão de baile, que era tudo separado, os negros não podiam entrar, ainda existia até pouco anos, que isso se desfez. Mas na época, faziam lá na casa do meu pai, faziam também bailes que só os negros participavam. E pra eles, na época, questão nem era preconceito, assim, racial, era por questão mesmo da continuidade, eu acredito, das raízes isso, enfim, o que acontecia. Mas quanto à ter essa questão de salões que só tinha entrada de brancos, era questão de racismo mesmo. (MAICA, 2020).

Dona Lautéria avalia que ocorreram mudanças nas relações entre brancos e negros do passado para agora, mas que o racismo ainda persiste:

Leandra - Como a senhora avalia ser mulher negra na zona rural?
Lautéria - Eu me acho, como vou te explicar, eu me orgulho da minha cor, eu acho que negro tem o mesmo valor, é de carne e osso, como se diz o outro. Eu me sinto feliz por ser negra, eu me orgulho da minha cor.

Leandra - Tem pessoas que tem dificuldade, tem muito preconceito por ser mulher e negra na zona rural.

Lautéria – Agora, aqui sempre existiu preconceito, mas agora tá muito mudado, então os brancos aqui, eu tenho bastante amizade branca. Inclusive tem muito dos parentes, que dizem: ‘ah! Eu não vou quase na casa dela, tá cheio de branco’. Tenho bastante amizade, graças a Deus, mas no fundo no fundo, ainda existe [o preconceito]. (LAUTÉRIA. 2019).

Esse orgulho de ser negra, Dona Lautéria passou para a filha Elisângela, que por isso, relata que teve facilidade de reelaborar a sua identidade como quilombola. Contudo, ela considera que em sua comunidade, muitas pessoas negras tem dificuldades de se assumir como quilombola, principalmente as mulheres, por todo um passado de negação e de estigma que vivenciaram:

Elisângela - Bem complicado, eu agora costumo dizer, bem complicado, porque mulher negra no meio rural é quilombola né. Porque antes, muitos anos atrás, ali na minha comunidade, me via como mulher negra do interior, sabia que descendia de pessoas que tinham sido escravizadas e tudo mais, por muitos anos. Aí, quando chega alguém e diz: ‘então tá, vocês são quilombolas, é um quilombo’. Aí é uma identidade nova, porque embora você está sabendo, não carregava aquele termo contigo, quilombola. Eu vejo que pra mim, foi algo que eu aceitei muito bem, não me envergonho nenhum momento de carregar essa minha identidade, sabe! Mas eu sinto que na comunidade tem problema de lidar com essa questão, e sendo mulher, pior ainda, por essa questão da estrutura machista, preconceituosa, machista. Pra mulher é bem mais difícil de lidar, aí se você não tem apoio, uma abertura, um conhecimento de lidar com isso, você acaba não aceitando sua identidade como mulher negra. (ELISÂNGELA. 2019).

Essa auto-aceitação como negra, mesmo antes de ingressar no movimento quilombola ou negro, também faz parte da trajetória de Maica, que afirma sempre ter tido orgulho de ser quem é:

Maica - Mas eu, graças à Deus fui uma pessoa que sempre tive muito orgulho da minha cor. Eu nunca olhava pras pessoas, desde meu tempo de infância, eu lembro disso na escola, pras pessoas brancas, eu nunca tive vontade de ser branca ou clara. Pra mim, o que eu sou, sempre me aceitei da forma que sou. Eu acho, assim, todos os negros realmente devem conhecer a sua história, eu acho que eles vão se dar de conta e se assumir cada vez mais. Porque até a professora Ledeci falava isso, muitas vezes as pessoas falavam: ‘fulano não quer ser negro’. Existe isso, porque quem vai querer ser negro na sociedade onde o negro é discriminado, onde tu paga por isso, muitas vezes, até com a própria vida? A gente vê a violência contra a juventude, por exemplo, então tem que entender um pouco esse histórico, pra gente poder tirar uma conclusão. (MAICA, 2020).

Elisângela considera que lidar com o racismo é um desafio cotidiano, tanto na condição de mulher negra como de psicóloga, porque ele se faz presente no dia-a-dia na forma das pessoas se auto perceberem. Embora sempre tenha se deparado com a situação do preconceito, mesmo que por relatos de experiências dos seus pais e familiares, se deu conta do seu poder destrutivo quando observou os efeitos disso no próprio filho:

Elisângela - No caso, minha experiência com meu filho, eu digo que ele está na luta, porque ele já nasceu com essa identidade quilombola desde da barriga. Na época, estava bem presente na comunidade, nesse processo de construção dos projetos que veio, da Minha Casa Minha Vida, estava bem atuante estava como presidente da associação. Então, desde a barriga ele já vem nesse processo de luta já, às vezes, ele nasceu, eu precisava deixar ele, pequenininho, eu tirava o leite e deixava com a minha cunhada pra dar pra ele. Eu ia pra cidade atrás de recurso e assinar documentos, toda uma burocracia. Então, eu acredito que desde pequeno ele é um quilombolinha. Mesmo assim, eu me deparei com ele não se reconhecendo como pessoa negra, isso foi um baque pra mim, um susto enorme pra mim, mesmo como psicóloga, lidar com essa situação, dele não se reconhecer. A gente nunca espera pra ver o quanto é internalizado essa questão da identidade, da pessoa não se reconhecer, tornar-se negro. (ELISÂNGELA. 2019).

Esse episódio que Elisângela relata, teria ocorrido quando seu filho tinha 3 pra 4 anos e ficava em uma escolinha particular frequentado por crianças brancas.

Elisângela - Aí eu comecei, e parei pra refletir: 'tá, o que está levando a isso?' E foi quando eu me dei de conta que durante o dia meu esposo tinha conseguido um emprego, ele ficava numa escolinha particular até meu esposo chegar do emprego pra pegar ele, no turno da noite, que eu não estava pra ficar com ele. E o ambiente era muito embranquecido, aí eu: 'da onde está vindo? Porque em casa não é, ele convive com pessoas negras'. Aí foi que me dei de conta que era o ambiente escolar que estava influenciando. Aí comecei a rever minhas atitudes, eu resolvi tirar ele, mas não tirar totalmente, desse ambiente que ele estava, mas diminuir e trazer ele mais para um ambiente de comunidade. Trouxe ele pra dentro das escolas do município, do municipal, dentro da periferia. Porque eu, a gente mora em área de periferia, embora estando na cidade, estamos em área de periferia. Aí eu vejo hoje esse processo mudando já na escola, quando ele me traz os desenhos da escola pintadinhos de lápis de cor marrom, antes ele não se reconhecia. (ELISÂNGELA. 2019).

Elisângela, que é responsável pela mediação de políticas públicas para as comunidades quilombolas no seu município, relata o quanto é difícil trabalhar a cultura e história afro-brasileira nas escolas. Ao falar da luta pela

implementação da Lei 10.639, refere a resistência dos pais: “Eu já ouvi relatos de professores, aqui no município, dizerem que os pais não querem que ensine a cultura afro para os alunos, para os filhos entendeu? Isso aí é um absurdo”. Ela avalia que muitas vezes as pessoas não manifestam seus preconceitos por medo da lei, “não porque deixaram de ser racistas”.

As manifestações de racismo apresentadas até aqui são muito semelhantes entre as comunidades, mostrando o quanto esse fenômeno destrutivo está enraizado no cotidiano desde muito tempo. Talvez por isso Maica tenha se surpreendido que uma pessoa tenha sido presa, na cidade de Canguçu, por um ato racista, pois isso nunca tinha acontecido antes no município.

Maica - E há poucos dias, aqui no município, nunca tinha acontecido isso, de prenderem alguém por causa da questão do racismo, a pessoa foi presa. Ficou lá insinuando, chamaram a polícia, continuou a falar os atos racistas que estava cometendo e tudo mais, e a polícia acabou tendo que prender. Deram a fiança, e a fiança é conforme as condições da pessoa, tendo pago a fiança foi liberado. Mas deram a voz de prisão, que é uma coisa que aqui no município nunca tinha se visto ainda. (MAICA. 2020).

Como se pode observar, essas mulheres, mesmo quando não tinham contato com o movimento negro ou quilombola, já eram bem conscientes da presença do racismo, pois o sentiam na sua própria pele. Mas é interessante que suas trajetórias as levem a perceber que suas experiências estão conectadas com uma realidade maior, talvez isso tenha alimentado a motivação em se tornarem lideranças, em razão “[...] do conflito de viver em sociedades racializadas, cujos espaços de viver tornam-se, primeiramente, espaços de resistir e, posteriormente, de vislumbrar outras formas de vida que sejam sustentáveis sob o ponto de vista material e cultural.” (NUNES, MARQUES, 2019, p. 577).

4. Ser mulher quilombola

[...]

Você pode me fuzilar com suas palavras,
 E me cortar com o seu olhar
 Você pode me matar com o seu ódio,
 Mas assim, como o ar, eu vou me levantar
 A minha sensualidade o aborrece?
 E você, surpreso, se admira,
 Ao me ver dançar como se tivesse,
 Diamantes na altura da virilha?
 Das chochas dessa História escandalosa
 Eu me levanto
 Acima de um passado que está enraizado na dor
 Eu me levanto
 Eu sou um oceano negro, vasto e irrequieto,
 Indo e vindo contra as marés, eu me levanto.
 Deixando para trás noites de terror e medo
 Eu me levanto
 Em uma madrugada que é maravilhosamente clara
 Eu me levanto
 Trazendo os dons que meus ancestrais deram,
 Eu sou o sonho e as esperanças dos escravos.
 Eu me levanto
 Eu me levanto
 Eu me levanto!
 (Maya Angelou)

Nesse capítulo, vou trazer alguns dados etnográficos que mostram como ocorre a construção de gênero na trajetória das mulheres com as quais conversei. Avtar Brah afirma que a palavra mulher não refere uma condição única, pois “tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero”, expressando “trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares” (2006, p. 341). O que ela está dizendo é que existem diferenças na definição do que vem a ser mulher de um contexto sociocultural e histórico para outro, por isso que em pesquisas sobre gênero é necessário compreender de que maneira, por meio de quais valores, práticas e padrões de comportamento se constrói um modelo do que é ser mulher, e como as mulheres de carne e osso se relacionam com esse modelo.

Brah (2006) coloca que nos estudos sobre como se constroem as diferenças, temos que considerar as experiências vividas, as relações em que as pessoas estão inseridas e a subjetividade, que é a forma como as experiências ganham significados, dando-se sentido ao mundo e às relações.

Nesse sentido, neste capítulo aborda-se a construção das relações de gênero e os espaços específicos da mulher dentro dessas comunidades, desde a infância, passando pela adolescência e vida adulta, com o foco nos padrões de moralidade, os valores familiares, que serviam tanto para proteger como para controlar. Nesse capítulo, apresento também as mudanças nas formas de viver as relações afetivas no decorrer das gerações, com as colaboradoras indicando o que mudou nas relações entre homens e mulheres.

4.1 Construção de gênero dentro das comunidades quilombolas

4.1.1 Tempo de brincar

Nas narrativas das colaboradoras, podemos perceber como são elaborados os papéis de gênero dentro das comunidades, ou seja, como socialmente é definido o que é ser homem e o que é ser mulher, características e valores associados a um e outro. Foi possível observar que essa separação já era incutida desde a infância, por meio de espaços e brincadeiras separados para meninos e meninas. No caso da minha mãe, como havia muito pouco tempo para brincadeiras em razão das condições muito precárias de sobrevivência, meninos e meninas brincavam juntos: “Brincava no terreiro, assim, de correr, de bolinha e jogar pedrinha, pular corda”.

Já Carmem relata que brincadeiras com meninos só aconteciam quando, por acaso, algum estivesse junto às meninas, mas mesmo assim, nesse caso as brincadeiras eram vigiadas pela mãe:

Carmem - Brincava de tudo um pouco, mas era raro brincar com menino até tinha algum menino, mas a mãe sempre foi daquele tempo, brincava quando tinha algum menino misturado, sempre junto com ela, não tinha muito do que brincar, era de roda, a gente não brincava [com meninos]. (CARMEM, 2019).

Na comunidade de Maçambique, na infância as meninas fabricavam as próprias bonecas, ocasião em que aprendiam a costurar, uma atividade vista como feminina. Então, brincar era aprender a ser mulher, de acordo com o padrão da comunidade, pois se aprendia a costurar, a cuidar da família brincando com as bonecas, etc. Carmem relata que aprendeu a fazer bonecas e a costurar

com a avó paterna: “construímos bonecas de pano e bonequinha de porrete, fazia, quebrava aqueles poretezinho da cerquinha, fazia bonequinha. Quando aprendemos a costurar, fazíamos bonequinhas de costura na mão”.

Essa convivência lúdica, principalmente com as avós, que era, ao mesmo tempo, o momento de aprender afazeres domésticos ou voltados para o sustento do lar, aparece também na entrevista com Vera Macedo. Através dos ensinamentos, as meninas já iam se preparando para o futuro de esposas, de administradoras das suas casas:

Leandra - Foi daí que a senhora aprendeu a fazer artesanato?

Vera - Ali sim, com seis anos a avó já ensinava, me ensinou a fazer tricô, fazia seis pontinhos e desmanchava e fazia de novo, ali que aprendi com minha avó, que aprendi a fazer tricô, por exemplo, e outras coisas, faziam balaio, faziam aquelas vassouras.

Leandra - Vassoura para varrer o pátio?

Vera – Vassoura. Ali a gente aprendeu a lidar com os animais e com a própria agricultura, a gente aprendeu com eles isso tudo. (VERA. 2019).

Em relação à infância, Vera Macedo relata que haviam brincadeiras de meninos e específicas de meninas, mas haviam brincadeiras coletivas que participavam tanto os meninos como as meninas:

Leandra -Tinha brincadeiras diferentes para meninos e meninas?

Vera - Brincadeiras tinha, porque tinha meninos, jogavam bola e meninas, brincavam de bonecas. Mas, não, se tinha brinquedo, brincadeira de roda, brincadeira de sapata, jogo de bolinha de gude, taco lembrei do taco.

Leandra - Eu brincava muito.

Vera - Jogava taco.

Vera - Aí a gente brincava com os guris junto, com essa brincadeiras. Brincava sozinha de rolar um pneu, entrava pra dentro e enrolava o pneu, só que no nosso caso, não era pneu, era um túnel, a gente rolava o túnel, brincavam junto. (VERA. 2019).

No ambiente em que Adriana cresceu, não tinham brincadeiras diferentes para meninos e meninas, brincavam todos juntos: “A gente brincava de pegador, de pega-pega, de bolinha de gude, eu estava sempre metida no meio de tudo”. Além dos irmãos e irmãs, quando “a mãe ia nas casas fazer visitas nas comadres dela, a gente brincava com as crianças que estavam ali”, e estas crianças eram, segundo Adriana, tanto negras como brancas.

As experiências de brincadeiras na infância de Dona Lautéria são muito parecidas com as de Carmem: bonecas confeccionadas no meio familiar, um

saber-fazer transmitido entre mulheres, ocasião em que as meninas aprendiam a costurar:

Leandra - Brincava com que, de que, quais lugares?

Lautéria - Nós brincava muito com bruxas, com bonecas de pano, era os nossos brinquedos.

Leandra - A senhora que fazia ou sua mãe?

Lautéria - Minha mãe fazia, eu fazia roupinhas, nós fazia aquele rodeio de gurias, tinha também minhas sobrinhas, nós fazia as casinhas no meio do campo, brincava com bonecas de pano, os guris com cavalinho de pau, os boizinho de sabugo, botava umas pinhas de pitangueira, aí era os bois, os arados, as carrocinhas.

Leandra - A senhora aprendeu a fazer com quem?

Lautéria - Com minha mãe e minha tia que morava com a gente. (LAUTÉRIA, 2019).

Embora dê a entender que havia uma proximidade entre meninos e meninas, Dona Lautéria apresenta um cenário que reproduz muito os papéis de gênero na região da campanha, com meninos e meninas brincando com artefatos diferenciados, que tinham relação com os papéis que uns e outros exerceriam quando adultos. As brincadeiras na infância aconteciam no dia-a-dia dentro do grupo de parentesco, mas isso se alterava nos finais de semana, quando haviam visitas dentro de uma rede de vizinhança maior. Dona Lautéria explica que isso era muito importante no período da adolescência, pois os namoros já começavam a ser arranjados dentro dessas brincadeiras, que se modificavam de acordo com a idade. Quando se ficava “mocinha”, brincava-se de outras coisas:

Lautéria - Vizinho tinha longe, às vezes no final de semana vinham, aí a gente brincava muito com as gurias, já mocinhas, a gente saia caminhar pelos campos, campestre muito bonito, brincava de roda, brincava de cadeira vaga. Já era mocinha, já aparecia nome de namorados, era essa brincadeira da cadeira vaga, o ramallete, a gente fazia com uma florzinha, a gente pegava no campo. Aí ia passando o ramallete lá, o outro perguntava, nós dávamos o nome de um rapaz, aí ela tinha que dizer um verso, aí depois tinha que passar o ramallete pra outro: “Lá vai o ramallete, muito bem malhado, o moço que te manda, não sei se é do teu agrado”. (LAUTÉRIA, 2019).

Dona Lautéria comenta que não eram só as meninas que participavam desse tipo de brincadeira, os meninos brincavam junto, pois era justamente a ocasião para começarem as paqueras.

Lautéria - Às vezes, tinha meninos junto também né, a gente já estávamos ficando mocinhas, às vezes não estava as gurias da vizinhas. Aí se a gente se agradasse do rapaz dizia um verso bem bonito, que era por aí que começava o namoro né, se não se agradasse, meio assim. (LAUTÉRIA, 2019).

Elisângela conta que, por ter uma diferença muito grande de idade entre ela e sua irmã mais velha, acabava brincando com seus primos, por terem idades aproximadas: “a gente se criou, praticamente como irmãos, brincando junto, brinquedos costumava a ser com eles, brincadeiras”. Talvez pela questão da idade, e também por ser de outra geração em relação à sua mãe, não havia muita separação entre brincadeira de menino e de menina: “A gente não tinha isso, se tivesse que jogar futebol jogava, brincar de casinha a gente brincava, não existia isso, brincadeira de meninos e meninas”.

No contexto familiar da dona Beatriz, meninos e meninas até podiam brincar juntos, desde que estivessem acompanhados de um adulto da família: “pra brincar junto, só se a mãe estivesse ali junto, ou com uma tia, alguma coisa assim. Não brincava, hoje é bem diferente”.

Beatriz- Brincava sempre com meus irmãos, com meus primos e sempre perto da mãe. Então a mãe e o pai já preparavam umas casinhas, umas coisas assim, tapadas de ramas, pra gente brincar ali de bicho peçonhento, de cobra. E os pais da gente estavam vendo, até aquele horário que eles não estavam trabalhando. Éramos ensinados também [a trabalhar], claro, não fazendo pra prejudicar, mas aos pouquinhos, iam fazendo aquelas coisas, então a gente aprendia tudo o que tinha que fazer, tinha compromisso. (BEATRIZ, 2019).

Mesmo que às vezes brincassem juntos, haviam também brincadeiras separadas e os brinquedos de meninos e meninas eram diferenciados. Segundo Dona Beatriz, os pais ensinavam a confeccionar os brinquedos e depois que aprendiam, as crianças tinham autonomia de fabricá-los:

Beatriz - Brincava de roda, de boneca, cada um tinha brinquedo, seu brinquedinho, se eram meninos, tinha os boizinhos de sabugo, tinha as caretinhas de madeira, fazia os mates, as casinhas de boneca de madeira, tudo, hoje ninguém...

Leandra - Vocês que confeccionavam os brinquedos?

Beatriz - Nós que fazia, o pai e a mãe da gente ensinavam a primeira vez, depois nós seguíamos inventando, tudo coisa sadia.

Leandra - Tinham brincadeiras diferentes para meninos e meninas?

Beatriz - Tinham os jogos de futebol para meninos, tinha, mas, era tudo em conjunto, todo mundo junto. Quando chegava hora de rezar, rezava. Hoje é difícil os jovens ir ou numa igrejas ou numa religião,

rezando, bem difícil. Naquele tempo, todo mundo sabia, chegava o dia, final de semana, frequentava a igreja, frequentava o centro espírita, os seus centros. Quem não ia no centro rezava em casa, as seis horas da tarde, uma oração que se fazia, embora se estivesse na lavoura, mas era sei horas parava pra rezar. Então nada de ruim a gente... Não se sentia cansada, porque estava ali sempre presente, Deus, está sempre presente, só que sentia mais fé, hoje é bem difícil. (BEATRIZ, 2019).

Edna retrata uma infância com brincadeiras ao ar livre, com pouco acesso à televisão, que só tinha na casa de seus avós. Como não teve irmãos, fala apenas das brincadeiras que se envolvia junto com as irmãs:

[...] Então, a gente brincou muito direto embaixo de árvore, a gente até inventou uma árvore que era nossa casinha, embora não houvesse uma casa real, era tudo imaginado. Brincávamos muito de balanço, de fazer comida de barro, coisas assim, de boneca, a gente brincou bastante, foi uma infância tranquila nesse espaço familiar [...]. (EDNA, 2019).

Edna afirma que os mais velhos da família ensinavam que o correto era “guris” e “gurias” brincarem separados. Todavia, ela e suas irmãs não tinham vizinhos com crianças por perto, apenas um primo que por falta de companhia, ia brincar com elas, mas como predominavam meninas, “nós acabava dominando os espaços das brincadeiras”. A única ocasião em que haviam mais crianças para brincadeiras é quando recebiam visitas, ou de pessoas que iam se benzer com sua mãe, ou de parentes da cidade:

Edna - Como eu falei, de pega-pega, de passa-anel, de casinha, de acampamento na rua, andava à cavalo, brincava debaixo da árvore, brincava nos matos. Eu e as minhas irmãs brincava que cada mato era de uma de nós, inclusive com nossa avó materna, também isso, num determinado momento, brincava que o mato era da fulana, do ciclano. Essa ideia do mato, até, como um lugar como se fosse nosso, de uma certa forma, a gente gostava muito de brincar, assim dentro do mato. E com bonecas também, tinha uns bonecos de pano que a gente ganhou e também outras bonecas, ganhava muitas bonecas, até de familiares da parte mais embranquecida da família, que tinham mais condições, acabavam dando os bonecos depois que os filhos deles brincassem, acabavam doando pra gente esses brinquedos. (EDNA, 2019).

Maica relata que na sua infância brincou muito com seus primos. Algumas brincadeiras eram diferentes de meninos e meninas, mas outras, como pega-pega e jogar bola, eram realizadas juntos:

Maica - Olha, naquela época, por exemplo, os meninos não brincavam de bonecas, era uma brincadeira mais feminina, de fazer bolinho, por exemplo, eram nós as meninas que faziam. Com os meninos era mais a questão de jogar bola mesmo e brincar de esconde-esconde, era uma brincadeira que, no caso, era tanto homens e mulheres, meninos e meninas acabavam brincando. E as brincadeiras separadas. (MAICA, 2020).

Essa distinção entre meninos e meninas era colocada também para a escola. No contexto de Dona Lautéria, meninos e meninas sentavam juntos na sala de aula, mas as brincadeiras na hora do recreio eram separadas: “Assim, que nem hoje nas classe, só na hora do recreio, brinquedo era separado, as meninas com as meninas e meninos com meninos”.

Na escola onde Adriana estudou o Ensino Fundamental, meninos e meninas sentavam juntos, e eram turmas multiseriadas, ou seja, várias séries na mesma sala, cada qual no seu espaço. Já Dona Beatriz conta que na sua época, quando estudava, os meninos e meninas sentavam separados na sala de aula.

Beatriz - Tinha espaço separado na época, tinha espaço, não era todo mundo junto, tinha um lado das meninas e lado para meninos. No recreio era assim também, era brinquedo, brincava só as meninas e do outro lugar só os meninos. (BEATRIZ, 2019).

Edna, filha de Dona Beatriz, teve experiências em relação a isso diferentes da sua mãe. Todavia, isso porque, segundo conta, haviam mais meninas que meninos na sua escola, na sua primeira série, tinha apenas um colega menino na turma. A separação aparecia, então, na hora do recreio, mas não na sala de aula:

Edna - Enquanto os guris estavam lá brincando ou brigando... Essa separação aparecia mais no recreio, também para fazer determinado trabalho. Porque nós meninas, eu acho que nós se achava superior realmente, eu e as gurias que eram minhas amigas. Mais nesses momentos, assim, dentro da sala de aula, não tinha grande separação. (EDNA, 2019).

A distinção de gênero também era construída no dia-a-dia separando-se os espaços domésticos, com meninos e meninas dormindo em quartos separados a partir de uma determinada idade e estas ficando mais sob a vigilância dos pais:

Carmem - Na minha casa eu não sei, porque nós éramos tudo meninas, aí nos vizinhos tinham, a maioria dormia nos quartos dos pais, botavam as meninas no quarto deles. Para os meninos faziam um quarto, as casas eram tudo pequenas, mas era sempre separado, com dez, e oito anos separavam os quartos. (CARMEM, 2019).

Devido à precariedade das condições de vida, na infância de minha mãe meninos e meninas “dormiam tudo no mesmo quarto, a casa não tinha lugar, era tudo junto numa cama só, não tinha lugar”. Na minha infância tínhamos camas separadas, mas dividíamos, nove pessoas, incluindo meus pais, em dois quartos, pois a família incluía meu sobrinho e sobrinha, filhos da minha irmã mais velha. Na adolescência, como já relatei, passei a dormir no quarto de minha avô para lhe fazer companhia. Foi só mais tarde que tive o privilégio de ter um quarto só meu.

No ambiente familiar de Vera, durante a infância, também haviam apenas meninas, pois ela não teve irmãos homens, mas ela relata que nas residências de seus tios, os primos e primas dormiam em quartos separados, mantendo-se a distinção de gênero.

Vera - Nós não tínhamos, porque não tinha menino, mas por exemplo, na casa do meu tio, tinha um quarto que era das gurias e um quartinho dos dois guris, na casa de um tio. E outro, também tinha um quartinho dos guris e das gurias, e nós como era só meninas, a princípio nós dormíamos todo mundo junto no quarto da mãe. A casa era pequena, aí veio um avô Zeca morar depois com nós, aí depois que o avô faleceu, a gente passou para o quarto dele, aí a gente passou a ter o quarto que era do avô. (VERA, 2019).

Na casa da Adriana tinha essa preocupação de meninos e meninas dormirem em quartos separados, parece que essa era a norma, mas interessante que ela coloca que, assim como no caso da minha família, nem todo mundo tinha condições socioeconômicas para segui-la: “Aqui em casa a gente tinha quarto separado, mas sei que tinham casas que a gente sabia, dormiam todo mundo junto, porque a casa era pequena, não tinham como separar”.

A comunidade de Adriana é cercada por colonos pomeranos, e mesmo que ela reconheça que entre as famílias negras havia controle sobre o comportamento das meninas e moças, na comparação com seus vizinhos, os considera bem mais rígidos em relação ao controle sobre as mulheres:

Adriana - Uma coisa muito engraçada, mas não era na nossa cultura, observo na cultura dos pomeranos, que são nossos vizinhos, e que os quartos das gurias ficavam perto do quarto dos pais, onde se passava por dentro do quarto dos pais, uma forma deles cuidar das filhas. Isso não foi só numa casa que eu vi, pois tinha amigas e era mais casas, eu vi, assim, passava por dentro do quarto dos pais, eu achava muito estranho aquilo ali. (ADRIANA, 2019).

Na casa de Dona Lautéria, na infância, as meninas dormiam juntas em um quarto e os meninos, dormiam na sala, pois tinha todo um cuidado, era uma forma de ensiná-los desde cedo que a cada um cabia um espaço reservado também no meio social:

Leandra - Tinha quarto separados para meninos e meninas? A partir de que idade?

Lautéria – Não, aquilo era uns ranchos grandes, aí cada qual tinha sua cama. Nós lá mesmo, na época estava mais grandinha, éramos seis, porque já a mais velha morava em Rio Grande. Então tinha cama, a gente tinha duas ou três na mesma cama, outros dormiam com a mãe, que aí depois meu pai faleceu, dormiam junto com a mãe na cama. E os gurus dormiam na sala, tinha uns baita de uns ranchos já foi feito de torrão, com palha, macega e [capim] santa fé.

Aí era um rancho bem grande, porque meu pai gostava de fazer festa, bailes, os casamentos dos filhos de criação. Ele tinha isso, eu me lembro desse bailes, e bailes de vez em quando fazia, os bailes de chão batido como se tratavam. Então era um baita de um ranhão, e aí a cama dos gurus era na sala, eram dois, no caso, e o mais moço dormia com a mãe, era pequeno quando o pai morreu, tinha uns três anos. (LAUTÉRIA, 2019).

Esse cuidado em separar os quartos de meninas e meninos Dona Lautéria repetiu com seus filhos, mesmo a casa sendo pequena.

Elisângela - Bah! deixa eu pensar... Desde muito cedo, eu lembro... Claro, por um bom tempo no ranchinho já tinha, os gurus tinham quartos deles. Claro, eu não tinha, ficava no quarto dos meus pais. Já tinha quartinho deles. Quando a gente se mudou, teve essa separação de quartos, eu tinha meu quarto, meu irmão o dele. (ELISÂNGELA, 2019).

Na infância de Dona Beatriz, não apenas as brincadeiras que envolviam meninos e meninas eram vigiadas, mas também os quartos separados. Ela usou muito, na sua entrevista, a palavra “respeito” para falar dessa separação de espaços que às vezes tinha entre meninos e meninas na sua infância: “Sim, tinha cada um, era feito de barro, mas tinha a separação, menina e menino não dormiam junto no mesmo quarto, então tudo era bem organizado, a gente se criou se respeitando, sempre né”.

Essas distinções de espaço foram transmitidas para a geração de Edna, indicando que haviam valores morais no âmbito familiar que eram bastante consolidados:

Edna - Então nas casas dos meus avós, sempre teve separação, quarto de meninas e meninos. A gente nunca ficou no mesmo espaço que primo e algum visitante que tivesse um filho, sempre foi muito explícito e explicado isso, de diferença, guria dorme num lugar e guri dorme em outro. Nunca teve essa mistura, mesmo na casa da minha avó que era super pequena, a avó materna, por exemplo, meus tios dormiam num quarto, nós ou dormia com a avó ou com a mãe no outro quarto, então nunca foi junto. (EDNA, 2019).

Como foi colocado no primeiro capítulo, uma das lembranças mais marcantes da infância de Maica era o tamanho da casa, que era muito pequena. Ainda assim, prezava-se pela separação dos espaços entre meninos e meninas, mesmo que se tivesse que ocupar a sala para isso:

Maica -Sim, tinham quartos separados desde ali, que os meus pais descobriam que deveriam... Não sei te dizer a idade, assim, mas tinha separado. Eu e minha irmã tinha o nosso quarto, e os meninos lá, tinha os quarto deles. Por exemplo, até quando a gente tinha essa casa pequena, os meninos, tinha uma sala, mini-sala, e ali já tinha o beliche deles junto. Era quarto e sala junto, pra eles, e nós também, era um quartinho pequeno, pra mim e para a minha irmã, mas era tudo separado. (MAICA, 2020).

Segundo Patrícia Collins (2019, p. 260), definições do que é um comportamento de gênero apropriado para esse ou aquele grupo impactam não apenas instituições, mas também as interações do dia a dia. Assim, havia uma preocupação de repassar desde criança, por meio de ações cotidianas, um padrão de moralidade que indicava as diferenças entre homens e mulheres, os quais se apresentavam em outros formatos nas outras fases da vida. Contudo, é possível observar que as separações entre meninos e meninas na infância se alteraram no espaço de uma geração, se compararmos os depoimentos das colaboradoras mais velhas com os das mais novas.

4.1.2 Tempo de namoro

As relações afetivas, para algumas, começavam cedo, na base de 12 até 14 anos tanto meninas como meninos já começavam a namorar, namoro que ia

tendo várias etapas. Carmem afirma que começou a namorar com 13 anos, e aos 14, começou a receber visitas em casa do namorado. Além do espaço da casa, outros espaços de diversão eram usados para namoro, mas sempre sob vigilância de um adulto da família:

Carmem - Quando iam numa brincadeira, no baile, alguma festinha, jogo, sei lá, o que saia, e os pais, a mãe deixavam namorar lá.

Leandra - vocês iam sozinhos para festa para namorar? Os pais iam juntos?

Carmem – Não, a mãe sempre ia levar a gente, quando ela não podia arrumava outra pessoa para ir junto. (CARMEM, 2019).

Geralmente se namorava de um à dois anos antes de casar, e o ideal era que o casamento se desse com o consentimento dos pais da moça, mas isso nem sempre acontecia, o que acabava gerando o roubo da noiva, que foi o caso da Carmem: “Bom eu não casei de papel passado, fui morar junto, mas como a mãe não era muito a favor, eu simplesmente peguei minhas coisas e fui pra lá, não casei nem nada, a mãe não era a favor, porque ela não fazia muito gosto em si”.

Vera relata que as relações entre os jovens começavam bem cedo, mas dependia muito da família o consentimento para o namoro, principalmente as meninas, pois sobre os meninos não se tinha tanta vigilância. As meninas, para namorar, tinham que pedir permissão para seus pais: “uma moça não namorava um rapaz, chegava e dizia: pai vou apresentar meu namorado, que nem hoje”, e mesmo assim, não tinham liberdade para namorar sozinhas, sempre tinham que ter alguém junto. Vera Macedo comenta que ela e suas irmãs começaram a namorar com 21 anos de idade, o namoro se dava em casa e em vários lugares nos quais os jovens se encontravam para se conhecer e se divertir:

Vera - Os namoros, se conheciam nas festas, nos bailes que faziam em casa, tocando gaita ou pandeiro, ali então os guris conheciam as gurias, dançavam muito nos bailes, tinha clube negros em São Lourenço, na época, outro salão que era misto, já aí então dançavam, ali se iniciavam muitos casamentos que se conheceram nesses bailes. (VERA, 2019).

Minha mãe já aponta os 20 anos como uma idade padrão para as moças começarem os namoros, sendo que “ficavam de olho, sempre tinha uns que

sentavam no meio dos namorados. [...] Os pais sentavam, os namorados do lado e os pais no meio, antigamente era assim”. Os namoros duravam mais de ano.

Adriana traz na sua entrevista que para poder namorar, o costume era primeiro fazer a primeira comunhão, pois só depois que isso acontecia é que as meninas/adolescentes e os rapazes podiam ir aos bailes, elas acompanhadas dos irmãos. Ela mesma começou a namorar apenas depois dos dezoito anos, antes disso “era aquele chororó sempre”, seus pais não permitiam que ficasse com alguém. O principal local para arranjar os namoros eram as festas comunitárias, geralmente de cunho religioso, as quais ela ia acompanhada das amigas da sua idade, com autorização dos pais:

Adriana - Eu ia nas festa mais de comunidades evangélicas, trazem as bandas, eu ia. E católica, a festa no Boqueirão, do divino, essas, esta que a gente ia. Eu já sabia qual tempo já teria aquela festa ali.
 Leandra - Esses lugares que você podia namorar, ali você podia ir mas era acompanhada ou ia sozinha?
 Adriana - Eu ia com minhas amigas, ai eu já era grande, de maior.
 Leandra - Então teus pais não iam?
 Adriana - O pai a mãe não iam, meus irmãos que às vezes estavam no baile, é porque eles iam já pra lá. (ADRIANA, 2019).

Adriana é da mesma geração de Carmem, e talvez por ser de uma geração posterior à de Vera, afirma que na sua casa os pais não interferiam na escolha do namorado, mas mesmo assim, os rapazes “pediam para os pais [da moça], era tudo direitinho”.

Dona Lautéria conhecia seu futuro marido das relações de vizinhança, além de terem sido colegas de escola. Embora o padrão familiar permitido fosse namorar depois dos 15 anos, contrariando seus irmãos, mas com a permissão da mãe (seu pai já havia falecido), ela o namorou 3 anos e depois casaram-se. A idade normal para casar era de 20 anos, mas nisso, então, ela também se antecipou. Outro padrão também era de que os rapazes fossem um pouco mais velhos do que as moças para começar o namoro, em uma idade média de 20 anos, “um rapaz de mais idade os pais também não consentiam”. Mesmo com a permissão da mãe, as regras de namorar eram bem rígidas, ao contrário de hoje, em que “[...] já namoram e já no primeiro dia, já vão pra cama como diz o outro. Aí, tô falando besteira! [risos]”.

Lautéria – Ah! O namoro era como eu estava te dizendo, ai a gente namorou quatro anos, não, três anos, eu me casei com dezesseis, comecei a namorar com treze. Ai o casamento depois foi, casei lá na casa da minha patroa, essa onde eu cuidava a guriuzinha, eles fizeram o casamento. Os patrão ajudaram, porque meu pai já era morto, minha mãe viúva, tinha dificuldade, o trabalho dela meio tipo escravo, pra criar os filhos. Ai os patrão proporão dar as terras que a gente plantava pra gente colher, só pra gente, mas ela tinha que ir lá trabalhar pra eles, todo finais de semana, ir lá fazer pão nesses fornos de rua e lavar roupas, remendar, varrer terreiro, limpar a casa. Então era, em troca, essas coisas que a gente colhia só pra gente, ai foi uma dificuldade. Ai os patrão, os velhos ajudaram, deram as coisas para o meu casamento, uma festinha pequena, simplíssima, na casa dos outros patrão. (LAUTÉRIA, 2019).

Na geração das interlocutoras mais velhas, os namoros geralmente aconteciam por meio de encontros de 15 em 15 dias, sendo que o rapaz visitava a moça no sábado, e no domingo se despedia e retornava para sua casa. Os namoros tinham lugar também nos bailes e serenatas, essas podiam ser realizadas em qualquer casa, mas tanto em um quanto na outra, as moças tinham que ser acompanhadas de uma mulher mais velha, se não a mãe, alguém de confiança que ficava em vigilância. Minha mãe relata que pra “sair, tinha que sair com alguém junto, com irmão, pai, sozinho não, não podia sair”. Experiência parecida com a relatada por Dona Lautéria:

Lautéria - Era sentada meio que longe, mas o máximo agarrado a mão.

Leandra - A senhora nunca ficava sozinha?

Lautéria – Não, sempre acompanhada e os poucos bailes que eu fui sempre uma pessoa como companhia. E o meu irmão ia comigo, esse que mora em Rio Grande, mais uma pessoa de idade, porque naquele tempo os bailes eram assim, até tinha muitos bailes e tinha os mestresala pra cuidar também, pra reparar as salas. Os moços tinham que ser de casaco de terno, não podia nem ser com casaco desabotoado pra dançar, ai dançavam, ficavam as moças por um lado e os rapazes pra outro, só se conversavam se estavam dançando, pra se namorar era mais o menos isso

Leandra - Quando eles dançavam era separado?

Lautéria - Parava de dançar, se separava e ai as moças ia pra perto da mãe ou da pessoa que estava acompanhando e os rapazes iam para outro lado. (LAUTÉRIA, 2019).

Minha mãe confirma que o controle era grande, mas talvez por se sentir mais à vontade comigo, relatou que as moças nem sempre aceitavam e tinham suas formas de driblar isso:

Leandra - A família interferia na escolha do namoro?

Vanda – Ah, tinha escolha, o que ele não gostasse do namorado... Tinha uma prima minha que os pais não gostavam, ela teimava e

namorava escondido, era muito bêbado, ela teimava e a mãe dela dava nela, apanhava, depois de grande a mãe dava-lhe pau e não adiantava, namorava o cara sempre.

Leandra -Tinha essa história da moça casa virgem?

Vanda - Isso ai não tinha, porque elas enganavam os pais, enganavam os pais, cuidavam, sempre tinha um furo, elas pulavam, era de noite, assim né, os pais à noite tinham que dormir, não iam ficar a noite inteira acordados. (VANDA, 2020).

Os namoros, segundo Dona Vanda, tinham que ter o aval dos pais: “Ah, tinha que pedir, ir na casa, tinha que pedir para o pai se podia passear na casa da namorada, se o pai gostasse do cara, aceitava, dizia que podia, se não gostasse, dizia na lata que não queria”. Mas mesmo quando o pai não queria, havia a alternativa de namorar “escondido, ou senão, fugia” com o rapaz.

Elisângela situa entre 15 e 17 anos suas primeiras experiências de namoro, quando começou, com muitas dificuldades, as negociações com seu pai para poder ir para as festas, pois ele era muito rígido com ela, rigidez que não era aplicada da mesma forma com seus irmãos homens: “tinha que adoçar ele muito, pra ter permissão”. Seus pais tentaram aplicar à ela o mesmo sistema de controle que se exercia sobre as mulheres da geração de sua mãe, em que as moças só iam em bailes acompanhadas e tinham que namorar em casa, na companhia de alguém. Os locais de conhecimento mútuo entre os rapazes e as moças também não diferenciavam muito em relação ao tempo de sua mãe:

Elisângela – Mas nas comunidades mesmo, eram os bailes, de diversão que tinha, as relações mesmo, mais eram em bailes, carreiras que eram muito comuns que as pessoas às vezes se encontravam, se conheciam nas carreiras que tinham. Hoje estão bem reduzidas, bem pra fora, jogo de futebol na época tinha bastante também. (ELISÂNGELA, 2019).

Elisângela afirma que sempre contestou o sistema de controle que o pai tentava exercer sobre ela, o que levava seu pai a compará-la com sua avó paterna, que dentro da família era tida como uma pessoa de personalidade difícil. Explica que sempre o respeitou muito, mas não se calava. Mesmo tendo conhecido seu atual marido já nos anos 2000, foi com muita dificuldade que convenceu seu pai que seria um companheiro digno dela:

Elisângela [...] Meu marido foi o meu primeiro namorado. Aí depois nós resolvemos namorar, por um bom tempo, até por questão da rigidez, foi alguns meses a gente separou. Depois de muitos anos viemos nos

encontrar... Agora perdi o que ia te responder... Aí encontrei ele numa festa, quando nem bem espero, era por carta que a gente se comunicava, não tinha celular. Ai ele disse: 'vou ai te visitar'. Disse: 'tais brincando, tu não vai fazer isso'. Quando vê, ele chegou, lembro até hoje, eu lembro que me escondi, minha mãe disse: 'pode sair e voltando, não mandei tu fazer chamarisco, vai aparecer, pode vir cá'. Foi bem assim, eu lembro, até depois que ele foi falar com meus pais, que a gente ia casar, ele sempre foi muito rígido, o meu pai. Esta questão, assim, porque eu não tive privilégio por ser caçula, sempre foi muito rígido, sempre... Ele não era de castigo físico, mas, às vezes, o castigo físico doía muito menos de sentar e te dar um sermão. Se os meus irmãos fizessem coisas erradas, ele não corrigia, só meu irmãos. Ele sentava comigo e todo mundo entrava no baile. Aquilo, eu digo, na época, eu lembro... Claro, sempre tive um pensamento mais, por eu ter nascido nos anos 80, a mente sempre foi mais aberta, eu não entendia muito bem aquele tratamento e comportamento. Às vezes, na minha adolescência, me revoltava bastante com isso, mas hoje eu tiro proveito disso. Talvez, se eu não tivesse sido criada assim, eu não tinha talvez... Hoje meu comportamento não seria o mesmo talvez, dou mais valor para as coisas hoje. E assim, os conselhos dele, até hoje eu carrego sabe, vou carregar pra sempre. (ELISÂNGELA, 2019).

Dona Beatriz conta que na sua época o namoro se dava a partir dos 15 anos "se o pai e mãe liberavam, antes nem pensar, hoje são crianças e já estão falando em namorar". A idade e a necessidade de liberação por parte dos pais se dava tanto para meninos como para meninas, ambos tinham que ter a autorização dos mais velhos. Além disso, os encontros entre os namorados eram feitos sempre sob vigília de um familiar:

Beatriz- Só dentro de casa, perto da mãe e do pai, sempre ficava um, ninguém ficava sozinho. Quando eu comecei a namorar e me casei, assim, acompanhada, sempre tinha um irmão ou um parente na sala onde estava o namorado. Nunca fiquei sozinha sentada com namorado na sala, não, nem sair sozinha, se tinha que ir, um parente, um irmão, ou uma tia tinha que ir comigo, num baile ou numa coisa assim. Hoje sai sozinho pra tudo que é lugar, é bem, assim, diferente. (BEATRIZ, 2019).

Além disso, mesmo que se tivesse liberdade de escolha, havia todo um cuidado para ver se o pretendente seria um bom futuro cônjuge, para evitar aborrecimentos e arrependimentos. Ser uma pessoa honesta e trabalhadora era o principal requisito exigido:

Beatriz – Sempre aconselhava, claro que a gente escolhia, mas aconselhavam o que era certo ou errado, pra não haver, depois não dizer: 'ah, eu não sabia'. Casou sabendo, se aquela pessoa tinha algum problema, tinha alguma dificuldade, se trabalhava ou não, mas sempre era incentivado a ver se trabalhava, a primeira coisa era isso.

A confiança, tinha que ver se era pessoa de bem, era bem assim, hoje não tem mais isso, nem sabe de que família é. (BEATRIZ, 2019).

Assim como todos os pretendentes de moças da época, João Antônio Lima da Rocha teve que pedir licença para namorar Dona Beatriz, e só pode frequentar a sua casa depois de ter sido autorizado pelo pai dela. O tempo de namoro era prolongado, 2 a 3 anos, que era pra testar se o pretendente merecia o posto de marido. Segundo Beatriz, era uma época em que “a palavra é tiro de bode, hoje não, tudo se governa”.

Beatriz - Ah sim, tinha que pedir permissão, pedir licença para entrar dentro de casa, o pai já sabia, o pai perguntava qual era o interesse, se ia tratar sério ou não, se não fosse tratar sério, nem precisava estar ali visitando, tinha tudo isso.

[...]

Beatriz - Isso levava até um, dois anos ou três anos pra ver se ia dar certo, tinha tudo isso, teste para ver se ia dar certo, se trabalhava, se ajudava o sogro, tinha todo esse teste. Esse teste era para ver se ia ser um bom dono de casa, tinha tudo isso. (BEATRIZ, 2019).

O casamento, igualmente, também só se deu após a autorização do pai, e isso dependia da situação econômica do momento, pois era desonroso para a família casar uma filha e não oferecer festa aos parentes e vizinhos, era um evento que dizia respeito à toda a comunidade:

Beatriz – Na base de dois anos até, porque tudo era difícil, Deus me livre! Tem que esperar a ordem dos pais para casar que ele tivesse um rendimento, tivesse um dinheiro sobrando, que tudo isso pra fazer uma festa. Não podia casar se não tivesse uma festa, tinha que convidar os parentes, os vizinhos. O meu casamento foi bem grande, ah é, tinha que esperar tudo isso. (BEATRIZ, 2019).

As relações entre as moças e os rapazes se davam principalmente nas “brincadeiras” realizadas em casas de família e nos “bailes de ramada”, com a participação familiar e um regramento bem rígido quanto ao comportamento e formas de se vestir, “por isso tinha o mestre sala, as pessoas mais velhas e tudo respeitava, não é como essa coisa de hoje, não tinha essa coisa de bermuda, tinha os trajes tudo correto”, explica Dona Beatriz. Dona Beatriz deixa claro que eram reuniões “de negros”, indicando que o impedimento das pessoas negras de frequentarem os bailes das “sociedades” não queria dizer que não tinham suas próprias formas de diversão:

Beatriz - Se reuniam os negros, tudo conhecido, faziam brincadeiras, cada semana era na casa de uma família, tinham os mestres-salas, era um respeito! As senhoras de mais idade, tudo cuidava, da família, da sala, do quarto das moças, tudo tinha, tudo era assim.

Leandra- Onde era?

Beatriz - Faziam nas casas uns dos outros, no Arvorito fazia, faz de conta, um final de semana era aqui e outro final de semana era lá no outro vizinho.

Leandra - Iam pra baile, alguma coisa assim.

Beatriz - Tinha salão de baile, os novos aprendiam a dançar tudo em casa, faziam ramada na rua, não sei se você conhece?

Leandra - Não

Beatriz – Teu pai deve conhecer, faziam ramada na rua, de folha de galho de árvore pra fazer baile, dava baile bom, era bem assim, de chão batido. (BEATRIZ, 2019).

Edna não teve muita convivência com homens da sua idade dentro da família, estava mais com seus tios. E a partir dessa experiência, afirma que diferente da atitude que se tinha com as mulheres, aos homens se incentivava os namoros, se algum deles tivesse várias mulheres interessadas, isso era elogiado publicamente. Já com as mulheres havia um forte controle sobre com quem se relacionavam, inclusive se fosse apenas amizade:

Edna – [...] essa questão de namoro, depois também, assim, já na adolescência, no fim da adolescência, comecei a sair. O meu primeiro baile foi com dezoito anos de idade, mas diferentemente da minha mãe, que ela saía somente com os irmãos, com primos e só com os pais dela, eu já saía com amigas. Tinha uma festa aqui perto, era um salão tri legal, memórias bem boas desse período, que era uma vez por mês o baile. Eu fui com amigas, assim, colegas. Sempre teve muito presente, na minha família, as pessoas com as quais eu me relacionaria, inclusive de amizade, tinha que ser pessoas conhecidas pelos meus pais. Eu demorei muito tempo em ir na casa de amigas por causa disso, e também porque as minha amigas eram brancas, eu acho que eles temiam que sofresse alguma coisa. Então é isso, comecei ir aos bailes de verdade com dezoito anos de idade, foi na mesma época que eu entrei na faculdade, comecei, assim, a sair em festa nesse momento. (EDNA, 2019).

Edna avalia, porém, que talvez por já ter ingressado na universidade logo que começou a sua fase de sair para se divertir, não houve muita intromissão da sua família sobre seus namoros. Por isso, ela acha que houve uma ruptura muito grande da geração dela em relação às suas avós e sua mãe, inclusive em relação à idade de casar e o casamento como um caminho obrigatório para as mulheres:

Edna – Eu, por exemplo, tenho 28 anos e não me casei, então eu acho que isso mudou bastante, quanto mais a gente tem contato com um ou outro espaço, a gente vai em busca de outras coisas, tem oportunidades, menos a gente visualiza essa ideia de casar e ter filhos, seguir uma lógica familiar.

[...]

[...] hoje, eu acho, ninguém, poucas pessoas casam de fato. Hoje as pessoas moram juntas e tal, e às vezes, algumas pessoas é muito pouco tempo. Assim como tem outras que levam um baita tempo, porque estão pensando em outras coisas. A questão de ter filhos, por exemplo, hoje as mulheres, principalmente quem estuda, quanto mais escolaridade tem, menos ela pensa nisso como um objetivo, que tem que ser pra ontem, assim, tem que ser mãe, tem que dar conta de uma família, ser dona de casa. (EDNA, 2019).

Além de não ter se casado ainda, Edna teve vários namorados, alguns deles mais passageiros, e apenas o que está namorando hoje ela levou para sua casa e o apresentou para a família. Isso tem a ver com a sua postura de militância política e acadêmica, que coloca a sua liberdade de circular em primeiro lugar, como será visto no próximo capítulo. Contudo, tem a ver também com toda uma independência conquistada ao longo das gerações, em que tornou-se aceitável, inclusive, nos bailes, mulheres convidarem homens para dançar, algo que sequer se podia imaginar na geração da sua mãe:

Edna - [...] mudou bastante essa configuração das festas, dos bailes. Hoje as pessoas ficam, sem ter que ter um compromisso com alguém. Na época dos meus pais e avós era comum se comprometerem, a gente ter alguém olhando, ter um determinado comportamento que era esperado daquela sociedade. Hoje não, eu vejo que a juventude tem mais independência, mais liberdade, não que às vezes saiba lidar com a liberdade, não tem responsabilidade. Mas tem mais opção que no passado, menos reprimida do que no passado, assim, acho importante, significativo, as pessoas terem mais liberdade e o problema tá em dosar essa liberdade.

[...] as pessoas tem um pouco mais de liberdade hoje, apesar da sociedade ser machista, hoje a gente tem um leque de opções, forma de se expressar, de se identificar e se definir nessa sociedade. (EDNA, 2019).

O depoimento de Maica é semelhante, em alguns aspectos, ao de outras mulheres da sua geração que foram entrevistadas (Adriana, Elisângela, Edna): havia um pouco mais de liberdade para as mulheres em relação à geração da sua mãe, mas mesmo assim, o controle ainda era marcante. Foi a partir dos 15 anos que passou a ter “um pouquinho mais de liberdade” de sair e ir aos bailes, mas mesmo assim, sempre acompanhada dos irmãos ou algum responsável. Era nesse tipo de situação – bailes, festas comunitárias, campeonatos de futebol

– que moças e rapazes se conheciam e começavam a namorar. Todavia, os rapazes não sofriam esse tipo de controle: “Os homens sempre tiveram mais liberdade, eles sempre foram mais livres, acho que os pais nem se preocupavam tanto, os homens ficavam por conta”.

Um aspecto interessante que Maica expõe, é que no seu meio familiar era muito estimulado que as diversões, namoros e casamentos se dessem entre as pessoas negras, parece que isso era uma forma de se delimitar a fronteira étnica do grupo. Especialmente aos sábados, se reunia um grupo de moças e rapazes e faziam piqueniques, brincadeiras, contação de histórias. Esse grupo terminou na medida em que as pessoas foram se casando, mas também com o acesso às novas tecnologias, como Facebook e What’s App, que acabaram deixando as pessoas mais isoladas, conversam à distância, sem convivência. Nessa realidade, em que fica “cada um num canto, fazendo alguma coisa no celular”, ocorrem, segundo ela, muitos problemas de violência e falta de diálogo:

Maica - Hoje ninguém tem mais tempo, e também uma coisa que eu vejo muito hoje, assim, até lá na comunidade, as questões das visitas. Os meus pais, chegava final de semana, ainda se visitam, mas não como de primeiro. Naquela época, chegava domingo, por exemplo, se juntava três, quatro famílias e se reuniam tudo numa casa só pra jogar cartas, prosear. Hoje a gente vê que ninguém tem mais tempo, é cada um pra cada lado, tem um jogo, em que lugar tem que ir, ou, enfim, outro lá tá trabalhando até finais de semana. Então a gente viu como se perdeu isso, o quanto era bom aquele tempo. Até esses dias, eu também, o meu núcleo da Melhor Idade ali, minha colega psicóloga fez uma reunião com o pessoal da Melhor Idade e perguntou pras senhoras qual era o melhor tempo, hoje ou se era tempo passado. Ai me surpreendeu a resposta: ‘não, há muito tempo atrás, antes a gente se conhecia, se sentava na beirada do fogão de noite, contava histórias pros netos, conversava, hoje as pessoas nem conversam’. (MAICA, 2020).

Então, é interessante a fala anterior da Maica, porque mesmo com todo o controle que havia e ainda há sobre as mulheres, mesmo assim, nem tudo o que vem do passado é avaliado de forma negativa. Essa forte sociabilidade dentro da própria comunidade negra estimulava que os futuros maridos e esposas fossem buscados dentro dela. Além de terem boa índole, era importante que os namorados e namoradas fossem negros(as), como se fosse uma forma de manter a tradição:

Maica – Olha, os pais sempre tiveram preocupação, e os meus pais sempre preferiam, por exemplo, que a gente casasse com pessoas da mesma cor negra, a preocupação deles era que fosse uma pessoa boa, bem como esse critério de manter, de continuar...

Leandra - Com a raiz...

Maica - Com a raiz, enfim, os meus irmão hoje, todos são casados, os homens, com mulheres negras. Isso, só tem dois que estão solteiros, que é minha irmã mais velha, que é solteira. A gente não sabe o que vai ser, a gente acredita que vem dentro dessa linha de manter as raízes. (MAICA, 2020).

Mesmo que durante um período de tempo menor que as mulheres de gerações mais velhas que foram entrevistadas, na família de Maica era bem marcado que existia que ter um tempo de namoro, para que os pretendentes se conhecessem bem, um tempo de noivado para depois ir para o casamento, tudo isso com a permissão dos pais, depois deles conhecerem muito bem os interesses do rapaz. Avalia que é bem diferente de hoje em dia, em que “meio ano, por exemplo, já estão morando junto, não, isso não funcionava”. Todo esse tempo de namoro e noivado dentro da sua localidade, fazia com que as pessoas negras se casassem mais tarde:

Maica - Olha, nossa cor, os negros sempre foram de casar mais... Que a gente vê hoje, comparado com os alemães e outras etnias, sempre na base dos vinte cinco e vinte seis, algumas pessoas até com trinta anos. Sempre foi um período mais avançado, se for comparar com outras etnias. Até mesmo por essa questão dos mais velhos, ter esse costume de uma fase de cada vez, um tempo de namoro, um tempo de noivado e depois o casamento. (MAICA, 2020).

Maica, por exemplo, se casou com 27 anos, e mesmo assim, seus pais não a deixavam frequentar a casa do namorado, que era de Pelotas, mas o conheceu em um baile na sua localidade. O fato de não ser do local trazia muita desconfiança em relação a ele, no meio familiar, especialmente na sua mãe, que indagava por qual razão um rapaz de Pelotas namoraria uma moça do interior de Canguçu.

Maica - E foi muito difícil ela tinha toda esse desconfiança, tanto é que meu marido sempre estava muito interessado em conhecer minha família, já logo, assim, de primeira. Na cidade as coisas são diferentes, aí ela teve uma certa resistência, meus pais: ‘tá muito rápida...’. E outra, pra ele ir lá em casa eles achavam que tinha que esperar mais um tempo, porque como a família é muito tradicional, os mais velhos, ele acabavam tendo uma preocupação de que a menina não poderia ser visitada e depois terminar o namoro. Então foi muito difícil, logo no começo, mas aí depois, viram que o meu marido era uma pessoa boa,

enfim, uma família muito harmoniosa, trabalhadora. Aí eles acabaram aceitando de boa, foi tranquilo depois. No início não foi muito bom, aí a gente namorou um período, que deu aí três anos também, aí já saiu casamento. (MAICA, 2020).

Por mais que se possa avaliar que o controle sobre o comportamento das mulheres é machista, se for considerado que não se tinha o mesmo controle sobre os rapazes, parece que havia também a preocupação, por parte das famílias, em preservar as mulheres de aborrecimentos futuros, evitando relacionamentos com homens irresponsáveis que pudessem abandoná-las ou ter comportamentos abusivos relacionados a vícios, deixando-as em uma situação vulnerável. Todavia, cabem as reflexões de Collins que afirma que por toda a violência que as mulheres negras sofreram durante a escravidão, uma das prioridades dos homens negros após a abolição foi criar mecanismos de protegê-las, até porque isso foi negado a eles durante a escravidão, pois foram destituídos de autoridade. O problema é que a proteção foi transformada em controle: “[...] esse controle é dissimulado pela crença generalizada de que os homens negros devem estar no comando para que possam recuperar a masculinidade perdida.” (2019, p. 267).

4.1.3 Sobre afeto e moralidade

Patrícia Collins, ao abordar a “política sexual relativa à condição de mulher negra”, aponta para persistentes “padrões de silêncio” entre as próprias mulheres negras sobre o assunto. Segundo ela, o padrão heterossexual construído pela sociedade branca e de classe média alimentou um imaginário sobre a sexualidade negra como anormal e desviante, em que as pessoas negras teriam um apetite sexual descontrolado. Como reação a esse imaginário que estigmatiza as pessoas negras, as comunidades negras criaram padrões de moralidade que tinham como principal objetivo regular e controlar os corpos e sexualidade das mulheres:

A divisão das mulheres em duas categorias – as honestas e assexuais, protegidas pelo casamento, e seu oposto, as imorais e sexuais – serviu como modelo de gênero para a construção de ideias sobre masculinidade e feminilidade. [...] Pressupostos acerca de formas normais e desviantes de sexualidade servem para rotular as mulheres como meninas boas ou más, o que resulta em duas categorias de

sexualidade feminina. As virgens são as que guardam o celibato antes do casamento, e ganham licença para manter práticas sexuais heterossexuais depois do casamento. Em contraste, as prostitutas são as não casadas, que “dão” voluntariamente. Importa menos que uma mulher seja ou não virgem do que sua possibilidade de se construir socialmente, dentro dessa lógica, como “boa” menina. (COLLINS, 2019, p. 233).

Desse modo, recaia sobre as mulheres a cobrança para serem honradas, ou seja, para não terem “má fama”, que significava, principalmente, manter relações sexuais antes do casamento. Manter essa aparência de bom comportamento era fundamental para a honra das famílias, o que segundo Carmem, como já tinha falado minha mãe, não significava que nada havia acontecido antes do casamento:

Leandra - Tinha essa história da moça casar virgem naquela época?
 Carmem - Ah tinha, mas só que ai era um intimo da pessoa né, maioria nem sabia se era ou não, casavam assim, mas tinha história, se não casasse virgem era difamada, como é que diziam? Sei lá, diziam fulana tem uma má fama, sei lá o que era...
 Leandra - Um ia passando por outro a história?
 Carmem – Sim, eles achavam que história de casar virgem era aquelas gurias que os pais estavam sempre ali juntinho, os pais não deixavam sair com ninguém, que era só os pais que carregavam, mas era o contrário, ninguém sabia uma intimidade de uma moça, só ela sabe. (CARMEM, 2019).

Caso ficasse explícito que a moça tinha tido relações sexuais antes do casamento, ou pior, caso se tornasse mãe solteira, ela passava a ser “difamada”, o que significava que teria dificuldades para arrumar casamento. E isso era tratado como se fosse um contágio, essa pessoa passava a ter barreiras nas relações sociais, inclusive com outras moças, por ordem dos pais:

Leandra - Como tratavam as pessoas quando eram mães solteiras.
 Carmem – Ah, tinha preconceito, inclusive teve uma vez uma brincadeira que o velho tirou a filha do salão, não vou citar nome, tirou a filha porque tinha uma mãe solteira dançando, ele tirou a filha dele e levou pra casa.
 Leandra - Não deixava chegar perto?
 Carmem - Não podia dançar junto, imagina!
 Leandra - As mulheres solteiras tinham chance de arranjar alguém de novo?
 Carmem - Tinham chance de arranjar alguém, daí ela arrumava, mas nunca eram apoiadas pelos pais do rapaz, os pais do rapaz nunca queriam uma mãe solteira na família, queriam uma moça que não tivesse filho, mas mesmo assim, aqueles que eram maior de idade contrariavam os pais, ai casavam. (CARMEM, 2019).

Minha mãe revela que as mães solteiras até tinham alguma chance de se casar com outro homem e reconstruírem sua vida familiar, mas sofriam muito com preconceitos e exclusão da vida social:

Leandra - Como eram tratadas as mães solteiras?

Vanda - As mães solteiras eram tratadas como bichos, ninguém dava bola porque era mãe solteira, ninguém dava confiança.

Leandra - E os pais e parentes?

Vanda - Os próprio parentes nem davam bola porque eram mães solteiras, ninguém dava bola. Ganhavam o filho, assim, quando ganhavam o filho era pior, aí mesmo que ninguém olhava, só a família, os pais dentro de casa ajudavam, não iam soltar na rua né! Mas os outros de fora: 'não te junta com a fulana, que a fulana é isso e aquilo', e não deixavam. (VANDA, 2020).

Os relatos de Vera são parecidos com os de Carmem e de minha mãe, sobre a enorme cobrança que se tinha em relação as moças em sua época, para não ficarem difamadas e “sujarem” o nome da família. Tinham que ser intocáveis até o casamento, o que não necessariamente era respeitado, por isso, segundo Vera, haviam muitos nascimentos de bebês de 7 meses, de mulheres que casavam grávidas, mas não revelavam abertamente:

Leandra- As moças casavam virgens naquela época?

Vera – Olha, pra mim tô para te dizer uma coisa: naquele tempo tinha muita criança de sete meses eu não sabia o que isso significava.

Leandra - Como eram tratadas as mulheres que tinham filhos antes do casamento?

Vera - Como era tratadas? Se por exemplo, as gurias já eram noivas, assim como eu te disse, se engravidavam as gurias, aí tratavam de fazer casar, e nascia filho de sete mês, mas elas eram tratadas normal pra casar. Se não casassem ficava falada, se era noiva ou foi noiva, as outras moças que eram moças [virgens] já não tinham muita amizade, às vezes, com aquelas gurias.

Leandra - Então as mães solteiras.

Vera - Mãe solteira, naquele tempo, era abolida de qualquer situação, elas não iam a bailes onde tinham moças, nem conversava com as moças, eram abandonadas, discriminadas pela própria família. (VERA, 2019).

Assim como Carmem e Vera, no contexto de Adriana também se tinha todo o cuidado da moça casar virgem: “Isso, bobeia, até hoje querem que casem, mas as mulheres estão mais independentes”. Contudo, quando sabiam que as moças tinham relações mais íntimas antes de casar, eram mal faladas e passavam a sofrer discriminação:

Adriana - Quando sabiam que as gurias já estavam ficando com seus namoradinhos, pouco além da conta, começavam a ter apelidos, às vezes dos próprios gurus, assim, das molecadas como se diz, dos próprios adolescente. (ADRIANA, 2019).

Adriana relata que mães solteiras também corriam o risco de não terem mais relações afetivas permanentes em razão da sua condição: “As mulheres solteiras que eu conheci, com filho, até hoje continuam solteiras”.

Dona Lautéria, além de enfatizar a necessidade das moças casarem virgens, na sua época, dá relatos muito semelhantes aos de Carmem sobre a discriminação das mães solteiras, que passavam a ter a convivência social limitada: “[...] não dançava, eu fui num baile uma vez que a moça teve que passar a noite no quarto porque descobriram que ela tinha uma criança, aí ela não podia dançar com outras moças”. Era para manterem-se virgens que os pais “estavam sempre em cima” no período do namoro, segundo Dona Lautéria, pois se mantivessem relações antes do casamento, nem “nas festas não podiam participar, eram excluída”.

Lautéria - E as mães solteiras eram, assim, discriminadas, como eu to te dizendo, era escravizadas, elas não podiam sair, não podiam se divertir, os pais não deixavam, tinham errado né, eram castigadas.

Leandra - Elas conseguiam casar de novo?

Lautéria - Meio difícil, muito poucas, os rapazes também não aceitavam, não eram moça, não aceitavam. (LAUTÉRIA, 2019).

Elisângela avalia que na época em que cresceu já não era tão negativo a moça não casar virgem, mas ainda era um valor familiar muito forte:

Elisângela - Eu lembro deles falar, naquela época, com certeza. Mas já nasci em outra época, se fosse pelo meu pai com certeza ele ia querer isso. Mas eu lembro deles falarem isso, da questão da virgindade, de se casar virgem, que era, como vou te explicar? Eles viam como uma vergonha, no caso, se a mulher perdesse a virgindade antes que se casasse, grávida então, era uma vergonha para a família. (ELISÂNGELA, 2019).

Mesmo que Elisângela fosse de outra geração, relata que se tinha um cuidado de como as moças viviam suas vidas, uma cobrança sempre presente de ter uma boa conduta. Contudo, o fato de isso ser um valor para seus pais, não significava que discriminavam as mães solteiras, mesmo que fossem mal faladas na comunidade. Elisângela relata que cresceu com várias mães solteiras

na sua volta, parentes ou vizinhas, que eram auxiliadas por Dona Lautéria e Seu Argeu, que em troca de algum auxílio na lavoura, especialmente na época da colheita, alcançavam alimentos para sustentarem seus filhos. Tanto elas como seus filhos circulavam pela casa de Elisângela e eram bem acolhidos, até porque, algumas dessas crianças não contavam com o reconhecimento da paternidade, tendo dificuldades de serem sustentadas apenas pelas mães:

Elisângela – Olha, eu não lembro, mas tem muito caso das minhas tias, da família, com certeza. Mas claro, já na minha época não tinha tanto preconceito, mas na época dos meu avós! E lembro, assim, meu pai dali já fazia uma novela; ‘olha o que aconteceu com a fulana, vê se tu não vai para o mesmo caminho’. Mas eu lembro de uma prima que não saia lá de casa ter vários filhos, era mãe solteira, ajudava bastante, nunca discriminou ela por essa questão. Tinha uma das filhas dela que se criou com a gente, ele sempre dizia: ‘por ela se atirar no buraco, não precisa ir atrás e se jogar’, sempre tentou ir por esse caminho. Ou ver o que acontece quem segue por esse caminho, sempre tentava tirar uma lição pra explicar pra gente. (ELISÂNGELA, 2019).

Na época e local em que dona Beatriz cresceu, também tinha-se a exigência de casar virgem, sendo que se uma mulher tivesse relações antes do casamento, podia ser expulsa da família. Dona Beatriz conta uma experiência de uma moça que passou por isso, e que foi acolhida pela sua mãe que, na condição de líder religiosa, fez o seu casamento:

Beatriz – Ah, pra certos pais tinha muita diferença, teve até uma menina que era branca e aí ela engravidou antes. Os pais não queriam, não aceitaram ela, a minha mãe foi que depois fez o casamento dela. Ela teve que morar um tempo lá em casa, era branca, minha mãe acolheu: largar a menina, assim, pra rua, sem agasalho, sem nada? Minha mãe agasalhou e fez o casamento dela. (BEATRIZ, 2019).

Dona Beatriz aprendeu com a mãe a aceitar as pessoas do jeito que elas são, e praticar o acolhimento, mais do que o julgamento, pois as moças que ficavam com “má fama” eram retiradas do convívio familiar e social, então, alguém tinha que acolhê-las:

Beatriz - Bem assim, não dava mole, era como se dizia, era uma ovelha desgarrada, fora do rebanho. Mas minha mãe nunca viu desse lado, eu já aprendi, crescendo com aquilo ali, amar e respeitar as pessoas do jeito que elas são, cada um, como se diz tem uma parte que Deus deu pra cumprir. (BEATRIZ, 2019).

Esse controle sobre os corpos e discriminação das mães solteiras também foi observado por Nunes e Marques nas comunidades que pesquisaram. Mas segundo elas, a exemplo que diz dona Beatriz, as mulheres:

Valem-se de sapiência para poder negociar com sistemas nos quais estão inseridas por fé, por tradição, por respeito aos mais velhos/as, no entanto, desacatos ocorrem em conformidade com a habilidade de cada uma para sustenta-los. (NUNES, MARQUES, 2019, p. 586).

Virgindade e casamento eram questões que estavam relacionadas com todo um conjunto de valores sobre o que era ser uma mulher “decente”, e para isso se usava uma série de critérios que se exprimiam nas escolhas sobre como cuidar do corpo, que adereços eram considerados adequados e quais não eram, conforme relata Edna:

Edna – Bom, na época da minha mãe era bastante controlado. Na verdade, eu e minhas irmãs, a gente teve uma criação, mais por ser meninas tivemos uma criação bastante... Não muito comparada com outras famílias. Mas era um pouco rígido com a gente, deveria se comportar, não usar roupa curta, não passar esmalte escuro, batom escuro, maquiagem. Num determinado momento era muito forte, até por parte dos tios homens, do nosso avô, alguns momentos falava sobre isso, da maquiagem, batom, em alguns momentos... Até entendo, evidente, a gente pré-adolescente, hoje eu tenho compreensão, em alguns momentos, super sexualização... Embora eu acho, que naquela época, a forma como era colocada, era o machismo mesmo, reproduzido ali pelo nosso avô e até mesmo pelos nossos tios. Mas sempre com essa questão de se cuidar, não ficar de perna aberta, pra nós, assim, nunca a gente usou blusa mostrando a barriga, muito degotada. Depois de adulta... Só quando a gente era criança, tinha muito esse controle sobre nossa roupa, como a gente se colocava [...] (EDNA, 2019).

Mas esse cuidado minucioso sobre o que era adequado e o que não era não significava que havia uma conversa aberta sobre sexualidade no ambiente familiar, pelo contrário. Segundo Edna, o tema da sexualidade era um grande tabu, que um pouco foi rompido, mas muito devagar, pelas novas gerações, que aprenderam a conversar sobre sexualidade no ambiente escolar:

[...] Já a minha geração, ela apesar de vir de uma família que teve uma educação rígida, a minha geração tem a possibilidade da crítica, por exemplo, a geração da minha irmã mais nova, ainda mais crítica, totalmente, muita diferença! Mas a gente nunca tratou muito desse tema dentro da família, com essa discussão de virgindade, de sexo, sempre foi um tabu gigantesco dentro da minha família, a gente nunca conversou sobre isso. A gente foi conversar sobre isso depois que eu

entrei na universidade, em casa, muito sucintamente, nunca se falou muito sobre esse tema. Eu e até mesmo as minhas irmãs tivemos muito mais contato com essa temática, com essa discussão, dentro da escola. Inclusive no Ensino Fundamental, se discutia muito sobre isso, no Ensino Médio, essas questões, mas dentro de casa muito pouco. (EDNA, 2019).

Edna confirma a narrativa de sua mãe, Beatriz, sobre o tratamento desumano à que eram submetidas as moças que engravidavam antes do casamento. E também, mesmo que houvesse uma cobrança rígida sobre o comportamento das mulheres dentro da família, sempre houve, por outro lado, o acolhimento, por parte de sua avó materna e de sua mãe, das moças da comunidade que passavam por esse tipo de situação:

Edna – Então, minha avó sempre foi muita acolhedora com essas mulheres, que acontecia isso, as ditas como sem-vergonha ou à toa, se utilizava essas expressões, à toa, principalmente. Minha mãe também é bastante solidária, foi muito solidária, vendo isso da avó. Enfim, sempre foi bastante tranquilo quando tinha uma situação nessa comunidade, assim nessa relação de comunidade, que acontecesse, isso sempre foi muito tranquilo por parte da minha família. O que as famílias dessas mulheres faziam há vinte anos atrás era terrível, algumas mulheres eram colocadas pra fora de casa, então já aconteceram situações bem complicadas, eu já ouvi minha família falar.

Leandra - Elas tinham chance de casar de novo?

Edna – Então, eram ditas mães solteiras, ficavam mães solteiras para o resto da vida, eu acho que um tempo atrás era muito mais difícil as mulheres casarem novamente, hoje é um pouquinho mais comum. (EDNA, 2019).

Maica traz um depoimento interessante, que é muito parecido com o de Edna que foi exposto anteriormente, quando esta fala do quanto se cuidava que tipo de roupa, maquiagem e postura corporal uma mulher deveria ter. Maica fala do quanto se tinha que se cuidar para não parecer “um pouquinho mais esbelta”, e como as diferenças entre homens e mulheres eram (e talvez, ainda sejam) incutidas por meio de atividades cotidianas, que demarcavam espaços distintos para uns e outros:

Maica – Olha, a gente, nós mulheres, sempre fomos mais reservadas, tinha que ser, na época. Os homens sempre foram mais livres, até mesmo porque a sociedade mesmo é machista. Se tu fosse um pouquinho mais esbelta, já ia ficar com fama, aquela coisa, né!? A mulher ia ficar desvalorizada, desmoralizada. Então a gente sempre se viu na diferença, até mesmo a questão do serviço, hoje está um pouco mudado, mas tem serviço que é só pra mulher. Por exemplo, em casa, na nossa época de infância, cada um... Tinha o pátio, o terreiro era

grande, cada um fazia uma parte, mas sempre tinha aquelas coisas mais reservadas às mulheres. A gente dividia o terreiro, por exemplo, a gente dividia pra limpar uma parte, mas sempre tinha serviços destinados às mulheres, se tinha essa diferença. É porque a sociedade é machista, a gente já é ensinado. (MAICA, 2020).

Então, novamente se coloca a questão que a sexualidade estava relacionada à todo um conjunto de valores sobre o que era ser uma mulher “honrada”, “decente”. Maica considera que houveram mudanças em relação a isso, mas mesmo assim, não com tanta força como antes, as mães solteiras continuam a ser discriminadas, principalmente pelas pessoas mais velhas, mais tradicionais. Ela própria presenciou bastante as discriminações às mães solteiras dentro da rede de amizades da sua juventude e todo o falatório que isso gerava:

Maica - [...] ‘Ah, fulano namorando a fulana, é mãe solteira, o que quer com mulher com filho?’ Por exemplo... ‘Tem que arranjar uma mulher sem filho...’ Então predominava muito isso. Eu tenho amigas que foram mãe solteiras, elas relatam que foi muito difícil, e muitas vezes os pais até mesmo expulsavam de casa, tinham que sair e arranjar trabalho pra poder se manter, pra eles era uma vergonha, por ter acontecido isso. (MAICA, 2020).

A luta das mulheres quilombolas para confrontarem uma estrutura de poder e controle patriarcal foi e ainda é dolorosa, mas por meio dela vão alargando as possibilidades de realização afetiva, aprendendo a fazer escolhas e a lidar com as armadilhas da vida. Pois se vivenciar a sexualidade antes do casamento pode trazer mais liberdade, se tornar mãe solteira não necessariamente era algo que queriam, pois tinham que assumir uma responsabilidade que nem sempre o parceiro assumia, o que as aprisionava novamente na estrutura social machista.

4.2 As relações entre homens e mulheres no transcorrer do tempo

Bell Hooks, ao realizar a crítica ao feminismo branco, afirma que as mulheres brancas de classe média e alta só adquiriram consciência da sua opressão por meio de teorias e ideologias elaboradas de forma escrita. Esse não é o caso das mulheres negras, que adquirem consciência da sua opressão por meio da experiência concreta e cotidiana: “[...] pessoas verdadeiramente oprimidas sabem disso, mesmo se não estiverem envolvidas em resistência

organizada ou não conseguirem formular por escrito a natureza de sua opressão. [...]” (HOOKS, 2015, p. 203). Essas colocações parecem adequadas para compreendermos as colocações das colaboradoras abaixo.

Vera Macedo fala do machismo como uma forma de relação que se perde no tempo e continua fortemente nos dias atuais, com os homens tendo total liberdade para circular e as mulheres não. Mesmo com avanços na inserção da mulher na sociedade, essa desigualdade permanece, como provam os índices de feminicídio, o que indica que para muitos a mulher é algo a ser possuído:

Vera - Naquele tempo tinha, claro, tinha machismo, eu lembro, assim, de casais onde os homens eram até agressivos com as mulheres, as mulheres tinha que ficar em casa, o homem não tinha hora pra voltar e nem pra sair, se tivesse que ficar dois dia fora de casa ele ficava e voltar, só daí dois dias. Ele voltava e achava que era normal, e com o machismo ele... Eu sempre digo isso, tem gente que fica louco comigo, e mulher fica louca comigo quando eu digo: o machismo a mulher reproduz, quando ela cria filho machista, ela reproduz machismo. E tem dentro das casas isso, tem casal que diz, pai, homens que diz: meu filho está solto, como é? Meu bode está solto, quem quiser que prenda suas cabritas. Então isso são coisas para afirmar e reafirmar o machismo. E ainda hoje tem, com certeza absoluta, claro que as mulheres estão muito libertas, hoje as mulheres trabalham fora, as mulheres tem liberdade para trabalhar fora, para estudar, que não tinha. As mulheres casavam e viravam donas de casa que só ficavam cozinhando e lavando e passando. E hoje não, as mulheres saem, trabalham fora, são donas da própria vida, vamos dizer assim. Mas ainda tem muito, que nem estava te dizendo, gosta de ver o jornal, a quantidade de mulher morta por dia, por hora, matam três e quatro, o feminicídio. (VERA, 2019).

Vera abordou ainda, na entrevista, a situação específica das mulheres negras que sofrem a discriminação não apenas pelos homens brancos, mas também pelos homens negros, que também por questão de racismo acabam preferindo manter relações com mulheres brancas:

Vera – Aí, ser mulher negra, bom, eu hoje com vinte e tanto anos de casado, caminhada do movimento negro, a gente já tem uma outra visão. Talvez eu não enxergasse o machismo, o racismo das próprias mulheres, mulher negra. Mas eu digo que ainda continua com todos os avanços das políticas públicas pras mulheres, pros negros. Num modo geral, ainda tem muita desigualdade, as mulheres ainda sofrem muito, porque sofrem ainda com machismo. As mulheres sofrem com machismo dos brancos e dos negros e dos maridos dentro de casa, sofre exclusão de um lado e de outro, aí fico pensando nas mulheres negras que são trocadas, que são mulheres negras trocadas pelas brancas, pelas loiras, normalmente um negro, quando solta a mulher negra, procura uma loira, a mais aguada, que for uma loira. (VERA, 2019).

As colocações de Vera sobre as mulheres negras serem menos atraentes em relação às mulheres brancas, pelos próprios homens negros, lembra as colocações de Lélia Gonzalez:

(...) um ressentimento muito grande das mulheres diz respeito à sexualidade, porque muitos homens negros preferem as mulheres brancas. Isso é verdade, não dá para você ficar escondendo o sol com a peneira. Eles internalizaram o valor branco como supremo como todos nós, só que a gente está tentando sair dessa. Até algumas lideranças dentro do Movimento Negro só transam com mulheres brancas e isto é uma forma de reprodução do esquema racista, sem sombra de dúvidas. Dentro da proposta do feminismo que a gente está tentando colocar, me parece fundamental não perder de vista a relação homem negro/mulher negra. Não é só a gente se olhar enquanto mulher negra, mas nos vemos na relação com o homem negro, e ele com a gente (GONZALEZ, 2011, p. 03).

Adriana acha que houve mudanças no decorrer do tempo, em relação ao machismo, com uma abertura maior da geração da sua mãe para a sua:

Leandra - E a questão do machismo, assim, em relação, mesmo tu não sendo casada, não tendo namorado, como tu vê o machismo ontem, hoje?

Adriana - Eu acho assim, é bem forte por causa, hoje em dia, agora, tá um pouco melhor, porque antigamente, modo de dizer, anos atrás, a mulher mesmo, o marido não queria que trabalhasse, não deixava ir pra cidade, eles iam juntos, assim, era bem complicado. Hoje em dia tão estudando, já podem fazer mais coisas, eu achava bem complicado.

Leandra - E na época dos teus pais, como era essa coisa do machismo.

Adriana - Aqui minha mãe sempre foi dona de casa e morou em casa, o pai que saía para trabalhar pra fora, assim, é uma forma de machismo. (ADRIANA, 2019).

Elisângela também avalia que houve mudanças da geração da sua mãe para a sua, mas isso não significa, para ela, que o machismo tenha terminado por completo. Como ela foi a única que estudou na família, sente isso em relação, principalmente, com a não valorização do acesso da mulher à educação:

Elisângela - A pesar de sentir que vem se modificando, acredito que ainda permaneça bastante, exista muito machismo. Claro que bem menos, da época dos meus pais, de meu pai, para meu marido, já noto isso, essa diferença. Mas percebo que isso... Exista muito machismo, com certeza, até dentro da família, meu irmão é extremamente machista, por ele... Fica louco com esta história de eu estar estudando, porque meu pai, pensava assim: 'pra que estudo?', bem isso, a questão do machismo.

Leandra - Então pra ele e teu pai, a mulher não precisa estar estudando...

Elisângela - Ele não contava, apesar dele se orgulhar... Porque meus irmão estudaram pouco, bem menos do que eu. Eu tinha a quinta e um tinha só a terceira série, e outro, até o quarto ano, eu que tinha estudado mais. Ele enchia a boca pra falar, mas ele não considerava que era algo importante pra mulher estudar. (ELISÂNGELA, 2019)

Edna, mesmo avaliando que houveram mudanças significativas da geração das suas avós e mãe para hoje, considera que o machismo está muito presente no cotidiano da sociedade como um todo, tanto na sobrecarga de trabalho que as mulheres sofrem, como na violência doméstica:

Edna – Então, como eu falei, eu acho que o machismo, ele ainda está presente na sociedade, mudou a forma, porque, eu acho, não temos tantas limitações, assim, em termos de opressões. Mas a gente tem muito julgamento, justamente por se expressar livremente, tem a possibilidade de se expressar livremente, de assumir determinada identidade, inclusive identidade de gênero, mas a gente tem uma parcela muito grande da sociedade que não aceita essa liberdade, inclusive das mulheres. Quantas mulheres são violentadas e estupradas, que a gente sabe, que até aqui fora, até, que se separam, que apanham do marido. As pessoas dizem: ‘ah, apanhou porque mereceu...’ Ou que julgam uma mulher porque não conseguem sair daquela casa, que acabam ter que ficar com os filhos, tem uma determinada dependência, julgam: ‘ela gosta de apanhar, continua naquele casamento, continua naquela relação...’. E a gente sabe que não é bem assim. Como se tem namorados extremamente ciumentos e maridos que são extremamente ciumentos, a gente tá acostumado a ver, assim, no cotidiana presente, que mulheres sofrem essa violência. Então o machismo mudou a forma, está cada vez mais intenso, a gente vê, cada vez mais as pessoas se colocando contrárias às mulheres, e até favorável à violência. (EDNA, 2019).

Maica também concorda que o machismo é algo estrutural, ou seja, está presente em toda a sociedade, atingindo especialmente as mulheres negras, podendo isso ser mostrado por uma diversidade de fatos:

Maica – E a gente sabe, principalmente mulheres negras, muitas vezes, tem aí pesquisas de comprovação, tanto a questão da mortalidade, a questão do feminicídio, é uma questão que cada vez mais, estava até há pouco tempo nas reportagens, o feminicídio, o quanto atinge, a maior parte das mulheres são negras. O processo da gravidez, muitas vezes, elas não tem acesso à todo as consultas, o pré-natal, então esse índice é também maior nas mulheres negras. Então é bastante difícil, o machismo continua e por parte dos homens brancos, mais ainda. (MAICA, 2020).

Esses posicionamentos das mulheres mais jovens, fazendo relações entre suas trajetórias particulares ou familiares com processos sociais mais amplos, relacionados à situação das mulheres negras, podem indicar que está

saindo da simples tomada de consciência para a articulação de resistências. Segundo Collins (2019, p. 84), isso só acontece quando expressões individuais e heterogêneas se articulam em discussões de grupos, em redes sociais e políticas mais amplas. Nesse caso, participar do movimento quilombola ou ingressar na universidade é uma forma de ampliar essa rede de auto definição, solidariedade e afetividade, pois mudanças só acontecem “Se as integrantes do grupo inferiorizado forem capazes de se amar mutuamente e afirmar o valor umas das outras, e então todo o sistema que relega esse grupo a uma posição inferior se torna suspeito.” (COLLINS, 2019, p. 287).

5. Outras perspectivas para a mulher quilombola

A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 o eco da vida-liberdade.
 (Conceição Evaristo)

Nesse capítulo, abordarei o conhecimento que é passado de geração para geração, as portadoras de saberes que faziam todo esforço para a proteção da família, cuidando do nascimento das crianças e da saúde delas e de suas mães. Sem contar outras formas de cuidados caseiros que existiam para o corpo e a saúde, através das benzeduras, simpatias e chás. Como afirma Akotirene (2019, p. 24), são formas de conhecimentos que fazem uso de vários sentidos, fundamentados em visões de mundo diferentes daquela que sustenta a medicina ocidental, que se apoia apenas no sentido da visão, o mesmo que é usado para realizar discriminações.

Em seguimento tratarei sobre as mulheres quilombolas que atuam com bravura na liderança das suas comunidades e também assumem outras responsabilidades, nos espaços religiosos e sociais que frequentam, e, em casa, muitas são pais e mães ao mesmo tempo, com grande esforço para sustentar filhos e netos. Além disso, participam de fóruns e eventos externos e internos, levando saberes e trazendo conhecimentos para as pessoas do quilombo.

Reconstituindo o percurso da educação das mulheres negras quilombolas da zona rural, veremos que muitas não tiveram a oportunidades de estudar, mas possuem conhecimentos e saberes sobre a vida que são fundamentais para as suas comunidades. Elas detêm o que Collins (2019, p. 81) chama de “conhecimento trivial”, que são produzidos por meio de ações e formas de pensar

costumeiras e cotidianas. Prosseguindo com a luta das ancestrais por direitos, hoje as novas gerações podem estudar, frequentar as universidades, assim realizando seus sonhos e de suas famílias, além de produzirem outros tipos de conhecimentos que se somam aos das gerações anteriores.

5.1 Saberes e práticas para a continuidade da vida

5.1.1 Os cuidados com a vida que nasce

Segundo Cledineia Carvalho Santos, ao falar de Marcelina dos Santos, uma das ancestrais da comunidade Nova Esperança (Bahia), nos territórios quilombolas “[...] as mulheres sempre exerceram papéis que enaltecem o matriarcado social, evidenciado nas práticas de parteiras, rezadeiras, de advinha e líder religiosa. [...]”. Ao falar de uma das importantes benzedadeiras daquela comunidade, Santos afirma que “[...] Seus descendentes a recordam como alguém que as **ensinou a ser uma mulher que cuida de outras mulheres**”. (SANTOS, 2018, p. 81 e 84; grifos meus).

Mariléa de Almeida, na sua pesquisa sobre a comunidade quilombola de Magé (Rio de Janeiro), reconstrói a trajetória de Maria Conga, por meio de sua interlocutora Ivone, mostrando que há um encontro entre experiências femininas do passado e do presente:

[...] A convergência entre as experiências é realizada pela reivindicação de uma **tradição política feminina baseada no cuidado dos outros**. No caso de Maria Conga, as práticas incluíam o trabalho como parteira e o conhecimento das ervas; já as ações evocadas por Ivone envolvem a educação, as práticas antirracistas por meio das ações que melhorem a autoestima das pessoas e o combate antissexista, com a introdução da lei Maria da Penha na comunidade de Magé. Notemos que a concepção de quilombo traduzida por Ivone incorpora o **cuidado como um ato político**, cuja elaboração rasura a noção de experiência quilombola pensada exclusivamente por meio da força e da virilidade. [...] (ALMEIDA, 2016, p. 223-224; grifos meus).

Almeida chama essa tradição de práticas de cuidado e transmissões de saberes de “ética do cuidado”, e os espaços de solidariedade e reciprocidade em que isso acontece de “território de afetos”. Claudia Daiane Molet, ao escrever sobre mulheres quilombolas do litoral do RS, afirma que “[...] em uma sociedade patriarcal, em que as mulheres negras são preteridas e sofrem o preconceito

racial e social, a tessitura de redes de solidariedade é fundamental para a manutenção de suas famílias.” (2019, p. 14-15). Segundo ela, as mulheres que exerciam funções de parteiras e benzedeiras tinham lugar de destaque nas localidades que residiam. Essas funções se agregavam a um conjunto de responsabilidades que eram assumidas por essas mulheres:

As mulheres litorâneas trabalhavam na casa de seus senhores e senhoras, cuidando da alimentação, da limpeza, das roupas. Para além destas ocupações, é de se pensar que elas também cuidavam de suas plantações, pois é comum nas narrativas, dos atuais quilombolas, casos em que as mulheres cuidam de hortas. Entretanto, para além das hortas e das lides domésticas, as mulheres negras também atuavam em redes de apoio, como parteiras e benzedeiras. Numa região com grande dificuldade de locomoção e de difícil acesso à medicina oficial, as parteiras e as benzedeiras foram de suma importância para a saúde dos camponeses negros. (MOLET, 2019, p. 4-5).

Mesmo sendo analfabeta, minha avó Elvira era portadora de muitos conhecimentos. Quando havia tempestade, ela sempre ensinava para nós fazermos um sinal da cruz em cima da mesa com sal, para passar o mau tempo, nos dando uma forma de proteção. Quando a criança estava muito agitada para dormir ou ficava de olhos abertos à noite, era sinal que estava com quebrante. Ai se pegava um copo com água e três brasas acesas, com a criança perto, colocava-se uma brasa de cada vez dentro do copo, se as três brasas afundassem, era por conta de a criança estar com quebrante e no final se faz um sinal da cruz no copo para proteger a criança, jogando-se as brasas para o lado que sai o sol, porque o sol vai surgindo e iluminando aquelas brasas já apagadas que estão no chão e onde o quebrante e o mal ficou grudado. Quando o sol reflete sobre as brasas, o quebrante se desfaz. Minha avó ensinava também que quando a criança nascia, tinha sempre que ser mostrada para a lua para ficar protegida, assim a lua ajudava a criar a criança. Principalmente a lua crescente, pois assim a criança não chora tanto à noite, não fica agitada, fica mais tranquila e se desenvolve melhor. Minha avó é apenas um exemplo dos saberes e contribuições das mulheres quilombolas para as suas comunidades.

Minha mãe conta que antigamente se ganhava os filhos em casa, com parteiras, com “tesoura, um cordão para atar o umbigo da criança, era só o que usava”. Diz ela que “simpatia deveria ter, eu não me lembro mais”. Minha mãe disse que conheceu três parteiras: Dercia, Olga e Marta, sendo que a primeira

foi quem fez o parto de minha sobrinha Gabriela, filha de minha irmã Eronita. O segundo filho dessa minha irmã também nasceu em casa, mas como a parteira demorou, minha mãe foi quem ajudou no parto: “Elas atendiam direitinho, quando ganhavam as crianças. Quando minha filha ganhou, ela veio em casa, a criança estava querendo nascer, ela não chegava nunca, ela chegou e a criança nasceu”.

Meu irmão mais velho nasceu em casa, mas minha mãe não lembra o nome da parteira. Por falta de tempo até chegar ao hospital, eu também nasci em casa, quem fez meu parto foi Marta, uma vizinha que se tornou minha madrinha, enquanto meu pai buscava a parteira; quando a parteira chegou, eu já havia nascido. Os outros meus irmãos nasceram no hospital.

Várias das colaboradoras nasceram com parteiras, ou seja, pelas mãos de outras mulheres, o que significa que haviam mulheres nos quilombos que dominavam todo um conjunto de conhecimentos e técnicas. A mãe de Carmem teve três de suas filhas pelas mãos da avó paterna. Todavia, Carmem afirma que antigamente haviam pelo menos duas importantes parteiras na comunidade de Maçambique: Dona Severina e Dona Florícia, que eram irmãs, ambas já falecidas há anos.

Leandra - Usavam algum tipo de erva, chá para o bebê nascer?

Carmem - Que eu lembro delas falarem, é o tal do chá de artemísia, o nome do chá, era que a gente conhecia pelo nome, tal do chá esse que falavam, tomavam para ajudar, apurar mais, o que era o único chá que eu sei, que eu ouvia falar que usavam.

[...]

Leandra - Qual outra forma de cuidado caseiro que se tinha pra saúde?

Carmem - Pra saúde, a malva pra infecção, assim, pós-parto davam muito chá da malva para fazer limpeza por dentro e usam até hoje a malva. E o chá de maçanilha para o bebê, agora nem pode mais, mas davam muito chazinho de maçanilha e quando davam banho e dava chazinho, a mãe quando estava amamentando, chazinho de funcho pra dar leite para amamentar. (CARMEM, 2019).

Carmem cresceu vendo sua avó benzer também, mas não aprendeu o ofício, até porque, atualmente é evangélica. Sua mãe também tinha a prática de mostrar a primeira fralda da criança recém-nascida para a lua, o que ela também não faz mais. Ela atribui a perda desta prática tradicional ao fato de que na sua geração as crianças nascerem no hospital, o que tira das mães e mulheres da família o controle sobre os cuidados dos recém-nascidos.

Entretanto, mesmo com o domínio de todo esse conjunto de conhecimentos e técnicas para fazer o parto da melhor forma possível, Vera aponta para a presença constante de natimortos, o que também requeria cuidados de saúde com a mãe e procedimentos rituais com o feto:

Leandra - O que elas usavam, algum tipo de ervas ou simpatia na hora que a criança ia nascer?

Vera - Usavam ervas de chás, mas não vou dizer nos detalhes que tipo de chá eles usavam na brasa para defumar a casa, cheirar né. Porque trabalhavam também com benzedura, eles já usam para benzedura, aí muitas vezes já batizava a criança que nascia, às vezes nasciam crianças mortas. Aí que a gente sabe das histórias da avó, da mãe contava, então já batizavam aquelas crianças mesmo que nasciam mortas. (VERA, 2019).

Adriana não conheceu parteiras, mas traz algumas memórias sobre quando as mulheres ganhavam os filhos, das conversas que ouvia da mãe com outras mulheres. Afirma que muitas coisas as crianças não podiam escutar: “A mãe era muito de visitar comadre, mas daí, quando elas estavam falando coisas de mulher, daí elas diziam: vai brincar... Elas, acho que conversavam sozinhas entre elas”. Adriana fala que antigamente era “[...] com parteira que elas ganhavam os filhos, quando passavam mal, não se ganhava no hospital. Iam ao hospital quando era de carroça, no hospital da Reserva, um ou outro levava quando os maridos estavam trabalhando”. Então, mesmo quando se ia para o hospital, tinha toda uma rede de apoio na vizinhança para auxiliar a mulher quando ganhava bebê.

Dona Lautéria comentou que antigamente eram as parteiras que faziam os partos e sua avó materna era uma delas, mas não fez os partos da sua mãe, pois residiam distantes uma da outra, quem fez os partos de sua mãe foi outra parteira. Já os partos de Dona Lautéria foram realizados no hospital. Segundo ela, as parteiras faziam uso de simpatias e ervas para o cuidado do bebê, depois que nascia:

Lautéria - Era muito usado o chá de funcho pra tirar o frio, e naquele tempo as fomentações com unto, para fomentar a barriga da mulher, do porco, que eu me lembro, era bom pra criança nascer.

Leandra - Depois tinha todo um cuidado...

Lautéria - Ah é, a criança nascia e para tirar pra rua era um mês, antes do sétimo dia, não podia, não via a claridade, tinha que mostrar pra lua também né. A fraldinha da criança, não podia a lua ver, antes de mostrar pra lua, antes de entrar o sol tinha que recolher as fraldas das

crianças. E o chazinho de sabugueiro era muito usado quando dava sapinho nas crianças né.

Leandra – Benziam?

Lautéria - Benziam, benzedura para sapinho eu mesmo benzo, aprendi com as tias, com a avó.

Leandra - E sua mãe benzia.

Lautéria – Benzia. (LAUTÉRIA, 2019).

Dona Beatriz tem uma longa tradição de parteiras na sua própria família. Sua avó materna era parteira, e sua tia paterna Zeni também, sendo que ambas chegaram a fazer partos da sua mãe. Beatriz disse na sua entrevista que nunca fez nenhum parto, quando tinha algum acontecendo, ia para a peça em que havia um oratório, para pedir proteção para que tudo transcorresse bem:

Beatriz - Era simpatia, isso eu me lembro bem, chás, eram todos esses cuidados que tinham. E com a reza de benzedura, pra afastar muita coisa negativa, que inclusive sempre teve um ditado, que quando a mulher tá grávida, tem que se cuidar muito de picada de cobra, de insetos, de coisas, com a própria oração, com a própria reza. E as benzeduras afastavam todos esses bichos peçonhentos. (BEATRIZ, 2019).

Edna, por ser de outra geração, não presenciou partos, mas ouviu muitas histórias sobre o assunto, contadas pelas mulheres mais velhas da família. Ela própria chegou a conhecer a parteira do seu pai, dona Soeli, e refere sua tia-avó Zeni, sobre a qual já se falou no primeiro capítulo, como outra parteira que auxiliava as mulheres da família, além de Dona Santa, cacica do terreiro de umbanda Nossa Senhora Aparecida, localizado na comunidade quilombola Nicanor da Luz, em Piratini:

Edna – Então, as minhas avós tiveram partos em casa, foram parteiras que trouxeram os filhos delas ao mundo e das mulheres que viviam na comunidades, naqueles locais, que faziam esses partos. Na verdade eu cresci ouvindo essas histórias, assim, eu até poderia classificar meus avós como contadores de histórias, eles contavam muitas histórias do tempo antigo pra mim, para as minhas irmãs. E essas histórias dos partos sempre tiveram presente no nosso cotidiano, eu não sei se isso tem à ver com o fato de ser mulher, a gente sempre ouviu muito essas histórias, sempre escutou muito essas histórias. Eu acho que isso permanece na gente. E a mãe, já ganhou os filhos no hospital. (EDNA, 2019).

Segundo Dona Beatriz, depois que o bebê nascia, tinha todo um cuidado especial com ele e com a mãe, faziam-se benzeduras, mostrava-se a criança pra lua para não dar doenças:

Beatriz -Tinha simpatia, caldo de galinha, quando ganhavam a criança, já tinha o caldo de galinha pra dar pra mulher que recém tinha ganhado o neném, benzeduras, tinha todas essas coisas, os banhos certos com ervas, e contudo, nunca dava nem doenças e febre, nem dor, nem nada.

Leandra – A prática de mostrar pra lua também?

Beatriz – Tudo isso, benzedura, e mostravam pra lua, e as simpatias para não dar doenças. (BEATRIZ, 2019).

As simpatias eram pequenos rituais cotidianos, realizados a partir de uma visão de mundo de que alguns elementos se combinavam entre si, enquanto outros não, de que coisas muito diferentes estavam relacionadas umas com as outras e isso gerava todo um regramento do comportamento. Edna relata como isso estava presente em várias dimensões da vida cotidiana:

Edna – Isso, tinha essa questão de mostrar [a criança] pra lua, tinha uma coisa, que até eu achava engraçado, quando eu era criança, pra bebê recém-nascido, pra não soluçarem, era de botar um pedacinho de lã vermelha na testa da criança. Eu quando estava com dor de cabeça, muita dor de cabeça, que era sinusite, depois fui diagnosticada com sinusite, e me botavam batata, rodela de batata na cabeça. Coisas desse tipo faziam parte desse universo, enfim, várias coisas não prestava fazer, por exemplo, não prestava dormir de barriga pra cima, não prestava passar por debaixo da escada, por exemplo, não prestava apontar pra estrela porque podia dar verruga. Várias superstições que veio nesse universo, e simpatia para alguma coisa, assim, tudo isso fez parte da minha infância e das infâncias, assim, da vida desses familiares. Outra coisa, colocar, por exemplo, de quando alguém viu uma cobra, se essa pessoa não matava enquanto estava esperando alguém, tu amarrava a blusa dando um nó...

Leandra – Pra cobra passar...

Edna – Isso, ou deixar a roupa no local perto, pra cobra, vinha, ou a cobra que foi machucada, pra ela chegar perto dessa roupa pra depois matar a cobra. (EDNA, 2019).

Na comunidade de Maica, que foi a última entrevistada, também se preserva a memória dos tempos em que os partos eram realizados em casa:

Maica - Hoje eu ouço falar, assim, algumas pessoas que realizavam, esse trabalho. Mas na minha comunidade, hoje ainda, as pessoas que faziam já faleceram, o trabalho de parto... Que muitas vezes nem chegavam até o médico, faziam direto na comunidade mesmo, com as práticas e saberes mesmo de cada uma. (MAICA, 2020).

Isso para Maica, no entanto, é uma experiência distante, pois mesmo sua mãe teve todos os filhos no hospital, não preservando-se essa memória direta dos partos realizados em casa.

Se observa, então, uma tradição de cuidados mútuos e acolhimento dentro dessas comunidades, que eram do domínio feminino, criando-se toda uma rede de solidariedade, reciprocidade e considerações entre famílias que era alimentada pelo protagonismo das mulheres, que tinham nessas práticas toda uma fonte de autoridade.

5.1.2 Afastando o mal-estar: benzeduras e remédios caseiros

Segundo as colaboradoras, era muito difícil o cuidado com a saúde, pois não se tinha acesso aos serviços públicos em razão da condição social e do fato de se ser negro. Almeida (2016, p. 225) aponta, nesse sentido, que “[...] as práticas femininas mobilizadas pela ética do cuidado são formas de se oporem às violências impostas às pessoas negras e pobres, incluindo nessa morte a questão dos saberes [...]”²³. Então, as ervas medicinais e benzeduras, além de fazerem parte de um repertório cultural, eram uma resposta ao não acesso aos serviços de saúde:

Vanda - A saúde era mais chás e benzer, o médico era pouco, era chá e benzer, médico a gente não ia, só no ultimo caso, médico.
 Leandra - Não tinha médico perto?
 Vanda - Não tinha, mas a gente se curava com benzedura e chá
 Leandra - Só através de benzedura e chá se curava?
 Vanda - Se curava, e agora não existe mais benzedeira pra benzer, não tem mais quase. (VANDA, 2020).

Minha mãe ainda carrega alguns fragmentos desses conhecimentos antigos:

Vanda - Sei muito pouco, mais, assim, de quebrante, coisa assim, eu aprendi pouco com minha mãe
 Leandra - Mas a senhora faz simpatia ou alguma benzedura?
 Vanda - A benzedura que eu sei mais um pouquinho é benzer de quebrante, com a brasa, essas coisas assim. Aí eu boto água e brasa e benzer de encalho, fomentar bem a barriga e puxa nas costas, dá uns estalos nas costas, se dá os estalos é porque tá com encalho, se não dá, não tá. (VANDA, 2020).

²³ Mais à frente de seu texto, Almeida (2016, p. 229-230) coloca que os territórios de afetos “[...] são motivados pela necessidade política de abertura de espaços outros, diante das condições históricas de desamparo social e violência que essas pessoas cotidianamente enfrentam. Cuidar do outro e de si mesmo ganha uma perspectiva política.”

Esse apelo aos chás e benzeduras era o recurso utilizado na maioria das comunidades:

Leandra - Que outras formas de cuidados, de conhecimentos caseiros que se tinha para cuidar antigamente da própria saúde e da família.
 Vera - Chá, benzedura, porque eles não tinham médico naquele tempo, eu nasci aqui na cidade, mas era tudo mato, campo, não tinha acesso. Quando eu lembro a gente criança, até tinha um médico, doutor Mourão, e outros doutores que teve, mas não era pra negro, sabe, era pra quem tinha dinheiro e pra doenças mais graves. Aí tinha hospital, isso quando eu nasci, na vida meus pais e avós era só benzedura em casa, mesmo. Chás, simpatias, essas coisas assim. (VERA, 2019).

Quando se fala em cuidados do corpo e da saúde, Adriana relata de várias/os benzedores e benzedeadoras que faziam e fazem vizinhança com a comunidade quilombola Coxilha Negra, mas ela traz um aspecto diferente das outras interlocutoras: além de ter homem que benzia, todos/as eram brancos/as. Ela afirma que não lembra de ter conhecido, nas redondezas em que mora, pessoas negras que benziam:

Leandra - Que outras formas de cuidado e conhecimento tu sabe?
 Adriana - O que eu posso te dizer, assim oh, essa comadre da minha mãe vinha, posso dizer, ela era benzedora. Ela benzia, às vezes tinha uma dor de barriga, vai lá na dona Hortênsia que ela vai te benzer, aí passava. Um encalho, quando comia alguma coisa, dona Hortênsia que benzia.
 Leandra - Tua mãe benzia?
 Adriana - A minha mãe não benzia.
 Leandra - Era essa senhora?
 Adriana - Todo mundo na volta sabia, se estava mal, vai lá buscar dona Hortênsia, que vai vir benzer, ela vinha, benzia nas casas. Tinha um homem, ele benzia berruga, eu tinha berruga, ele me benzeu que ela terminou, me benzeu com caramujo e carvão, não sei o que ele fazia, sei que terminou.
 Leandra - Qual era nome dele?
 Adriana: Hugo Buarque, ele morava aqui na frente, ele me benzeu ou com simpatia como eles falavam, tem muitos que não gostavam de dizer que era benzedura.
 Leandra - Ele era branco?
 Adriana - Ele era branco, e dona Hortênsia também era branca, e dona Erica também era branca e benze até hoje
 Leandra - Ela é viva?
 Adriana – É viva, tem um senhorzinho mais lá pra trás, ele benze, mas é branco. (ADRIANA, 2019).

Dona Lautéria, nos seus relatos, apresenta uma perspectiva, em relação ao assunto, semelhante à de Carmem e Vera, ressaltando que o cuidado com a saúde era muito difícil por falta de condições socioeconômicas e distância dos

serviços médicos. Por isso, criou-se toda uma forma própria de lidar com esse tipo de problemas e situações:

Lautéria - Era com chás e benzeduras, homeopatia era usado muito naquela época, compostos com ervas de chás. Médico era meio difícil, não tinha, como é que eu vou te dizer? Era muito difícil o transporte, o meio da pessoa procurar um médico, o recurso que era difícil naquele tempo. Mais era carreta de boi, carro dos colonos, e as carretas que às vezes saiam com pessoal, trabalhavam muito com carvão, tinha que ir parando, descansando pelo caminho pra ir pra Pedro Osório. Às vezes levava dois dias de viagem, era com carreta, o transporte era mais com carreta, era difícil. (LAUTÉRIA, 2019)

Todos esses conhecimentos de partos, benzimentos e chás eram passados de geração à geração, são sabedorias que estão sempre presentes de alguma forma nas comunidades quilombolas. E dona Lautéria é uma prova viva desses conhecimentos, por meio deles proporcionava cuidados básicos para a saúde da família e da comunidade:

Leandra - Os cuidados eram mais através dos chás?

Lautéria - Era chá e homeopatia, xarope pra gripe, faziam xaropes caseiro, ervas de chás.

Leandra - A senhora faz alguma coisa de xarope.

Lautéria - Faço xarope pra gripe, até para bronquite, faço xarope de rapadura com cerveja, cura até bronquite.

Leandra - Como a senhora aprendeu?

Lautéria - Isso aí foi com meu irmão mais moço, que ensinaram pra ele, eu aprendi, mas antes eu fazia pra gripe, que eu aprendi com minha mãe, o xarope também de figueira e o de cambará, também é muito bom pra bronquite, essas coisas assim, é bom pra despeitorar, era o xarope. (LAUTÉRIA, 2019).

Elisângela não tem memória de como suas avós e tias ganhavam os filhos, pois já ouviu dizer que eram com parteiras, mas como suas tias foram morar muito cedo na cidade e sua mãe ganhou todos os filhos no hospital em Pelotas, então não tem lembranças. Todavia, traz muito forte nas suas vivências as formas tradicionais de cuidados com a saúde, pela convivência que tem até hoje com sua mãe:

Elisângela - Benzedura né, na minha família era muito comum porque minha mãe benzia, sempre foi auxílio a benzedura, além dos chás para essas doenças mais simples, sempre o recurso do chá. A mãe benze até hoje. Até porque, na época, não tanto na minha época, dos meus irmão mais velhos, não tinha transporte pra cidade com facilidade, tinha os dias certos da semana, uma vez na semana, digamos, assim, então se recorria muito à natureza para auxílio. Eu lembro na época deles

falarem que tinha homeopata a quem eles iam buscar auxílio, a quem eles recorriam, como era difícil chegar até o médico, era o que recorriam na época, já mais pra trás, quando eu nasci eles não existiam mais. (ELISÂNGELA, 2019)

Edna, assim como Elisângela, é de uma geração mais jovem, mas mesmo assim, tem muito presente o uso de benzeduras, simpatias e chás para tratamentos das anormalidades, até porque, até hoje sua mãe usa esses procedimentos com as pessoas que a procuram:

Edna – Na minha família, tanto do lado do pai e da mãe e dos meus avós, principalmente, tiveram cuidados caseiros, procedimentos caseiros pra cuidar da gente, de si próprio. Desde a questão da simpatia, pra tudo tinha benzedura, benzedura pra cortar o temporal, simpatia pra cortar o temporal, chás também pra dor no estômago, qualquer mal, dor de cabeça, mal estar. Além das benzeduras à brasa, que é da parte da mãe, faziam bastante de benzer, assim, por alguma coisa de sol, de encalho, de espinhela caída, enfim, tudo isso. Muito presente essa questão das ervas e chás em casa, de fazer simpatia quando fosse necessário, tomar chá pra dor de garganta, tansagem, alguma coisa assim. Sempre teve presente esses cuidados com coisas caseiras, assim, esses trabalhos com coisas caseiras, simpatias. (EDNA, 2019).

Edna, no entanto, acha que carrega apenas algumas coisas de todo esse aprendizado, outras, ela e as irmãs não incorporaram na sua forma de viver:

Edna - Digo que permanece, até mesmo porque minha mãe faz benzedura. Eu não benzo ninguém, não sei benzer, acredito que minhas irmãs não aprenderam. Embora, claro, nós temos nossas simpatias que a gente faz em alguns momentos da vida, algumas oração que a gente faz em algumas situações, alguns rituais em que se faz. Mas eu não benzo, minha irmãs também não benzem. A gente, eu acho que a gente segue com algumas coisas, no limite que a gente é capaz de fazer, tipo algumas simpatias que se faz. Por exemplo, simpatia para não ter dor de dente, coisas básicas, quando entra um arqueiro na vista, que santos que são chamados pra isso. E orações pra determinadas situações de risco, de insegurança. Permanece na gente de alguma forma. (EDNA, 2019).

Esse legado que Edna afirma trazer das avós, encontramos também em dona Vera, que talvez por ser de uma geração anterior à de Edna, detém até hoje uma sensibilidade para essas outras formas de perceber a realidade e se comunicar com dimensões que não são visíveis, por meio de seu ofício de cartomante:

Vera - O dom de ser cartomante, como é que eu vou dizer... Eu venho já de uma família de benzedores, essa vó Maria Lina era benzedeira, curandeira, parteira, naquela época era benzedura mesmo, era chá né, era adivinhação, coisas assim que eles já faziam, né? E eu era pequena, eu sempre acompanhei a avó, que ia nas casas benzer as pessoas, benzia bichos, animal de criação, benzia pé de flor que tava murchando. E hoje eu vejo, assim, a grandiosidade da prática que era né? Então eu acompanhava a avó, desde criança, assim, eu sempre tive visões, vamos dizer, que seja, assim, sensibilidade, né? Então eu sempre gostei muito disso também, né? Um dia ganhei um baralho de presente e aí eu comecei a jogar, jogava para os de casa primeiro, ia jogando. E aí, na verdade, assim, eu não conheço o que tem na carta, é pela intuição, eu abro a carta e parece que alguma coisa sopra no ouvido, o que é e o que não é! Então, até uma experiência que aconteceu agora, eu fui numa vizinha aqui do lado, botei carta para a tia e a guria me chamou, que precisava de ser benzida. Aí benzi ela e me veio aquilo na mente, aquilo vem assim na mente, algumas coisas que eu falei para ela e a mãe dela gritou: É verdade! Então é umas coisas assim, ela, não é a carta, eu olhar a figura da carta. Claro que eu sei o que cada figura quer dizer, mas é pela intuição, é intuitiva, e na verdade eu aprendi a botar carta assim, é que a minha avó conhecia búzios, aí a vó não tinha carta, mas por exemplo, ela jogava um punhado de milho em cima da mesa e ela lia a tua sorte, não que fosse o milho que dissesse, era a intuição dela, então eu acho que eu ganhei dela isso aí. Quando eu comecei a jogar carta, tinha uns 25 anos, eu acho. Aí parei, joguei por um tempo, parei um bom tempo, e aí agora eu tava botando de novo. Só que meu baralho sumiu, não acho, então não to jogando agora. (VERA, 2020).

Como colocam Sampaio e Pacheco “[...] a mulher negra na comunidade quilombola, especialmente, as idosas, torna-se referência de valores e saberes, de ancestralidade, de signos e identidade [...]” (2015, p. 62). Os domínios dos saberes sobre as desordens colocavam a mulheres como personagens importantes dentro dos quilombos, como portadoras e transmissoras de saberes fundamentais para a continuidade das comunidades, assim como, para a relação entre uma comunidade e outra:

Vera - E minha avó contava que as mulheres eram guardiãs das sementes, as mulheres que cultivavam, muitas vezes, porque os homens saíam à cata de serviço pra granjas. É, eu to lembrando do tempo que a avó falava que os homens caçavam, não tinham comida, então caçavam, as mulheres cuidavam de uma lavoura, criavam um bicho em casa. As mulheres que benziavam, não tinha benzedores, era normalmente mulheres que benziavam, as mulheres que eram, rezavam. As mulheres, teve uma época, que era bem assim dentro dos quilombos. Que eu lembro das conversa, quando estava em casa dos mais velhos, contavam até que as mulheres tinham um papel importante, não era reconhecidas.

Esta questão das mulheres negras não serem reconhecidas pelo sistema, mas entre a comunidade negra se tinha ali no quilombo umas benzedoras, umas negras velhas. Hoje na memória, negras velhas benzedoras. Que saíam e estavam longe, andavam de quilombo de carroça pra ir lá na dona fulana que era benzedora, lá beltrana que era

benzedeira, a maioria eram mulheres, tinham homens que eram benzedores, mas normalmente eram mulheres. (VERA, 2019).

Dona Beatriz traz no seu relato sobre a dificuldades que a força que seus pais e avós tiveram para criar os filhos, e para enfrentar essa desumanidade era através da fé, tinham nas orações uma forma de enfrentar todos os problemas e hoje Beatriz carrega esse legado de família, ensina para suas filhas e outras pessoas que vão até sua casa pedir proteção, à rezar. “A reza nos constrói e, é um meio que se tem para conversar com Deus, e Deus sempre nos dá a divina proteção”. Espiritualidade e cura andam juntas pra ela, e explica que é na conversa direta com os antepassados que vivenciaram a escravidão que os problemas são enfrentados. Uma das formas de fazerem essa comunicação é por meio do terço cantado, uma forma de reza que vem do tempo antigo e que ela preserva:

[...] a gente roga à Deus e a gente reza o terço pra aqueles irmão que partiram, aqueles que perderam a vida no tronco, aqueles que perderam a vida para os seus senhores, que até pra guardar o dinheiro a vida fiava ali. Então a gente reza, eles nos ajudam e a gente não sente aquele cansaço, a gente não sente, graças a Deus, ele nos ajuda bastante. (BEATRIZ, 2019).

Conforme já foi dito no segundo capítulo, Dona Beatriz herdou da sua avó materna e da sua mãe o dom de curar. Ela é benzedeira, rezadeira e umbandista. Aprendeu desde pequena que rezar é a principal forma de se afastar dos perigos, de qualquer ataque, desde bichos peçonhentos, até mau-olhado, que, segundo ela, “traz coisas negativas não só pra nós, mas pra todos os irmãos da face da terra”:

Beatriz - Os chás e as benzeduras eram essenciais, inclusive, não se alimentavam sem fazer aquela reza, pra isso tinha aquelas culturas dos centros [de umbanda], dos dias de encontros, que aqueles irmãos que partiram, depois eles voltam na terra, voltam até hoje para nos orientar, pra nos benzer, nos afastar das maldades, nos afastar das coisas ruim. (BEATRIZ, 2019).

Dona Beatriz possui uma grande preocupação em perpetuar os saberes que aprendeu no seu meio religioso, para que eles permaneçam após a sua morte, tal como ela perpetuou os ensinamentos de seus pais e avós. A iniciação na umbanda e nas benzeduras se deu na localidade do Alvorito, onde havia a

terreira da sua mãe. Depois de sua mãe falecer e ela mudar para o local em que reside hoje, passou a frequentar o centro de umbanda Nossa Senhora Aparecida, que fica no Cancelão (Piratini), pois muitas pessoas que estão lá hoje eram seus conterrâneos. Há 10 anos, porém, ela estabeleceu o seu próprio congá, na sua casa, mas mesmo assim, sempre que pode, vai até o Cancelão renovar suas forças junto à Dona Santa, cacica do centro de umbanda de lá, e sua tia paterna Zeni Duarte que lá reside:

Beatriz – Terreira, participo lá da Tia Santa, Nossa Senhora Aparecida, quando eu posso, tenho condução de ir. Que antigamente eu ia quase todas [as sessões] que tinha, porque tinha um ônibus, agora não tem ônibus na semana. Mas quando eu arrumo alguma carona eu vou e ajudo a participar e a tocar pra frente, como eu sou desenvolvida, médium, então eu ajudo ela nas tarefas, nas dificuldades das pessoas.
Leandra – Quantos anos faz que a senhora está na terreira?

Beatriz – Eu me desenvolvi com quinze anos, eu hoje estou com cinquenta e cinco.

Leandra - O seu centro, quantos anos a senhora tem ele aqui?

Beatriz - Aqui faz dez anos, já tinha lá, porque eu tocava a terreira da mãe, depois que ela foi ficando, assim, envelhecida e adoentada, era eu que tocava, era a presidente. Mas hoje, aqui, faz dez anos que estou aqui com as pessoas, ai eu vim pra cá e todo dia está chegando gente. (BEATRIZ, 2019).

Segundo minha mãe, a minha avó frequentava a umbanda ainda quando morava no Arroio do Padre. Na minha família isso sempre foi comum. A minha mãe começou a frequentar com 18 anos em um Centro no Bairro Santa Terezinha, de Pelotas, o meu irmão mais velho ia junto e fez parte da corrente de um centro por um tempo. Atualmente, minha irmã Eronita frequenta e meu irmão Eder também. Minha sobrinha chegou a fazer parte de corrente, em um Centro de Umbanda de Pelotas. Eu também cheguei a ir uma vez ou outra junto com minha irmã, desde que comecei a fazer o curso de Magistério. Durante minha estadia na casa da Dona Beatriz, ela me benzeu com brasa diante do seu congá. Com uma tesoura, colocou três brasas acesas dentro do copo de água, uma por uma. Fechei os olhos, mas percebia sua presença nas minhas costas, fazendo gestos enquanto colocava as brasas no copo e sussurrava palavras que não consegui gravar. Ela disse que eu estava bem de saúde, que apenas tinha olho-grande ao meu redor, mas tinha uma estrela comigo que sempre me acompanha.

Alguns meses depois da minha estadia, como havia comentado em casa do meu benzimento e sobre a liderança religiosa de Dona Beatriz, fomos visitá-la eu, meus dois irmãos, um sobrinho e minha mãe. Todos se benzeram e receberam os devidos aconselhamentos. Para mim, recomendou comprar uma medalha de São Jorge e rezar a oração dele todo o dia, além de fazer chá de alecrim para tomar. As recomendações faziam sentido, porque começava a ficar nervosa com a escrita da minha dissertação. Dona Beatriz não é apenas minha interlocutora, é a pessoa que me deu proteção para ter força e tranquilidade para escrever esse trabalho. Ela reconstruiu meus vínculos com minha ancestralidade espiritual.



Figura 17 - Dona Beatriz no momento em que me benzeu. Foto tirada por Edna sem eu perceber, e repassada depois por Whats'App.

A mãe de dona Beatriz, Ana Júlia Coutinho, deixou marcas profundas em sua neta Edna, que em determinado momento, assumiu a tarefa de cambona²⁴

²⁴ Auxiliar da liderança religiosa na umbanda – mãe-de-santo, pai-de-santo, cacique ou cacica – que auxiliar na organização e condução de todo o ritual, incluindo assistência às entidades que estão incorporadas, às pessoas que fazem parte da corrente e que estão ainda desenvolvendo

no terreiro da sua avó, adquirindo na convivência com ela, segundo relata, toda uma sensibilidade em relação às ervas.

Edna – Convivi bastante com meus avós, tenho lembranças muito positivas da minha avó por parte de mãe, eu era muito mais apegada à ela. Fiquei muitas vezes com ela, lá na casa que ela morava, de companheira, assim, quando meu tio saía para algum baile ou alguma festa. À acompanhei muito, assim, o processo dela, da relação que ela tinha com a terreira, que ela tocou uns quarenta anos, e em um determinado momento, eu passei a executar determinadas tarefas dentro dessa terreira, cuidado daquele espaço, limpando antes de ter alguma festividade, de ter os trabalhos, os trabalhos religiosos. Então, eu limpava essa terreira, eu colocava as flores, as ervas ali. E também auxiliava nos dias que tinha os cultos religiosos, as entidades que chegavam ali, executando uma função que na umbanda se pode dizer como de cambona ou cambono.

[...]

[...] então, tenho essa memória muito afetiva de estar com a vó, assim, na horta dela, ainda quando ela tinha uma boa saúde, uma saúde melhor, de estar junto com ela, de estar capinando na horta, de estar junto com ela auxiliando na horta. Tipo assim, a primeira vez que eu capinei foi com ela, de gostar dos chás, das plantas, de conhecer as coisas. Tinha um pomar, assim, que tinha várias espécies de pessegueiros, tinha ananás e verduras de todo o tipo, uva, tinha várias laranjeiras, bergamoteira, lima, limoeiro e vários chás. Pra além disso tinha feijão, milho, então eu vivenciei muito, tinha essa coisa de ir com a vó pra dentro da horta dela, da grande horta, de sentar com ela debaixo, sentar, ficar conversando comendo fruta. Acho que de uma certa forma isso está, isso está presente na minha vida, na minha prática cotidiana, essa dimensão da amorosidade, do respeito do que a gente é, de entender o que a gente é, a importância que a gente tem. Claro, nem por a vó ser uma figura religiosa muito importante naquela comunidade que ela vivia, desempenhou um papel muito importante, muitas pessoas tinham respeito pela figura dela. (EDNA, 2019).

Assim como Edna, Maica manifesta um grande interesse pelos “saberes dos mais velhos”, pois o uso de ervas para tratar os mais diversos mal-estar está presente ainda hoje na sua comunidade:

Maica – Sim, algumas histórias que os mais velhos nos contam, como funcionava antigamente, essa questão dos chás, para que serve tal coisa. Então, alguma coisa a gente resgata, ainda tenta até os dia de hoje, sempre conversando com os mais velhos, pra poder a gente saber mais como era há tempos mais atrás. Que hoje a gente vê que as pessoas tem muito menos saúde, e as pessoas mais velhas são portadoras de muitos conhecimentos. Então a gente tenta sempre de explorar e saber deles como funciona, pra nós podermos usar nos nossos dias de hoje. (MAICA, 2020).

a sua mediunidade ou ainda, às pessoas que são atendidas nas consultas às entidades e não compreendem o que elas estão recomendando.

Na comunidade do Porteiro Grande, segundo Maica, havia uma senhora que era benzedeira e curandeira, mas faleceu há alguns anos. Era uma referência como portadora de saberes tradicionais, tendo sua memória documentada por um projeto da universidade. Ela deixou muitos ensinamentos enquanto estava viva:

Maica - [...] Lá no meu grupo, na minha comunidade, tinha uma senhora que benzia, hoje ela é falecida. Então várias coisas, assim, ela ajudava as pessoas, benzia, tinha dom do benzimento. Ela passou esses muitos saberes enquanto estava viva, até a professora, o pessoal da Universidade Federal, acabou fazendo um documentário com ela e tal.

Leandra - Qual o nome dela?

Maica - Santa Eloá Soares, é falecida, na comunidade. Pessoa de muita boa índole, uma senhora que hoje, infelizmente, partiu pra outro lugar, já faleceu, que sabia muito, tinha muitos saberes. (MAICA, 2020).

Esse lugar de destaque das mulheres, nas comunidades quilombolas, como parteiras e benzedeiras, parece ser algo constante em todo o país, segundo o que se tira de algumas revisões bibliográficas. Souza (2006, p. 106) coloca que até hoje o exercício dessas funções em Conceição das Crioulas é “indispensável”, pela ausência de outros profissionais de saúde. Lima (2015, p. 146) também aponta que as práticas religiosas de cunho curativo são quase que exclusivamente femininas nesse tipo de comunidade.

5.2 Experiências como lideranças políticas

Como já coloquei na introdução desse trabalho, mesmo que as mulheres exerçam papéis fundamentais em suas comunidades, é comum que sejam destacados os personagens homens quando se procura reconstruir suas histórias. Foi o que observou Cledineia Carvalho Santos na pesquisa que realizou na comunidade quilombola Nova Esperança, na Bahia. A comunidade teria sido formada a partir da compra de uma área de terras por parte do casal Faustino do Santos e Antônia Maria de Jesus Santos. Todavia, ao se contar sua história oficial, a pesquisadora constatou que apenas a parte masculina do casal é destacada, como se sua esposa não tivesse contribuído para a formação e continuidade da comunidade, o que é contrariado pelos depoimentos dos

descendentes do casal²⁵. Antônia Maria é descrita como fundamental no fortalecimento dos laços de parentesco, no trabalho da lavoura e distribuição dos alimentos, na preservação da moralidade familiar, de valores e rituais religiosos, e assim como na transmissão da memória e dos saberes para fazer frente aos desafios da vida.

Maria Aparecida de Oliveira Souza, na pesquisa que faz sobre a comunidade de Conceição das Crioulas, constata que nas narrativas sobre a formação da comunidade ganha destaque um grupo de seis mulheres negras e livres, que ocuparam aquelas terras ainda no século XIX, o que segundo ela, “contribui para desestabilizar a ideia hegemônica do patriarcado”, pois desde a fundação da comunidade, as mulheres assumem o lugar de provedoras (2006, p. 7). A referência histórica à essas mulheres torna compreensível o motivo de na atualidade, na parte da organização política, “as mulheres ocupam lugar privilegiado, pois são as principais responsáveis por muitas das estratégias que resultaram em conquistas para a comunidade” (SOUZA, 2006, p. 29).

Quando entrevistei Carmem, ela tinha atuado na diretoria da Associação Quilombola em duas gestões, uma como tesoureira e em outra, como presidente, tendo se retirado em razão de um trabalho que se envolveu nas redondezas:

Carmem - Sim, os primeiros anos eu assumi, dois anos, aí eu assumi, fui tesoureira por quatro anos, fui tesoureira desde 2009. Sim, fui por quatro anos tesoureira, depois peguei de presidente.

Leandra - Da Associação?

Carmem - Na associação tirei os dois anos, e de dois em dois anos, sai fora porque tinha que trabalhar, fui trabalhar numa fazenda, fui para a fazenda achei que era demais ficar na diretoria, tinha que sair muito e eu não podia sair na semana, assinavam minha carteira. (CARMEM, 2019).

Desde que começou a fazer parte das diretorias da Associação, Carmem chegou a participar de vários fóruns, reuniões e seminários na cidade de Canguçu e em cidades das redondezas, como é o caso do Fórum da Agricultura

²⁵ “A história de Faustino dos Santos não foi construída na solidão, ao contrário, teve uma companheira, Antônia Maria de Jesus, até então no esquecimento quando a história da comunidade é contada. Não por ser menor sua contribuição na formação da comunidade e na identidade da mesma. Mas, motivada pelo modelo do patriarcado latente na memória coletiva, onde a história enaltecida é sempre pela ótica do homem como o grande provedor.” (SANTOS, 2018, p.41).

Familiar, que é realizado em Pelotas. Foi a partir dessas participações que ela relata que aprendeu a se desinibir:

Leandra - Que experiência tu teve em relação à essas atividades?
Carmem - Olha! Experiência maior é de conversar com o público, porque geralmente as pessoas não gostam de conversar, de falar com mais gente. Foi uma experiência muito forte, pra mim, foi conversar pra mais pessoas, então hoje eu não tenho vergonha de conversar. A gente vai acostumando, levei muito tempo pra mim me desligar, a gente fica muito tímida, aí a partir desse movimento quilombola que eu consegui, porque eu não teria conseguido. (CARMEM, 2019).

Tive a oportunidade de acompanhar Carmem em dois eventos em que ela fez roda de conversa com estudantes do Colégio Monteiro Lobato, de Porto Alegre, um em 2018 e outro em 2019. Em ambas ocasiões, os alunos tinham assistido no próprio colégio o documentário “Eu Apendi vendo”, realizado pela equipe do projeto “Etnodesenvolvimento...” sobre o grupo de artesãs da comunidade de Maçambique. No ano de 2018 esse encontro foi realizado no Museu Doce. O combinado com as professoras da escola é que a excursão chegaria no museu no início da tarde, depois de passarem por outros locais históricos da cidade. A equipe do projeto, em conjunto com a equipe do museu, preparou uma sala grande, com círculos de cadeiras para recepcionar as turmas, além de combinar a vinda da representante da comunidade. Além disso, montou-se uma feirinha de artesanatos na esperança de que algumas peças fossem vendidas.

Carmem saiu de madrugada da sua comunidade e chegou em torno de 9:30h em Pelotas. Neste dia, trouxe o seu netinho Rafael, que estava aproximadamente com 10 meses, pois não tinha com quem deixar, porque sua mãe ia para o colégio e seu pai trabalhava. A excursão se atrasou bastante para chegar até o museu, deixando a equipe nervosa, pois Carmem precisava pegar ônibus as 18:00h. Logo na chegada, as crianças já foram direto para feirinha de forma tumultuada, algumas abanando notas de valores nas mãos. Houve uma venda bem significativa, especialmente de bonecas de fuxico. O Rafael, a essas alturas já estava um pouco irritado, não desgrudava nem um instante de sua avó. Depois das vendas, todos se acomodaram nas cadeiras ou no chão, eram aproximadamente 40 crianças, e dentre elas, só havia um menino negro. A Carmem sentou e colocou seu netinho entre as pernas no chão, porque ele não

queria ficar no colo e as crianças estavam encantadas com ele, brincado e rindo. As crianças, bem entusiasmadas, fizeram bastante perguntas pra Carmem sobre o documentário, sobre sua infância e a vida na comunidade. Foi muito interessante essa experiência, ver as crianças perguntando e a felicidade da Carmem estampada no rosto, foi incrível, pois ela mesma disse que nunca tinha pensado que o que ela falava era importante e que os artesanatos que as mulheres faziam seriam valorizados. Foi um bom tempo de conversa até a excursão se despedir, tivemos que correr para fechar as contas pra Carmem levar seu dinheiro para dividir com as suas colegas de grupo.

No ano de 2019 a coordenação pedagógica da escola Monteiro Lobato entrou em contato com a equipe do projeto para repetirem a experiência, pois havia gostado muito. Como o projeto já estava inserido na programação do mês da Consciência Negra do Museu da Baronesa, resolvemos acolher os estudantes naquele local. Novamente Carmem madrugou e chegou no meio da manhã em Pelotas, eu já havia marcado com ela no Mercado Público para fazer mais algumas perguntas para a minha pesquisa, e no final da manhã almoçamos todas juntas – Ela, eu e a coordenadora do projeto. Dessa vez a Carmem não trouxe seu netinho. Então o grupo do projeto foi cedo junto com ela organizar o espaço para a palestra e montar a feira, dessa vez, tentamos levar mais voluntários para ajudar, nós estávamos todos na expectativa que as crianças chegassem. Quando as crianças chegaram, cumprimentaram e foram se organizando nos assentos, muitos falaram que lembravam da Carmem e queriam saber sobre o seu netinho, como estava. Vários fizeram perguntas pra Carmem, sobre os mesmos temas do ano anterior, e ela se sentia muito à vontade na conversa, no final ela deu conselhos para as crianças estudarem e valorizarem o que elas têm. Depois do encerramento das perguntas, as crianças foram comprar os artesanatos, mesmo com uma equipe maior, foi o maior tumulto, pois todas queriam ser atendidas ao mesmo tempo. Novamente houve um grande volume de vendas, e Carmem retornou feliz para a Serra dos Tapes, pois além de ver o seu trabalho e conhecimentos valorizados, já era final de novembro e o dinheiro que levava auxiliaria nas despesas familiares do natal das artesãs.



Figura 18 - Carmem e a equipe do Projeto Etnodesenvolvimento recepcionando turmas do Colégio Monteiro Lobato de Porto Alegre no Museu da Baronesa em novembro de 2020. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas

A associação quilombola do Maçambique tem a peculiaridade de ter tido quase sempre uma mulher à sua frente. Nas visitas de assessoria ao grupo de artesãs, um dos assuntos muito comentados por elas enquanto fuxicam²⁶, é a falta de iniciativa dos homens para assumirem lideranças e a “mania” de só reclamarem do que está sendo feito, sem se envolver e ficando apenas à espera dos eventuais benefícios. Essas questões Carmem expõem também na sua entrevista:

Leandra - Os homens na comunidade respeitam a mulher com liderança?

Carmem – Não, eles estão sempre achando defeito, nunca tá bom, só que eles não assumem diretoria, eles nunca acham que tá bom, acham que eu saio demais, quando eu saia, que aparecia alguma coisa, ai aceitavam, ai tudo queriam. Achavam que não era necessário sair²⁷, mas toda diretoria que está tem que sair, procurar algo para somar, como não ir buscar? Se não vai a reunião, não fica sabendo dos projetos, das coisas que tem, não tem como andar pra frente a Associação. (CARMEM, 2019).

²⁶ Me refiro aos fuxicos feitos de retalhos para compor peças de artesanato.

²⁷ Carmem, quando fala em “sair”, relata sobre participar de fóruns, eventos e reuniões com outras lideranças quilombolas ou organizações governamentais e não-governamentais.

De fato, durante as saídas de campo do Projeto Etnodesenvolvimento, no ano de 2019, além da assessoria ao grupo de artesãs, a equipe conversou bastante sobre a situação de abandono da Associação Quilombola, pois Dona Maria Conceição, em razão de problemas de saúde, estava cada vez mais impedida de representar a comunidade em reuniões que aconteciam na cidade de Canguçu e em Pelotas. As mulheres do grupo de artesãs e os membros da equipe apontavam para Carmem como a pessoa mais habilitada para assumir a Associação naquele momento. Ela resistia em razão da necessidade de trabalhar para sustentar a casa e o neto. Depois de muita conversa ela aceitou, e no final daquele ano, tornou-se Presidente da Associação, isso algumas semanas antes do falecimento de Dona Maria Conceição, a querida “Tia Mara”.

Além disso, Carmem participa há 23 anos de uma igreja pentecostal – Igreja Batista Cristo é Vida – em que assume o cargo de tesoureira e oradora, sendo ativa na realização dos cultos quando o pastor não está presente.

As mulheres estão ocupando espaços como lideranças em vários contextos dentro da sociedade, fazendo se representar, não deixando conceitos estereotipados desvalorizarem seus conhecimentos. Além de estar à frente da organização da mais nova comunidade quilombola de São Lourenço, Vera atuou na diretoria da primeira Federação Quilombola do RS. Dona Vera não se considera uma liderança, apesar de ser uma militante aguerrida, conhecida em toda a região e uma referência para os militantes que estão ingressando agora na jornada:

Vera - Cargo de liderança, quando era mais jovem, eu to jovem, to só com 62 anos, mas quando tinha 35 anos eu fui candidata à vereadora sabe, então fiz, na época, para se eleger precisava de 150 votos, e de votos eu fiz 70 né, não fui eleita. Até por falta de consciência da própria comunidade negra de ter um representante negro, como até os dias de hoje, a comunidade negra não tem consciência, ciente de eleger representante negro, sem entra em detalhes. Mas hoje eu não me considero uma liderança, mais eu recebo jovens, falo da questão da negritude, sou militante do Movimento Negro há 28 anos e faço formação sobre a negritude, trabalho com educação popular, com educação da questão racial, da saúde da população negra. Então, mas assim, é isso ai. (VERA, 2020).

A Adriana sempre esteve envolvida na Associação Quilombola da sua comunidade, tendo assumido por dois anos o posto de secretária. E mesmo depois que saiu do cargo, permanece envolvida na organização política,

representando, inclusive, a comunidade em fóruns externos. Sua preocupação é sempre repassar o que aprende fora para os demais integrantes da Associação, assim como abrir canais para a conquista de recursos e políticas:

Adriana – Sim, quando tem as reunião da comunidade, eu vou, participo do Fórum da Economia Familiar pelo quilombo, quando consigo ir, também não é sempre que a gente tem tempo. Às vezes estamos participando de outras coisas, participo do Comitê, participava na FURG, levando o nome da comunidade junto comigo, falavam sobre quilombola, estava sempre levando... Aonde vou, estou sempre levando a comunidade junto comigo, não sei se era da melhor maneira, se consegui levar da melhor maneira, mas estava sempre levando junto. (ADRIANA, 2019).

Ao perguntar para Adriana sobre a forma como os homens da comunidade se relacionam com mulheres que possuem iniciativa e liderança, ela indica uma postura diferente da relatada por Carmem em relação à comunidade de Maçambique:

Adriana - Aqui na comunidade, assim, eu acho que... Não sei se eles não demostram, assim, e bem, tu não vê uma crítica, não falam, são bem respeitosos. Eles sempre perguntam, tento agregar também, a gente compartilha também, quando eu consigo, assim, sair e falar estou sempre passando as experiências, sempre procuro passar pra eles, ele falam... (ADRIANA, 2019).

Adriana tem como uma das referências de liderança as mulheres do movimento negro que se dispuseram a ir na sua comunidade estimular a organização quilombola: Pia, Ana Centeno e a própria Vera Macedo, da cidade de São Lourenço do Sul:

Adriana – Aqui, o que eu lembro quando os primeiros que vieram aqui fazer perguntas, como é que era, como as pessoa viviam aqui, foi através da Pia, que é uma liderança de São Lourenço do Sul. Ela, dona Vera, vinham não sei se era por algum programa ou projeto que eles tinham, podiam vir visitar essas famílias aqui fora, no interior, como estavam organizados. Que eu me lembro, foram os primeiros que chegaram aqui na minha casa, falando sobre a comunidade quilombola, depois quem fez e nos ajudou a certificar a comunidade foi o CAPA. (ADRIANA, 2019).

O espelhamento em mulheres militantes de fora da comunidade também faz parte da trajetória de Dona Lautéria, que tem como referência duas mulheres

que foram centrais na organização do auto reconhecimento das comunidades quilombolas de Piratini:

Lautéria – Sim, a moça que começou com nós, dava muita orientação pra nós, é a irmã Marisa, era daqui de Piratini. Ela ajudava muito, ela também era negra, e agora a Eva que meio que nos comanda, que mora em Piratini, Eva Pinheiro, que é coordenadora eu acho.

Leandra - Então a senhora acha ela referência pra você?

Lautéria - Sim, ela mais o menos que organiza as coisas, tem que apelar pra ela lá em Piratini. (LAUTÉRIA, 2019).

Observamos, nessa referência das mulheres à outras mulheres, um exercício de construção dos seus espaços de atuação, o que deve envolver talvez negociações com o domínio masculino, fazendo associações com personagens públicas (no caso de dona Lautéria, uma professora e uma religiosa) para legitimar os seus próprios protagonismos. Como coloca Nunes e Marques (2019, p. 568) não é apenas por características individuais que uma pessoa se torna liderança, “[...] mas pelo conjunto de ideias, geralmente coletivas, que dão coerência para determinadas pessoas assumirem tal posto. [...]”.

Dona Lautéria, antes de iniciar sua participação na Associação Quilombola do Rincão do Couro, já tinha vivenciado experiências de formação e organização política no MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais: “[...] a gente viajava muito também, ai eu te falei, a gente foi para Porto Alegre, fomos a primeira vez em Rio Grande, Porto Alegre, Passo Fundo e as gurias foram até Brasília, a Elisângela e Elisiane”. Segundo ela, essas viagens tinham por objetivo lutar pelos “[...] direitos da gente, foi aonde a gente foi descobrindo os direitos dos negros, dos quilombolas, foi por ai que a gente descobriu os direitos, porque lá pra cima já estava funcionando”. Segundo Dona Lautéria, essas viagens das mulheres da comunidade para participarem desse tipo de mobilização sempre foi respeitado pelos homens do local.

A Associação Quilombola Rincão do Couro, desde que foi fundada, teve mais homens que mulheres na presidência, mas estas sempre tiveram participação ativa nas atividades, encabeçadas justamente por Dona Lautéria e sua filha Elisângela. Elas deixaram sua marca, inclusive, na própria construção da sede da Associação, feita por meio de mutirão: “[...] aí foi fundada, assim, de mutirão, a gente, até as mulheres pegaram junto pra ajudar a fazer, ainda falta

pra terminar, mas falta pouco, tem umas peças que faltam, não estão rebocadas, mas está bem organizada”. Essa participação feminina, segundo Dona Lautéria, sempre foi respeitada pelos homens.

Dona Lautéria, mesmo com dificuldades de locomoção, participa regularmente das reuniões da sua comunidade, assim como dos encontros anuais que sempre são realizados na Semana da Consciência Negra, ou na sede municipal, ou na comunidade Rincão da Faxina. Além disso, já participou de vários encontros quilombolas na região: “A gente já saiu pra Jaguarão, aqui em São Lourenço, em Rio Pardo, mas em Rio Pardo a gente foi pela EMATER; Canguçu, de vez em quando a gente vai pra Canguçu para palestras”.

Dona Lautéria faz parte do Conselho Fiscal da Associação Quilombola há uns sete anos, mesmo mudando de presidente, ela permanece:

Lautéria - Quando estiver alguma coisa errada, vejo que não tá certo, aí eu reclamo, dou uma cuidada, digo: não é assim, não tem que ser assim. Quando fizeram a eleição pra trocar a diretoria, aí as gurias que moram em Pelotas, como eu estava dizendo, uma que saiu agora, surgiu a ideia de Presidente e outra de vice. Aí eu deixei elas falarem e depois pedi a palavra, como diz o outro, levantei a mão, aí eu falei pra elas que achava meio difícil elas assumirem, porque as duas eram daqui, tá certo, nascidas aqui, as duas eram nascidas em Pelotas, mas a gente delas é daqui, elas participavam da comunidade. Mas aí moravam em Pelotas com crianças pequenas no colégio e trabalhavam fora, como iam assumir a comunidade, elas lá em Pelotas? Aí eu falei isso, aí eles modificaram, aí eles trocarão. (LAUTÉRIA, 2019).

Contudo, além dessa participação formal no Conselho Fiscal, Dona Lautéria está sempre à frente da organização das festas e promoções para a Associação, especialmente quando envolve coisas de cozinha, quando ela assume o comando da produção de alimentos que são consumidos, e envolve crianças. Já foi falado no Capítulo 3 que atividades domésticas, como cozinhar, podem ter outros significados para as mulheres negras. Juntando com as reflexões do início deste Capítulo, podemos afirmar que cozinhar e distribuir alimentos também é uma prática que caracteriza os “territórios de afetos”, é uma tradição política muito peculiar à essas mulheres. Collins afirma que os sentimentos profundos que geram ações, como o sentimento do amor, são uma importante fonte de poder, por isso são duramente reprimidos pelos regimes opressivos; a liberdade de expressão desses sentimentos é uma forma de empoderamento, pois cria “relações afetivas humanizadas” (2019, p. 256-257):

Lautéria - A gente fez um bolinho para as crianças, aí a gente foi com doações, o tesoureiro deu o bolo, eu dei o refri, levei ovos também, pastel, essas coisas, e umas quantas coisas... Doaram bala, pirulito pra criançada, a gente faz todos os anos, a gente faz na associação, uma festinha para as crianças. Já fizemos de cachorro quente, aí as festas juninas faz com muita diversão, esse ano até estava bem bonita, tinha vários tipos de brincadeiras, o Joel organizou. E todos os anos a gente faz uma coisa para as crianças, a gente consegue doações faz brinquedos, só esse ano a gente não conseguiu brinquedo, esse ano, já pra festa junina a gente conseguiu brinquedo. (LAUTÉRIA, 2019).



Figura 19 - Dona Lautéria fazendo pão na pedra e distribuindo para os integrantes da comunidade Rincão do Couro em 2014. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

A participação política de Dona Lautéria não se restringe à Associação Quilombola. Além de ter tido sempre uma participação ativa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, participa ativamente do Conselho Fiscal da Associação Comunitária da sua localidade vinculada à uma igreja católica que existe próxima à comunidade, e da qual os moradores quilombolas participam ativamente:

Lautéria - Sim, eu sou do Conselho Fiscal da Igreja São Francisco de Assis²⁸, também sou do Conselho. E já fui sócia do Sindicato, o meu marido que era sócio em conjunto, aí depois ele faleceu, tinha que fazer outros papéis, aí eu sai fora, aí eu... O meu guri que é sócio do Sindicato, o Eliseu é sócio.

Leandra - A senhora ficou quantos anos de Sindicato?

Lautéria - Ai de Sindicato, entre tempo com meu marido, já tenho uns quinze anos.

Leandra - E na Igreja?

Lautéria - Na igreja, outro lugar que já estou há dez anos, no Conselho, aí troca e é uma luta para trocar a presidência, também o pessoal ninguém quer assumir. Aí quando troca, agora mesmo trocou nessa

²⁸ O prédio dessa igreja fica no trevo de acesso à cidade de Piratini, e as residências das famílias quilombolas estão localizadas na área de abrangência da igreja, algumas muito próximas do prédio.

missa que houve, todos os meses no segundo sábado de cada mês tem missa. Esse outro ele inverteu, porque tinha um almoço pra fazer uma graninha pra igreja, no primeiro sábado, que trocou a presidência, mas já o Conselho Fiscal estava ficando. Aí ai presidência veio pedir seu eu ficava, aí o que eu ia fazer? Só do Conselho Fiscal. (LAUTÉRIA, 2019).

O envolvimento de Dona Lautéria com a Associação Quilombola Rincão do Couro se estende para toda a sua rede familiar. Como já foi colocado no primeiro capítulo, sua filha Elisângela ficou dois anos como presidente da Associação, se desligando do cargo para poder cursar a universidade:

Elisângela - Nas reuniões agora não estou muito participante, por não estar lá, e acontece no primeiro sábado de cada mês. Então, por falta de recurso não tem condição de ir. Sempre que eu estou lá, se tem alguma atividade eu procuro participar, as últimas vezes foi mais na ajuda de trabalho, que tinha algum evento, eu estava lá, meu sobrinho me pediu para ajudar, porque das reuniões não participava, algumas coisas referente... Fora um evento na FURG que tem, relacionado aos quilombolas, eu vou, ou se a UFPEL oferece alguma coisa. (ELISÂNGELA, 2019).

Elisângela relata que no começo houve resistência por parte dos homens em ter uma mulher como liderança, com homens não respeitando a sua posição e tentando ditar como ela deveria fazer as coisas:

Elisângela - No começo... Porque eu acho, na presidência mesmo, eu fui a primeira, teve uns atritos, tive que me impor porque tinha... Não sei se era por ser mulher, alguma coisa assim, de achar de gritar mais do que eu. Não, porque eu lembro, referente a um evento que tinha aí, que a pessoa não tá mais na presidência e queria fazer o evento como se fosse [presidente]. Não só por esta questão, ele faltou com o respeito comigo, por isso eu me impus e disse: 'não, tu não está mais! Quem está à frente sou eu, vai funcionar assim, assim, não como tu quer'.

Leandra - Mesmo afastado ele queria.

Elisângela - Achando que ele podia mandar.

Leandra - Nem conversar, que é bom...

Elisângela - Sim, achando que tinha que ser do jeito dele, as coisas não são assim. Depois disso, claro sempre tem na diretoria, tem mais mulheres, não assumindo o cargo da presidência da associação, mas é de fiscal, secretaria, essas coisas assim. Assumindo, assim, fui a primeira, não teve mais. Mas eu acho que as gurias tentaram entrar, mas eu não sei, se foi sob pressão, o que aconteceu, que elas desistiram. (ELISÂNGELA, 2019).

Depois que foi fazer faculdade, Elisângela continuou a participar, mas à distância, enviando informações sobre políticas pelas redes sociais e participando em eventos e fóruns regionais e estaduais relacionados à questão

quilombola, fosse representando os estudantes quilombolas, fosse representando a sua comunidade. Não conseguia participar muito dos eventos, pois estava estudando, não conseguia conciliar tudo ao mesmo tempo, mas quando podia, estava lá sempre representando sua comunidade. Afirma que nunca encontrou resistência do seu marido para exercer essas funções de liderança, embora ele a apoiasse mais para estudar.

Como já foi visto em capítulos anteriores, Dona Beatriz segue na sua comunidade uma tradição de liderança feminina que vem desde a sua avó, no mínimo. É uma forma de liderança tradicional, que se apoia na espiritualidade, que se formou no enfrentamento das dificuldades da vida e que tem uma outra concepção de mundo, em que vivos e mortos não estão separados. Na visão dela, seus antepassados, mesmo já falecidos, continuam a zelar pelo bem-estar do grupo familiar:

Beatriz - A minha avó, eu lembro que a casa era de torrão, a gente conviveu, foi onde eu nasci, a parteira foi a minha avó, mãe da minha mãe. Minha avó, meu avô, que é a Maria Delocia e o João Ferreira, eu me lembro deles. O fogo, a cozinha, era tudo separado da casa, tinha fogo no chão, as panelas de gancho. Isso eu me lembro bem direitinho. Foi ela, Maria Delocia, que me ensinou a rezar, tanto ensinavam, a minha mãe, a gente se criou naquela oração. Então ela me ensinou muita coisa e até hoje, com a graça de Deus, se eu estou numa dificuldade peço pra ela, ela lá do céu me ajuda e junto a Deus, estão perto de Deus pra atender os pedidos que a gente faz. Eles estão com Deus hoje e a gente está na terra, ter uma amizade. (BEATRIZ, 2019).

Assim, ela estabelece uma relação direta entre ser umbandista e liberdade feminina, pois ela relata que a atividade religiosa de sua mãe, amparada no espiritismo de umbanda, foi ensinando aos homens da comunidade o respeito ao livre-arbítrio das mulheres, fazendo com que muitas atitudes de controle extremo fossem sendo deixadas para trás:

Beatriz - Hoje a mulher tem liberdade, antigamente eu me lembro, já minha mãe como a religião dela já foi mais entreaberto, assim, não teve isso com meu pai, só dizia: vou ir à tal lugar, não tinham problemas. Mas se via outras pessoas, pra ir lá em casa iam escondidas, e minha mãe foi trazendo pra dentro da religião dela, conversando com eles, terminou. Teve muita liberdade com as mulheres, que não faziam uma comida sem o marido chegar, porque ele tinha tudo guardado as coisas, não podia mexer, botavam até chave, era tudo cadeado as caixas com comida, era eles que tinha que tirar. Se chegasse uma visita, tinha que ficar esperando até o marido chegar do serviço pra poder fazer uma comida, não tinha liberdade. Ai minha mãe foi trazendo pra dentro, então a gente já se criou com muita coisa, vai

trazendo pra religião vai conversando que não podia ser assim, que cada um, claro, com respeito, mas cada um tinha sua mente aberta de livre vontade.

Leandra- Com a senhora sempre foi tranquilo?

Beatriz – Sempre foi, graças a Deus, sou uma pessoa liberada. (BEATRIZ, 2019).

Esse destaque das mulheres na manutenção de práticas religiosas tradicionais, seja de matriz afro-brasileira ou de outras religiões, também é a realidade de outras comunidades do país, como é o caso da comunidade Nova Esperança da Bahia, com o envolvimento feminino na festa de Nossa Senhora do Rosário e o enaltecimento da memória de ancestrais que foram benzedeiros e parteiras (SANTOS, 2018). Maria José dos Santos, ao tratar de trajetórias femininas da comunidade quilombola das Onze Negras (Pernambuco), afirma que:

A tradição oral pode ser considerada uma forma de manutenção de sua história, fonte de resistência e conservação da fé ao longo da sua trajetória de vida. Na medida em que o conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da fala e da escuta, a palavra dita tem uma importante dimensão, pois traz consigo os valores sagrados e, na constante repetição, torna-se o repasse de saberes. (SANTOS, 2012, p. 2).

Essa liderança tradicional que Dona Beatriz exerce, relacionada à religião afro-brasileira, é importante, pois não é algo tão presente atualmente nas comunidades. Elisângela, por exemplo, que vem de uma família e comunidade que possui um vínculo muito forte com a igreja católica, encontrou-se com “essa questão da ancestralidade” por meio da umbanda quando foi para Rio Grande estudar:

Elisângela – Religião, hoje em dia eu sigo a matriz africana. Por muito tempo, apesar de ser batizada na Igreja Católica, nunca achei, podendo dizer assim, não senti que ali fosse o meu lugar. Meu pensamento não batia de encontro com as ideias deles, então, não me achava naquele ambiente. Aí por algum tempo frequentei a igreja evangélica, mas aquilo ainda não me supriu, até que agora me encontrei dentro da matriz africana e o que eu cultivo hoje é a umbanda. (ELISÂNGELA. 2019).

Atualmente, Dona Beatriz, que é presidente da comunidade Santa Clara, representa a sua comunidade em um fórum mensal que reúne todos os quilombos de Canguçu, o que quer dizer que além de ser uma liderança religiosa,

tornou-se também uma liderança política. Há então uma troca, pois assim como a comunidade dela, que foi a última de Canguçu à receber a Certidão de Autoidentificação da Fundação Cultural Palmares, aprende com as que estão a mais tempo na caminhada política, as outras lideranças e comunidades passam também a ter Dona Beatriz como uma referência na parte espiritual, o que a levou a expandir a abrangência da sua atuação religiosa:

Beatriz – Participo de reuniões das comunidades todos os meses, uma vez por mês tem reuniões, a gente se reúne, vem a Maica que é coordenadora, o pessoal da Emater tudo vem argumentando e explicando sobre nossos irmãos das comunidades, como a gente hoje, como a gente cultivava fora de veneno, até pra própria alimentação. Então uma experiência muito boa a convivência com eles, até eu explico muita coisa pra eles, dou conselho pra eles, muitas pessoas quando chegam aqui, pra baixo, eu dou conselho, passo a oração, eles já pegam a rezar. Aí já muda tudo, muitos tem muitas dificuldades com filhos, porque hoje está muito, assim, da família não acompanhou muitas vezes em casa, nem sabe onde andam, e às vezes através da conversa, vem aqui, converso com pai e com o filho, aí já segue, se inclui no caminho do bem. (BEATRIZ, 2019).

Dona Beatriz exerce sua liderança política e religiosa sem problemas em relação ao seu marido, sente-se respeitada pelos outros homens da comunidade e vizinhança, mas reconhece que isso se deve muito ao fato de eles se sentirem dependentes dela em relação ao aconselhamento espiritual para as suas tomadas de decisões:

Beatriz – Sim, respeitam muito, muitos saem da própria casa deles pra vir aqui conversar comigo, pra ver o que vão fazer, se não pode vir até ligam pra saber. Não sei se é porque eu benzo, no caso, estão sempre pedindo ajuda para ir pra frente.

Leandra – Pra eles ver que não é bem assim.

Beatriz – Sim, então sempre eles querem ajuda, até pro dia que vão plantar, pro dia que vão fazer qualquer negócio, eu já vou ali e rezo, digo: ‘vai com fé também, tudo vai dar certo’, e acaba dando tudo certo, graças a Deus. (BEATRIZ, 2019).

Apesar de apontar para a persistência do machismo na sociedade como um todo e para a pouca valorização do protagonismo das mulheres negras rurais, Edna concorda com a mãe que há um respeito significativo às lideranças femininas em sua comunidade:

Edna – Então, aqui, por exemplo, os homens da comunidade respeitam bastante essas lideranças mulheres. Eu tenho visto que as mulheres

tem uma participação muito importante dentro da comunidade, tanto participando das coisas que tem externas, das atividades que tenham eventos externos, como fazendo falas e organizando também essas questões e reuniões, conduzindo as reuniões, organizando mesmo a movimentação da comunidade. (EDNA, 2019).

Edna não assume cargos na Associação da sua comunidade, mas participa ativamente das reuniões, auxiliando nos registros e também produzindo alimentos para serem compartilhados. Contudo, a sua vida é participar de mobilizações, sejam formações sobre educação popular, gênero, escravidão, pós-abolição, questões étnico-raciais; sejam encontros, marchas e outras atividades mais práticas. Quando estava na universidade, participou ativamente do movimento estudantil e pela implementação de cotas raciais. Atualmente tem uma inserção maior nos movimentos de estudantes quilombolas, embora não esteja estudando, e do movimento negro de Canguçu e região. Pensando não só em Edna, mas também nas outras mulheres entrevistadas, tenho uma avaliação semelhante a que Bargas e Cal fazem para as lideranças quilombolas femininas do Pará:

[...] Conclui-se que está ocorrendo um processo de complexificação dos lugares e dos papéis da mulher quilombola, em que elas atuam como resistentes por meio do associativismo e da construção de solidariedade, além de protagonizarem mobilizações e atuarem para ampliação dos padrões de reconhecimento dos quilombolas. [...] (BARGAS, CAL, 2018, p. 501).

Talvez por ter sido criada em um meio familiar de mulheres fortes e influentes, Edna faz uma importante reflexão sobre a particularidade das lideranças femininas e negras no meio rural, que atuam nas mais diversas dimensões da vida, mas que são pouco reconhecidas, em suas particularidades, pelo restante da sociedade.

Edna - Eu acredito que nós, mulheres negras do rural, temos tido ao longo do tempo uma capacidade de liderar diversos processos. Essa liderança, eu acho que essa liderança, eu acho que é diferente de liderança em outros contextos. Assim, que não é só uma liderança nesse sentido de ser uma liderança política ou de um movimento social, uma liderança de liderar a família, que envolve pensamento, envolve capacidade de escolha, envolve uma série de coisas, então, de liderança. A partir da sua família, do seu lugar, da tua comunidade, de liderar associação, de participar de uma série de coisas, de atividades, de liderar entidades religiosas, liderar grupos tanto nas religiões de matriz afro, mas também religiões, assim, católicos e mesmo evangélicos. Essas mulheres tem tido papel de liderar, de

organizar essas coisas, comunidades, de organizar o meio que estão. O que acontece é que ainda não há visibilidade necessária para essas mulheres, muito pouca, não é?! Assim, muitas vezes não é visibilizado e também não é valorizado por determinados grupos da sociedade. Então, muitas vezes eu acho que nós ainda estamos sendo vistas como meros objetos pela universidade, pelas políticas, pra quem organiza as políticas, ainda nos vê dessa forma, somos objetos. Quando a gente é visto como objeto, a gente não tem a capacidade de escolher e capacidade de pensar. Eu acho isso muito problemático, porque nós temos liderado em inúmeras frentes, seja frente ligada à educação, à comunidade, associação, participação política, religiosa. A gente tem liderado muitas coisas, tem pensado muito, porque liderar significa, no meu ponto de vista, alguém que pensa com e por alguém, em alguma coisa. Então, eu acho que as mulheres negras tem sido capazes de pensar como, onde agir. Como nesse contexto do meio rural, que ainda é um contexto bastante colocado de lado pela sociedade, porque a sociedade pensa muito em tudo, que a maioria das coisas que é pensada e produzida em termos de políticas públicas, até mesmo dentro da universidade, que são pensadas no urbano, vamos dizer. E essas outras condições, essas outras identidades, como se elas não existissem, como se elas fossem algo que em algum momento iam se acabar, enfim, como se isso não fosse importante. (EDNA, 2019).

Maica já foi vice-presidente da Associação Quilombola do Potreiro Grande por dois mandatos. Considera que não há resistência aberta à participação das mulheres na organização política: "...até na comunidade, não. Sempre acham que tem que colocar as mulheres, porque as mulheres pensam diferente e agem diferente, tem que ter aquele toque feminino". Todavia, ao falar do Movimento Quilombola como um todo, Maica afirma que os homens sempre procuram se destacar em relação às mulheres, muitas vezes colhendo o fruto do trabalho delas:

Maica – Olha, é uma coisa [o machismo] que a gente vê que permanece. E hoje nós temos lideranças e a maioria são mulheres, de qualquer forma sempre estão prontas. Mas os homens, muitas vezes, são os que aparecem, mas tem muitas lideranças femininas aqui no nosso município. As mulheres que estão lá resistindo, no sustento da família, sempre por trás na organização da casa, da família. Enfim, aí a gente vê um machismo muito forte dos homens, porque pra eles as mulheres, infelizmente, a gente vê no dia a dia, porque, por exemplo, não só na comunidade, meio geral na sociedade, que é machista. Essa condição de ser mulher, parece ter que ter o seu lugar, não pode evoluir muito. Ou mesmo que ele é o principal, ela tá sempre na frente, mas ele é que aparece depois. (MAICA, 2020).

Como foi colocado no segundo capítulo, Maica trabalha desde 2013 como representante das comunidades quilombolas em um cargo específico criado para isso na Prefeitura Municipal de Canguçu. A partir dessa posição, procura

levar ao poder municipal as demandas das 16 comunidades do seu município, as quais busca visitar periodicamente.

Maica - Então a gente se concentra, além de fazer algumas reuniões nas comunidades no mês, a gente concentra dentro de uma reunião mensal na Secretaria de Assistência Social, para poder tá passando as informações, tudo o que é referente... Se tiver uma coisa nova, às vezes eu ligo, além dessa função de fazer reunião, eu tenho que ligar para avisar alguma coisa, pra entrar em contato com as lideranças, e também fazer reuniões nas comunidades. Sempre também tem o Fórum, que a gente participa, da Agricultura Familiar, seminários. Já fui também pra fora do Estado, Belo Horizonte, por exemplo, então a gente tá aí para ir de ponta à ponta, em função do movimento. (MAICA, 2020).

Anderlany Aragão dos Santos (2017, p. 9-10) chama a atenção que o protagonismo político das mulheres quilombolas pode acentuar a sua percepção da subordinação feminina dentro dos espaços domésticos. Na pesquisa que fez na comunidade do Cumbe (Ceará), ela observou que a mobilização das mulheres contra o impacto ambiental em seus contextos de pesca e coleta gerou uma série de pressões para que voltassem a se restringir à vida doméstica, passando-se para um aumento do nível de violência doméstica por romperem com padrões de gênero já estabelecidos.

Como vimos no segundo capítulo, Carmem passou por um divórcio conflituoso, e uma das razões que levou a isso foi o ciúmes que seu ex-marido tinha de suas participações em reuniões e formações relacionadas à questão quilombola. Entra-se aqui em um ponto delicado para as mulheres que vivem no meio rural: conciliar relações afetivas e militância ou liderança política em um espaço em que geralmente são vistas como simples auxiliares de seus maridos. Isso, às vezes, torna as relações afetivas mais difíceis. Como conciliar afeto e militância talvez seja um ponto sobre o qual não tem se refletido muito, mas que é apontado de uma maneira bem explícita por Edna:

Edna: [...] eu acredito que a pessoa, pra namorar comigo hoje, ah, desde os meus vinte e um, vinte e dois anos, tem que ser uma pessoa que tem acordo como muitas coisas que eu penso. E tem que ser uma pessoa que saiba lidar com minha independência, porque eu sou uma pessoa, pela trajetória, que se formou em Ciências Sociais, que deu aula de Sociologia, que trabalhou com Educação Popular, que se envolveu em um período da vida no movimento estudantil, no movimento de mulheres negras, pensando essas questões, pulando em vários espaços, tanto da academia quanto do espaço de militância social. Sou uma pessoa que transito muito entre esses mundos, essa

dimensão da coragem nos leva a determinados espaços e determinados lugares. Então, um namorado tem que ter compreensão disso, primeiro tem que aceitar e respeitar isso, senão, já não serve. [...] Tem a ver com isso, com a pessoa estar do meu lado, tem que saber lidar com essa dimensão da coragem, da minha coragem, de ir ao outros lugares, circular. Eu sou o tipo de pessoa que se quer ir numa formação no nordeste, por exemplo, formação que seja nos movimentos sociais ou acadêmico, eu vou. Se eu tiver condições e oportunidade, eu vou, não interessa que eu vou ficar uma semana ou um mês, sou muito assim. Tenho uma prima que costuma dizer que eu sou do mundo, que eu transito em determinado espaço, então eu acho que a pessoa tem que saber lidar com essa dimensão. (EDNA, 2019).

O posicionamento de Edna lembra Bargas e Cal, no que elas colocam sobre uma postura de enfrentamento das lideranças quilombolas femininas do Pará:

[...] Nas entrevistas, algumas mulheres mencionaram a não aceitação de que a mulher trabalhasse fora da família ou ainda que atuasse na liderança do movimento, como uma forma de opressão, mas também para marcar uma diferença com o período atual, em que, segundo as entrevistadas, as mulheres já se apresentam mais empoderadas e com conhecimento para questionar e atuar contra esse tipo de prática. [...] (BARGAS, CAL, 2018, p. 497).

Maica também aponta o quanto é importante o seu marido ter uma compreensão do significado que é para ela o exercício de liderança política, e acredita que consegue conciliar isso com o casamento justamente, pois quando conheceu seu marido, ele já sabia de todo o seu envolvimento com a questão quilombola:

Maica – Olha, graças a Deus, meu marido já me conheceu dentro dessa luta, de causa, de movimento, de participação, de resistência. Então, sempre foi muito tranquilo, ele já me conheceu já nesse patamar, então ele já sabia. Muitas vezes, finais de semana, muitas vezes, ele trabalhava, hoje não trabalha mais por problema de doença, mas ele já me conhecia nessa linha, e todo o final de semana ele estava trabalhando, eu acabava indo para seminários, por exemplo, muita coisa do movimento acontecia finais de semana. Sempre muito tranquilo, pois graças a Deus, até me incentivava: 'ah não, tem que ir, é importante, alguma coisa de novo vais trazer, a gente vai aprender'. (MAICA, 2020).

O marcante envolvimento das colaboradoras com as associações e movimento quilombola, mesmo com o enfrentamento da resistência masculina, vai ao encontro do que vem acontecendo no restante do país, o que, segundo

Lima, pode ter a ver com o histórico compromisso das mulheres com o bem-estar de suas famílias e comunidades (2015, p. 124):

As associações de moradores das comunidades quilombolas são os espaços privilegiados para que estes debatam e reivindiquem seus direitos. Lugar de exercício político das lideranças, as associações comunitárias também são um palco para o protagonismo feminino. (LIMA, 2015, p. 127).

A antropóloga Eliane Cantarino O'Dywer, ao fazer um apanhado da situação atual dos processos de titulação de territórios quilombolas, explica que as pessoas dessas comunidades, após a auto identificação, “[...] reconfiguram identidades étnico-raciais e de gênero pré-estabelecidas pelo ideário político nacionalista e seus estereótipos na construção da Nação” (2016, p. 263). As mulheres passam a confrontar o estereótipo da mulher negra como passiva e sexualmente submissa. Parece-me que é o que indicam os posicionamentos da maioria das mulheres entrevistadas, especialmente as mais jovens, no sentido de não aceitarem companheiros que coloquem limites nas suas possibilidades de ação. O'Dywer afirma que o estudo da trajetória de mulheres quilombolas pode levar a outras formas de contar a história, não só de cada comunidade, mas do Brasil como um todo. Complemento dizendo que é uma outra forma de fazer história, não apenas de conta-la.

5.3 A universidade como abertura para outros mundos

5.3.1 Do quilombo para a universidade

Foi no Monte Bonito que me alfabetizei. Íamos a pé para o colégio, que era perto de casa. Intercalava os estudos com os cuidados da casa, para minha mãe poder trabalhar nas fábricas, a jornada era intensa. Quando eu chegava do colégio fazia tudo para adiantar o serviço da casa, pois tínhamos que buscar água na cacimba, lenha no mato, cortar e depois lavar roupa no açude. Após concluir as tarefas, fazia o tema escolar cedo, porque não tínhamos luz.

Mesmo com toda a dificuldade, tive pelo menos a sorte de prosseguir com os estudos, ao contrário da minha mãe, que com oito anos foi trabalhar de babá, parando de estudar:

Vanda - Só plantando na casa dos alemão, os pais plantavam pra gente viver, nós estudava um pouquinho, eu fiz a segunda série e passei para a terceira série, mas tive que parar para trabalhar, para poder ajudar os meus pais, trabalhar de babá. Eu era pequena, eu ajudava na plantação, mas não dava, só recebia no final do ano quando vendia a planta, aí meus pais compravam um chinelinho, um tamanquinho, uma xitinha para fazer vestido, um calçãozinho para meus irmãos. Aí eu não fiz terceiro ano, passei, tive que trabalhar de babá para poder ajudar meus pais, os meus pais eram muito pobres, trabalhavam para os alemão, ainda nas terras dos alemão, porque não tinha terra, não tinha nada. (VANDA, 2020).

Na época de estudante, adorava participar do grupo de dança da escola, quando nos apresentávamos nos lugares em que éramos convidados, também de praticar esportes, pois ia para a cidade competir, fazia corrida, pulava salto em altura, era uma diversão só. Quando fazia o Ensino Fundamental, participava de um projeto de culinária na escola, em que fazíamos bolos e salgados para vender. A professora nos dava o dinheiro, o pouco que eu ganhava dava para minha mãe comprar alguma coisa para casa. Durante o Ensino Médio, estudava de manhã, e à tarde e parte da noite trabalhava na fábrica de conservas.

Quando me formei no Ensino Médio, não sabia o que eu ia fazer, pois não tínhamos dinheiro para nada, mas uma coisa eu sabia: queria trabalhar com crianças porque eu queria entender porque os professores esnobavam alguns estudantes, e também porque eles não entendiam que algumas crianças não conseguiam aprender, não era por elas não quererem, mas sim por terem dificuldades ou algum problema. E só quem tirava boas notas podia participar de alguns eventos no colégio e quem tirava nota baixa não podia participar. Isso gerava um drama na vida dessas crianças, pois muitas vezes elas se esforçavam o máximo, mas não conseguiam aprender por algum motivo, e o educador não tinha um mesmo olhar para todos os alunos. Eu queria ser educadora, pois amo a educação, estar com seres humanos em formação, tentar compreender e ensinar da melhor forma possível e aprender com as diferenças.

Meu irmão Eder descobriu um curso de magistério no Colégio Assis Brasil, na cidade de Pelotas, me inscrevi e fiz a prova e passei, mas tinha um grande problema: era na cidade, como eu iria pagar a passagem? Comecei a fazer o magistério e passei a trabalhar aos sábados fazendo faxina, e minha mãe e meus irmãos davam uma força, e assim eu fui indo.

O primeiro estágio fiz no próprio colégio Assis Brasil, não tinha muitos gastos, mas quando fiz o último estágio, no Bairro Pestano, gastava muito, pois tinha que pegar dois ônibus. Só havia dinheiro para um, então para conseguir concluir o estágio eu descia do primeiro ônibus na Avenida Fernando Osório e caminhava à pé até o colégio, caminhava muito, mas valeu a pena, era o que eu queria, ser professora, isso que me motivava para continuar.

Como já coloquei em capítulo anterior, tive outras experiências de trabalho nesse período na cidade, como babá e em uma escola de Educação Infantil. Quando passei a trabalhar nessa escolinha, minha avó Elvira adorava ver eu organizar os materiais das crianças e me dizia: “estuda minha filha, pra ti ser alguém na vida, só assim as pessoas vão te respeitar”.

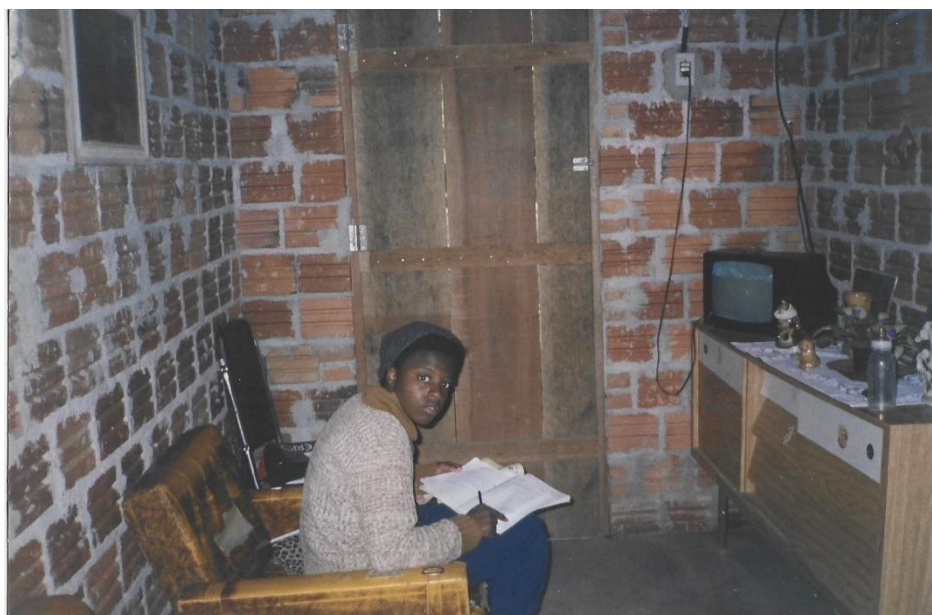


Figura 20 - Eu estudando em minha casa, foto tirada possivelmente pela minha irmã. Fonte: Acervo familiar.

Com o tempo, fui fazer o Pró-Jovem, que era um curso de qualificação, na Fundação Conesul de Desenvolvimento, direcionado para a área do Turismo. Ganhava 100 reais por mês, fazia o magistério de dia e o Pró-Jovem à noite, quando terminei o magistério, continuei fazendo o Pró-Jovem até finalizar. Fiquei um ano trabalhando sem estudar, mas em 2013 resolvi fazer ENEN, quando saíram as notas, me inscrevi para conseguir uma vaga na UFPEL para Pedagogia, fui em quatro chamadas, mas não consegui entrar, então fui tentar na UCPEL, mas o PROUNI tinha já terminado. Foi aí que resolvi fazer o

vestibular da UCPEL, então passei, mas eu teria que pagar a mensalidade inteira e eu não teria tanto dinheiro assim, porque havia também os custos de manutenção. Estudei por meio do FIES, pedi para os meus pais serem os fiadores e eles aceitaram, pois eu não queria ficar sem estudar, queria fazer Pedagogia. Prosegui trabalhando na escolinha durante o dia saía dali, e ia direto para a faculdade, era muito desgastante, não tinha tempo para me dedicar ao máximo, mas tentava dar tudo de mim na aula e também no serviço, porque eu dependia dele para pagar a taxa do FIES, que só cobria 50% da mensalidade, o restante era comigo. Chegava sempre atrasada em aula, por estar trabalhando e nos finais de semana fazia as atividades da faculdade.

Na UCPEL, comecei a participar do Grupo de Estudos Sobre Questões Étnico-Raciais e também de um projeto de extensão no Hospital São Francisco de Paula, o Projeto Ludopedagogia, que atendia crianças no setor de Pediatria, no Pronto Atendimento e na Casa da Gestante. Também participei do Projeto Sensibilizar Arte como voluntária, cantando no hospital para as pessoas doentes.



Figura 21 - Foto oficial da minha formatura. Fonte: Acervo familiar.

Um ano após terminar minha graduação, ingressei no Mestrado em Antropologia na UFPEL, ocupando uma vaga de ações afirmativas. Para mim é muito desafiador atravessar as fronteiras e conquistar um novo mundo, principalmente acadêmico, que exige de você um conhecimento além do esperado. E também, as próprias relações entre as pessoas são muito competitivas, pois não se importam com o outro, só querem ser sempre os melhores em relação a tudo, e quem tem dificuldades de assimilar algo é visto sempre como incapaz.

O curso significou muito pra mim, não tinha muita visão sobre as diásporas africanas em si, aprendi através das leituras de mulheres negras que classe e raça e gênero andam junto, e não é pensado separadamente. Também enfrentar a minha timidez e acreditar mais em mim mesma, falar com as pessoas, e

através do projeto de extensão que participo, tive que falar mais com as pessoas, e participar de eventos, reuniões, dar minha opinião sobre as coisas. Através da minha pesquisa mergulhei num mundo novo, que era desconhecido para mim, ler as autoras negras foi importante para minha construção. E também sair da comunidade e da cidade de Pelotas, muitas vezes sozinha, viajar para outras cidades e ter contato com outras pessoas que não conhecia foi muito desafiador. Comecei a interagir com outros grupos – Cáritas, Fórum Micro-Regional de Economia Solidária, Museus da cidade, etc. – para abrir espaços em outros locais para as artesãs venderem seus artesanatos. Então eu não poderia ficar tão anônima quanto desejava, precisava ir nas reuniões e participar para quando tivesse feira, servir como representante dos grupos de artesãs. Foi muito importante conhecer outros grupos e experiências de economia solidária, pois são formados basicamente por mulheres, que foi outra oportunidade para ter consciência do tamanho da força feminina.

Eu não fui a única mulher da família a ingressar na universidade. Minha sobrinha Gabriela, assim como seu irmão José Eduardo, foram criados pela minha mãe e minha avó, para que minha irmã Eronita Raquel pudesse trabalhar na cidade. Eles são sobrinhos e, ao mesmo tempo, Gabriela é como se fosse minha irmã, com pouca diferença de idade; já José Eduardo, sinto-me um pouco mãe também, porque fui eu quem o cuidou quando era pequeno. Gabriela escreveu o seguinte relato, quando lhe pedi um depoimento sobre sua inserção na universidade para colocar na minha dissertação²⁹:

Vou lhes contar um pouco da minha trajetória de vida, como a maioria dos negros, viemos ao mundo carregando consigo uma luta infinita por respeito e igualdade, entre muitas outras coisas. Desde cedo fui ensinada a nunca se deixar abater pelo preconceito e nunca desistir daquilo que quero, por mais difícil que seja. Sempre foi difícil, pelo simples fato de ser negra, aos 9 anos de idade comecei a trabalhar vendendo os meus artesanatos, o que ganhava ajuda em casa com as despesas.

Sempre gostei de estudar, tenho convicta certeza que o que temos de mais valioso é o conhecimento, ninguém pode te tirar, conhecimento é uma das armas mais preciosas, principalmente para nós negros, por isso sempre estudei. Foram muitos obstáculos até chegar à Universidade, tinha que conciliar o trabalho com os estudos, trabalhava durante o dia e à noite estudava, desse modo consegui concluir o ensino fundamental e médio. Mas não estava satisfeita com

²⁹ Gabriela me escreveu o relato e me enviou pelo e-mail porque isso foi feito no período da quarentena, em que ela ficou em sua casa em São Lourenço do Sul, evitando nos visitar para evitar contágio pela COVID-19.

apenas o ensino médio, tentei fazer um cursinho para poder ter condições de prestar um vestibular, mas era muito caro, não teria como ajudar em casa com as despesas se pagasse o cursinho.

Comecei a estudar em casa com materiais emprestados, montei uma estratégia de estudos e fui à luta, a cada dia que passava me esforçava cada vez mais, sabia que só assim poderia mudar a minha vida. Fiz o vestibular e aguardei o resultado, quando saiu o resultado não foi o esperado, mas não desisti, sabia que com meu esforço e dedicação iria alcançar os meus propósitos. No ano seguinte, comecei uma nova etapa de estudo, iniciei o magistério em Educação Infantil, não era o que queria, mas precisava continuar estudando em algo.

No decorrer do curso de Educação Infantil, fui ficando atualizada dos processos para entrar na Universidade, um deles foi o Processo Seletivo Específico para Quilombolas. Fiz a inscrição desmotivada, pois era uma vaga para cada curso, o resultado sairia em 30 dias, mas não fui ver o resultado, não estava levando fé. No mesmo dia que saiu o resultado, recebi a ligação desejando os parabéns por ter passado em primeiro lugar no curso de Gestão Ambiental na Universidade Federal de Rio Grande-FURG, com certeza foi uma das melhores notícias da minha vida, só nós negros sabemos o quão e suado é qualquer coisa nas nossas vidas.

De uma forma bem sucinta descrevo minha trajetória de vida, à qual tenho orgulho de lhes contar, finalizo com essa linda frase. “Ser mulher, ainda hoje, é saber e ter a consciência da luta pelo respeito e dignidade como uma pílula diária. Ser mulher negra, é um tanto mais intenso, porque a dose desse remédio diário se faz mais necessária pela possibilidade de se manter viva” (Mônica Custódio). (GABRIELA, 2019).



Figura 22 - Vó Elvira no centro e os meus sobrinhos José Eduardo e Maria Gabriela aos lados.
Fonte: Acervo familiar.

A minha irmã mais velha, Eronita Raquel Ribeiro, estudou na cidade quando morava com seus pais, no colégio Pão dos Pobres, que na época ficava perto da Igreja da Luz. Ela tinha aproximadamente 4 anos de idade quando

passou a frequentar, recebendo apadrinhamento afetivo de um casal com posses que lhe davam roupa e comida, meninos e meninas ficavam juntos na mesma sala e na hora do recreio brincavam juntos. Quando veio morar com a avó Elvira, no Monte Bonito, passou a estudar no colégio João da Silva Silveira, na época era classe especial, tinha 6 anos de idade, meninos e meninas ficavam misturados na sala, só que os alemães não gostavam de se misturar com negros e pobres, na hora do recreio não gostavam de brincar junto. Parou de estudar na segunda série, porque precisava trabalhar, ia para a lavoura com nossa avó, se envolvendo com todo o tipo de plantio. Depois de anos sem estudar, fez o EJA no Monte Bonito durante alguns meses, junto com minha mãe. Quando passou a trabalhar e morar na cidade, saía do serviço, ia pra casa se arrumar e à noite fazia o EJA no Colégio Pelotense, ficou em torno de 4 meses e desistiu de estudar, porque estava ficando muito cansada e no outro dia tinha que levantar cedo para trabalhar.

5.3.2 Em busca de novos caminhos: a educação como sonho e realização

Em relação ao que foi narrado pelas colaboradoras da minha pesquisa, à discriminação no espaço escolar se somava a distância da escola, as dificuldades financeiras e o distanciamento dos serviços públicos, incluindo o próprio registro de nascimento dos filhos. Carmem, por exemplo, começou a ir para a escola apenas com 8 anos, pois foi o momento em que sua mãe foi fazer o seu registro de nascimento, formalmente ela não existia. A primeira escola que ela frequentou ficava à uns 25 minutos da sua casa, mas já no segundo ano, teve que mudar de escola e a outra ficava aproximadamente 2 horas de casa, sempre a pé, porque não havia transporte e sua mãe não dispunha de cavalos para servir de meio de transporte: “só no pé, no inverno era quebrando geada, sol quente do verão, era direto”. Não bastasse todas essas dificuldades, o simples fato de ser mulher acabava afastando as meninas da escola, para evitar possíveis abusos que pudessem sofrer pelo caminho.

Leandra- Até que serie estudou porque parou?

Carmem - Até a quarta e parei, parei por causa da distância, ai minha irmã mais velha ficou mais velha, a mãe não quis botar mais, ai nos parou, ai eu parei, tinha doze anos ela tinha doze, quatorze, ai a mãe

não quis botar mais, primeiro era muito longe, eu já estava ficando mocinha ela retirou.

Leandra - Com medo de acontecesse alguma coisa?

Carmem - Porque era muito longe o caminho, medo dos abusados, que tinha abusentos que iriam atacar na estrada, então ela tirou. (CARMEM, 2019).

A dificuldade da Vera para ir à escola tem um ponto em comum com a Carmem: por serem meninas, era muito perigoso andarem sozinhas. E os pais não podiam acompanhar até o colégio todo o dia, pois precisavam trabalhar. A sua casa ficava distante do colégio, para poder estudar teve que esperar sua irmã mais nova completar 7 anos, para irem juntos para a escola, por esta razão, iniciou os estudos um ano atrasada. Voltou a estudar apenas depois de casada, em razão das dificuldades já relatadas:

Leandra - Até que séries estudou e por que?

Vera – Até a quarta série, e depois tinha que terminar o curso que fazia de admissão. Eu to denunciando minha idade. Fazia um curso de admissão, e ia seguir, era como se fosse o 2º Grau, nem sei direito aquilo na época, ia para o Ginásio.

Aí depois, o pai não deixou ir, porque era no centro da cidade, nós morava longe, aí tinha que passar muito banhado que ficava no mato, naquela época não tinha esse desenvolvimento que tem hoje. Ai o pai não deixou ir, ai acabei parando de estudar na quarta série, e até porque o negro na época não tinha incentivo para estudar. Porque, por exemplo, naquela época em São Lourenço, negro ia estudar pra que? Não ia trabalhar numa loja como tem hoje, ele não ia trabalhar em loja, não ia ser um professor, não ia ser nada que fosse. Os negros homens estudar para estar nas granjas? As negras mulheres paravam nas cozinhas, então não tinha muita necessidade de estudo. (VERA, 2020).

Dona Beatriz comenta que começou a estudar quando tinha em torno de uns sete anos de idade e parou de estudar na quarta série em razão das dificuldades enfrentadas. A escola era longe, não tinha transporte e as condições socioeconômicas desfavoráveis obrigavam a trabalhar muito para poder sobreviver. Em razão de ser uma menina, tinha o acompanhamento de um irmão seu para que nada lhe acontecesse no caminho até a escola:

Beatriz - O meu irmão era bem mais moço do que eu, mas ia para acompanhar, naquela época, assim, estudava, entrava dentro da escola mas não tinha aquele compromisso, pelo menos dois anos, e era para fazer companhia.

Leandra - Quantos quilômetros a senhora caminhava a pé? A senhora lembra quantas horas dava?

Beatriz – Ah, nesse tempo, nessa época eu acho que na base de seis e sete quilômetros que a gente fazia à pé.

Leandra - Todos os dias ida e volta?

Beatriz - Todos os dias ida e volta, nessa base, era bem longe, não tinha essa condução que tem hoje que leva os alunos. Naquele tempo, a gente até tinha tamanca pra ir, então a gente tinha medo para não fazer baralho na estrada ia de pés descalços.

Leandra - Eu lembro das tamancas.

Beatriz – Era, só botava as tamancas quando chegava na escola, pra não chegar de pés descalços. (BEATRIZ, 2019).

Dona Lautéria também fez parte dessa geração em que estudar era um luxo. No caso dela, a perda precoce do pai dificultou ainda mais a continuidade nos estudos, e assim como dona Vera e minha mãe, concluiu a sua alfabetização depois de adulta:

Leandra - Que idade começou a estudar?

Lautéria – É, o estudo tive muito pouco, porque foi quando meu pai morreu, eu tinha uns nove anos por aí, fiquei um ano e pouco no colégio, mal deu para aprender o ABC também. Mas quase que fiquei lendo, não conhecia as letras, não sabia juntar as sílabas.

Leandra - Até que serie a senhora foi?

Lautéria - Que depois a gente saiu do colégio, mais ou menos a primeira série, até aí. Depois eu aprendi mais um pouquinho em casa, as pessoas iam me ensinado em casa. Aí depois eu estive no MOBREAL também. E agora por último, na associação que nós tivemos também aula, aqui a Elisângela e o Joel foram em Porto Alegre fazer o curso pra dar aula aqui, foi onde eu aprendi mais um pouco, eu mais ou menos segunda, terceira série no máximo né. (LAUTÉRIA, 2019).

Adriana tinha 6 anos quando entrou no colégio, inicialmente a sua casa era perto da escola, em torno de uns 15 minutos de caminhada. Contudo, na adolescência essa distância aumentou, o que já dificultava sua ida para a escola. “Depois eram 45 minutos à pé e uns 20 de bicicleta, que daí era na vila da Boa Vista, essa que eu fui até sexto ano, e aqui dentro da comunidade eram as multi-seriadas, aquelas”.

Adriana tocou em um ponto muito importante na condição da mulher que vive no meio rural, independente de ser negra ou não: o processo sucessório da propriedade da terra privilegia geralmente os homens, eles são os herdeiros preferenciais, a filha mulher, geralmente tem que se contentar em acompanhar o marido na terra dele³⁰. Diante disso, para ela o acesso diferenciado à universidade abre outras alternativas de vida para as mulheres negras rurais:

³⁰ Segundo Monteiro (2013), é comum no campesinato que os homens herdem a terra e não as mulheres, porque há o entendimento que essas devem ir residir na terra do marido. Isso se deve à concepção de que deve herdar a terra quem nela trabalha, e as atividades da mulher não são vistas como trabalho, apenas como ajuda (p. 152-154). Mas nas comunidades pesquisadas por ela, constatou que mesmo havendo um maior domínio dos homens sobre a terra, o critério

Adriana – Não, muito difícil, muito complicado, não tem trabalho, ou a gente trabalha na lavoura, tem outro problema, a mulher no meio rural ela não ganha terra, geralmente quem ganha é os homens. E daí, então, as mulheres ficam sempre dependente de alguém, ou dois pais, ou morando em casa dos maridos, por eles serem donos das terras. Não é a mulher que ganha as terras, porque quando o homem tem uma certa idade, geralmente o pai vai lá e compra a terra. O negro e pobre não tem nem condições de comprar terra para o filho [homem] e muito menos para as mulheres. Aí fica trabalhando de à meio ou de peão, ou alguma coisa assim, ou de doméstica mesmo, ou tem que sair do meio rural, ou ir para a cidade pra trabalhar de doméstica, se tu quiseres alguma coisa. Daí os direitos que temos agora para poder estudar, as bolsas, os recursos que veio agora, isso foi um meio das mulheres poderem estudar, se manter para poder estudar para não precisar tá dependendo do pai, ou do irmão, ou do marido, lá sei eu. É um meio de tu estar te mantendo na cidade e é uma maneira para comprar as coisas, ser independente e estudar. Isso foi um ganho muito bom, grande pena que já está querendo sair das mãos, né!? (ADRIANA, 2019).

A auto identificação como quilombola estimulou Adriana a aproveitar oportunidades de aprendizado, possibilitadas por organizações governamentais e não-governamentais, que passaram a tomar essas comunidades como público-alvo de suas políticas e projetos. Como a sobrevivência no meio rural sempre é instável, por fatores climáticos e também econômicos, Adriana buscou se preparar para a eventual necessidade de residir na cidade:

Adriana - Eu já fiz curso, quando eu era mais jovem, curso de tricô, curso de informática, curso de cabelereira, manicure, tudo para se um dia precisar sair da comunidade, ter alguma habilidade pra poder se manter fora. O último curso foi de promotora legal, para saber ter acessibilidade e observar que tenha alguém passando algum tipo de necessidade, que não queira falar pra gente, alguma violência. Principalmente as mulheres e crianças que possam estar sofrendo uma violência e a gente observando, do curso que a gente fez, teve algumas dicas pra gente poder observar, e isso a gente saber e chegar e escutar, sabe, e se colocar à disposição. Eu acho que é saber escutar e se colocar à disposição pras pessoas. (ADRIANA, 2019).

Além de Adriana, na comunidade de Coxilha Negra duas de suas sobrinhas – Jéssica e Paola – ingressaram no curso de Educação no Campo na FURG/São Lourenço. Embora Paola tenha desistido, essa iniciativa indica que as mulheres quilombolas da nova geração, assim como eu, estão em busca de

utilizado é de quem tem maior necessidade de ocupa-la, com filhos homens e mulheres construindo suas casas no pátio dos pais (p. 164 e 171).

melhores formas de se inserirem socialmente. Pois como coloca Nunes e Marques,

A educação, por exemplo, foi uma das pautas centrais nas reivindicações históricas dos quilombos e, na atualidade, se faz realidade por meio de dispositivos legais, desde a educação básica até o ensino superior, respectivamente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e com um número crescente de universidades que adotaram processos seletivos específicos para acesso de remanescentes de quilombos na Graduação e Pós-Graduação. (NUNES, MARQUES, 2019, p. 573).

Adriana traz a importância das políticas públicas que possibilitam o acesso de mulheres negras e quilombolas às universidades, criando assim a esperança de trilhar novos caminhos, construindo independência, para ter um futuro melhor:

Adriana - Que possam acessar as políticas públicas, pra nós principalmente, para as mulheres que querem ficar estudando, independente de ser negras, tem que pegar com unhas e dentes, tem que aproveitar, não vai durar pra sempre, nosso governo do jeito que está... (ADRIANA, 2019).

Ter usufruído de políticas públicas de acesso ao ensino superior, para Adriana, significou conhecer uma série de fóruns e instâncias de definição de direitos e políticas para as comunidades quilombolas, além da ampliação da rede de relações, proporcionada pela participação nesses fóruns, eventos e cursos de formação. Ela ressalta a convivência e a grande troca de experiências entre pessoas que vivem em realidades diversas:

Adriana – Sim, ter participado deste curso da FURG fazer graduação, me deu possibilidade, eu conheci novas realidades, pude viajar bastante, assim, vários lugares. Que ai eu pude ter contatos, que depois dali eu fui me inserindo no meio, me enfiando no meio das coisas, muitas, às vezes, a gente nem sabia que tinha. Muitos direitos que não sabia que tinha, que agora a gente já perdeu muito, então quando eu descobri que a gente tinha direito já estavam tirando eles, foi um curso muito bom pra vida. Conheci novas identidades, coisas, eu... Às vezes temos preconceito, a gente não conhece que tem o comitê dos povos tradicionais em Porto Alegre, que eu faço parte, são oito identidades quilombolas, pecuarista familiares, povos de terreira, ciganos, indígenas, pomeranos, pescador artesanal, tem mais... Daí, então faz desde 2016 que a gente criou o Comitê, então foi que a gente se reuniu lá. E a gente compartilhando as coisas, assim, se conhecendo. E também foi um espaço, assim, que me deu muito, como posso dizer, que me deu muito conhecimento. (ADRIANA, 2019).

Participar desses fóruns permitiu à Adriana viajar para lugares que ela jamais imaginou conhecer, como Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Porto Alegre e Paraná.

O trabalho desenvolvido no seu curso de graduação, alimentou em Adriana o sonho de fazer o mestrado para dar continuidade na sua pesquisa em relação à sua própria cultura, o que contribuirá para visibilizar para a sociedade e o meio acadêmico a importância dessas comunidades.

Adriana - Quero agora começar fazer o mestrado, começar escrever para o mestrado, agora já sei meu assunto, estava indecisa, dois assuntos relacionados: o artesanato, que é minha paixão, que eu amo fazer, e outra coisa que é água, em relação à água na comunidade, coisa assim, então já me decidi pela água, então vou seguir por esse caminho. (ADRIANA, 2019).

No que se refere a questão escolar, se pode observar uma mudança bem significativa da geração mais nova das mulheres entrevistadas, em relação à geração que as antecedeu. Isso fica muito visível se compararmos a situação de Elisângela em relação à sua mãe. Elisângela começou a estudar com 6 anos, na escola próxima à sua comunidade, em que completou a primeira série. Quando essa escola fechou, precisou passar para outra escola, que ia só até a quarta série, distante aproximadamente seis quilômetros da sua casa, percurso que fazia a pé. Como a sua professora “ficou com muita dó de mim, me achava bastante inteligente”, solicitou autorização para lecionar a quinta série também naquele colégio. Depois disso, Elisângela precisaria se deslocar para uma escola maior e mais distante, em que poderia cursar até a oitava série, mas as condições de vida familiares não a permitiram:

Elisângela - Só na época, meu pai optou por não botar nessa escola que é mais longe, não tinha transporte escolar. Ele precisou muito do meu auxílio na agricultura, porque minha mãe não ia, não podia. Aí a gente continuava plantando nas terras dos outros, era bem mais distante, saía de manhã, voltava só de noite, passava o dia inteiro acampado na lavoura. Aí então ele optou, como ele precisava de mim, que eu ia parar de estudar, aí eu interrompi, acho, meus estudos... Nunca parei para calcular normal, eu entrei com seis pra sete, primeira, segunda e repeti a terceira eu acho. Que ali pelos doze, por aí, tive que interromper o processo de estudar, só que eu tinha muita gana de querer a voltar estudar, de não parar, por receber muito incentivo por parte dessa professora. (ELISÂNGELA, 2019).

Até os 18 anos, enquanto precisou auxiliar o pai na lavoura, Elisângela foi eliminando as disciplinas por meio do EJA. Foi após seu pai se aposentar que ela foi para a cidade, residindo na casa de parentes, para fazer, então, o antigo segundo grau, optando pelo curso profissionalizante do Magistério. Teve dificuldades em razão da sua deficiência em matemática e por não conseguir se adaptar à sua turma de sala de aula: “achei que aquele público não era pra mim, aquele público daquela idade”. Resolveu então tentar o segundo grau normal, trabalhando de dia e estudando de noite. Foi assim que concluiu o primeiro e o segundo ano. Já quando ia para o terceiro ano do 2º grau, tinha se casado e foi morar em estâncias, distante do meio urbano, então, concluiu por meio do ENCCEJA, terminando assim o ensino médio. Foi eliminando as disciplinas aos poucos, sempre com o sonho de ingressar na universidade:

Elisângela - Isso foi na época do ENEM, o processo foi gradativo, vários anos até concluir, ia eliminando por parte, por disciplina. Aí eu fiz o ENEM, só que eu não fui conferir a nota, ai tinha saído até super bem no ENEM, mas como eu trabalhava, não conseguia conciliar. Aí eu descartei, fui deixando de lado essa questão da faculdade, até já achava que não era mais pra mim. Foi quando surgiu a luz no fim do túnel, foi o processo da FURG³¹, aí o primeiro ano eu perdi, não chegou a informação até a comunidade, eu perdi a inscrição fiquei sabendo já tinha acontecido. No segundo ano eu tentei e passei. (ELISÂNGELA, 2019).

Elisângela ingressou na FURG por meio do segundo processo seletivo especial para quilombolas e indígenas, e atribui sua persistência no curso ao grande auxílio que recebeu da sua mãe, que inicialmente ficou cuidando do seu filho, e do apoio incondicional que teve do marido, que mesmo sendo habituado ao ambiente da campanha, no trabalho com lidas da agropecuária, aceitou mudar-se para Rio Grande para trabalhar no porto, para viabilizar a continuidade dos estudos da esposa:

Elisângela - Casamento bem tranquilo, porque a gente tem muito pouca diferença de idade, a gente tem praticamente a mesma idade, só alguns meses mais velhos. Então foi sempre uma relação bem aberta, a gente nunca teve isso: ‘tu pode isso ou não pode aquilo’, sempre me apoiou muito, desta questão de estudar, nunca me privou. Também porque não ia dar certo, então ele sempre me apoiou bastante nesta questão, sempre uma relação bem aberta de companheirismo, assim, mútuo, sabe. Então, principalmente agora com a questão da

³¹ Elisângela se refere aqui ao processo seletivo diferenciado para quilombolas e indígenas que iniciou na FURG no ano de 2014.

faculdade, que quando eu ingressei em 2014 eu tinha meu filho com 1 ano e 3 meses, quando passei no processo. E aí, quando fui pra Rio Grande, fui com ele, com meu filho. Só que cheguei lá, não tinha com quem deixar ele, embora já tendo parte da família da minha mãe que já morasse em Rio Grande, não tive quem cuidasse dele pra mim poder estudar. Porque meu curso começava as cinco e dez da tarde, horário bem difícil de conciliar. Aí eu estava já por desistir, porque aí aconteceu, eu fui, vi que não ia ter como ficar com ele lá, retornei pra comunidade, no quilombo e deixei ele com minha mãe o meu filho. E meu marido, na época, estava trabalhando aqui no município do Capão do Leão, então eu fiquei uns três meses indo e vindo todo os finais de semana, muitos finais de semana quase enlouquecia, porque às vezes não tinha dinheiro pra ver ele toda semana, tinha que manter ele, fralda, leite...

Leandra - Ele sentia...

Elisângela - Sim, ele sentia muito, eu sentia muito, foi um ponto que eu disse: 'se é pra ser assim, eu não quero mais'. Aí, eu até me emociono quando eu falo isso, foi quando meu marido disse: 'tu não vai desistir do teu sonho, eu largo o emprego e vou com vocês pra Rio Grande'. Aí foi quando a gente ajuntou toda a família novamente, fico emocionada de falar. (ELISÂNGELA, 2019).



Figura 23 - Dona Lautéria voltando para sua casa com seu neto Isaque, após uma reunião na Associação Quilombola Rincão do Couro, quando ela o cuidava para Elisângela estudar em Rio Grande. Fonte: Facebook de Elisângela, utilizada com sua autorização.

Elisângela e o marido começaram a se revezar nos horários de cuidado do filho, que hoje está com sete anos e que muitas vezes precisou acompanhar a mãe em sala de aula, por ser turno de trabalho do pai, que não podia ficar com ele. Elisângela concluiu a sua graduação em 2018 e em 2019, fez a seleção para

o Mestrado em Psicologia, o qual está cursando agora, além de uma especialização em Educação e Direitos Humanos.

O fato de ter tido uma trajetória bem sucedida não significa que tudo tenha sido fácil. Elisângela relata que estranhou muito, tanto a vida na cidade como o meio universitário, por ter se confrontado com “outra visão de mundo”. Com o tempo começou a perceber que estava deprimida e angustiada, e que precisava “trabalhar isso em mim”, encontrando apoio para vencer as dificuldades na própria psicologia:

Elisângela – Então, tirando os desafios da questão do Isaque, era tudo muito novo, meu Deus, quando caiu a ficha mesmo! ‘O que eu to fazendo aqui? Que ambiente é esse?’ Porque aí começa aquela questão, de bater de frente com aquilo tudo que viveu até então, que tu foi criado, tuas ideias. Começa a dar um confronto ali e tu fica meio que embaraçado, e tu tem que aprender a lidar. Mas foi algo muito desafiador ao longo desses cinco anos e indo pra seis. É algo, um desafio diário, tu tem que... Eu me cobro muito, me culpo muito pela questão de já ter que criar meu filho num ambiente totalmente diferenciado do qual eu fui criada, no interior de outra realidade, outro contexto. Às vezes fico pensando, a minha ideia era que quando terminasse a graduação eu conseguiria voltar pra comunidade ou para Piratini, era mais próximo à comunidade. Eu vi que não teria condições com filho, é outro olhar e pensamento, ou voltava todo mundo ou ele ficava e voltava nós dois. (ELISÂNGELA, 2019).



Figura 24 - Foto oficial da formatura de Elisângela, no curso de Psicologia da FURG, que tirou com seu filho Isaque. Fonte: Repassada por ela por Whats'App.

Uma forma de Elisângela conciliar a sua bagagem de mulher quilombola com o ambiente acadêmico foi tentar levar para dentro dele, principalmente em

sala de aula, como era o modo de vida da comunidade, para que houvesse mais aproximação entre ela e seus colegas e professores:

Elisângela - Dentro da faculdade sempre procurei reafirmar minha identidade enquanto quilombola, dentro do curso, principalmente dentro da sala de aula, sempre, para fazer um trabalho, que desse pra ligar a temática quilombola, eu estava lá. Os professores mesmo, caso eles não conhecessem, até pra trazer pra eles essa visão, esse conhecimento. Porque quando a gente chegou lá, muitos nem sabiam que existiam comunidades quilombolas, às vezes as pessoas: como é que vocês moram? Como é a casa de vocês?

Leandra – É, eles perguntam, pensam que a gente mora no meio do mato, não tem casa.

Elisângela - Sim, ainda tem essa visão estereotipada, aí vai aprendendo a lidar, e vai inserindo a tua cultura. Então, a visão de como eu comecei no curso e quando eu acabei foi bem diferente, o modo dos colegas me verem foi se modificando ao longo do tempo, do percurso, foi bem bacana.

Leandra - A mudança, nem que seja pelo menos um pouquinho a gente consegue plantar uma semente, mas não conseguimos plantar essa sementinha em todos.

Elisângela - Sim, a gente tenta. (ELISÂNGELA, 2019).

Essa necessidade de afirmação da identidade negra e quilombola dentro da universidade foi o que levou a Vera a ingressar no curso de Educação no Campo na FURG – Campus São Lourenço do Sul. Segundo ela, seu principal objetivo não era a profissionalização, mas o acompanhamento dos jovens negros que vinham do meio rural para a universidade e tinham uma discussão política muito precária:

Vera - A Universidade, eu vou te dizer que foi uma coisa que caiu de bandeja. Na verdade a gente, enquanto movimento negro, ajudou a construir essa política pública também né, da universidade para negros, para os quilombolas. Então é uma coisa que o movimento negro ajudou a construir. Na época que eu entrei, eu vi que não tinha muitos negros, e os negros que tinham, não tinham consciência de ser negro. Moravam no quilombo, não sabiam nem o que era Quilombo, então me interessei em entrar exatamente para levar essa questão do movimento, essa discussão para dentro da Universidade. Graças a Deus foi bem legal, na minha turma tinham bastante negros, ninguém tinha consciência de ser negro. Se viam pretos, mas não se viam negros né, e aí a gente começou então a discutir o que era, o que não era. Os professores foram bem acessíveis em dar liberdade para gente conversar dentro da própria aula, então essa foi a experiência que eu tive ali, foi muito boa para mim, foi muito boa experiência, foi uma troca de conhecimento com professores também, eles tinham conhecimento em prática, então foi muito bom. (VERA, 2020).

A trajetória de Edna é parecida com a de Adriana e Elisângela. Ela começou a estudar com 8 anos, um ano de atraso, pois a escola era muito longe

da sua casa, ficava há duas horas de caminhada e não tinha transporte escolar. Foi apenas quando uma Kombi passou a atender as crianças da sua localidade que seus pais à matricularam. Tanto antes como depois de ingressar no curso de Ciências Sociais da UFPEL, Edna passou pelos mais diversos postos de trabalho:

Edna – Eu sou formada na Graduação de Ciências Sociais, Licenciatura, dei aula de Sociologia por muito tempo de forma voluntária, no Desafio Pré-Vestibular Popular da UFPEL, que é vinculado à UFPEL, trabalhando na sociologia, como professora e como Coordenadora da disciplina, num determinado momento. Anteriormente, então, trabalhei em profissões e ocupações que a gente poderia dizer, inclusive na cidade de Canguçu, como faxineira, diarista e como babá. Trabalhei com visitadora, como bolsista da Prefeitura Municipal de Pelotas, como visitadora em locais de vulnerabilidade social de Pelotas, trabalhando, assim, com crianças, no Primeira Infância Melhor. Também trabalhei, aí já dentro da universidade, como bolsista de extensão e bolsista de pesquisa. E também trabalhei como professora de Sociologia dentro da Escola Família Agrícola da Região Sul, em Canguçu, é uma escola de curso técnico, e também professora de Sociologia dos alunos do Ensino Médio Integrado. Além, também, de ter atuado como entrevistadora, com pesquisa da própria da UFPEL e da UFRGS, e até mesmo como mobilizadora social na implementação das redes de TV Digital, da passagem do sinal analógico, aqui da região de Canguçu e Pelotas. (EDNA, 2019).

O ingresso de Edna no ensino superior era não apenas um sonho pessoal, mas também familiar. Dona Beatriz se orgulha muito de suas três filhas terem ingressado na universidade, pois além de Edna, Eliane faz faculdade de Psicologia e Doralice, de Letras.

Beatriz – A mais velha já é formada, graças a Deus foi muito difícil o estudo dela, foi naquela época que nós morávamos em outro lugar, era difícil de condução, de tudo, mas foi batalha, foi luta. Graças à Deus venceu. E as outras duas também ainda estão estudando, tranquilas, graças a Deus. (BEATRIZ, 2019).

Com muito sacrifício para criar suas filhas, dona Beatriz sempre trabalhou muito para proporcionar para elas outras alternativas de vida que não estavam abertas para as mulheres da sua geração.

Beatriz - Foi com bastante sacrifício, mas hoje, graças à Deus, me sinto abençoada, me sinto, assim, guerreira, com força, com bastante admiração por elas. Elas hoje tem estudos na Faculdade, foi difícil e não foi... Porque graças à Deus rezando, não se sente cansaço, trabalhava bastante de limpeza pra fora, sempre, mas graças à Deus, era um sonho que eu tinha, que eu não consegui estudar, fui até a

quarta série na época. A mulher não tinha o direito de estudar naquela época, era de casa, se é mãe não pode se sair de casa pra ir junto pra estudar. Mas eu sempre pensei assim, comigo, mas minhas filhas eu ia dar estudo, fui conversando com Deus, e semeou essa graça, me deu essa força e poder espiritual também. E os outros irmãos que partiram me ajudaram muito e me ajudam até hoje nessa batalha. (BEATRIZ, 2019).

Esse desejo de ver as filhas estudarem não era apenas de dona Beatriz. São desejos fortes, transmitidos de geração em geração, que geram transformações na vida dessas mulheres. Segundo Edna, sua avó materna Ana Júlia, que também era uma liderança religiosa que dominava muitos conhecimentos da oralidade, lhe deu toda a sustentação afetiva e moral para que ela dominasse a leitura e a escrita:

Edna: [...] lembro de ter muitas angústias, eu falava pra vó de diversas coisas, da escola. Depois que eu tinha entrado na faculdade, dos dilemas, das dificuldades enfrentadas nesse período de permanência na universidade. A vó foi uma grande incentivadora pra mim, na minha vida, pra eu não desistir dos estudos e da faculdade, principalmente. Uma coisa que foi muito bacana e que ela me contava... Ela gostava que eu lesse livros pra ela, embora que a vó estudou até segunda ou terceira série, ela sabia ler, sabia escrever, ela fazia as listas das compras do supermercado. Mas ela gostava que eu lesse livros, quando eu levava livros pra casa, no ensino Fundamental e no ensino Médio. Ela incentivava muito essa questão e dizia isso muito pros outros, assim, porque ela falava que eu gostava muito de ler, que vivia lendo, eu acho que isso me impulsionou de uma forma muito positiva, assim, sabe. Foi um diferencial, talvez continua sendo um diferencial na minha família, com essa questão de gostar de leitura, gostar da escrita [...]. (EDNA, 2019).

Os incentivos da avó e da mãe foram fundamentais para que Edna diminuísse o estranhamento que sentia em relação ao meio acadêmico. Todavia, isso não é tudo. O depoimento dela deixa bem explícita a importância do direcionamento de recursos para estudantes que tem o seu perfil se manterem na universidade:

Edna – [...] Eu estudei até o ensino superior, Ciências Sociais, Licenciatura. Sou professora de Sociologia, tive um hiato aí, pela questão do mestrado que eu iniciei e tive que interromper por conta de falta de bolsa, falta de grana mesmo. E por questões de doença na família, então tive que parar aí, isso por conta dessa situação, assim, e por trabalhar. Não tem bolsa automaticamente, tu tem que estar trabalhando, não tem como tu que te manter dentro da Universidade sem ter uma bolsa, daí dei aula nesse período. (EDNA, 2019).

Destaco aqui a importância das avós, geralmente com alfabetização precária, para a continuidade da educação de crianças e adolescentes dentro das comunidades quilombolas, tal como apontado por Botega e Tramonte (2015) na etnografia que realizaram na comunidade Toca de Santa Cruz, de Santa Catarina:

[...] cabe às mulheres mais idosas contribuírem para a permanência das crianças na escola. As “avós” acabam assumindo parte da educação das crianças no contraturno da instituição escolar, pois demonstraram intensa preocupação e valorização do ensino formal como sendo a principal forma de ascensão social. (BOTEGA, TRAMONTE, 2015, p. 83).

Cabe lembrar aqui que é Carmem quem cuida do seu neto para a filha Savane poder continuar seus estudos, assim como dona Lautéria cuidou do seu neto Isaque nos primeiros meses de adaptação de Elisangela na FURG, dentre outros exemplos que poderia trazer de minha própria família.

A trajetória de Maica segue a das mulheres entrevistadas da sua geração. Ela começou a ir para a escola, por volta de 6-7 anos, ia sempre junto com seus irmãos, pois tinham todas idades aproximadas. E quando eles não podiam ir, seu pai levava até o colégio, que ficava cerca de quinze minutos caminhando, desde a sua casa. Era um tempo em que não tinha ocorrido ainda a nucleação das escolas, segundo ela, “era aquelas escolas que a gente aprendia da primeira à quarta série, era uma sala de aula só, de primeira à quarta, foi assim, uma única sala”. Atualmente, as crianças da comunidade são atendidas com transporte escolar.

Conforme já foi exposto, a mudança de Maica para a cidade tinha como um dos objetivos continuar os estudos. Fez um curto curso profissionalizante de Educação à Distância em Gestão Ambiental em uma faculdade particular, em um polo da UNOPAR que tem na cidade de Canguçu. Entretanto, optou por essa alternativa por não ter condições financeiras de fazer coisa melhor, não por ser o que efetivamente gostaria de cursar, pois seu sonho sempre foi fazer Serviço Social. Mesmo sabendo que poderia ingressar na época na Universidade Federal de Pelotas, a universidade pública que lhe era mais próxima, avaliava que não teria condições de pagar os custos do deslocamento ou da manutenção.

Além desse curso, aproveitou sua estadia na cidade, para fazer alguns cursos profissionalizantes em regime presencial, de atendente de farmácia e computação. Pretende fazer outros cursos, mas tem dificuldades em razão de residir e trabalhar em cidades distintas e também devido às demandas do movimento quilombola. Todavia, pretende se organizar para aproveitar as atuais políticas de ingresso diferenciado para quilombolas nas universidades:

Maica – [...] Mas eu vivo uma vida do movimento, então, às vezes, eu acabo não conseguindo também, porque é uma demanda, bastante coisas, em função da saúde, a própria agricultura. O movimento, assim, entra praticamente direto, não é só quando eu estou no serviço, é de noite, é final de semana. Então eu acabo não tirando, eu preciso me organizar pra tirar um tempo pra mim, fazer outras coisas. E hoje existem as vagas para os quilombolas que dá oportunidade, e hoje assim, mudou pra melhor um pouco isso, pois são vagas importantíssimas no meu ponto de vista, a questão das cotas. Apesar de muitas pessoas dizer que não, mas pra gente é. Claro, a gente vê poucos negros na universidade, e a maneira de inserir, de inserção, que pra mim foi uma das mais importantes conquistas do movimento, a questão das cotas quilombolas. (MAICA, 2020).

Ingressar na universidade tem sido o grande desafio para as mulheres quilombolas nos últimos anos em todo o país, como uma alternativa de emancipação. Bargas e Cal (2018, p. 498-499) também observaram que essa é a tendência no Pará, fomentada pelos processos seletivos especiais. Apontam que é uma estratégia dessas mulheres para diminuir as desigualdades, assim como servir de veículos para levar esses conhecimentos para suas comunidades.

Em relação à minha pesquisa, é possível observar que houve um avanço significativo de uma geração para outra, embora isso não se reflita em todas as integrantes das comunidades quilombolas, talvez isso tenha ficado mais explícito por ter escolhido entrevistar lideranças, ou seja, mulheres que estão mais a par dos caminhos possíveis para prosseguirem com sua formação. E que também já perceberam a importância da educação justamente por fazerem parte de fóruns de discussões que lhes colocaram em contato com outras perspectivas de vida. Mesmo assim, é bem explícito que essas lideranças jovens só conseguiram chegar ao ensino superior, pois contaram com apoio, tanto moral como material, de suas mães e avós durante toda a sua trajetória escolar, além de outras mulheres da rede familiar, incluindo os cuidados para não sofrerem

violências de gênero no caminho até a escola. O que novamente ressalta o afeto e a solidariedade não apenas como uma relação pessoal, mas como uma forma de fazer política, de transformar a realidade.

Conclusão

Patrícia Collins afirma que o “status de *outsider within*” – pessoas de grupos diferenciados que passam a fazer parte do ambiente acadêmico – pode trazer benefícios para a construção do conhecimento, por apresentar pontos de vista singulares sobre a realidade. Mas ao mesmo tempo, o ambiente acadêmico também gera mudanças na *outsider within*, pois faz com que essa pessoa reavalie suas próprias experiências pessoais e culturais, alterando ou ampliando pontos de vistas: “Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada” (COLLINS, 2016, p. 123).

Na minha trajetória como mulher quilombola, só em sair da comunidade e ir para cidade, já foi um grande passo na vida de quem muitas vezes não tinha condições de pagar um ônibus. E a partir daí, começar a destrinchar o seu caminho para novos conhecimentos. Isso é uma das melhores coisas da nossa vida, pois quando nós, pessoas negras do meio rural, crescemos, não temos muitas perspectivas de vida, pensamos que de certa forma seguiremos os destinos dos nossos pais, você olha para um lado e outro, nada parece mudar.

Hoje tenho essa relação entre minha comunidade e o mundo acadêmico, tudo o que eu aprendi com a minha família estará sempre na minha memória, na minha história de vida. Por outro lado, o que o mundo acadêmico oferece de conhecimento poderei levar para minha comunidade, mas o que faz sentido para o desenvolvimento da comunidade, melhorar e também levar esperanças para os jovens, levar a mensagem de que mudanças são possíveis, quando lutamos e aproveitamos as oportunidades. As lutas individuais precisam se somar para se transformar em lutas coletivas.

As leituras realizadas sobre feminismo negro ampliaram meus horizontes sobre a necessidade de vermos a particularidade de cada contexto, mas ao mesmo tempo, o que diz respeito à todas nós mulheres negras. A necessidade

de levar em consideração vários fatores que atravessam nossas vidas, como é apontado pelo conceito de interseccionalidade, foi um dos grandes aprendizados, mesmo que seja necessário aprofundá-lo. Aprendi que faço parte de uma história complexa, que quando livros e artigos acadêmicos falam de dispersão das famílias negras no pós-abolição, gerando a desagregação dos vínculos familiares, isso não é apenas um conhecimento abstrato, está marcado na trajetória da minha própria família. E que a pesquisa pode ser uma forma de reatar laços que foram interrompidos, como ficou demonstrado no possível parentesco que pode haver entre minha família e algumas famílias do Maçambique, em razão do sobrenome Ribeiro, ou com famílias da Coxilha Negra, em razão do meu pai e de ascendentes de Adriana serem originários de um mesma comunidade negra – o Cerro das Velhinhas, de Canguçu.

Nessa pesquisa, avalio que me deparei com mulheres que se envolveram com o movimento quilombola, participando de uma dimensão mais ampla de luta pelo bem estar de suas comunidades, para isso passaram a se envolver com espaços, instituições e redes de relações que não eram familiares a elas, gerando um intenso e contínuo aprendizado. Mas, ao mesmo tempo, para isso essas mulheres tiveram que enfrentar uma outra frente de batalha, que diz respeito aos lugares tradicionalmente reservados para elas dentro das suas famílias e comunidades, o que gera embates e até mesmo rupturas de relações, como podemos observar no caso de Carmem Lucia. Como coloca Avtar Brah (2006), as identidades não são fixas, estão sempre sendo reelaboradas na medida em que as pessoas vão agregando novas referências às suas vidas e aos ambientes sociais de que fazem parte.

É possível afirmar que as mulheres que colaboraram com essa pesquisa, possuem uma trajetória política em várias dimensões da vida coletiva, desde a questão religiosa, passando por movimentos sociais, como é o caso do movimento negro e do movimento das trabalhadoras rurais, até o envolvimento com a pauta quilombola. O autorreconhecimento como quilombola potencializa essa tendência de liderança, pois essas mulheres passam a circular por outros espaços, romper com limites e construir novas concepções do ser mulher, o que leva a ressignificar a própria identidade quilombola, geralmente representada pela figura heroica de personagens masculinos. Como destaca Karla Dias de Lima para a comunidade do Tucum da Chapada Diamantina:

Nas comunidades quilombolas da atualidade é possível observar que os lugares de resistência e poder das mulheres negras se maximizaram. Além de serem ainda mães e donas de casa, também agregam funções no trabalho do campo, atividades religiosas, artesanais e também assumem funções políticas junto às associações e demais grupos com os quais as comunidades se relacionam. (2015, p. 119).

Isso de os espaços das mulheres quilombolas se ampliarem não quer dizer que não exerciam autoridade antes do autorreconhecimento, a autoridade que parteiras e benzedadeiras tinham ou ainda tem em alguns lugares demonstra isso. Assim como outras práticas e saberes, eram meios de serem protagonistas de suas vidas, mesmo que soubessem que estavam até certo ponto aprisionadas em formas de relações de gênero em que os papéis dos homens eram mais valorizados ou que estavam sob controle de padrões de moralidade que davam mais poder e liberdade a eles.

Patrícia Collins (2019), afirma que as práticas e pensamentos de mulheres negras abordadas individualmente, podem perfeitamente “caracterizar as experiências e as ideias das mulheres negras como *grupo*” (p. 66). Nesses encontros e escutas com mulheres quilombolas de diversas comunidades, observei que muitas experiências relatadas por elas são comuns ou semelhantes, mas outras não. Algumas afirmam que até certo ponto os homens as respeitam como lideranças, mas outras não. Algumas buscam suas forças em conexões espirituais por meio da umbanda, outras no catolicismo, outras no pentecostalismo.

Essas diferenças se devem às particularidades de suas comunidades ou grupos de parentesco. Mas há diferenças que se devem ao fato de serem de gerações distintas, como é o caso dos posicionamentos das interlocutoras mais jovens a respeito dos códigos de moralidade, não aceitando mais tão passivamente um padrão de controle sobre seus corpos e escolhas. Isso vai ao encontro do que afirma Collins: “À medida que mudam as condições históricas, mudam os vínculos entre os tipos de experiência que as mulheres negras terão e a consciência de grupo que porventura resultar dessas experiências.” (2019, p. 67). Isso quer dizer que não existe um ponto de vista homogêneo da mulher negra, mas sim um ponto de vista coletivo que é heterogêneo e, segundo Collins, é “caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios

comuns” (2019, p.73). Essas diferenças não são necessariamente negativas, podem gerar discussões que provocam avanços sobre problemas comuns. Mesmo com as diferenças, há com certeza um respeito mútuo muito grande entre essas várias colaboradoras, pois a maioria se conhece, e isso ficou explícito na forma como acolheram o meu pedido para conversar, foram abertas desde o primeiro contato, porque me identificaram como uma delas.

As mulheres quilombolas que colaboraram com essa pesquisa, mesmo as que tiveram uma escolaridade muito precária, elaboraram interpretações bastante lúcidas das suas diversas experiências, fossem relacionadas ao trabalho, aos cuidados da saúde, ao racismo, ao machismo, as responsabilidades políticas, etc. Como coloca Collins, esses saberes questionam os estereótipos de que mulheres negras comuns “não têm interpretação independente válida de sua própria opressão” (2019, p. 67).

A pesquisa auxilia em tornar visível esse protagonismo, sobre o quanto, apesar das dificuldades, vencem obstáculos em favor do bem estar familiar e coletivo. Ao relatarem suas experiências, as colaboradoras dessa pesquisa produziram narrativas que se transformaram em textos por meio da minha sistematização, suas vozes atravessaram a minha própria experiência de quilombola e “[...] se transformam em escritas, feitas de si, mas não restritas e, muito menos, para si mesmas. [...]”. (NUNES, MARQUES, 2019, p. 573). Por mais singelo que seja esse trabalho, é mais um meio dessas experiências – minha e delas – serem apresentadas para o mundo.

Bibliografia

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As comunidades quilombolas entre os novos significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p. 29-53.

ALMEIDA, Mariléa de. Território de afetos: o cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro. **Transversos: Revista de História**, n. 8, p. 218-234. Rio de Janeiro, 2016.

ANJOS, José Carlos dos. Raça e pobreza rural no Brasil meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos – um estudo de caso. **Teoria e Pesquisa**, v.42 e 43, p. 199-220. São Carlos (SP), Janeiro-julho 2003.

BARGAS, Janine; CAL, Danila. Entre lutas por reconhecimento e relações de poder: o papel das mulheres na organização sociopolítica do movimento quilombola no Pará, Brasil. **9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – Anais**. Montevideo, 2017.

BARGAS, Janine; CAL, Danila. Luta por reconhecimento, identidades e relações de poder: as mulheres no movimento quilombola. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 475-505. Palmas, 2018.

BOTEGA, Gisely Pereira; TRAMONTE, Cristiana de Azevedo. Memórias de mulheres quilombolas: a reconstrução histórica da Toca de Santa Cruz (SC). **Cadernos do CEOM**, v. 28, n.42, p. 77-86. Chapecó (SC), 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, nº 26, p. 329-376. São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132. São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider Within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127. Brasília, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. **UNIFEM**, 2004. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188. Florianópolis, 2002.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

GONZALEZ, Lélia. Uma mulher de luta (Entrevista). 2011. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/6204/lelia-gonzalez--uma-mulher-de-luta>

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16, p.193-210. Brasília, 2015.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354. Lisboa, 2000.

LIMA, Karla Dias de. **A comunidade quilombola do Tucum: liderança feminina e práticas cotidianas** (Tanhaçu – BA). 2015. 147f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015.

LIMA, Karla Dias. Reflexões sobre a liderança feminina na comunidade remanescente quilombola do Tucum/BA. **Caderno Espaço Feminino**, v. 27, n.1. Uberlândia (MG), 2014.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lilian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. **RBSC**, v.28, n.81, p. 137-153. São Paulo, 2013.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. Chica Brincuda, “a última a ficar nestas terras de escravos”: mulheres negras no Litoral Negro do Rio Grande do Sul. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 1-20. Florianópolis, 2019.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. 2013. 233f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes** (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.

NUNES, Georgina Helena Lima; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Narrativas quilombolas, a pluralidade na luta das mulheres e o descentramento de estratégias políticas. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, n. 20, p. 566-594, 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da Antropologia. **Antropolítica**, v. 19. Rio de Janeiro, 2005.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de quilombo diante do projeto modernizador de construção da nação. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p. 257-273.

REVELANDO OS QUILOMBOS NO SUL. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010. 64p.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades Negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 165-181.

RUBERT, Rosane Aparecida; ROSA, Raoni da; MONTEIRO, Cristiano Sobroza. De Rincão dos Negrinhos, à Recanto dos Evangélicos à Comunidade Quilombola Arnesto Carneiro Penna: mutações identitárias e (des)territorializações. In: MELO, Ana Lúcia Aguiar (org.). **"Palmas" para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011. p. 101-274.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação**, v. 5, n. 2, p. 55-70. Alagoinhas (BA), 2015.

SANTOS, Ana Fátima Cruz dos. Narrativas quilombolas: mulheres registram uma memória africana na Bahia. In: COSTA, E. S.; EWALD, F. G.; FERNANDES, F. (orgs). **Anais do II Seminário Brasileiro de Poéticas Oraís: métodos, acervos, cartografias**. Londrina: UEL, 2012, p. 25-38.

SANTOS, Anderlany Aragão dos. Protagonismo político das mulheres quilombolas e violência de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 – Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017, p. 1-13.

SANTOS, Cledineia Carvalho. **Comunidade Quilombola Nova Esperança: a mulher na construção da identidade étnica**. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Maria José dos. Mulheres quilombolas: memória e acervo de nossa história. **Cadernos Imbondeiros**, v.2, n.1, p. 1-15. João Pessoa, 2012.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. **As mulheres, a comunidade e Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino**. 2006. 136f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, v. 37, n. 4, p. 57-72. Porto Alegre, 2002.